

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

**©2018 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.**

**Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.**

**O RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 está acessível em <http://dpqi.seplan.ufsc.br>.  
Correspondência: Secretaria de Planejamento e Orçamento. Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. CEP 88040-900 Telefone: +55 (48) 3721-4201.**

# **Ministério da Educação**

## **Universidade Federal de Santa Catarina**

### **Relatório de Gestão do exercício 2017**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 161 de 1 de novembro de 2017 e da Portaria TCU nº 65 de 28 de fevereiro de 2018.

Secretaria de Planejamento e Orçamento  
Departamento de Planejamento e Gestão da Informação  
Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão

Florianópolis, 2018

## SUMÁRIO

### SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	17
1.1 Finalidade e Competências.....	17
1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	17
1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	17
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	18
1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	18
1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	18
1.3 Ambiente de atuação .....	19
1.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	19
1.3.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	19
1.4 Organograma .....	20
1.5 Macroprocessos finalísticos .....	89
1.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	89
1.5.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	90
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	96
2.1 Planejamento organizacional.....	96
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	96
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	102
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	107
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	108
2.3 Desempenho orçamentário .....	108
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	108
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	129
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	129
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	129
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	130
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas .....	130
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas.....	135
2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	138
2.4 Desempenho operacional .....	140
2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	141
2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União .....	141

2.6	Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos .....	151
3.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	152
3.1	Descrição das estruturas de governança.....	152
3.1.1	Universidade Federal de Santa Catarina.....	152
3.1.2	Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	153
3.2	Atuação da unidade de auditoria interna .....	153
3.2.1	Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.....	154
3.2.2	Independência e objetividade da Auditoria Interna.....	154
3.2.3	Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.....	154
3.2.4	Estrutura e posicionamento da unidade de Auditoria Interna .....	154
3.2.5	Informações de como se certifica que a administração toma conhecimento das recomendações e assume os riscos pela não implementação. ....	155
3.2.6	Descrição da sistemática de comunicação à gestão superior sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.....	155
3.2.7	Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna. ....	155
3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	156
3.4	Gestão de riscos e controles internos .....	156
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	158
4.1	Gestão de pessoas.....	158
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	164
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	166
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	167
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	167
4.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais .....	170
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura .....	171
4.2.1	Gestão da frota de veículos.....	171
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	182
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	182
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	186
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros .....	191
4.2.6	Informações sobre a infraestrutura física.....	193
4.3	Gestão da tecnologia da informação .....	194
4.3.1	Principais sistemas de informações .....	194
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	202
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	207

5.1 Canais de acesso do cidadão .....	207
5.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	207
5.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	207
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	207
5.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina.....	208
5.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago .....	208
5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	208
5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	209
5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	209
6. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO .....	215
6.1 Desempenho financeiro do exercício .....	215
6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	216
6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão .	216
6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados .....	220
6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	220
6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	224
6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	225
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	226
7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	226
7.1.1 Formas para o efetivo acompanhamento das deliberações do tribunal .....	226
7.1.2 Deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício .....	226
7.1.3 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores.....	226
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	260
7.2.1 Formas para o efetivo acompanhamento das recomendações do órgão de controle interno.....	260
7.2.2 Plano de Providências Permanente da CGU (atualização em 2017) .....	261
7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário .	273
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	273
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento .....	274
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	274
7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	275
8. ANEXOS E APÊNDICES .....	281
I. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <a href="http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/">http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/</a> .....	281

II. Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <a href="http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/">http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/</a> .....	281
III. Lei de criação da Universidade Federal de Santa Catarina: disponível em <a href="http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2014/09/Credenciamento-Lei-n%C2%BA-3.849-de-18-de-dezembro-de-19601.pdf">http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2014/09/Credenciamento-Lei-n%C2%BA-3.849-de-18-de-dezembro-de-19601.pdf</a> .....	281
9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE .....	282
9.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal .....	282
9.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões .....	284
9.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas .....	285
9.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	286
9.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	287
9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI .....	293
10. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994 .....	295
10.1 Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE .....	295
10.2 Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB .....	302
10.3 Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC .....	305
10.4 Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU .....	318

## ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1 - REITORIA DA UFSC .....	22
QUADRO 2 - DIREÇÃO DO GABINETE DO REITOR .....	23
QUADRO 3 - DIREÇÃO DA EDITORA UNIVERSITÁRIA .....	24
QUADRO 4 - DIREÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA .....	25
QUADRO 5 - DIREÇÃO DA TV UFSC .....	26
QUADRO 6 - DIREÇÃO DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO .....	27
QUADRO 7 - DIREÇÃO DA PROCURADORIA FEDERAL .....	28
QUADRO 8 - DIREÇÃO DA AUDITORIA INTERNA .....	29
QUADRO 9 - DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC .....	30
QUADRO 10 - PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO .....	36
QUADRO 11 - PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS .....	41
QUADRO 12 - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO .....	42
QUADRO 13 - PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO .....	43
QUADRO 14 - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA .....	45
QUADRO 15 - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO .....	46
QUADRO 16 - PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS .....	48
QUADRO 17 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO .....	49
QUADRO 18 - SECRETARIA DE CULTURA E ARTE .....	53
QUADRO 19 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	54
QUADRO 20 - SECRETARIA DE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL .....	55
QUADRO 21 - SECRETARIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E AMBIENTE .....	56
QUADRO 22 - SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES .....	58
QUADRO 23 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	59
QUADRO 24 - SECRETARIA DE ESPORTES .....	60
QUADRO 25 - SECRETARIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	61
QUADRO 26 - SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL .....	62
QUADRO 27 - CAMPUS DE ARARANGUÁ / CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE .....	64
QUADRO 28 - CAMPUS DE BLUMENAU / CENTRO DE BLUMENAU .....	66
QUADRO 29 - CAMPUS DE CURITIBANOS / CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS .....	67
QUADRO 30 - CAMPUS DE JOINVILLE / CENTRO TECNOLÓGICO DE JOINVILLE .....	69
QUADRO 31 - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS .....	70
QUADRO 32 - CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS .....	72
QUADRO 33 - CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO .....	74
QUADRO 34 - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS .....	75
QUADRO 35 - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE .....	77
QUADRO 36 - CENTRO DE DESPORTOS .....	78
QUADRO 37 - CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO .....	80
QUADRO 38 - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS .....	82
QUADRO 39 - CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS .....	83
QUADRO 40 - CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO .....	85
QUADRO 41 - CENTRO TECNOLÓGICO .....	88
QUADRO 42 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	91
QUADRO 43 - PRINCIPAIS INSUMOS E FORNECEDORES PARA A PRODUÇÃO DE CADA MACROPROCESSO .....	93
QUADRO 44 - OBJETIVOS DO PDI DE ACORDO COM A DIMENSÃO E QUANTIDADE DE METAS VINCULADAS .....	100
QUADRO 45 - SERVIÇOS REESTRUTURADOS / IMPLANTADOS .....	101
QUADRO 46 - PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	103
QUADRO 47 - PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS .....	105
QUADRO 48 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA .....	109
QUADRO 49 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	111
QUADRO 50 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR 1 .....	111
QUADRO 51 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR 2 .....	113
QUADRO 52 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR .....	114
QUADRO 53 - AUXÍLIOS PAGOS - PRAE .....	115
QUADRO 54 - PROGRAMAS DA PRAE .....	115
QUADRO 55 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO .....	116



QUADRO 56 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - REUNI.....	117
QUADRO 57 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – MAIS MÉDICOS.....	119
QUADRO 58 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – EMENDA DE BANCADA.....	120
QUADRO 59 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – UFSC.....	121
QUADRO 60 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – UFSC.....	122
QUADRO 61 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - UFSC.....	123
QUADRO 62 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - UFSC.....	124
QUADRO 63 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS - HU.....	125
QUADRO 64 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES - HU.....	126
QUADRO 65 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – HU.....	127
QUADRO 66 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES – HU.....	127
QUADRO 67 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES – HU.....	128
QUADRO 68 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	129
QUADRO 69 – RECEITA PREVISTA E ARRECADADA DE 2014 A 2017.....	131
QUADRO 70 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	135
QUADRO 71 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	136
QUADRO 72 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	138
QUADRO 73 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	138
QUADRO 74 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	138
QUADRO 75 - CUSTO ALUNO COM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.....	141
QUADRO 76 - CUSTO CORRENTE COM HU.....	141
QUADRO 77 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - FÓRMULA.....	142
QUADRO 78 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.....	142
QUADRO 79 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	143
QUADRO 80 - PROFESSOR EQUIVALENTE.....	143
QUADRO 81 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU.....	144
QUADRO 82 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU.....	144
QUADRO 83 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU.....	145
QUADRO 84 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU.....	145
QUADRO 85 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	145
QUADRO 86 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE.....	145
QUADRO 87 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL.....	146
QUADRO 88 - ALUNOS EFETIVAMENTE MATRICULADOS.....	146
QUADRO 89 - GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO.....	146
QUADRO 90 - CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO.....	146
QUADRO 91 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	146
QUADRO 92 - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	148
QUADRO 93 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE.....	148
QUADRO 94 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO.....	149
QUADRO 95 – RESUMO DOS INDICADORES DO TCU.....	149
QUADRO 96 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	150
QUADRO 97 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	150
QUADRO 98 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS.....	156
QUADRO 99 – DADOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO.....	159
QUADRO 100 – DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTOS DE CAPACITAÇÃO.....	160
QUADRO 101 – AFASTAMENTOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	161
QUADRO 102 – AFASTAMENTOS DOCENTES.....	161
QUADRO 103 – AFASTAMENTOS DOS SERVIDORES TAES X CARGA HORÁRIA.....	162
QUADRO 104 – SERVIDORES AFASTADOS PARA CAPACITAÇÃO.....	162
QUADRO 105 – AFASTAMENTOS DOS SERVIDORES DOCENTES X CARGA HORÁRIA.....	163
QUADRO 106 - FORÇA DE TRABALHO DA UFSC.....	164

<b>QUADRO 107 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA .....</b>	<b>165</b>
<b>QUADRO 108 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UFSC.....</b>	<b>165</b>
<b>QUADRO 109 - NATUREZAS DE DESPESAS DE PESSOAL.....</b>	<b>166</b>
<b>QUADRO 110 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - HU.....</b>	<b>168</b>
<b>QUADRO 111 - QUANTIDADE DE VEÍCULOS UTILIZADOS NO ANO DE 2017, POR GRUPO .....</b>	<b>172</b>
<b>QUADRO 112 - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS EM USO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM 2017 .....</b>	<b>173</b>
<b>QUADRO 113 - MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS.....</b>	<b>176</b>
<b>QUADRO 114 - IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPO DE VEÍCULOS .....</b>	<b>177</b>
<b>QUADRO 115 – MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS .....</b>	<b>177</b>
<b>QUADRO 116 – DESPESAS ASSOCIADAS À FROTA DE VEÍCULOS .....</b>	<b>178</b>
<b>QUADRO 117 – VEÍCULOS OFICIAIS - HU .....</b>	<b>178</b>
<b>QUADRO 118 – AVALIAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO HU .....</b>	<b>180</b>
<b>QUADRO 119 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO .....</b>	<b>184</b>
<b>QUADRO 120 - IMÓVEIS EM PROCESSO DE INCORPORAÇÃO .....</b>	<b>184</b>
<b>QUADRO 121 - IMÓVEIS CEDIDOS ATRAVÉS DE INSTRUMENTO JURÍDICO (TERMO DE CESSÃO; COMODATO ETC) .....</b>	<b>185</b>
<b>QUADRO 122 - IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS .....</b>	<b>186</b>
<b>QUADRO 123 - CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS.....</b>	<b>187</b>
<b>QUADRO 124 - INFORMAÇÕES SOBRE OS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS .....</b>	<b>191</b>
<b>QUADRO 125 - METAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>194</b>
<b>QUADRO 126 – CURSOS DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI .....</b>	<b>199</b>
<b>QUADRO 127 - QUADRO TOTAL DE PESSOAL DE TI NA UFSC .....</b>	<b>200</b>
<b>QUADRO 128 – DEMANDAS RECEBIDAS NA OUVIDORIA EM 2017.....</b>	<b>209</b>
<b>QUADRO 129 – ESTUDANTES AUTODECLARADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS .....</b>	<b>210</b>
<b>QUADRO 130 – DADOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO NA CAE.....</b>	<b>211</b>
<b>QUADRO 131 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS .....</b>	<b>217</b>
<b>QUADRO 132 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO EM ACÓRDÃOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>226</b>
<b>QUADRO 133 - ANÁLISE DA CGU NA ATUALIZAÇÃO DO PPP – ENCAMINHADA À UFSC EM 01/11/2016 .....</b>	<b>261</b>
<b>QUADRO 134 - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005.....</b>	<b>275</b>
<b>QUADRO 135 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FEPESE .....</b>	<b>295</b>
<b>QUADRO 136 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FEPESE .....</b>	<b>301</b>
<b>QUADRO 137 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FUNJAB.....</b>	<b>302</b>
<b>QUADRO 138 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS UPC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FUNJAB.....</b>	<b>304</b>
<b>QUADRO 139 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FEESC .....</b>	<b>305</b>
<b>QUADRO 140 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FEESC .....</b>	<b>316</b>
<b>QUADRO 141 - INFORMAÇÕES DOS PROJETOS E INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - FAPEU .....</b>	<b>318</b>
<b>QUADRO 142 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS UPC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS - FAPEU .....</b>	<b>329</b>

## ÍNDICE DAS FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS .....	21
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DAS UNIDADES VINCULADAS À REITORIA .....	21
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DO GABINETE DO REITOR.....	23
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA .....	24
FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA .....	25
FIGURA 6 – ORGANOGRAMA DA TV UFSC.....	26
FIGURA 7 – ORGANOGRAMA DA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO .....	27
FIGURA 8 – ORGANOGRAMA DA PROCURADORIA FEDERAL .....	28
FIGURA 9 – ORGANOGRAMA DA AUDITORIA INTERNA .....	29
FIGURA 10 – ORGANOGRAMA DA OUVIDORIA DA UFSC.....	29
FIGURA 11 – ORGANOGRAMA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO .....	30
FIGURA 12 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO HU .....	31
FIGURA 13 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE ENFERMAGEM.....	32
FIGURA 14 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE MEDICINA .....	33
FIGURA 15 – ORGANOGRAMA DA DIRETORIA DE APOIO ASSISTENCIAL .....	34
FIGURA 16 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO .....	36
FIGURA 17 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS .....	38
FIGURA 18 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS .....	38
FIGURA 19 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.....	39
FIGURA 20 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO PATRIMONIAL .....	39
FIGURA 21 – ORGANOGRAMA DA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA .....	40
FIGURA 22 – ORGANOGRAMA DO BIOTÉRIO CENTRAL.....	40
FIGURA 23 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS .....	41
FIGURA 24 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO .....	42
FIGURA 25 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO .....	43
FIGURA 26 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA .....	45
FIGURA 27 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO .....	46
FIGURA 28 – ORGANOGRAMA DA PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS.....	47
FIGURA 29 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO .....	49
FIGURA 30 – ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO .....	50
FIGURA 31 – ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	51
FIGURA 32 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS ..	52
FIGURA 33 – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....	52
FIGURA 34 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CULTURA E ARTE.....	53
FIGURA 35 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	54
FIGURA 36 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL .....	55
FIGURA 37 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E AMBIENTE	56
FIGURA 38 – ORGANOGRAMA DA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA .....	57
FIGURA 39 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DIVERSIDADES .....	58
FIGURA 40 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	59
FIGURA 41 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESPORTES .....	60
FIGURA 42 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELLECTUAL .....	61
FIGURA 43 – ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	62
FIGURA 44 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE ARARANGUÁ.....	63
FIGURA 45 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE .....	64
FIGURA 46 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE BLUMENAU.....	65
FIGURA 47 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE BLUMENAU.....	65
FIGURA 48 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE CURITIBANOS.....	66
FIGURA 49 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS .....	67
FIGURA 50 – ORGANOGRAMA DO CAMPUS DE JOINVILLE.....	68
FIGURA 51 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO DE JOINVILLE.....	69
FIGURA 52 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS .....	70
FIGURA 53 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.....	71

<b>FIGURA 54 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CURSOS .....</b>	<b>71</b>
<b>FIGURA 55 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>FIGURA 56 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - CURSOS .....</b>	<b>74</b>
<b>FIGURA 57 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS .....</b>	<b>75</b>
<b>FIGURA 58 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE .....</b>	<b>76</b>
<b>FIGURA 59 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CURSOS .....</b>	<b>77</b>
<b>FIGURA 60 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE DESPORTOS .....</b>	<b>78</b>
<b>FIGURA 61 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>FIGURA 62 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CURSOS .....</b>	<b>79</b>
<b>FIGURA 63 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS .....</b>	<b>81</b>
<b>FIGURA 64 – ORGANOGRAMA - ORGANOGRAMA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CURSOS .....</b>	<b>82</b>
<b>FIGURA 65 – ORGANOGRAMA DO CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS .....</b>	<b>83</b>
<b>FIGURA 66 – ORGANOGRAMA DO CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO .....</b>	<b>84</b>
<b>FIGURA 67 – ORGANOGRAMA DO CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CURSOS .....</b>	<b>85</b>
<b>FIGURA 68 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO .....</b>	<b>86</b>
<b>FIGURA 69 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO – CURSOS DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>87</b>
<b>FIGURA 70 – ORGANOGRAMA DO CENTRO TECNOLÓGICO – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO .....</b>	<b>88</b>
<b>FIGURA 71 - PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>96</b>

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1 - PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS - 2017 .....</b>	<b>104</b>
<b>GRÁFICO 2 - STATUS DOS PROJETOS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS - 2017 .....</b>	<b>104</b>
<b>GRÁFICO 3 - PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS - 2017 .....</b>	<b>106</b>
<b>GRÁFICO 4 - STATUS DOS PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS - 2017 .....</b>	<b>106</b>

## APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Autarquia Federal, é uma instituição do Sistema Federal de Ensino Superior e, desde 2009, estruturada em cinco campi: Florianópolis (sede), Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville, que abrigam 119 cursos de graduação, 137 cursos de pós-graduação stricto sensu, Colégio da Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Conta com a colaboração de aproximadamente 2.600 docentes e 3.200 servidores técnico-administrativos em educação que atendem 1.170 alunos de educação básica (infantil, fundamental e médio), 30.000 alunos de graduação e 14.000 alunos de pós-graduação.

Considerada uma das melhores Universidades Públicas do Brasil, tem merecido reconhecimento nacional e internacional sustentado pelos 3.600 projetos de pesquisa em andamento executados pelos 630 grupos de pesquisa e mais de 7.300 ações de extensão. Estes níveis de produção decorrem da excelência científica e acadêmica do quadro docente e de servidores técnicos, da intensa participação do corpo discente e da infraestrutura laboratorial instalada. Também, a UFSC mantém 312 convênios e acordos internacionais que propiciaram, em 2017, a participação de 160 alunos de graduação estrangeiros e de 180 alunos da UFSC em universidades do mundo todo.

A UFSC conta com 15 unidades universitárias: Centro de Ciências Agrárias; Centro de Ciências Biológicas; Centro de Ciências da Educação; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Físicas e Matemáticas; Centro de Ciências Jurídicas; Centro de Comunicação e Expressão; Centro de Desportos; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro Socioeconômico e Centro Tecnológico, Centro Tecnológico de Joinville, Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde (Araranguá), Centro de Ciências Rurais (Curitibanos) e Centro de Blumenau.

Administrativamente, a estrutura organizacional da UFSC funciona sustentada por decisões de colegiados acadêmicos, conselhos de unidade, câmaras e Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. Com relação às funções de fiscalização, a UFSC conta com o Conselho de Curadores, Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria. Os órgãos executivos integram a gestão superior da Universidade, com sete Pró-reitorias e dez Secretarias, coordenadas pelo Gabinete da Reitoria. As Pró-reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Desenvolvimento e Gestão de Pessoas. As dez Secretarias implementam as ações relacionadas com o Planejamento e Orçamento, Aperfeiçoamento Institucional, Relações Internacionais, Cultura e Artes, Obras, Manutenção e Meio-ambiente, Inovação, Esportes, Ações Afirmativas e Diversidades, Segurança Institucional e Educação à Distância. Ainda, vinculados ao Gabinete da Reitoria encontram-se os órgãos suplementares, como o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, Editora, Agência de Comunicação e Imprensa Universitária.

A Universidade avança sustentada no pluralismo e a convivência edificante entre as diversas correntes acadêmicas, culturais e ideológicas. Acreditamos que a Universidade deve estimular a criatividade e a autonomia em todas as atividades e ampliar os relacionamentos com a sociedade através de parcerias entre as instituições. No campo das relações humanas, a UFSC continuará a defender o respeito ao ambiente natural, a implementação de infraestruturas que preservem a saúde da comunidade e a convivência harmônica e a segurança.

Este Relatório de Gestão da UFSC, referente ao ano de 2017, apresenta uma síntese das informações institucionais, observando as indicações emanadas dos órgãos de controle externo.

# **1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS**

## **1.1 Finalidade e Competências**

### **1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) rege-se pelo disposto no seu Estatuto e seu Regimento, cuja última atualização aconteceu em 2016. Segundo estes, a UFSC é uma instituição de ensino superior e pesquisa, multicampi, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969).

O art. 3º de Estatuto estabelece que “A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”.

De acordo com o seu Estatuto, a UFSC, como instituição de ensino superior, tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição."

### **1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

Segundo o Ministério da Educação os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação permanente oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde.

A Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS, preconiza que os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsáveis pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de

complicações de seu estado de saúde, exigindo assistência contínua em regime de internação e ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação. Constituem-se ainda espaço de educação, de formação de recursos humanos, pesquisa e avaliação de tecnologias em saúde. Para a UFSC, o HU é considerado um Órgão Suplementar previsto no Artigo 12, inciso V do seu Estatuto e diretamente vinculado ao Reitor.

É um Hospital de Ensino, certificado pelos Ministérios da Saúde e Educação e um Hospital Geral, por prestar atendimentos em clínica médica, cirúrgica, tocoginecologia e pediatria. Possui três emergências portas-abertas (adulto, pediátrica e ginecológica/obstétrica), e duas UTIs (adulto e neonatal), além dos serviços de atenção especializada ambulatorial, de apoio assistencial e diagnóstico complementar. O HU, segundo o seu Regimento Interno, tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde vigente.

## **1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

### **1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A Universidade Federal de Santa Catarina se rege pelo Estatuto e pelo Regimento Geral, que se encontram em anexo a este documento.

De acordo com o Art. 17 do Estatuto da Instituição, compete ao Conselho Universitário reformá-lo desde que aprovado por três quintos do total de seus membros, submetendo as alterações à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação.

### **1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

Atualmente, o Regimento Interno do HU, é o instrumento normativo da instituição, no tocante à estrutura da unidade e suas competências. Este Regimento foi revisado e aprovado no Conselho Diretor do HU em 2015 e define as atribuições dos cargos e funções baseado na estrutura institucional vigente.

Após a adesão da UFSC à EBSEH visando a gestão do HU, aprovada pelo Conselho Universitário da UFSC em dezembro de 2015, e com assinatura do contrato em março de 2016, iniciou-se a fase de transição para o novo modelo organizacional, baseado em Unidades, Setores e Divisões, seguindo a lógica das Linhas de Cuidado preconizadas pelo SUS. No atual momento o HU encontra-se sob gestão compartilhada, existindo ainda cargos relativos ao antigo organograma e iniciando a nomeação das novas chefias no modelo EBSEH, com a reorganização das estruturas funcionais. A partir da evolução do processo de transição previsto para durar dezoito meses após assinatura do contrato, haverá necessidade de elaboração de um novo Regimento Interno adequado à estrutura em implantação, com a determinação das atribuições relativas a cada grupo funcional, o que deve ocorrer ainda em 2017.

Com relação aos manuais operacionais, o HU vem trabalhando na padronização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), definidos por uma descrição detalhada de todas as operações necessárias para a realização de determinada atividade. Ao longo dos últimos anos, todos os fluxos e procedimentos das áreas assistenciais e áreas meio foram mapeados e desenvolvidos, passando periodicamente por revisões. Estes POP são os instrumentos encontrados pela gestão visando transparência nos processos de trabalho e busca de qualidade através da revisão do próprio processo de forma participativa e coletiva envolvendo os diversos setores. No sítio eletrônico do HU foram disponibilizados os principais POP concernentes a cada Diretoria Setorial.



## **1.3 Ambiente de atuação**

### **1.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A Universidade Federal de Santa Catarina atua em cinco regiões do estado, executando atividades de ensino, pesquisa e extensão em cinco campi, situados nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Florianópolis. Os quatro campi situados no interior do Estado, ainda em fase de consolidação, tiveram sua regulamentação recentemente aprovada pelo Conselho Universitário e, portanto, estão hoje plenamente integrados ao contexto universitário, inclusive com a representação definida nos colegiados, mesmo que os recursos necessários à sua total implantação não estejam ainda assegurados nos orçamentos destinados à instituição.

### **1.3.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

O Hospital Universitário foi concebido na perspectiva do trinômio ensino, pesquisa e extensão e atende a comunidade local, do Estado de Santa Catarina e visitantes de Florianópolis, sem distinção. O atendimento prioritário de ambulatório consolidou-se, permitindo que o HU/UFSC se estruturasse em quatro áreas básicas: clínica médica, cirúrgica, pediatria e tocoginecologia. Nas quatro áreas gerais o HU oferta serviços especializados de assistência, diagnóstico e terapêutica nos ambientes externos (ambulatoriais e emergências) e internos (pacientes internados), disponibilizando seus procedimentos à Rede de Atenção à Saúde, através do Gestor Estadual, mediante Instrumento Formal de Contratualização (IFC). O HU é também referência estadual em patologias complexas, com grande demanda na área de câncer e cirurgia de grande porte, nas diversas especialidades. O IFC permite transparência na organização dos serviços assistenciais, bem como monitoramento das metas pactuadas pela Unidade e pelo Gestor Estadual, e prevê, além dos serviços assistenciais, metas de ensino, pesquisa e extensão, sempre pautadas por indicadores de qualidade.

## 1.4 Organograma

A organização da UFSC é estruturada conforme o estabelecido em seu Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 03 de novembro de 1978 – Resolução nº65/78<sup>43</sup>, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da portaria nº 56 de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer nº 779/CFE/81). A Administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de:

### I - Órgãos Deliberativos Centrais

- a) Conselho Universitário;
- b) Câmara de Graduação;
- c) Câmara de Pós-Graduação;
- d) Câmara de Pesquisa;
- e) Câmara de Extensão;
- f) Conselho dos Curadores.

### II - Órgãos Executivos Centrais

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias;
- d) Secretarias.

## Órgãos Suplementares

Os órgãos suplementares são unidades de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência à comunidade universitária, com subordinação direta ao reitor ou a autoridade administrativa por ele designada.

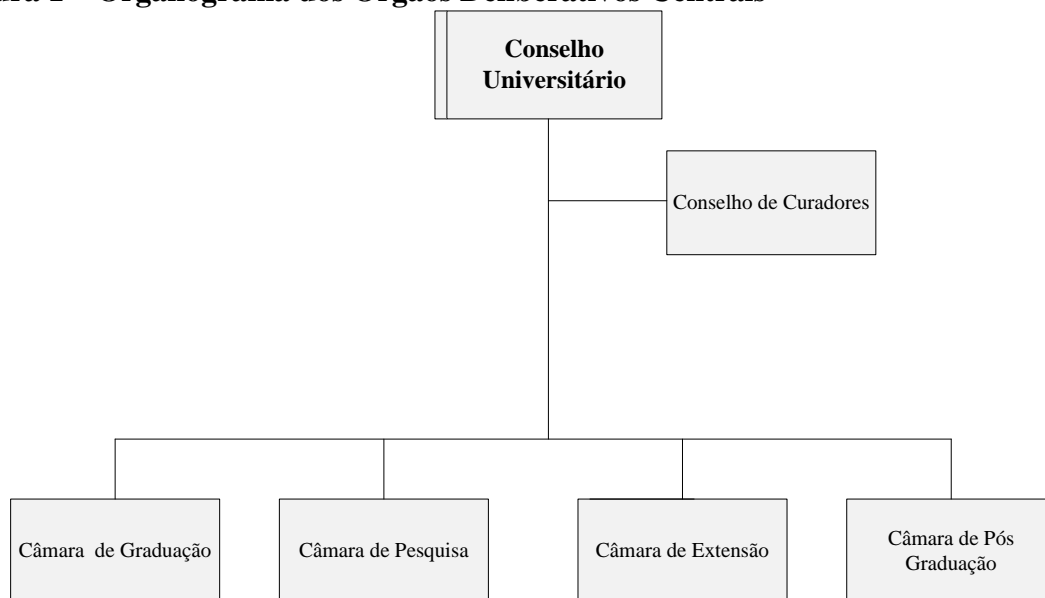
Os órgãos suplementares serão dirigidos por diretores nomeados pelo reitor.

Os Órgãos Suplementares são:

- Biblioteca Universitária;
- Restaurante Universitário;
- Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral;
- Hospital Universitário;
- Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Editora da UFSC;
- Biotério Central.

## Organogramas dos Órgãos Deliberativos Centrais

Figura 1 – Organograma dos Órgãos Deliberativos Centrais



Fonte: DPGI/UFSC

## Organogramas dos Órgãos Executivos Centrais

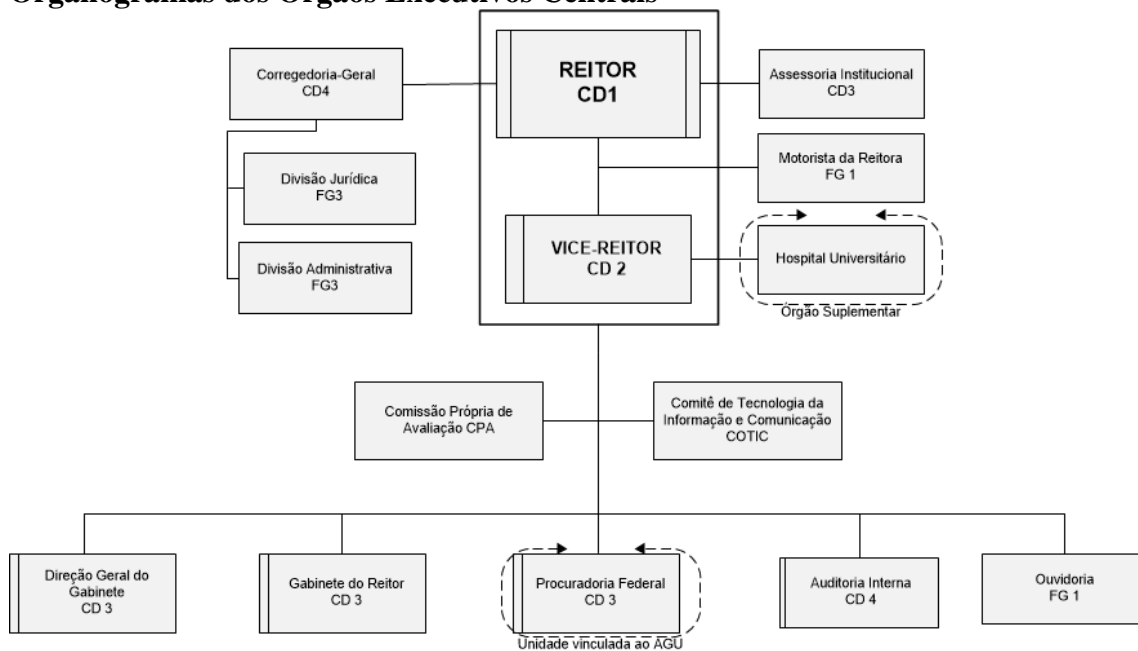


Figura 2 – Organograma das Unidades Vinculadas à Reitoria

Fonte: DPGI/UFSC

### Quadro 1 - Reitoria da UFSC

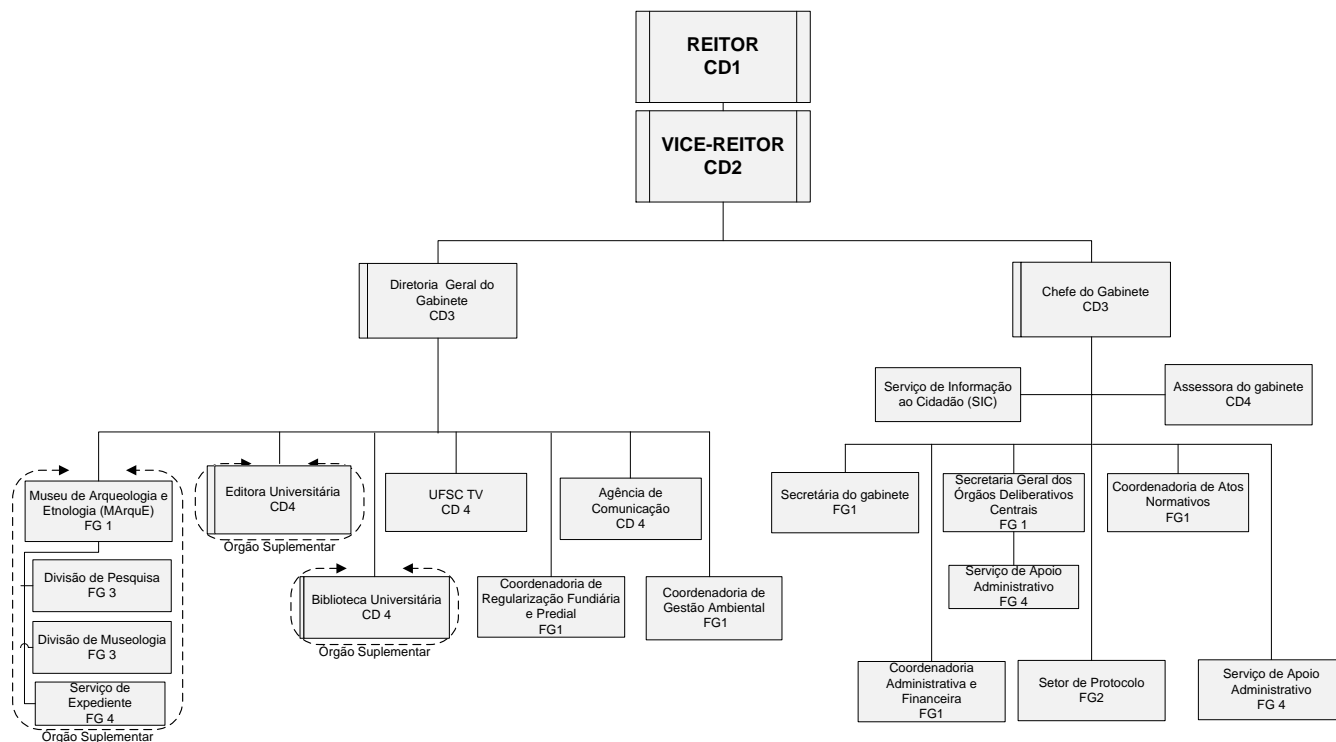
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria	Representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades.	Luis Carlos Cancellier de Olivo	Professor/Reitor	01/01/2017 a 02/10/2017 Dec. Pres. 6/5/2016
		Ubaldo Cesar Balthazar	Professor/Reitor	01/11/2017 a 31/12/2017
Vice-Reitoria	A Vice-Reitora, além das atribuições estatutárias e regimentais, será a substituta do Reitor nas suas faltas e impedimentos.	Alacoque Lorenzini Erdmann	Professora/Vice Reitora	2017
Corregedoria Geral	Dirigir a Corregedoria-Geral da UFSC, representando-a perante o reitor, o Conselho Universitário e os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Rodolfo Hickel do Prado	Administrador/ Corregedor-geral	2017
Assessoria Institucional	Assessorar diretamente o Reitor; assistir o reitor em seu relacionamento institucional externo.	Gelson Luiz de Albuquerque	Professor/Assessor Institucional	01/01/2017 a 25/10/2017
		Gelson Luiz de Albuquerque	Professor/Assessor Institucional	06/11/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Gabinete do Reitor

**Figura 3 – Organograma do Gabinete do Reitor**

*Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria*



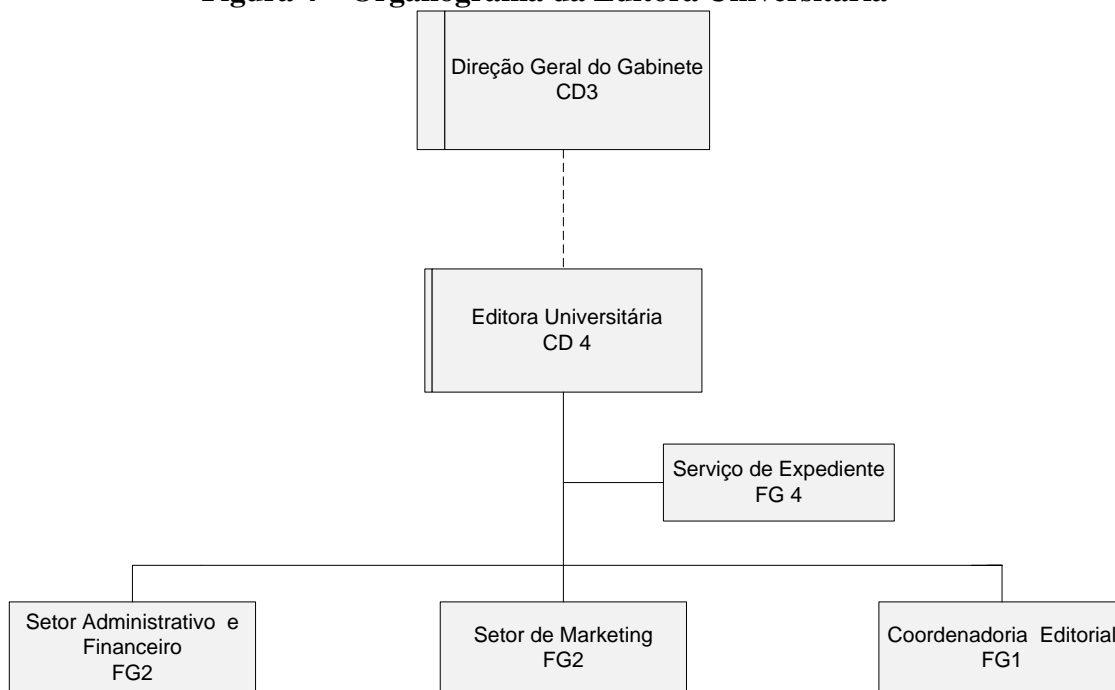
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 2 - Direção do Gabinete do Reitor**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção Geral do Gabinete	Assessorar diretamente o Reitor; assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo.	Alvaro Guillermo Rojas Lezana	Professor/ Diretor-geral	01/01/2017 a 25/10/2017
		Alvaro Guillermo Rojas Lezana	Professor/ Diretor-geral	06/11/2017 a 31/12/2017
Reitoria/ Chefe de Gabinete	Assessorar diretamente o Reitor e a Vice-Reitora; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.	Aureo Mafra de Moraes	Professor/ Chefe de gabinete	01/01/2017 a 24/10/2017
		Aureo Mafra de Moraes	Professor/ Chefe de gabinete	06/11/2017 a 31/12/2017
Gabinete do Reitor/ Assessoria do Gabinete	Atender ao Reitor, Vice-Reitora e Chefia do GR; executar atividades inerentes à área ou que venham a ser delegada pelo Reitor e pela Vice-Reitora.	Kátia Denise Moreira	Secretária Executiva/ Assessora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 4 – Organograma da Editora Universitária**



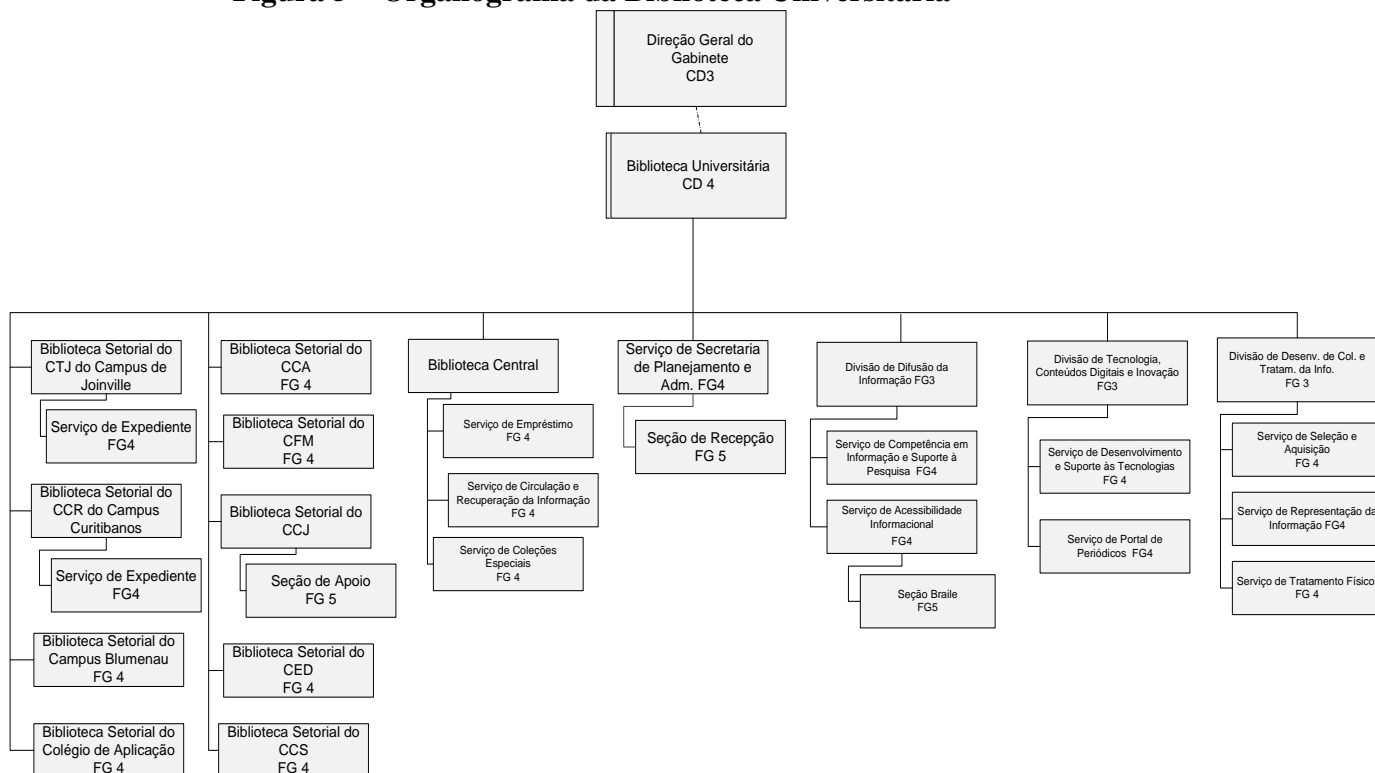
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 3 – Direção da Editora Universitária**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete/ Editora	Representar a Editora junto à Administração Superior da Universidade. Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades inerentes à Editora, bem como delegar competência, de acordo com as necessidades internas do órgão.	Gleisy Regina Bories Fachin	Professora/ Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 5 – Organograma da Biblioteca Universitária



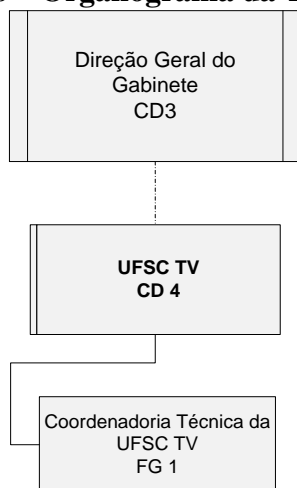
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 4 – Direção da Biblioteca Universitária

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete / Biblioteca	Estabelecer, em colaboração com os órgãos competentes da UFSC e extra Universidade, programas de treinamento, capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos da BU.	Roberta Moraes de Bem	Bibliotecário-Documentalista/ Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 6 – Organograma da TV UFSC**



Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 5 – Direção da TV UFSC**

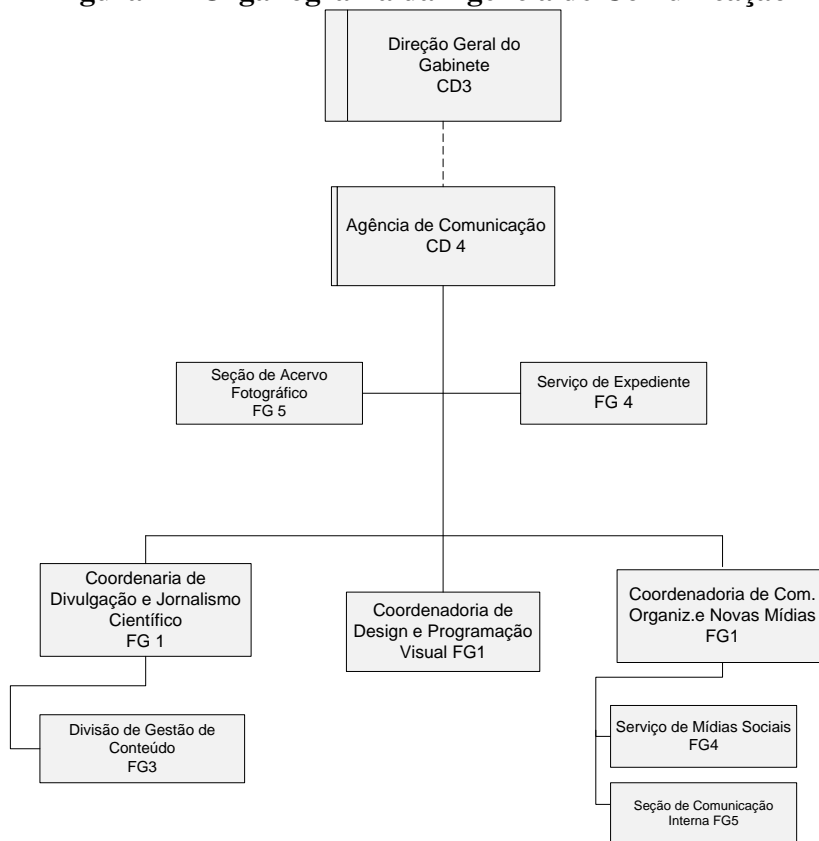
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete / TV UFSC	Planejar, organizar e dirigir as atividades técnicas, operacionais e administrativas da TV UFSC.	Felipe Jaino Laval Daniel	Técnico em Audiovisual/ Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC



## Agência de Comunicação

**Figura 7 – Organograma da Agência de Comunicação**



Fonte: DPGI/UFSC

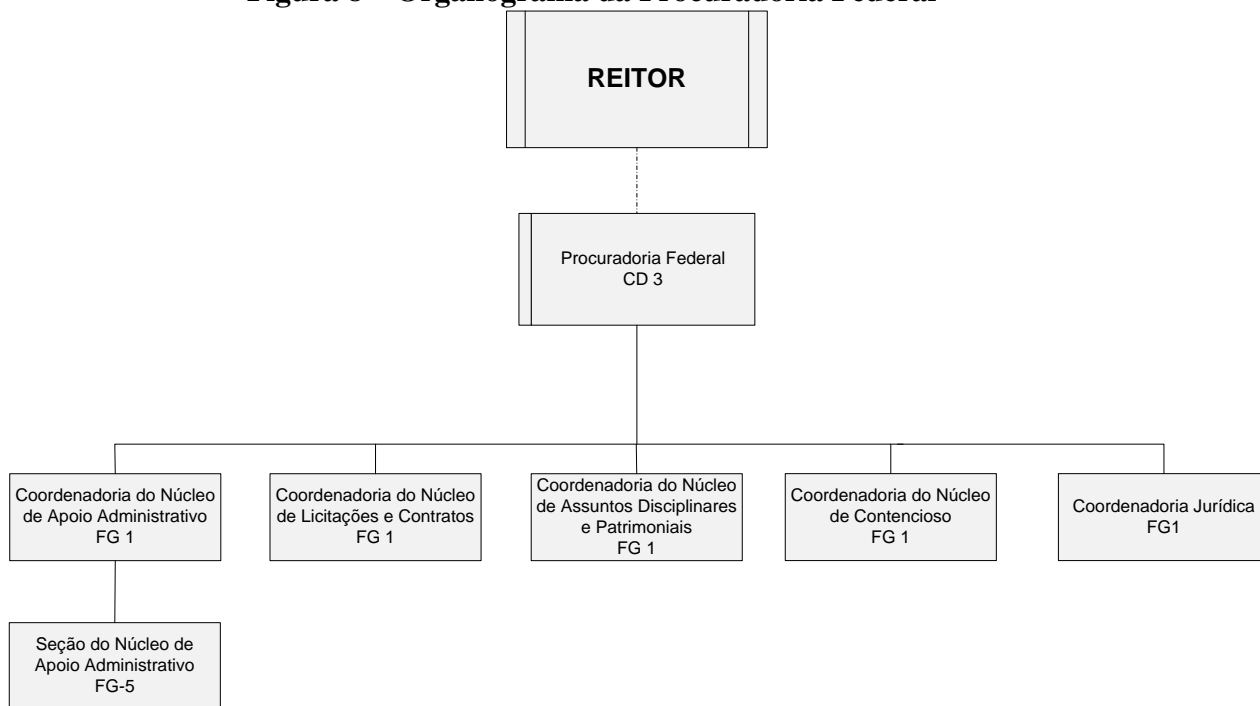
**Quadro 6 – Direção da Agência de Comunicação**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Direção Geral do Gabinete/ AGECOM	Propor e coordenar o planejamento e a execução de projetos e processos de comunicação institucional que visem à disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, assim como projetos e políticas institucionais.	Artemio Reinaldo de Souza	Jornalista/ Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Procuradoria Federal

**Figura 8 – Organograma da Procuradoria Federal**



Fonte: DPGI/UFSC

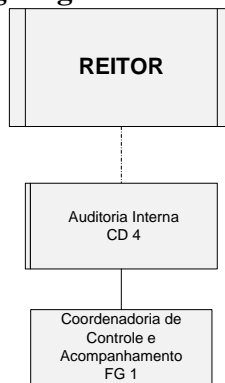
**Quadro 7 – Direção da Procuradoria Federal**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria / Procuradoria	Dirigir a PF-UFSC, organizar sua estrutura interna, superintender, distribuir e coordenar as suas atividades e lhe orientar a atuação; outras atividades que se fizerem necessárias ao bom desempenho de suas atribuições.	Juliano Scherner Rossi	Procurador Federal/ Procurador Chefe	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Auditoria Interna

**Figura 9 – Organograma da Auditoria Interna**



Fonte: DPGI/UFSC

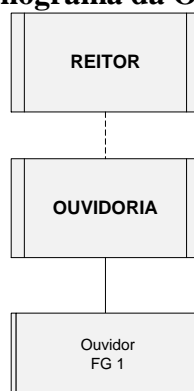
**Quadro 8 – Direção da Auditoria Interna**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Auditoria	Praticar todos os atos necessários à gestão administrativa e operacional da Auditoria Interna; praticar todos os demais atos necessários ao efetivo funcionamento da AUDIN, visando ao cumprimento de suas finalidades.	Audi Luiz Vieira	Administrador/ Auditor Chefe	2017

Fonte: DPGI/UFSC

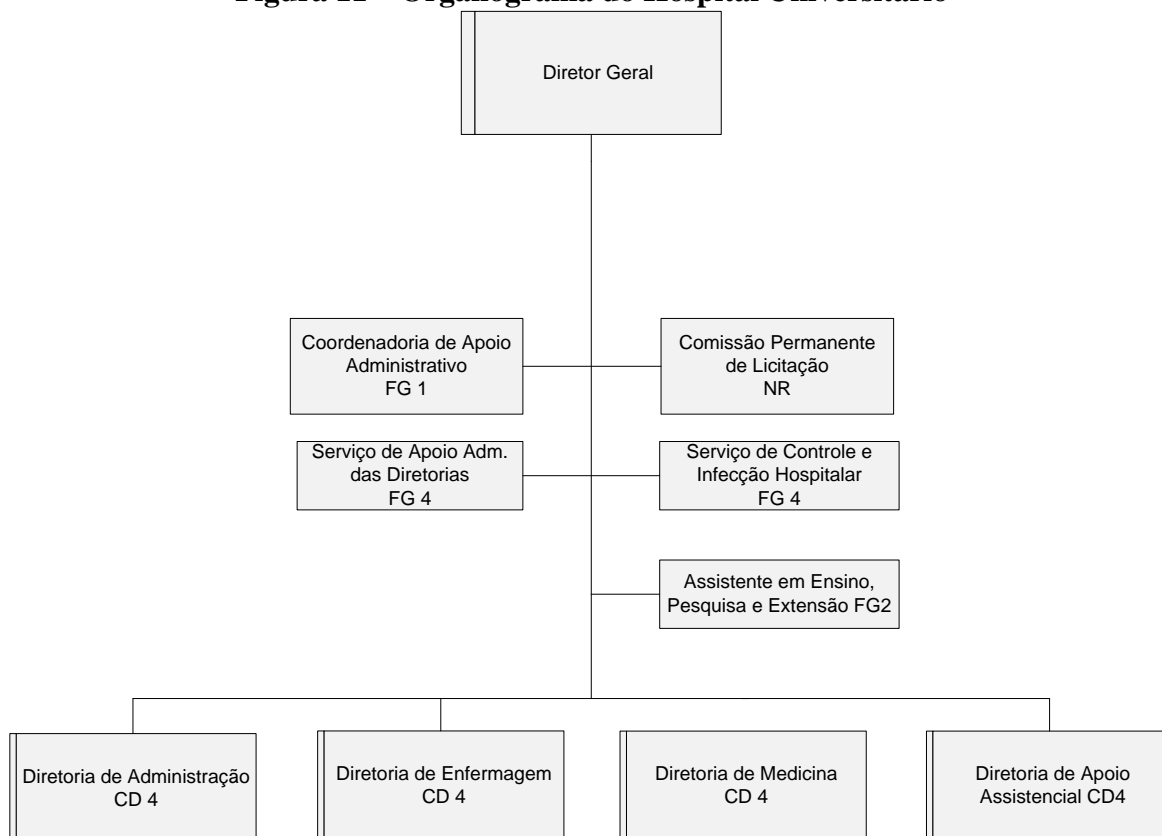
## Ouvidoria da UFSC

**Figura 10 – Organograma da Ouvidoria da UFSC**



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 11 – Organograma do Hospital Universitário



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 9 - Direção Geral do Hospital Universitário/UFSC

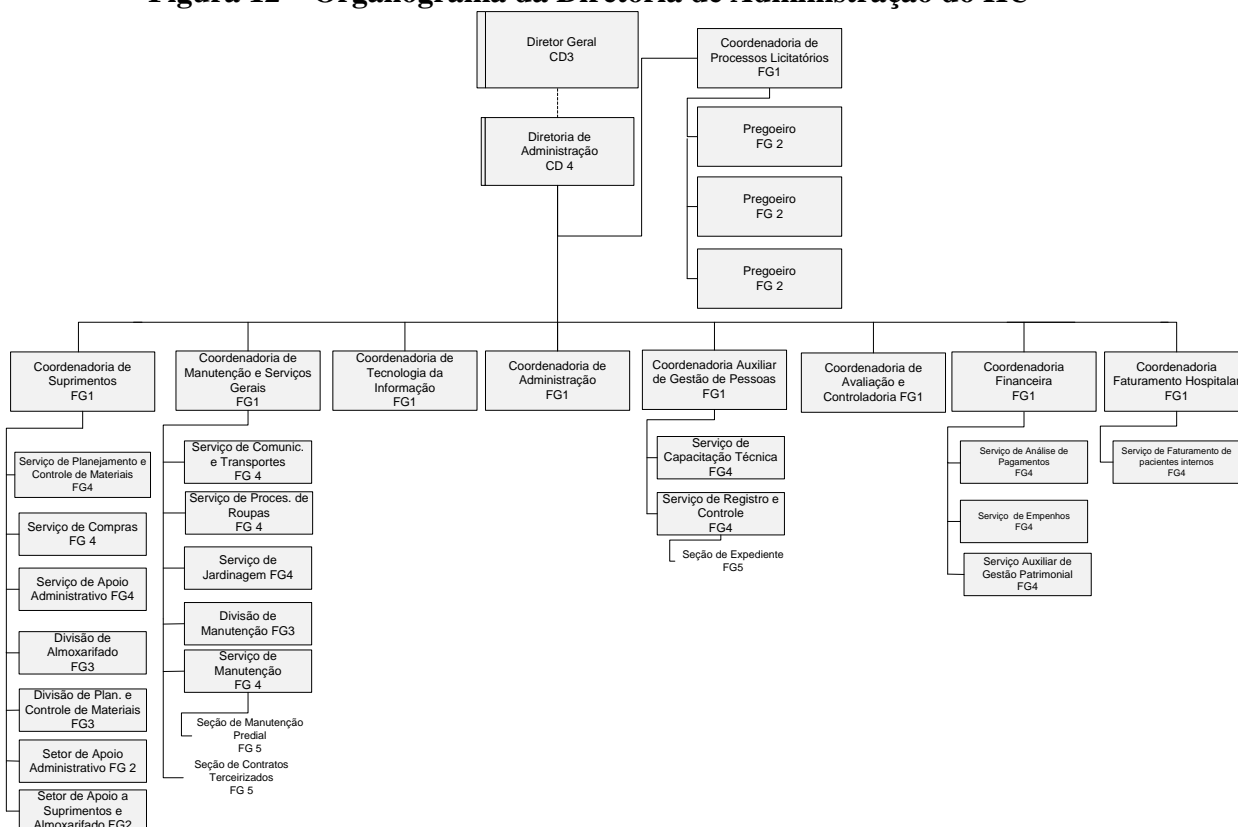
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
HU/ DA	Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos integrantes de sua Diretoria e onde se fizer necessário; planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.	Nélio Francisco Schmitt	Assistente em Administração/ Diretor de Administração	2017
HU/ DE	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Enfermagem; representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.	Eliane Matos	Enfermeira/ Diretora de Enfermagem	2017
HU/ DM	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar às atividades da Diretoria de Medicina; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência; responder pelas atividades de assistência médica no Hospital Universitário, assim como ser o elo de ligação com os departamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área médica.	Adriane Pogere	Médica/ Diretora de Medicina	01/01/2017 a 09/10/2017

HU/ DAA	Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar; representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe das áreas componentes da sua diretoria e onde se fizer necessário; assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.	Raquel Kuerten de Salles	Professora Associada/ Diretora de Apoio Assistencial	2017
---------	--	--------------------------	---	------

Fonte: DPGI/UFSC

## Diretoria de Administração

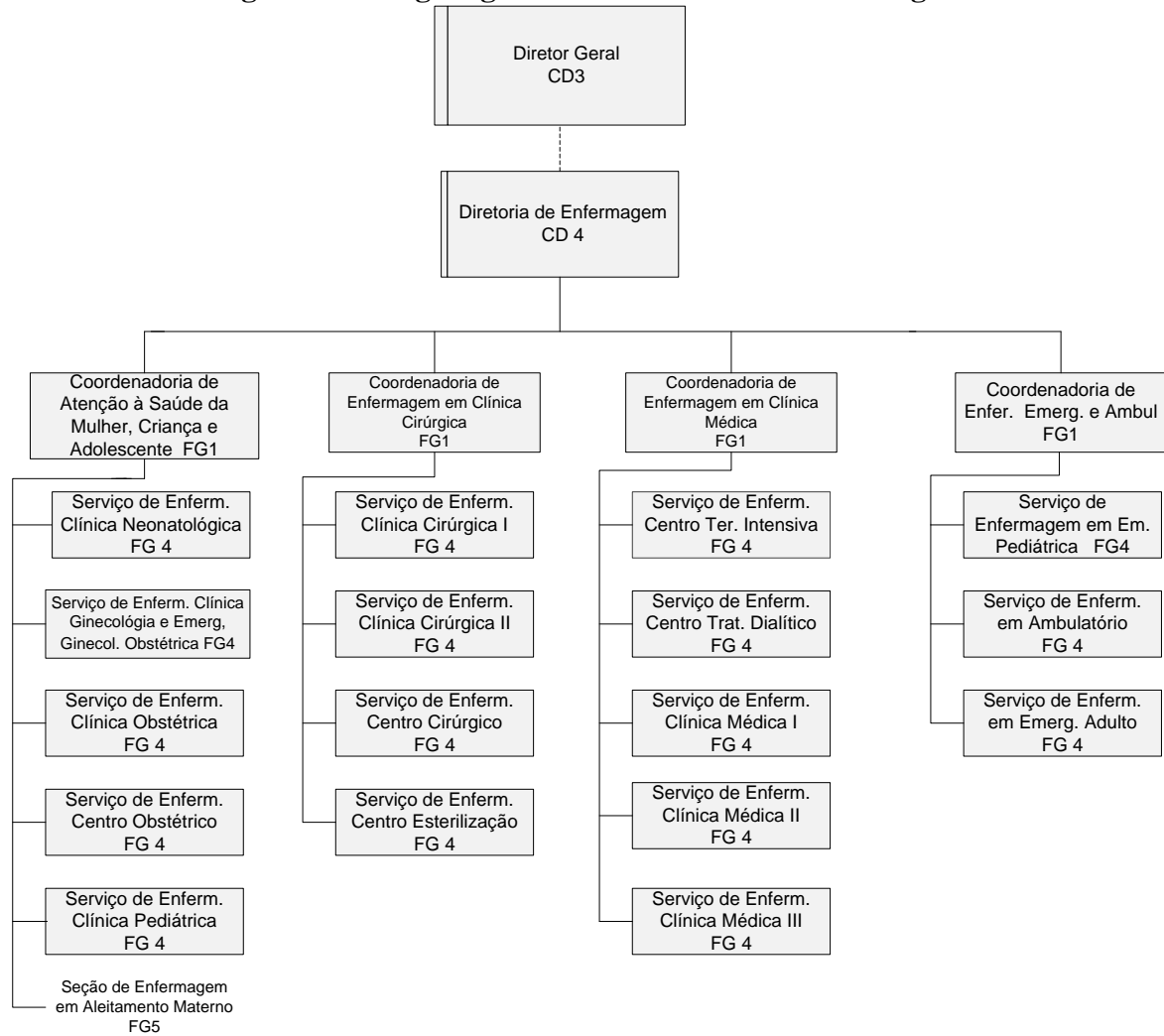
**Figura 12 – Organograma da Diretoria de Administração do HU**



Fonte: DPGI/UFSC

## Diretoria de Enfermagem

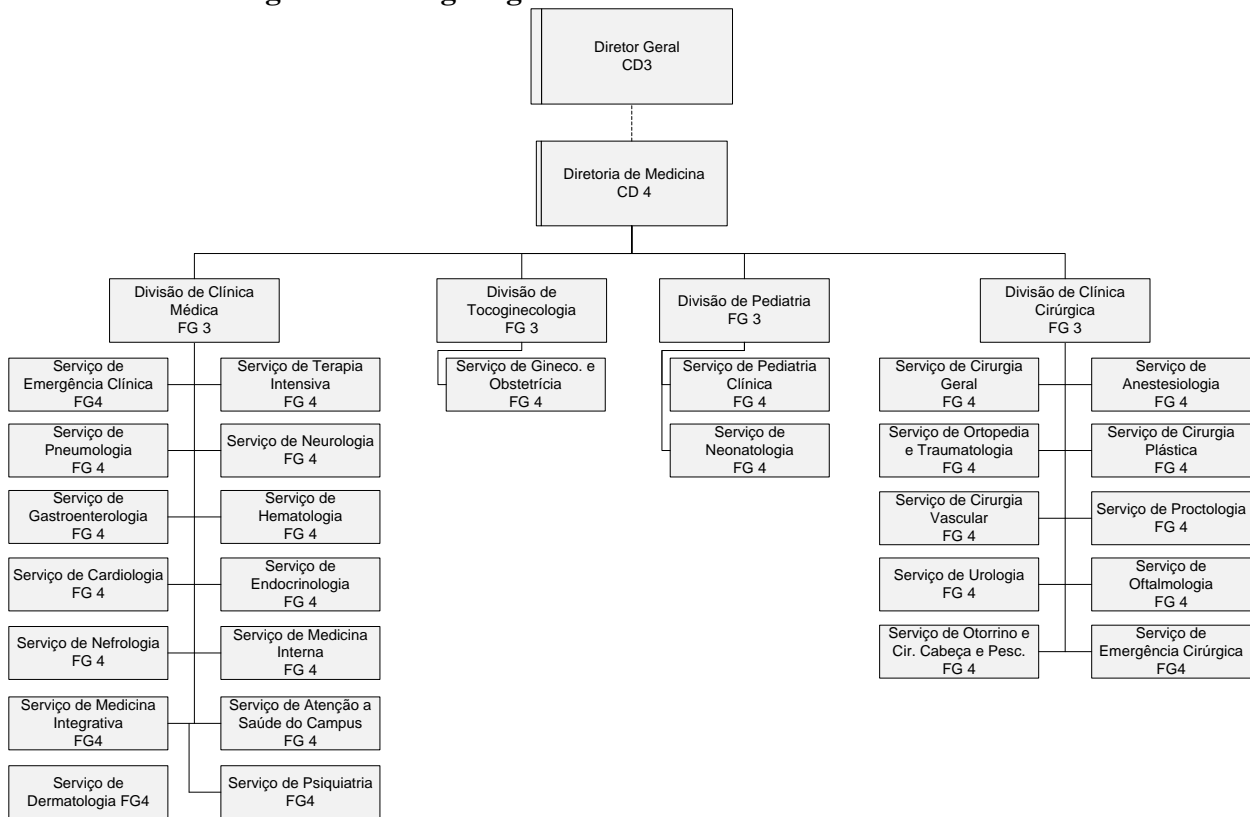
Figura 13 – Organograma da Diretoria de Enfermagem



Fonte: DPGI/UFSC

# Diretoria de Medicina

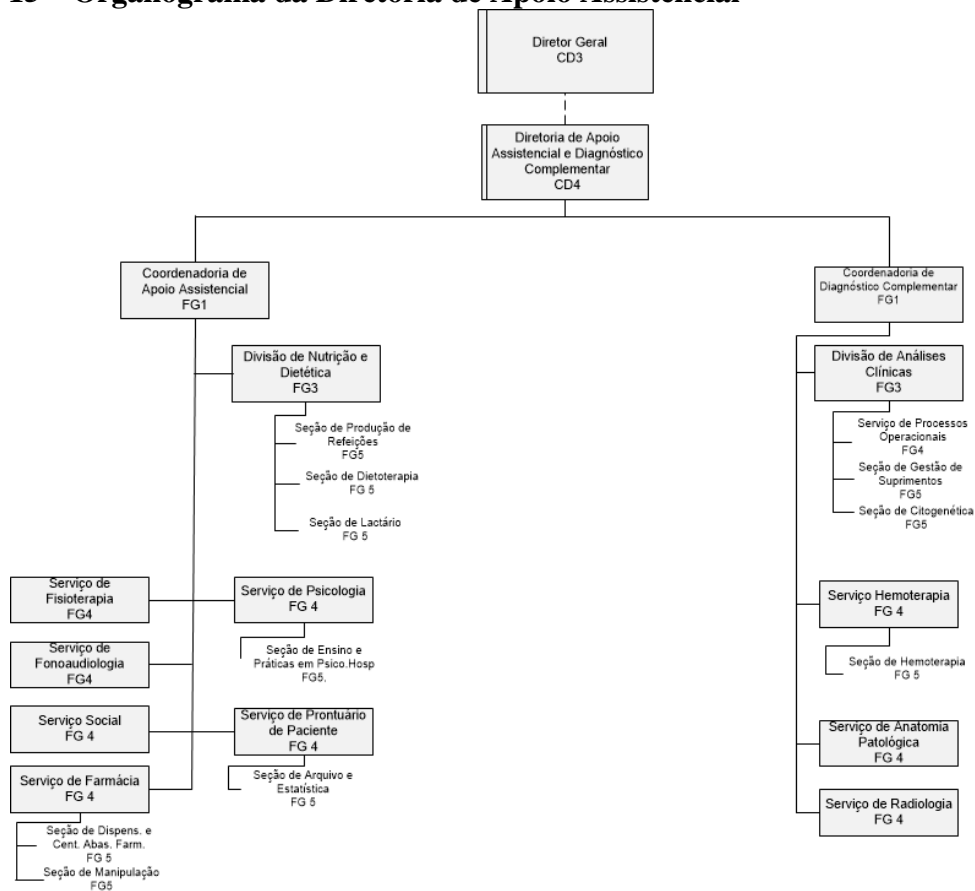
**Figura 14 – Organograma da Diretoria de Medicina**



Fonte: DPGI/UFSC

# Diretoria de Apoio Assistencial

Figura 15 – Organograma da Diretoria de Apoio Assistencial



Fonte: DPGI/UFSC



## **Pró-Reitorias**

As Pró-Reitorias são dirigidas por pró-reitores e as secretarias pelos secretários, escolhidos pelo reitor, dentre os integrantes do quadro de pessoal da Universidade, cuja nomeação deverá ser homologada pelo Conselho Universitário.

A UFSC é composta por 7 Pró-Reitorias e 10 Secretarias.

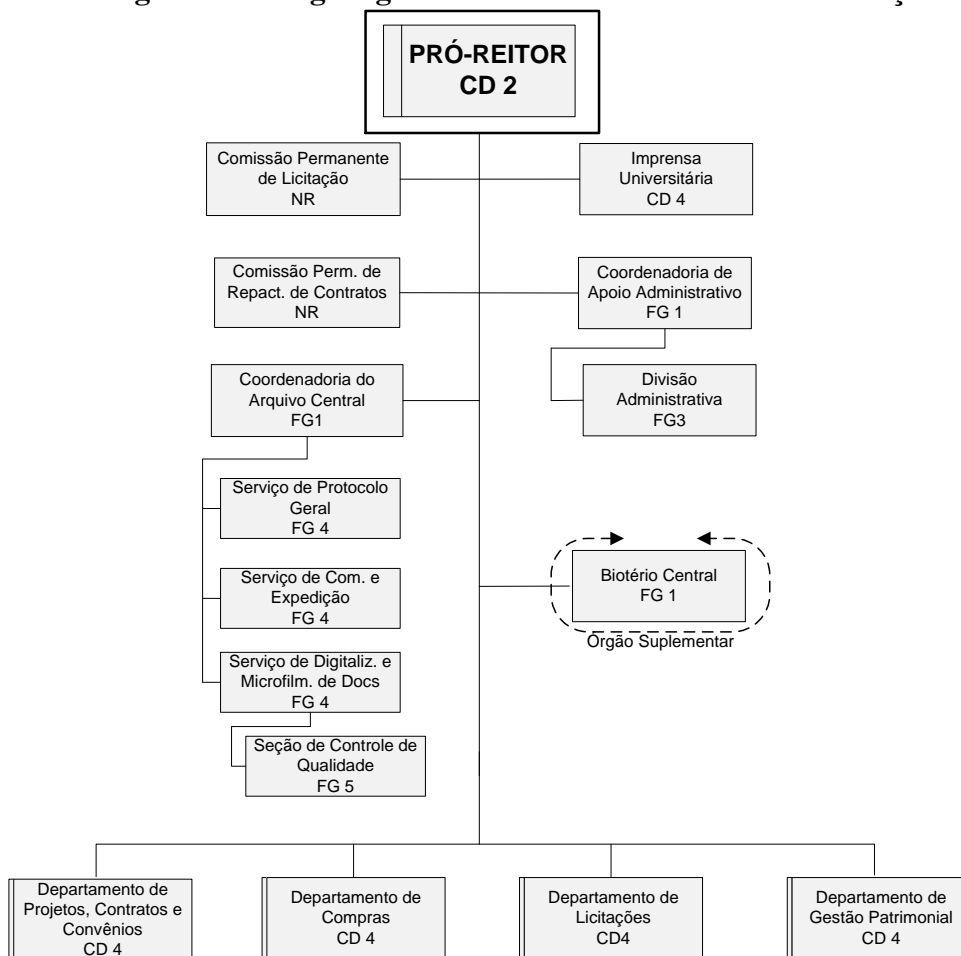
São Pró-Reitorias integrantes da estrutura organizacional da UFSC:

- Pró-Reitoria de Administração
- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

São Secretarias integrantes da estrutura organizacional da UFSC:

- Secretaria de Planejamento e Orçamento
- Secretaria de Cultura e Arte
- Secretaria de Relações Internacionais
- Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional
- Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente
- Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
- Secretaria de Educação a Distância
- Secretaria de Esportes
- Secretaria de Inovação
- Secretaria de Segurança Institucional

Figura 16 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 10 - Pró-Reitoria de Administração

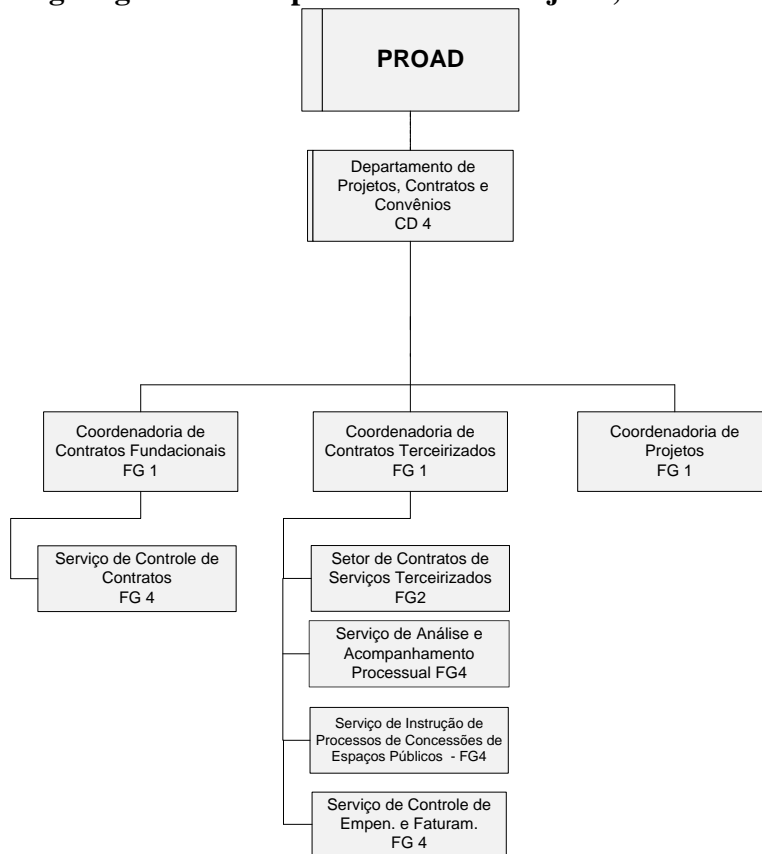
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROAD	Coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade; emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Jair Napoleao Filho	Assistente em Administração/ Pró-Reitor	01/01/2017 a 27/10/2017
		Jair Napoleao Filho	Assistente em Administração/ Pró-Reitor	06/11/2017 a 31/12/2017
PROAD/ DPC	Prover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das coordenadorias subordinadas ao Departamento; estabelecer vínculos fortes com as fundações de apoio da UFSC, objetivando amparar a administração de projetos; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo pró-reitor de administração.	Ulisses Iraí Zilio	Administrador/ Diretor	2017

PROAD/ DCOM	Planejar, coordenar e acompanhar os processos licitatórios de compras de material de consumo e permanente; estabelecer cronograma para a realização de licitações de material de consumo e permanente; subsidiar a Administração e as unidades de ensino com informações concernentes aos processos de compra.	Guilherme Kraus Alves	Assistente em Administração/ Diretor	2017
PROAD/ DPL	Gerenciar a realização dos procedimentos licitatórios visando à contratação de obras e, serviços e à aquisição de bens de consumo e permanentes para a UFSC; coordenar e orientar a equipe de servidores do Departamento, segundo as diretrizes legais que norteiam os procedimentos licitatórios; dar transparência aos certames licitatórios realizados pelo Departamento; assumir a responsabilidade naquilo que for concernente ao papel de Direção quanto aos trabalhos realizados pela equipe de servidores lotados no DPL.	Ricardo da Silveira Porto	Contador/ Diretor	2017
PROAD/ DGP	Atuar política e administrativamente, identificando oportunidades para a melhoria do Departamento e da gestão patrimonial na UFSC; promover o levantamento físico dos bens que estejam em sua unidade, considerando também os bens de uso comum do Departamento; exercer outras atividades inerentes em nível estratégico.	Hudson Queiroz	Assistente em Administração/ Diretor	2017
PROAD/ IMPrensa	Coordenar e executar os serviços de impressão gráfica; efetuar previsões de custos relacionados com os serviços solicitados; manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando à melhoria da qualidade dos serviços; propor diretrizes sobre a política de serviços gráficos da UFSC e participar de sua execução; exercer outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	Paulo Marcio Avila	Montador Cinematográfico / Diretor-Geral	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Departamento de Projetos, Contratos e Convênios

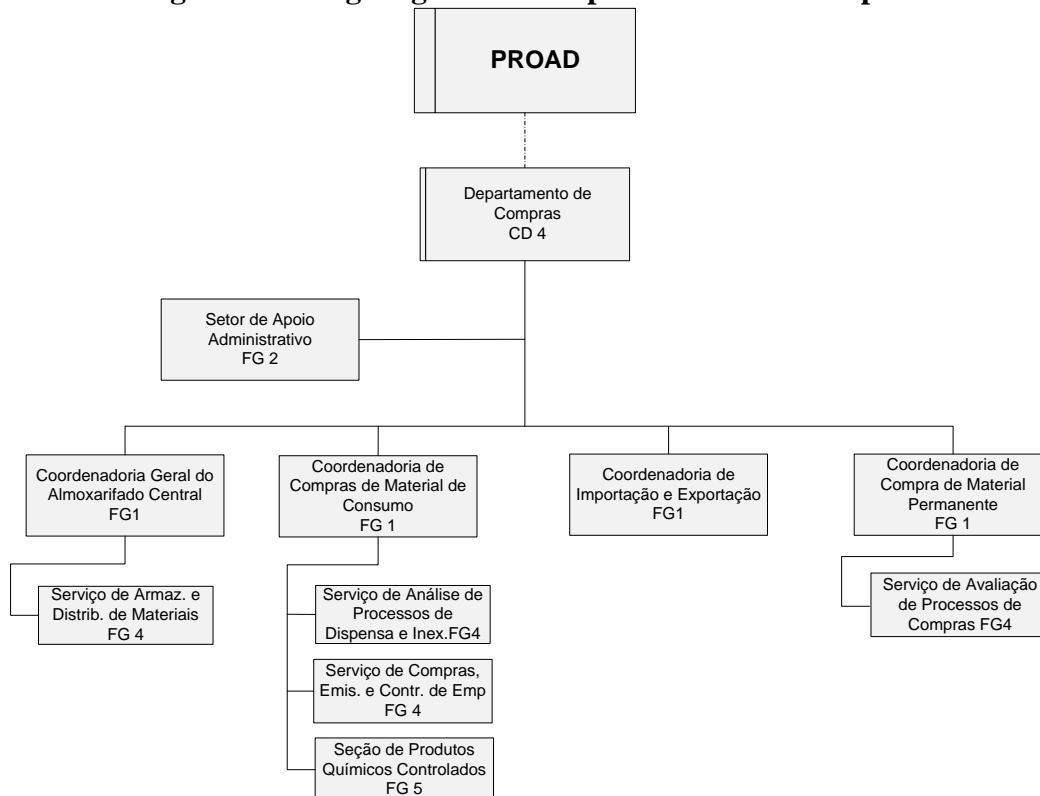
Figura 17 – Organograma do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios



Fonte: DPGI/UFSC

## Departamento de Compras

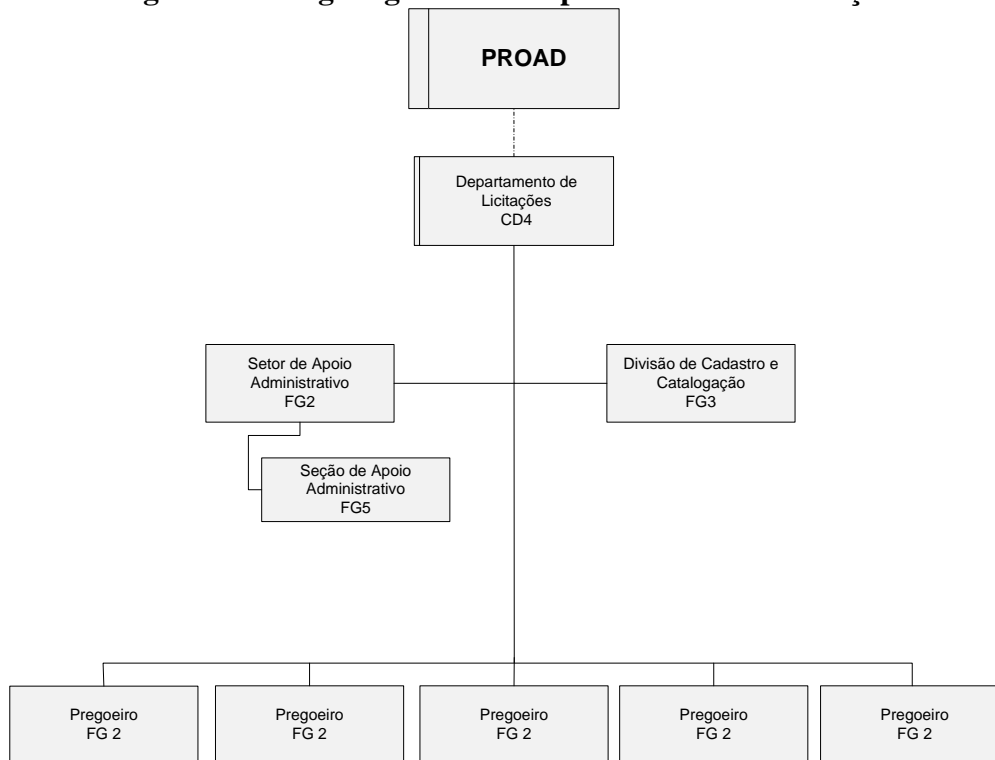
Figura 18 – Organograma do Departamento de Compras



Fonte: DPGI/UFSC

## Departamento de Licitações

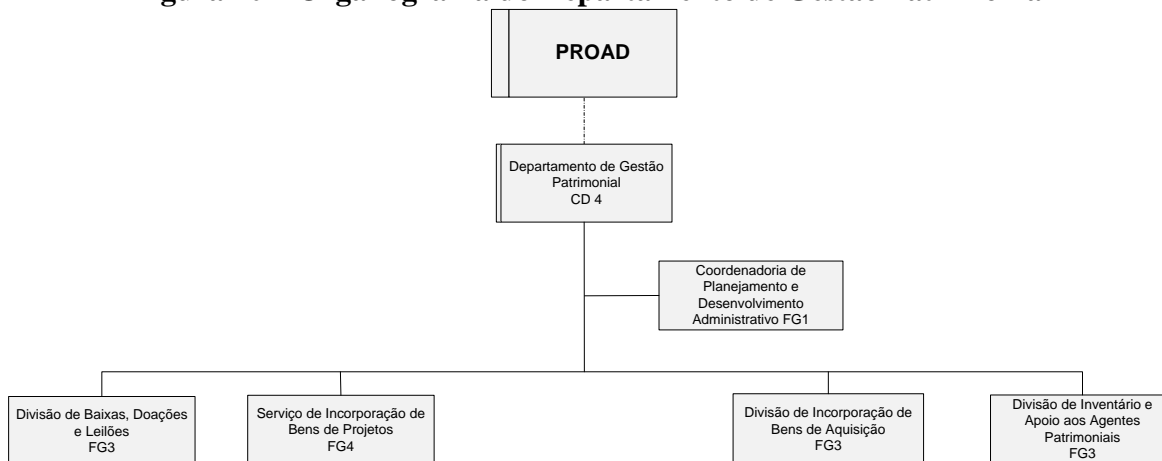
**Figura 19 – Organograma do Departamento de Licitações**



Fonte: DPGI/UFSC

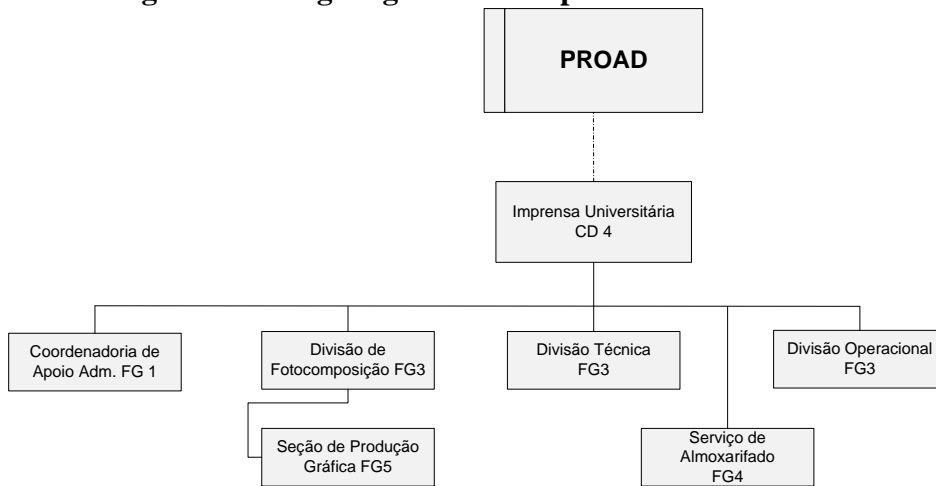
## Departamento de Gestão Patrimonial

**Figura 20 – Organograma do Departamento de Gestão Patrimonial**



Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 21 – Organograma da Imprensa Universitária**



**Biotério Central**

**Figura 22 – Organograma do Biotério Central**

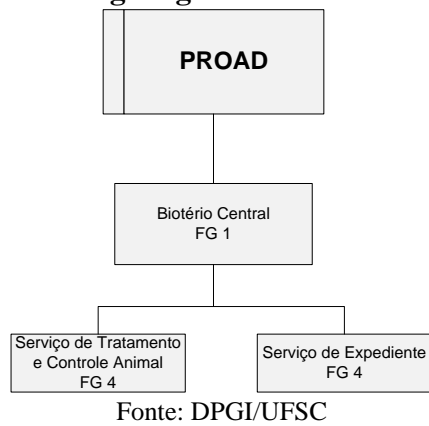
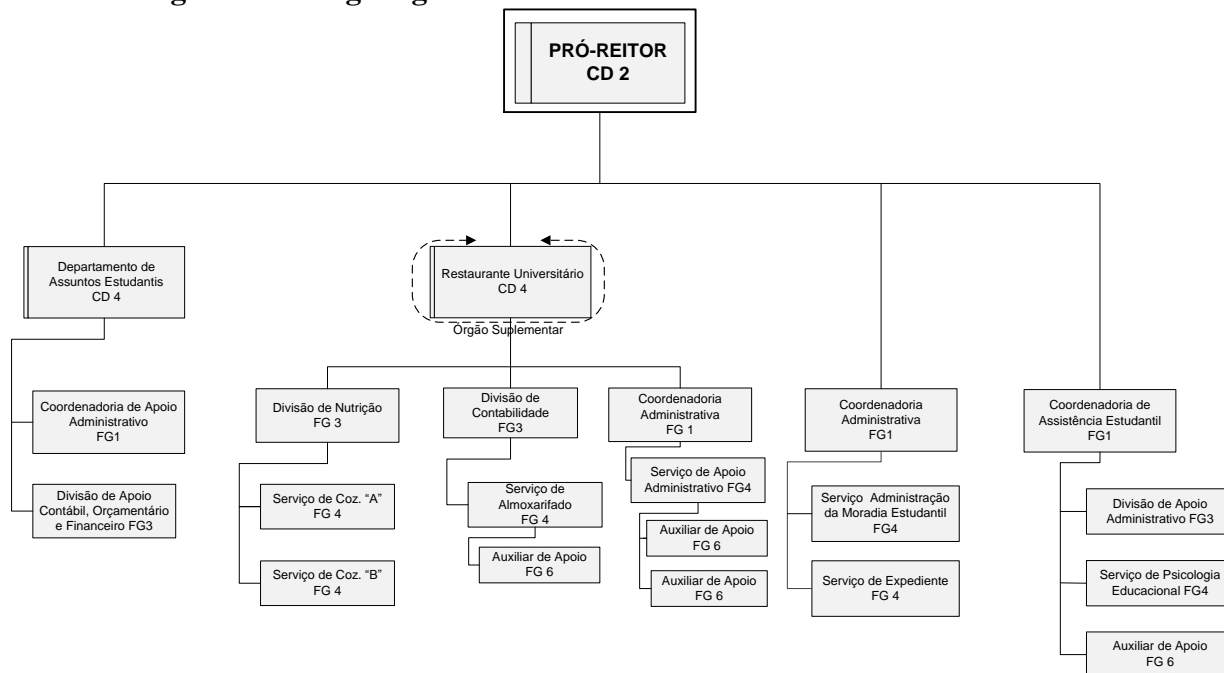


Figura 23 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



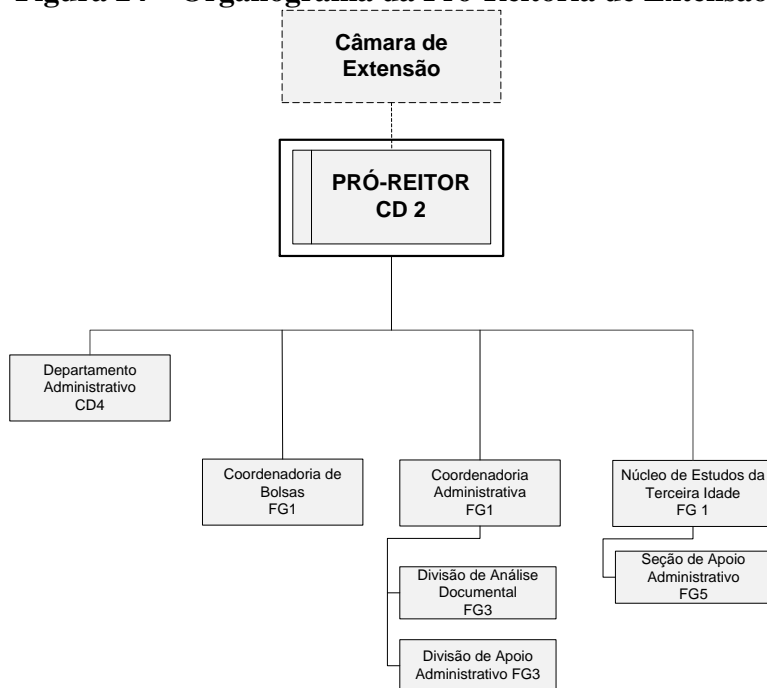
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 11 - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PRAE	Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; movimentos estudantis; e políticas sociais; planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assistência estudantil.	Pedro Luiz Manique Barreto	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2017 a 26/10/2017
		Pedro Luiz Manique Barreto	Professor/ Pró-Reitor	06/11/2017 a 31/12/2017
PRAE/DAE	Gerenciar a estrutura administrativa do respectivo departamento necessária ao desempenho das suas atividades; Gerenciar todos os programas competentes ao departamento; executar demais atividades da PRAE que sejam delegadas pelo Pró-Reitor e substituí-lo em seus afastamentos regulares; realizar contratações de veículos solicitadas por outros setores da UFSC dentro dos programas institucionais operacionalizados pela PRAE;	Ruy Tadeu Mambrini Ribas	Assistente em Administração / Diretor	01/01/2017 a 01/11/2017
		Vanessa Alves	Assistente em Administração /Diretora	16/11/2017 a 31/12/2017
PRAE/ RU	Administrar o fornecimento de alimentação à comunidade universitária, de acordo com os padrões técnicos e de qualidade; participar da elaboração de editais específicos a sua área de atuação, visando à aquisição e fornecimento de alimentos de qualidade; executar outras atividades inerentes à área de atuação, ou que venham a ser delegada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.	Maria das Graças Martins	Cozinheira/ Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 24 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão



Fonte: DPGI/UFSC

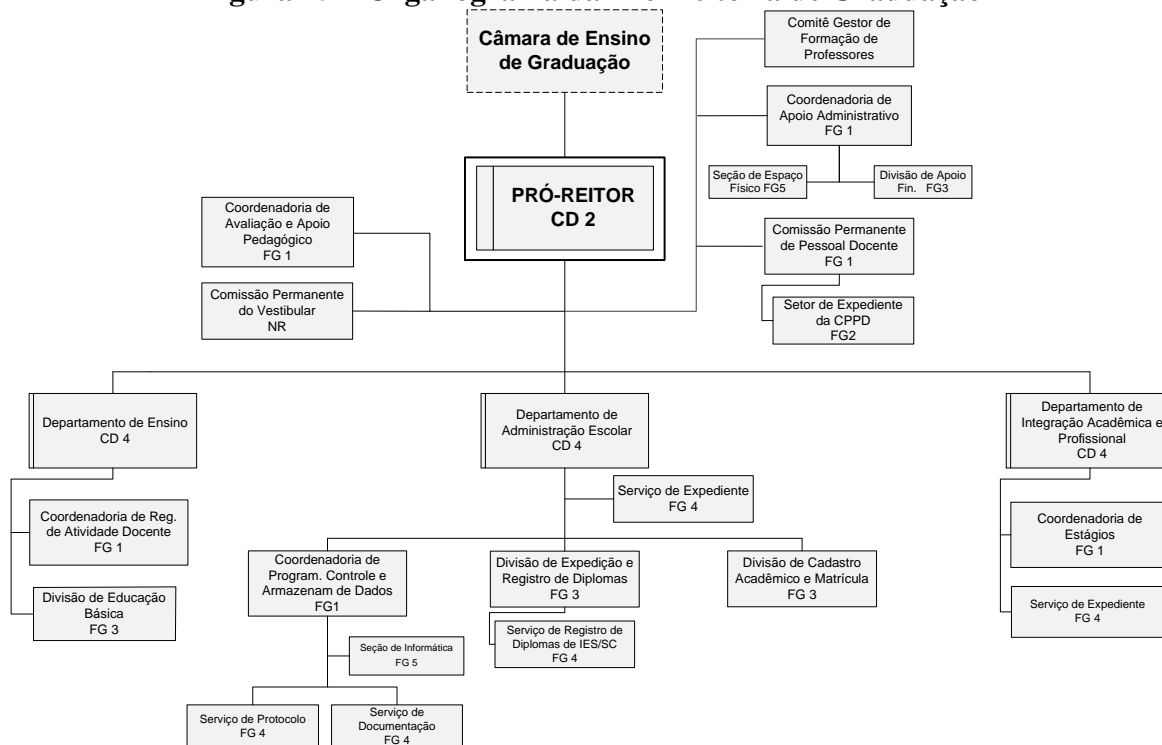
Quadro 12 - Pró-Reitoria de Extensão

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROEX	Coordenar a formulação e a implantação de políticas para a extensão e as atividades dos órgãos executores associados; assessorar a comunidade universitária no encaminhamento e desenvolvimento de ações de extensão; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Rogério Cid Bastos	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2017 a 25/10/2017
		Rogério Cid Bastos	Professor/ Pró-Reitor	06/11/2017 a 31/12/2017
PROEX/ Departamento Administrativo	Instruir processos que são submetidos à consideração do Pró-Reitor; transmitir as decisões do Pró-Reitor no âmbito da Pró-Reitoria; coordenar programas e projetos de extensão institucionais; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às ações de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação.	Graziela de Luca Canto	Professora/ Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC



Figura 25 – Organograma da Pró-Reitoria de Graduação



Fonte: DPGI/UFSC

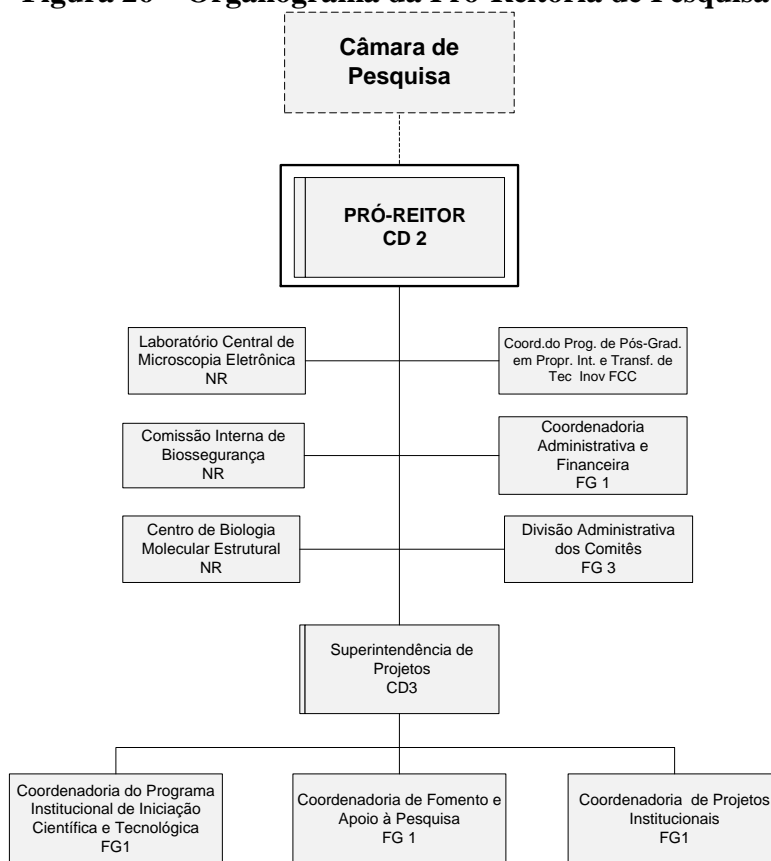
Quadro 13 - Pró -Reitoria de Graduação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROGRAD	Coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica; emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação; elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário; propiciar o aperfeiçoamento pedagógico continuado aos docentes, bem como estimular a capacitação em nível de pós-graduação.	Tereza Cristina Rozone de Souza	Professora/ Pró-Reitora	01/01/2017 a 13/02/2017
		Alexandre Marino Costa	Professor/Pró-Reitor	14/02/2017 a 30/10/2017
		Alexandre Marino Costa	Professor/Pró-Reitor	06/11/2017 a 31/12/2017
PROGRAD/ DEN	Propor ações voltadas à melhoria permanente da qualidade do ensino de graduação e do ensino básico.	Vanessa Stopanovski Ribeiro	Técnica em Assuntos Educacionais/	01/01/2017 a 14/02/2017

			Diretora	
		Tereza Cristina Rozone de Souza	Técnica em Assuntos Educacionais/ Diretora	14/02/2017 a 31/12/2017
PROGRAD/ DAE	Coordenar as atividades relacionadas à matrícula dos alunos regulares e especiais no ensino de graduação.	Cesar Trindade Neves	Assistente em Administração / Diretor	2017
PROGRAD/ DIP	Coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à UFSC; coordenar as atividades na área de estágio, a formalização e execução dos termos de convênio e de compromisso, a captação, divulgação e distribuição de vagas, o gerenciamento dos recursos, a emissão de certificados e a elaboração e atualização dos regimentos de estágios dos cursos.	Alexandre Guilherme Lenzi de Oliveira	Professor/ Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 26 – Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa



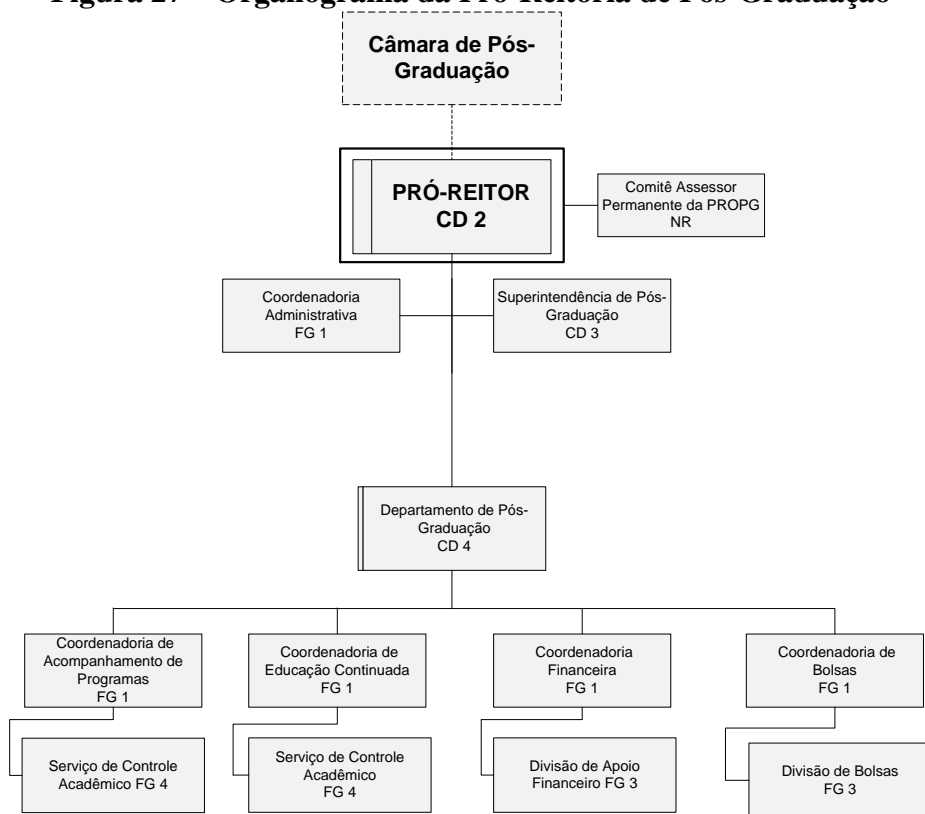
Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 14 - Pró-Reitoria de Pesquisa

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROPESQ	Fazer cumprir a legislação de pesquisa junto a Câmara de pesquisa, Centros, Departamentos e Órgãos Suplementares; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa; coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.	Sebastiao Roberto Soares	Professor/ Pró-Reitor	01/01/2017 a 30/10/2017
		Sebastiao Roberto Soares	Professor/ Pró-Reitor	06/11/2017 a 31/12/2017
PROPESQ/ SP	Substituir o Pró-Reitor e seu Adjunto em suas faltas e impedimentos; coordenar projetos de pesquisa institucionais; promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa, no que diz respeito à sua execução e divulgação; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.	Armando Albertazzi G. Junior	Professor/ Superintendente	2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 27 – Organograma da Pró-Reitoria de Pós-Graduação



Fonte: DPGI/UFSC

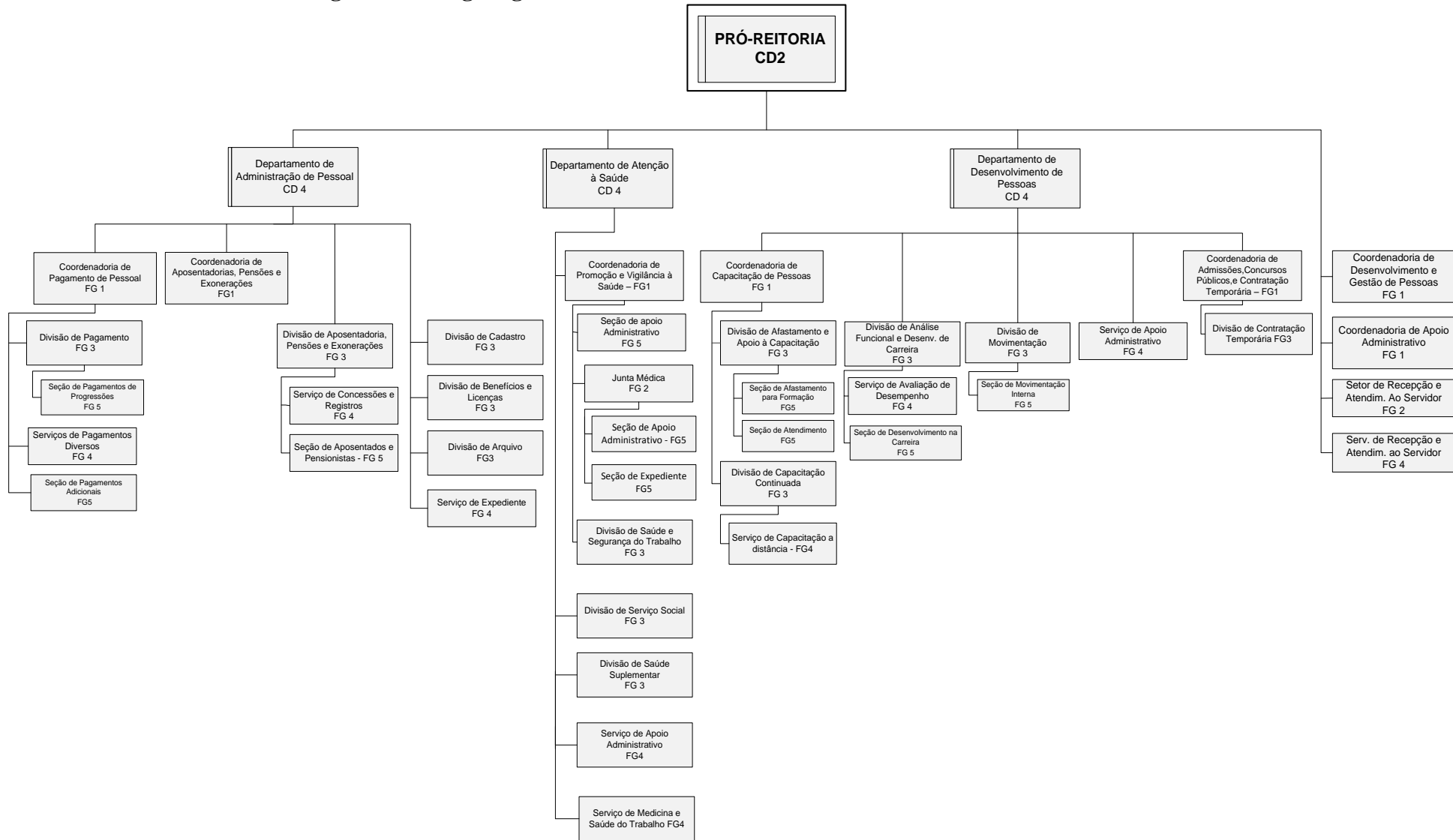
Quadro 15 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PROPG	Coordenar a formulação e a implementação de políticas para a pós-graduação e as atividades dos órgãos executores associados.	Sergio Fernando Torres de Freitas	Professor / Pró-Reitor	01/01/2017 a 01/11/20017
		Hugo Moreira Soares	Professor / Pró-Reitor	16/11/2017 a 31/12/2017
PROPG/SPG	Substituir o pró-reitor em suas faltas e impedimentos; assessorar o pró-reitor na formulação e na implementação de políticas para a pós-graduação e nas atividades dos órgãos executores associados; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor e/ou pelo pró-reitor de pós-graduação.	Hugo Moreira Soares	Professor / Superintendente	08/03/2017 a 16/11/2017
		Admir José Giachini	Professor / Superintendente	30/11/2017 a 31/12/2017
PROPG/ DPG	Supervisionar as atividades das diversas coordenadorias da PROPG e da gestão dos recursos financeiros destinados à pós-graduação.	Marcos Moisés Pompílio	Assistente em Administração / Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

# Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Figura 28 – Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas



Fonte: DPGI/UFSC

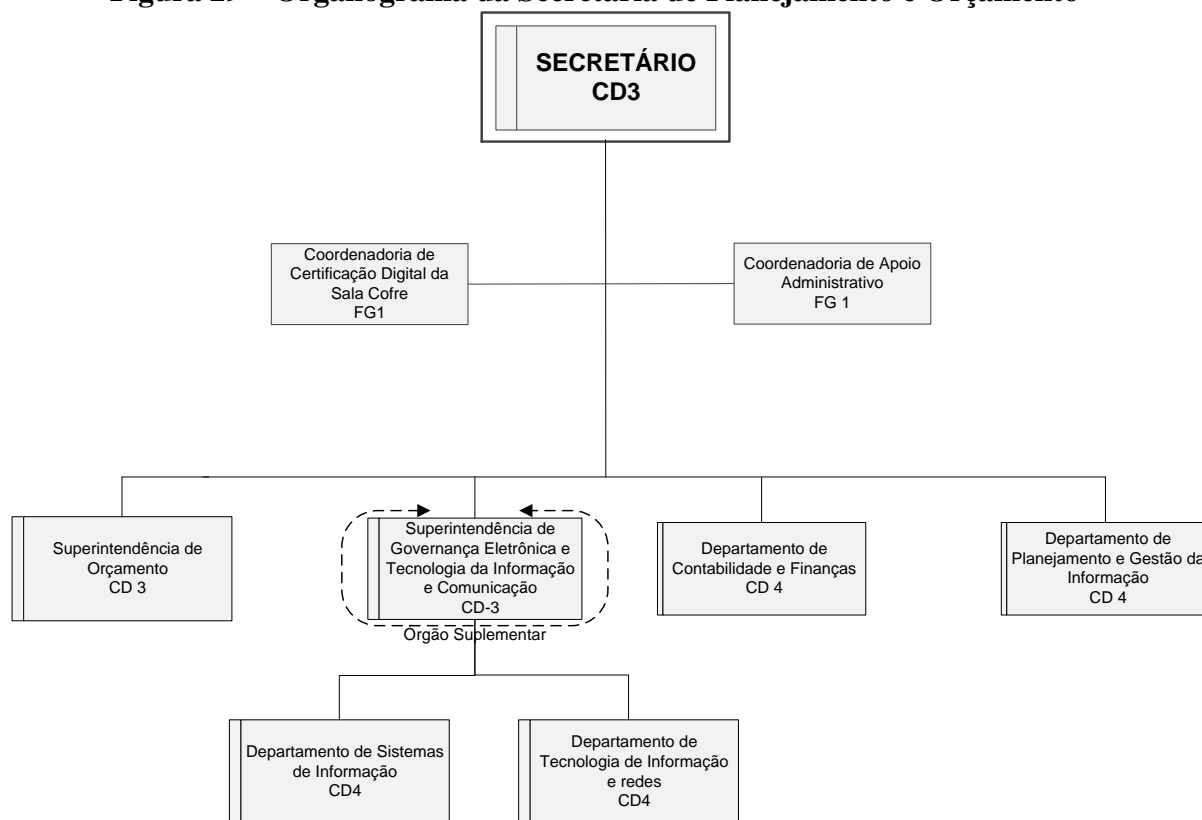
**Quadro 16 – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ PRODEGESP	Auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas na área de desenvolvimento e gestão de pessoas; coordenar a execução das ações inerentes à política de Desenvolvimento e de Gestão de Pessoas, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes.	Carla Cristina Dutra Burigo	Pedagoga/ Pró-Reitora	01/01/2017 a 01/11/2017
		Carla Cristina Dutra Burigo	Pedagoga/ Pró-Reitora	06/11/2017 a 31/12/2017
PRODEGESP / DAP	Coordenar e desenvolver ações de administração de pessoal e gerenciamento dos processos de trabalho que envolve questões relacionadas às aposentadorias, pensões, exonerações, benefícios e licenças, pagamentos, cadastros e arquivos.	Rita de Cássia Knabben	Técnico em Assuntos Educacionais/ Diretora	2017
PRODEGESP / DAS	Desenvolver ações de Atenção à saúde e gerenciamento dos processos de trabalho nas questões que envolvem assistência suplementar, perícia oficial em saúde, promoção e vigilância em saúde, que visem à qualidade de vida no trabalho, o reconhecimento e a valorização dos servidores da UFSC em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal e demais normativas correlacionadas.	Paulo Eduardo Botelho	Assistente em Administração/ Diretor	2017
PRODEGESP / DDP	Desenvolver ações institucionais, em consonância com o PDI, que desenvolvam o servidor como agente de transformação social, e promovam a melhoria do seu nível de qualidade de vida no trabalho, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento e de gestão de pessoas.	Lilian Cristiane Silva De Oliveira	Administradora/ Diretora	01/01/2017 a 14/03/2017
		Patricia Cristiana Belli	Administradora/ Diretora	14/03/2017 a 10/08/2017
		Eliete Warquen Bahia Costa	Assistente em Administração/ Diretora	10/08/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Secretaria de Planejamento e Orçamento

**Figura 29 – Organograma da Secretaria de Planejamento e Orçamento**



Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 17 - Secretaria de Planejamento e Orçamento**

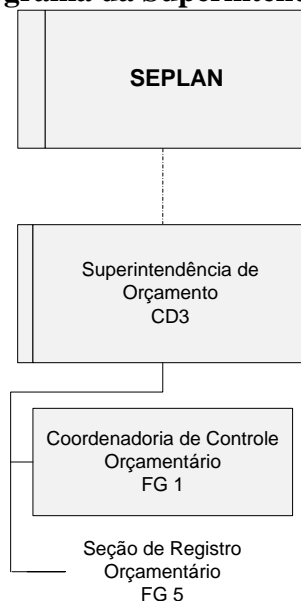
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEPLAN	Coordenar o Planejamento Institucional, a Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil, da Informação, bem como a elaboração da Prestação de Contas Anual; propor valores e diretrizes institucionais para a excelência da gestão e executar outras atividades inerentes à área ou que venham a lhe ser delegados por autoridade competente.	Vladimir Arthur Fey	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 04/11/2017
		Vladimir Arthur Fey	Professor/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017
SEPLAN/ SO	Assessorar o Secretário de Planejamento e Orçamento em todas as matérias referentes à gestão orçamentária; executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.	Otávio Vanderlei Berlanda	Contador/ Superintendente	2017
SEPLAN/ DCF	Subsidiar a prestação de contas da UFSC com os balanços orçamentários, financeiros, patrimonial e das variações patrimoniais; desenvolver, coordenar e	Guilherme Martins Santana	Assistente em Administração/ Diretor	2017

	avaliar as atividades de execução financeira e contábil; executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.			
SEPLAN/ DPGI	Propor o planejamento institucional; gerir os sistemas de informação associados e propor adequações quando necessário; executar as funções do procurador educacional institucional (PI).	Sérgio Roberto Pinto da Luz	Assistente em Administração/ Diretor	2017
SEPLAN/ SETIC	Assessorar administrativamente o superintendente no âmbito de suas atribuições institucionais; coletar dados e informações necessários ao desenvolvimento das atividades da SeTIC; planejar, organizar e realizar tarefas próprias de rotina administrativa inerentes à área e outras que venham a ser atribuídas pelo superintendente ou por autoridade competente.	Marcio Cledes	Analista de Tecnologia da Informação/ Superintendente	2017
SEPLAN/ DSI	Levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de sistemas de informação das unidades administrativas e acadêmicas; especificar, desenvolver e implantar sistemas de informação administrativos e acadêmicos; assessorar o Superintendente de TIC no que tange às suas atribuições.	Leonardo Meurer	Analista de Tecnologia da Informação/ Diretor	2017
SEPLAN/ DTR	Planejar e desenvolver projetos de infraestrutura e serviços de TIC; levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de soluções de TIC das unidades administrativas e acadêmicas; assessorar o Superintendente de TIC no que tange às suas atribuições.	Bruno Carlo Celeguim de Amattos	Técnico de Tecnologia da Informação/ Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Superintendência de Orçamento

**Figura 30 – Organograma da Superintendência de Orçamento**

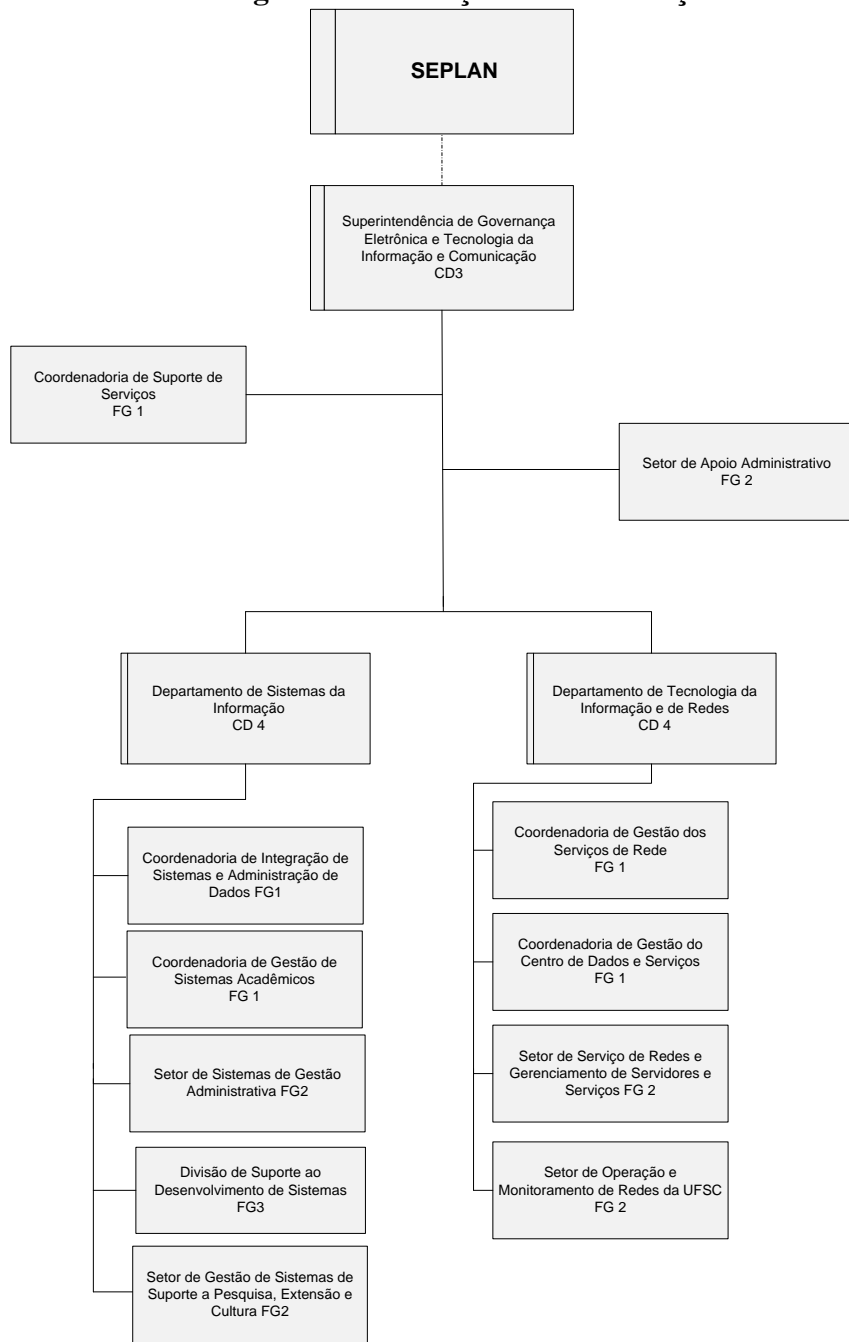


Fonte: DPGI/UFSC



# Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

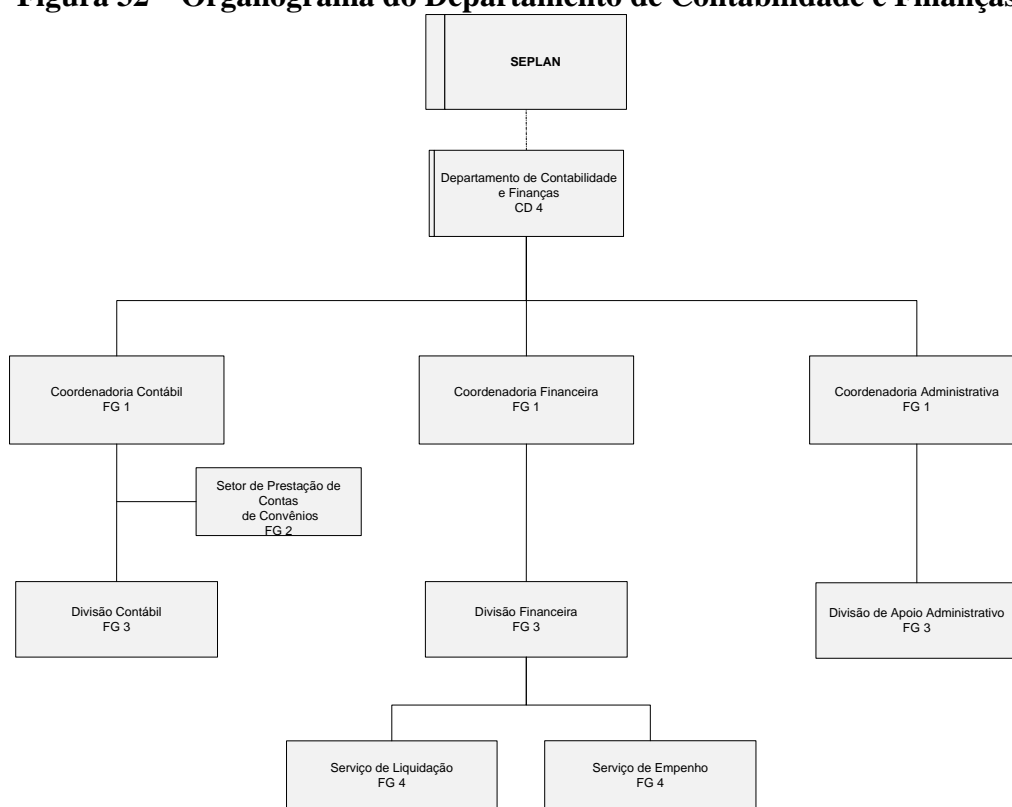
**Figura 31 – Organograma da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação**



Fonte: DPGI/UFSC

## Departamento de Contabilidade e Finanças

Figura 32 – Organograma do Departamento de Contabilidade e Finanças



## Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

Figura 33 – Organograma do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

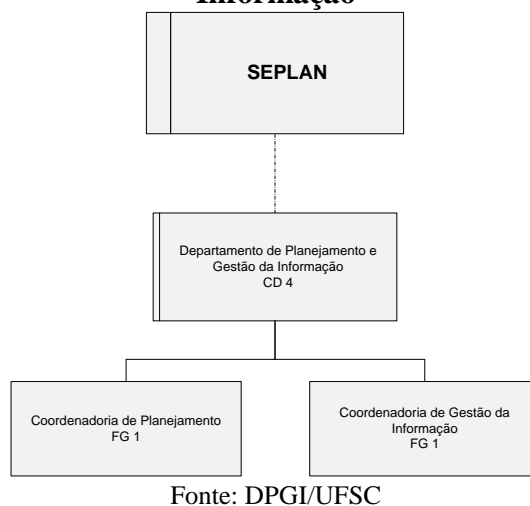
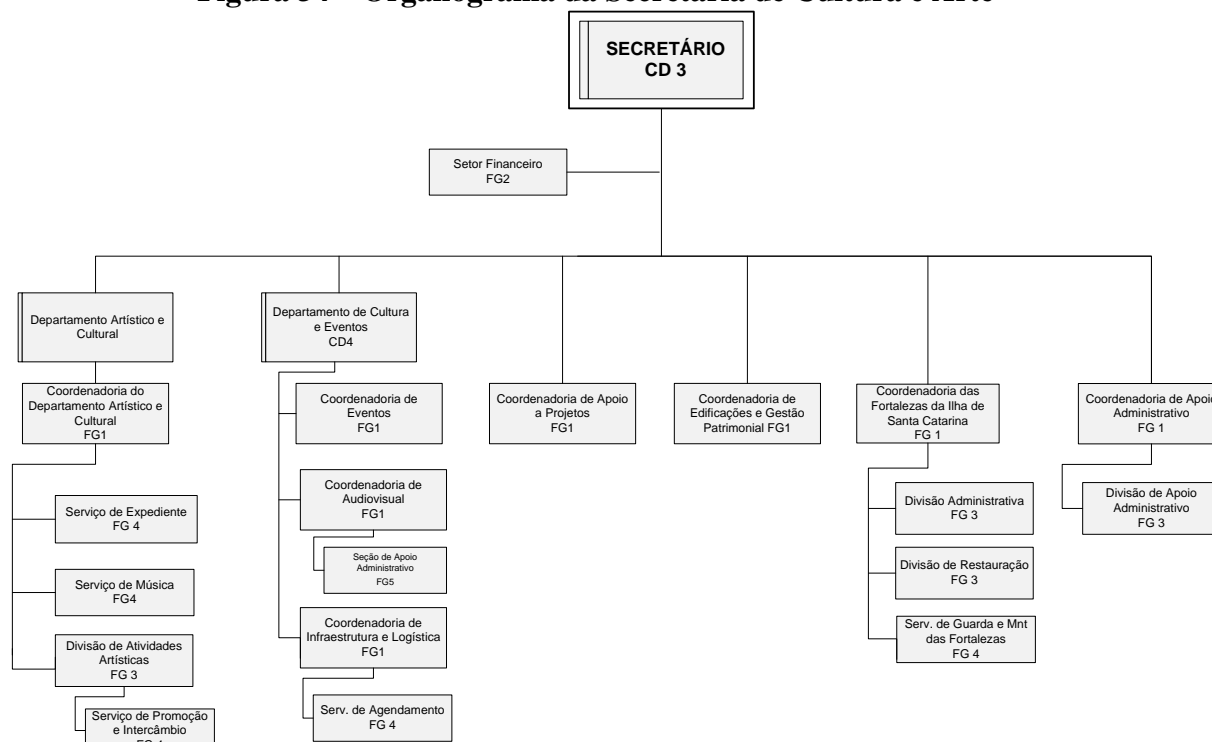


Figura 34 – Organograma da Secretaria de Cultura e Arte



Fonte: DPGI/UFSC

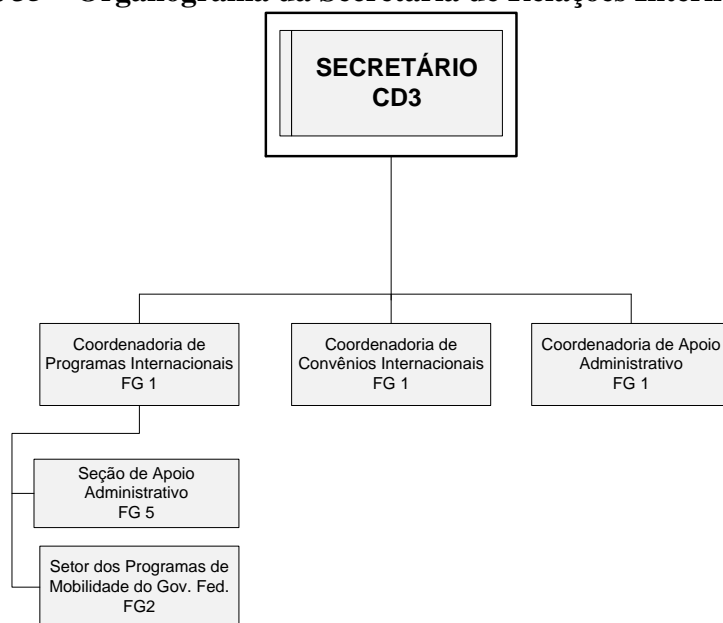
Quadro 18 - Secretaria de Cultura e Arte

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ SECARTE	Fomentar a arte e cultura no âmbito da Universidade ou a partir dela, por meio da produção, da pesquisa, ensino e difusão; sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores quanto à importância da arte e cultura na formação de uma sociedade mais humanizada.	Maria de Lourdes Alves Borges	Professora/ Secretária	01/01/2017 a 03/11/2017
		Maria de Lourdes Alves Borges	Professora/ Secretária	06/11/2017 a 31/12/2017
SECARTE/ Departamento de Cultura e Eventos	Administrar os espaços físicos do Centro de Cultura e Eventos, planejar, organizar e coordenar eventos institucionais e implantar novas tecnologias ligadas aos serviços do Centro de Cultura; e executar plano de divulgação de suas atividades.	Rosemar da Silva	Pedagoga/ Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Secretaria de Relações Internacionais

**Figura 35 – Organograma da Secretaria de Relações Internacionais**



Fonte: DPGI/UFSC

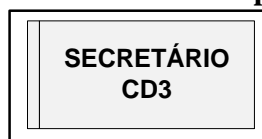
**Quadro 19 - Secretaria de Relações Internacionais**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SINTER	Assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras; representar a Universidade em eventos e espaços de discussão da Internacionalização da Educação Superior no Brasil e no mundo.	Lincoln Paulo Fernandes	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 01/11/2017
		Lincoln Paulo Fernandes	Professor/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

**Figura 36 – Organograma da Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional**



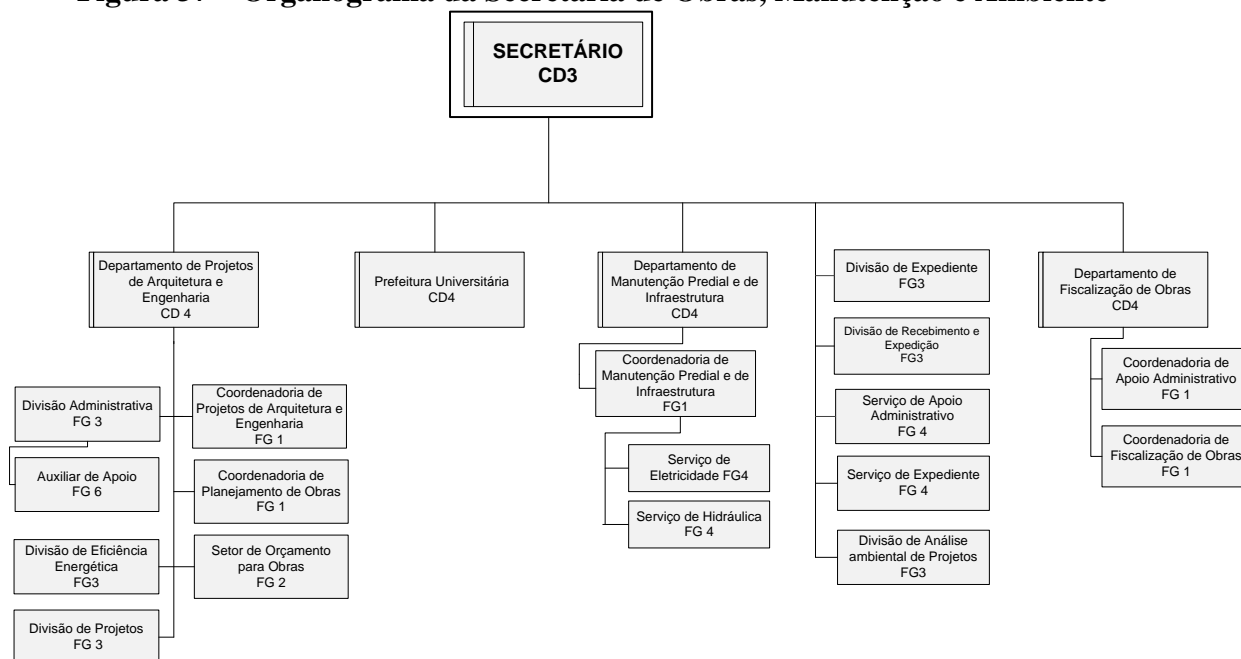
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 20 - Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEAI	Analisar juridicamente, instruir e regulamentar todos os processos, portarias, resoluções e editais relacionados à UFSC.	Luiz Henrique Urquhart Cademartori	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 03/11/2017
		Luiz Henrique Urquhart Cademartori	Professor/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 37 – Organograma da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 21 - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente

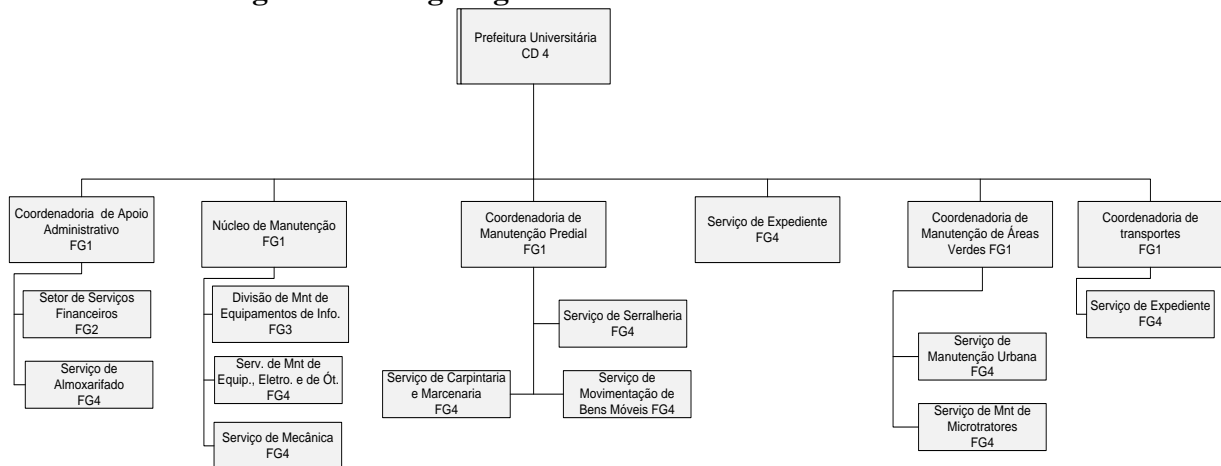
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEOMA	Planejar o espaço físico da UFSC, em concordância com o planejamento acadêmico, administrativo e financeiro da instituição; coordenar a implantação dos Planos Diretores dos diversos campi da UFSC e suas áreas experimentais; coordenar, através da Coordenadoria de Gestão Ambiental, as diretrizes ambientais da UFSC.	Paulo Roberto Pinto da Luz	Assistente em Administração / Secretário	01/01/2017 a 04/11/2017
		Paulo Roberto Pinto da Luz	Assistente em Administração / Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017
SEOMA/ DPAE	Direcionar, coordenar e supervisionar o planejamento e a consolidação do espaço físico da UFSC; coordenar e orientar técnica e gerencialmente a equipe.	Vanessa Mendes Argenta	Arquiteta e Urbanista/ Diretora	2017
SEOMA/ PU	Coordenar e execução das atividades ligadas à manutenção e conservação do patrimônio da UFSC; implantar, conservar e manter as áreas verdes e jardins do Campus Universitário da UFSC.	Soeli Soares de Moraes	Servente de Limpeza/ Prefeita	2017
SEOMA/ DMPI	Realizar a manutenção predial urbana e de infraestrutura da Universidade	José Fabris	Engenheiro/ Diretor	2017

SEOMA/ DFO	Supervisionar, direcionar e coordenar a fiscalização da execução de obras de engenharia da UFSC; atuar como ligação entre o Departamento e as outras instâncias da UFSC, atuando no direcionamento dos trabalhos de acordo com a missão, a visão e os valores da Universidade.	Rodrigo Bossle Fagundes	Engenheiro-Área/ Diretor	2017
---------------	--	-------------------------	--------------------------	------

Fonte: DPGI/UFSC

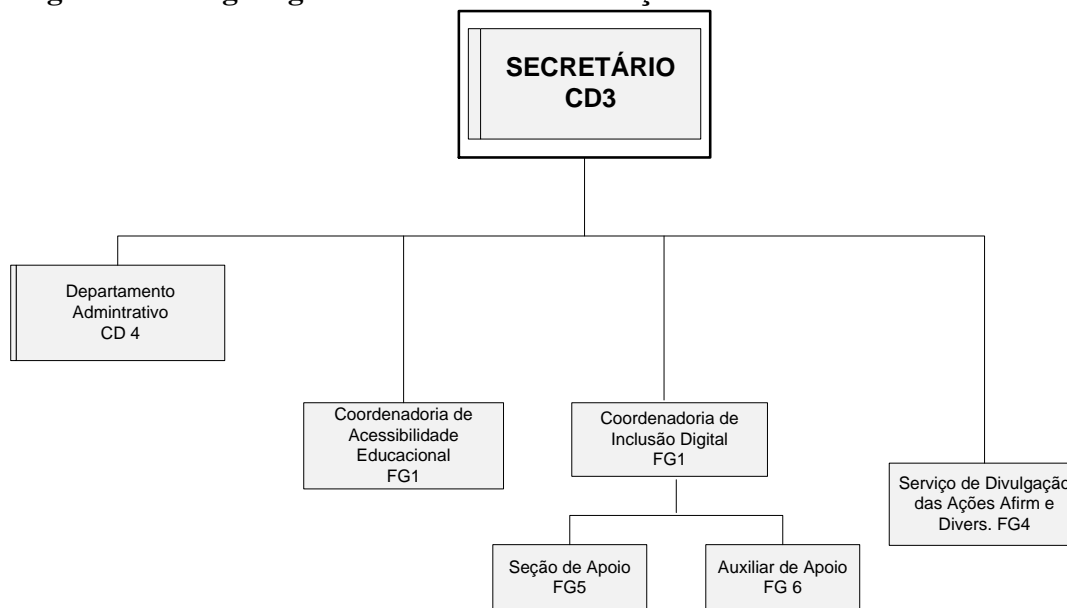
## Prefeitura Universitária

**Figura 38 – Organograma da Prefeitura Universitária**



Fonte: DPGI/UFSC

Figura 39 – Organograma da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades



Fonte: DPGI/UFSC

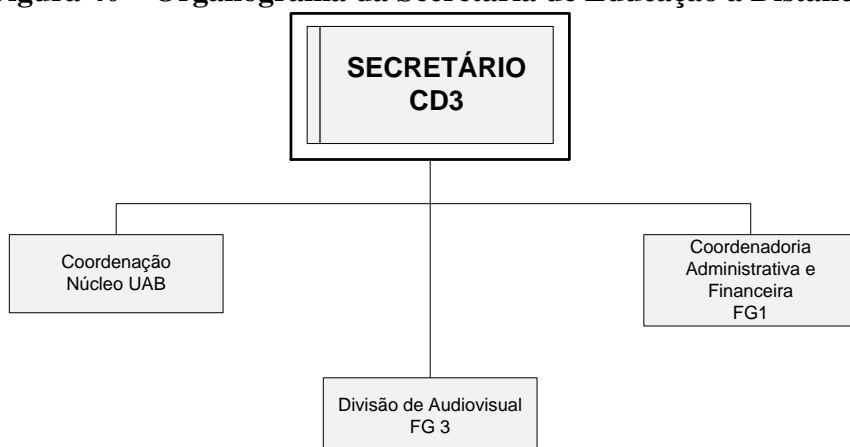
Quadro 22 - Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SAAD	Assessorar direta e imediatamente a Reitoria na formulação, coordenação e articulação de políticas para ações afirmativas e Diversidades; articular/transversalizar a políticas de ações afirmativas nos órgãos de gestão da UFSC.	Francis Solange Vieira Tourinho	Professora /Secretária	2017
SAAD/ Departamento Administrativo	Assessorar a Secretaria de Ações afirmativas e Diversidades no estabelecimento de políticas de ações afirmativas.	Marcelo Henrique Romano Tragtenberg	Professor/ Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC



**Figura 40 – Organograma da Secretaria de Educação a Distância**



Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 23 - Secretaria de Educação a Distância**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SEAD	Coordenador a Secretaria; propor normas e regulamentos relativos à EAD; propor a celebração de convênios e parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas que tenham interesses compatíveis com os objetivos da SEAD; estimular a realização de projetos de pesquisa e extensão da SEAD.	Marcos Baptista Lopez Dalmau	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 22/02/2017
		Alexandre Marino Costa	Professor/ Secretário	23/02/2017 a 13/03/2017
		Luciano Patrício Souza de Castro	Professor/ Secretário	14/03/2017 a 14/09/2017
		Gregorio Jean Varvakis Rados	Professor/ Secretário	21/09/2017 a 21/11/2017
		Fernando Alvaro Ostuni Gauthier	Professor/ Secretário	23/11/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

Figura 41 – Organograma da Secretaria de Esportes



Fonte: DPGI/UFSC

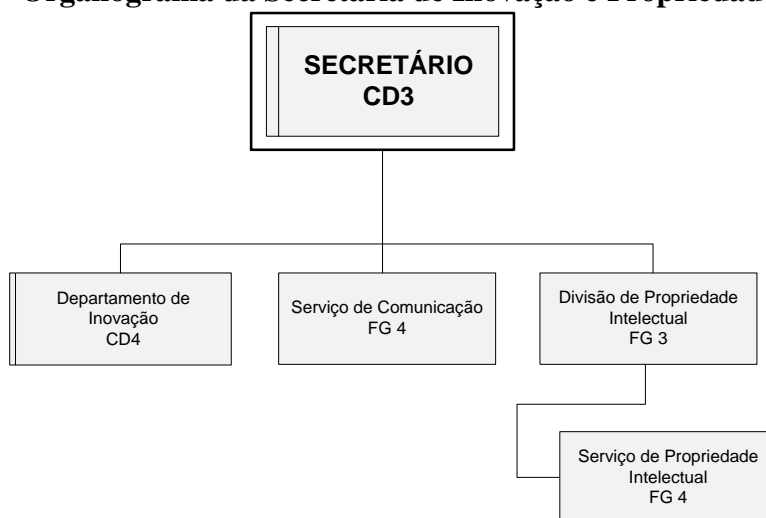
Quadro 24 - Secretaria de Esportes

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SESP	Planejar, gerenciar e fomentar o esporte em suas várias dimensões na Sede, Centro de Ciência Agrárias e Fazenda da Ressacada, Centros de Ensino do Interior do Estado (Campis) e Sapiens Park; executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.	Edison Roberto de Souza	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 01/11/2017
		Edison Roberto de Souza	Professor/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017
SESP/ Departamento Administrativo	Planejar, organizar, coordenar e realizar todas as atividades administrativas da Secretaria.	Marco Antonio Martins	Assistente em Administração/ Diretor	01/01/2017 a 09/06/2017
		Airton Jose Santos	Assistente em Administração/ Diretor	09/06/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Secretaria de Inovação e Propriedade Intelectual

Figura 42 – Organograma da Secretaria de Inovação e Propriedade Intelectual



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 25 - Secretaria de Inovação e Propriedade Intelectual

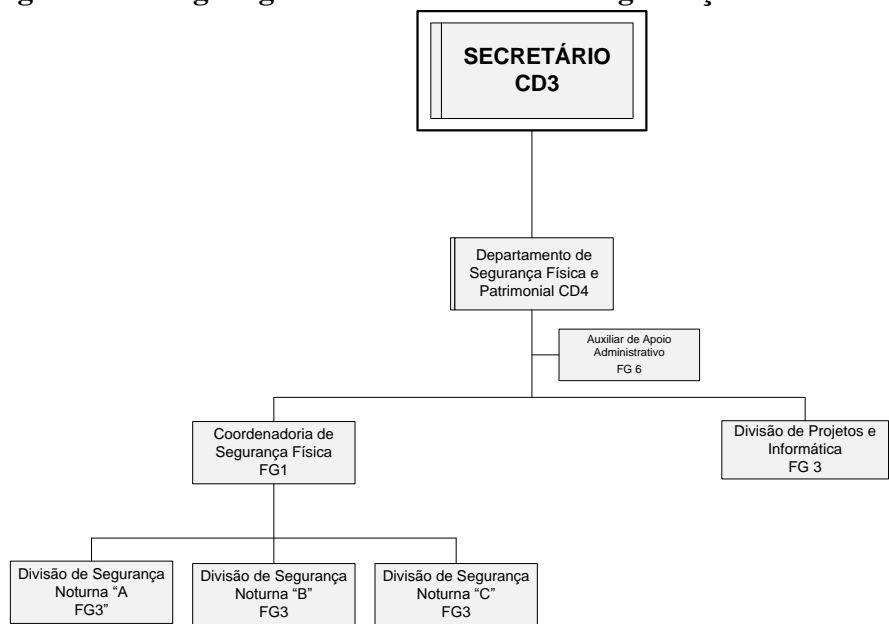
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ SINOVA	Cumprir e fazer cumprir a legislação de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual, nos Centros, nos Departamentos e nos Órgãos Suplementares; coordenar a execução das ações inerentes à política de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual da universidade, definidas pelo conselho universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes; executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.	Claudio Jose Amante	Professor/ Secretário	01/01/2017 a 25/10/2017
		Claudio Jose Amante	Professor/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017
SINOVA/ Departamento de Inovação	Promover, incentivar e apoiar atividades de fomento e apoio à inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual desenvolvendo programas específicos ou	Fernando Alvaro Ostuni Gauthier	Professor/ Diretor	01/01/2017 a 24/04/2017

	administrando de programas externos; estimular e supervisionar a execução de programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu na área de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual.	Alexandre Moraes Ramos	Professor/ Diretor	26/04/2017 a 31/12/2017
--	--	------------------------	-----------------------	-------------------------------

Fonte: DPGI/UFSC

## Secretaria de Segurança Institucional

Figura 43 – Organograma da Secretaria de Segurança Institucional



Fonte: DPGI/UFSC

Quadro 26 - Secretaria de Segurança Institucional

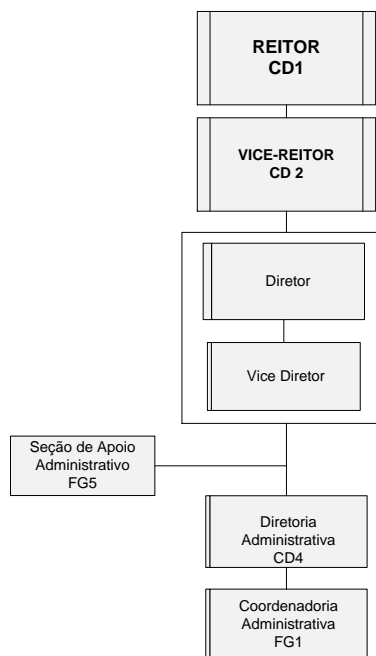
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ SSI	Dotar a UFSC de segurança necessária dando aos usuários tranquilidade no desempenho de suas atividades, estabelecendo linhas de planejamento para os tipos específicos de segurança: física, estratégica e especial.	Leandro Luiz de Oliveira	Vigilante/ Secretário	01/01/2017 a 01/11/2017
		Leandro Luiz de Oliveira	Vigilante/ Secretário	06/11/2017 a 31/12/2017
SSI/DSFP		Teles Espindola	Vigilante/ Diretor	17/10/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Campus de Araranguá (Centro de Araranguá)**

**Figura 44 – Organograma do Campus de Araranguá**

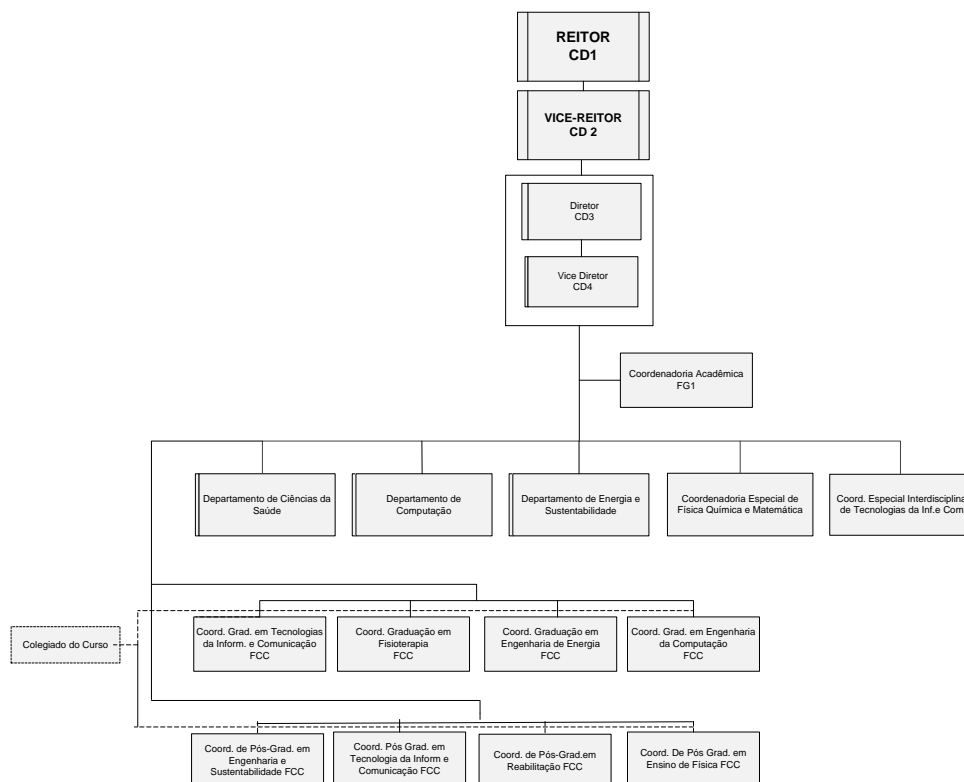
*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Araranguá*



Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 45 – Organograma do Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde**

*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde*



Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 27 - Campus de Araranguá / Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde**

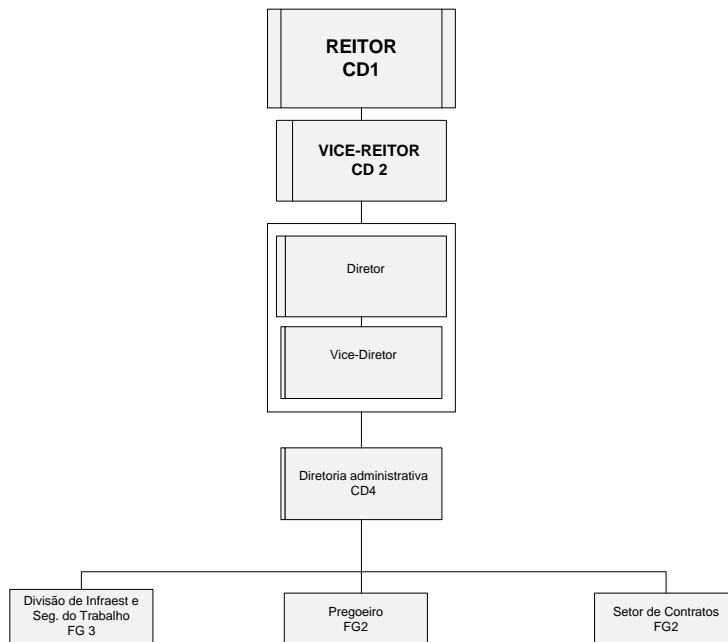
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor ARA	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Eugênio Simão	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor ARA	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Anderson Luiz Fernandes Perez	Professor/ Vice-Diretor	2017
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Realizar a gestão da Unidade e prover condições para o desenvolvimento das suas atividades.	Cibeli Borba Machado	Administradora/ Diretora Administrativa	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Campus de Blumenau (Centro de Blumenau)

**Figura 46 – Organograma do Campus de Blumenau**

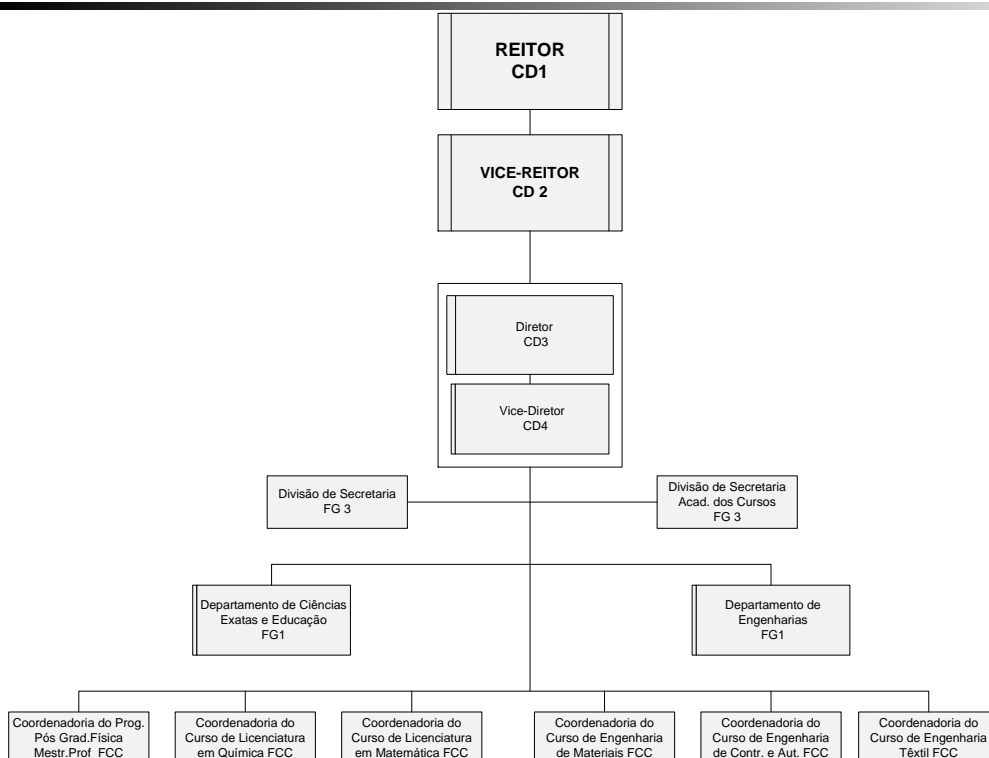
*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Blumenau*



Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 47 – Organograma do Centro de Blumenau**

*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Blumenau*



Fonte: DPGI/UFSC

### Quadro 28 – *Campus de Blumenau / Centro de Blumenau*

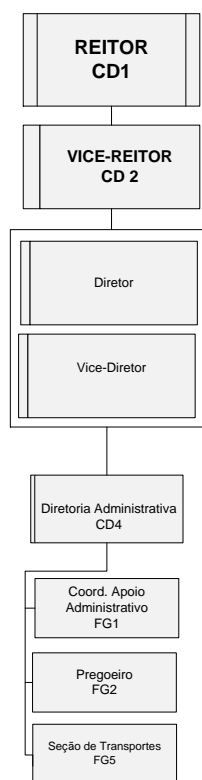
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ <i>Campus</i> / Diretor	Responsabilizar-se pela Gestão do Campus Blumenau.	João Luiz Martins	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ <i>Campus</i> / Vice-Diretor	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos e exercer atribuições de caráter permanente delegadas pelo Diretor.	Ana Júlia Dal Forno	Professora/ Vice-Diretora	2017
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Gerenciar o planejamento e execução das atividades administrativas, financeiras e patrimoniais do Campus Blumenau.	Catieli Nunes de Figueredo Beléia	Administradora/ Diretora Administrativa	2017

Fonte: DPGI/UFSC

### *Campus de Curitibaanos / Centro de Ciências Rurais*

#### Figura 48 – Organograma do Campus de Curitibaanos

*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Curitibaanos*

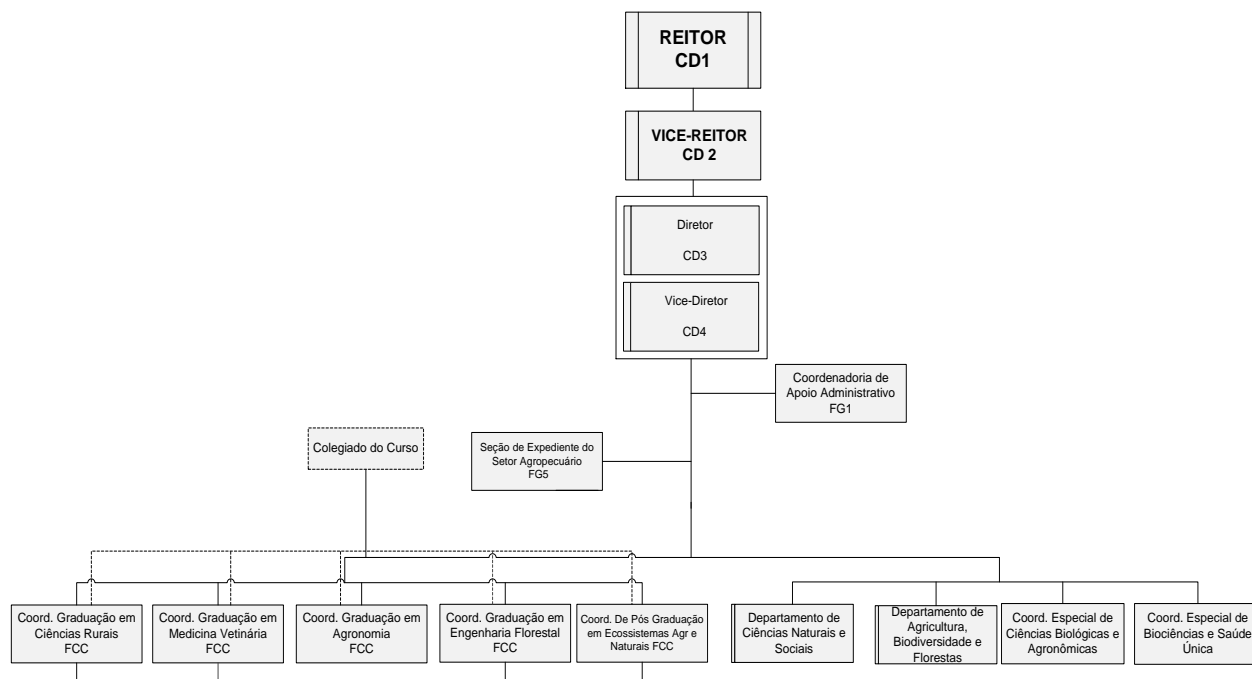


Fonte: DPGI/UFSC



## Figura 49 – Organograma do Centro de Ciências Rurais

*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro de Ciências Rurais*



Fonte: DPGI/UFSC

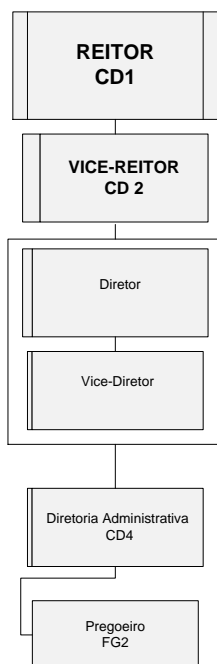
## Quadro 29 – *Campus* de Curitibanos / Centro de Ciências Rurais

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ <i>Campus</i> / Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Juliano Gil Nunes Wendt	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ <i>Campus</i> / Vice-Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade na ausência do diretor.	Kelen Cristina Basso	Professora/ Vice-Diretora	2017
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Dirigir, coordenar, supervisionar, fiscalizar e os serviços administrativos do Campus; responsabilizar-se pela gestão de materiais e serviços, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de pessoal no âmbito do Campus.	Paulo Roberto Kammer	Técnico de Tecnologia da Informação/ Diretor Administrativo	2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 50 – Organograma do Campus de Joinville**

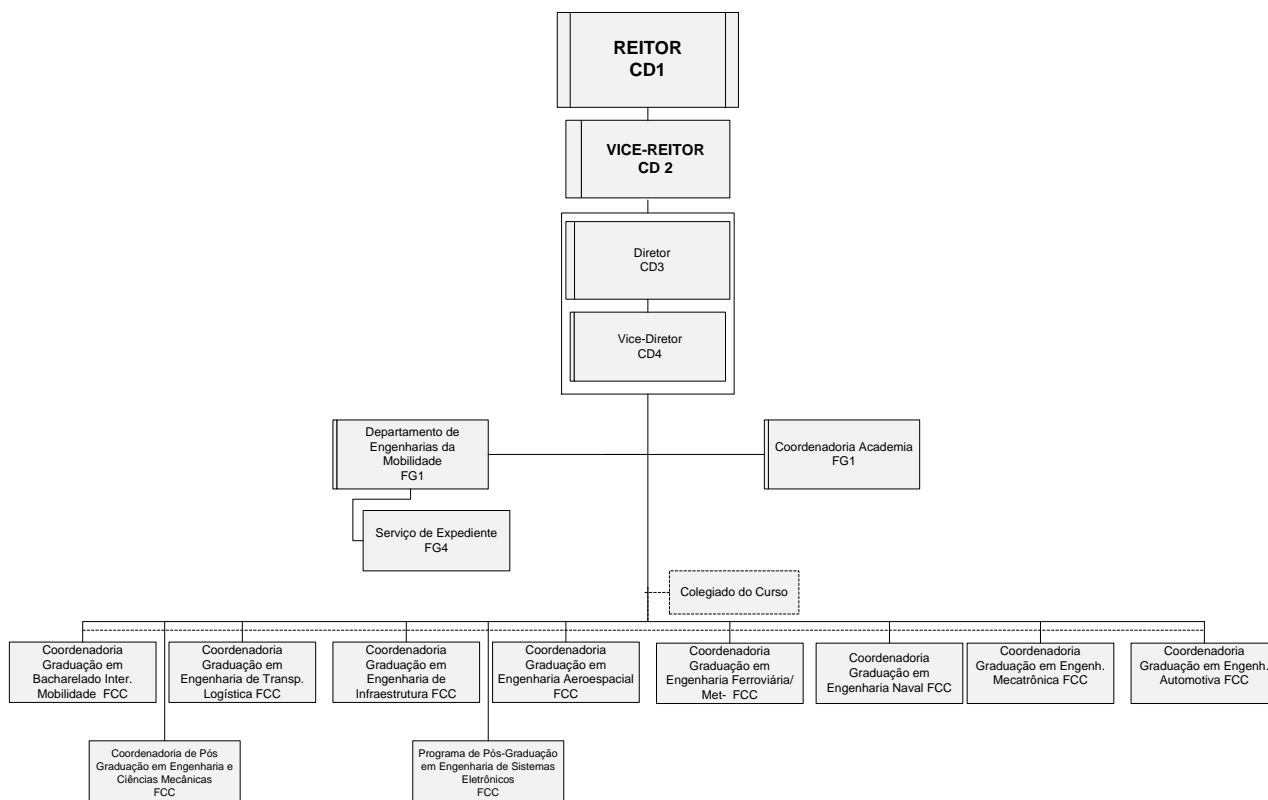
*Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus de Joinville*



Fonte: DPGI/UFSC

## Figura 51 – Organograma do Centro Tecnológico de Joinville

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Centro Tecnológico de Joinville



Fonte: DPGI/UFSC

## Quadro 30 – Campus de Joinville / Centro Tecnológico de Joinville

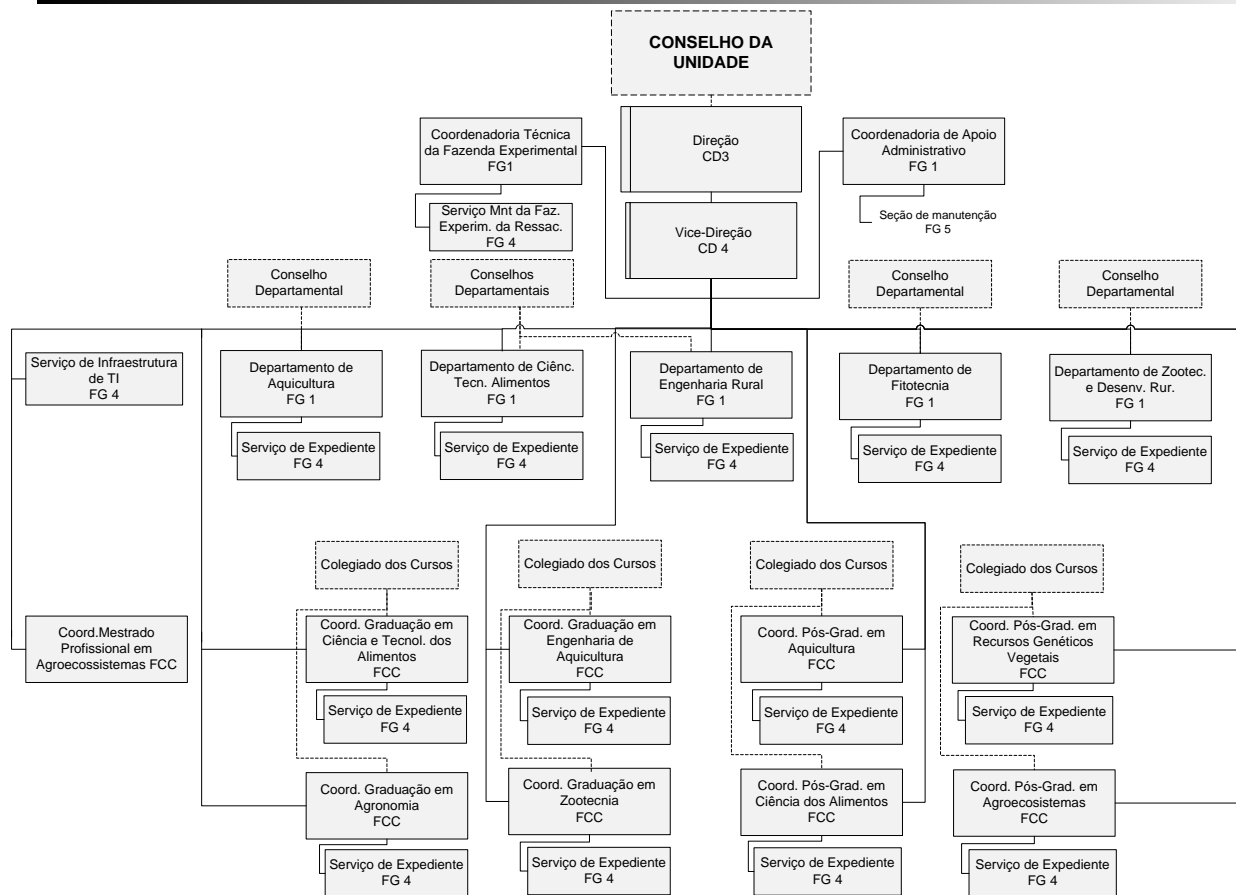
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Campus/ Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Cátia Regina Silva De Carvalho Pinto	Professora/ Diretora	2017
Reitoria/ Campus/ Vice-Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade na ausência do diretor.	Lucas Weihmann	Professor/ Vice-Diretor	2017
Reitoria/ Centro/ Diretoria Administrativa	Coordenar, supervisionar, fiscalizar e dirigir todas as atividades administrativas e acadêmicas realizadas no Campus.	Leila Carvalho Melo	Assistente em Administração / Diretora Administrativa	2017

Fonte: DPGI/UFSC

# Centros de Ensino

## Centro de Ciências Agrárias - CCA

**Figura 52 – Organograma do Centro de Ciências Agrárias**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Agrárias*



Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 31 - Centro de Ciências Agrárias**

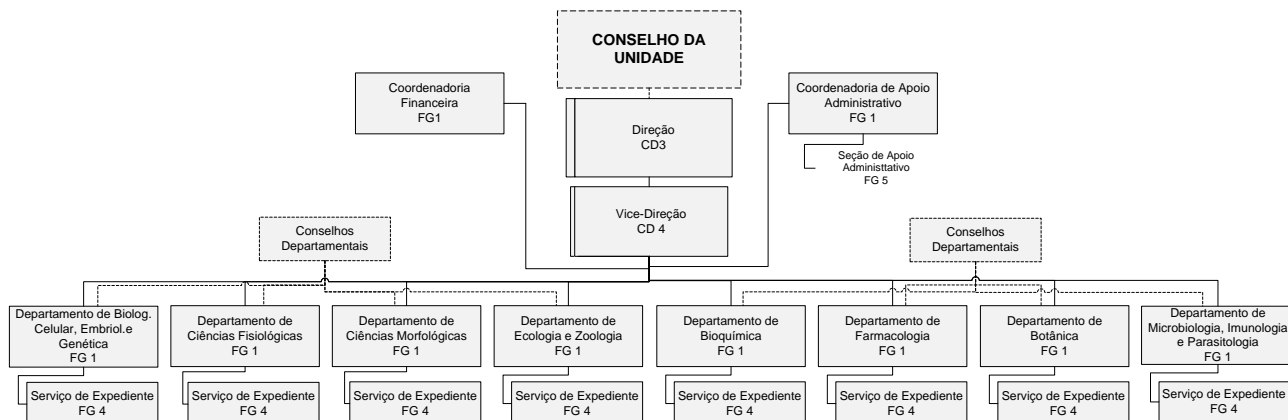
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Walter Quadros Seiffert	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Cesar Damian	Professor/ Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## Centro de Ciências Biológicas – CCB

### Figura 53 – Organograma do Centro de Ciências Biológicas

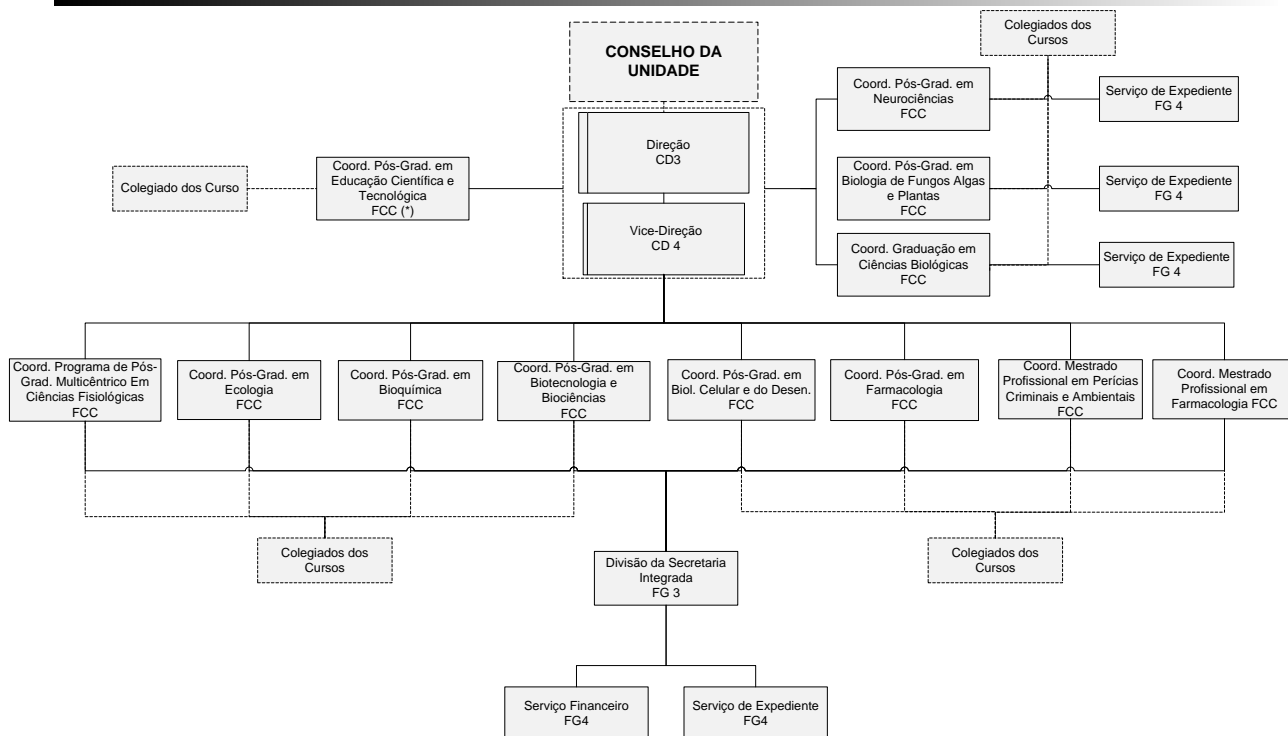
*Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Departamentos*



Fonte: DPGI/UFSC

### Figura 54 – Organograma do Centro de Ciências Biológicas - Cursos

*Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Cursos*



(\*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

Fonte: DPGI/UFSC

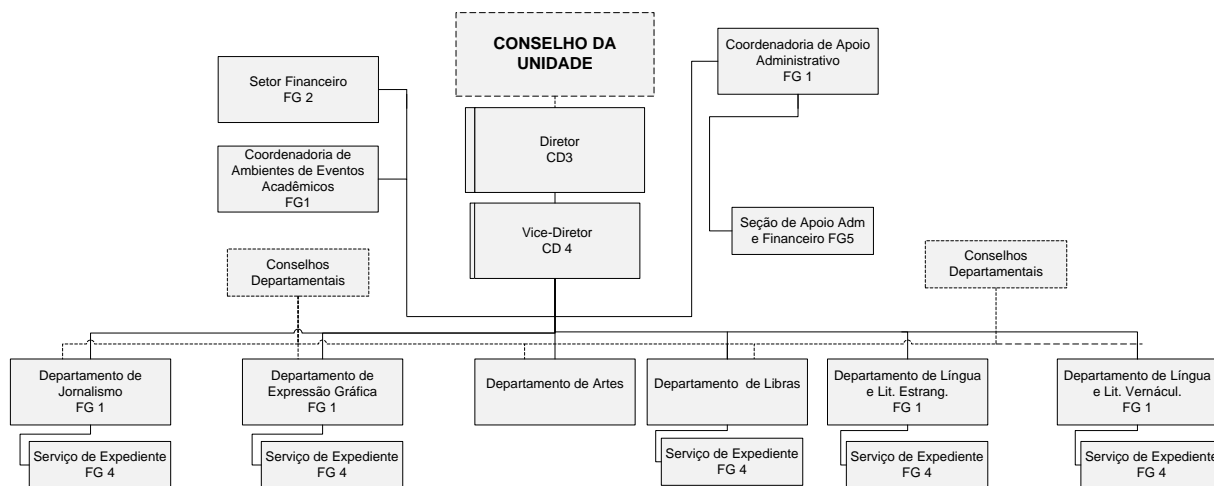
**Quadro 32 - Centro de Ciências Biológicas**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo/ Função</b>	<b>Período de atuação</b>
Reitoria/ Direção	Convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade; dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Alexandre Verzani Nogueira	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos; coordenar o Planejamento da Unidade juntamente com o Diretor da Unidade;	Cristine Maria Bressan	Professora/ Vice- Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

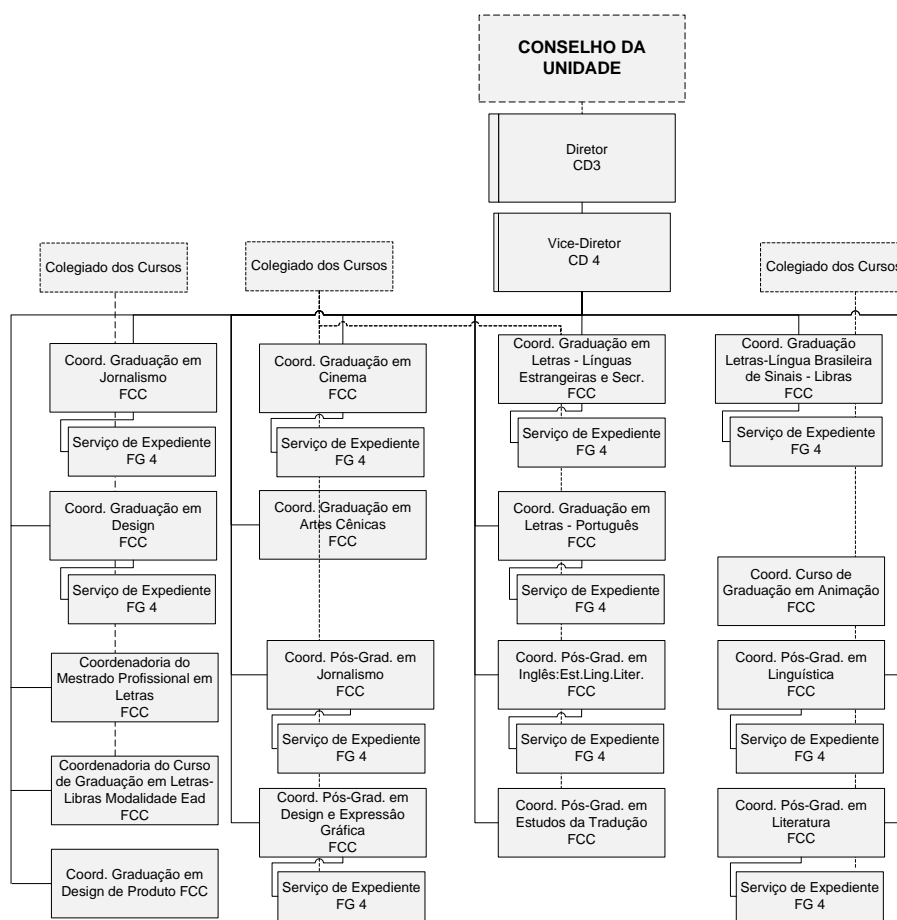
## Centro de Comunicação e Expressão - CCE

**Figura 55 – Organograma do Centro de Comunicação e Expressão**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Departamentos*



Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 56 – Organograma do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos*



Fonte: DPGI/UFSC

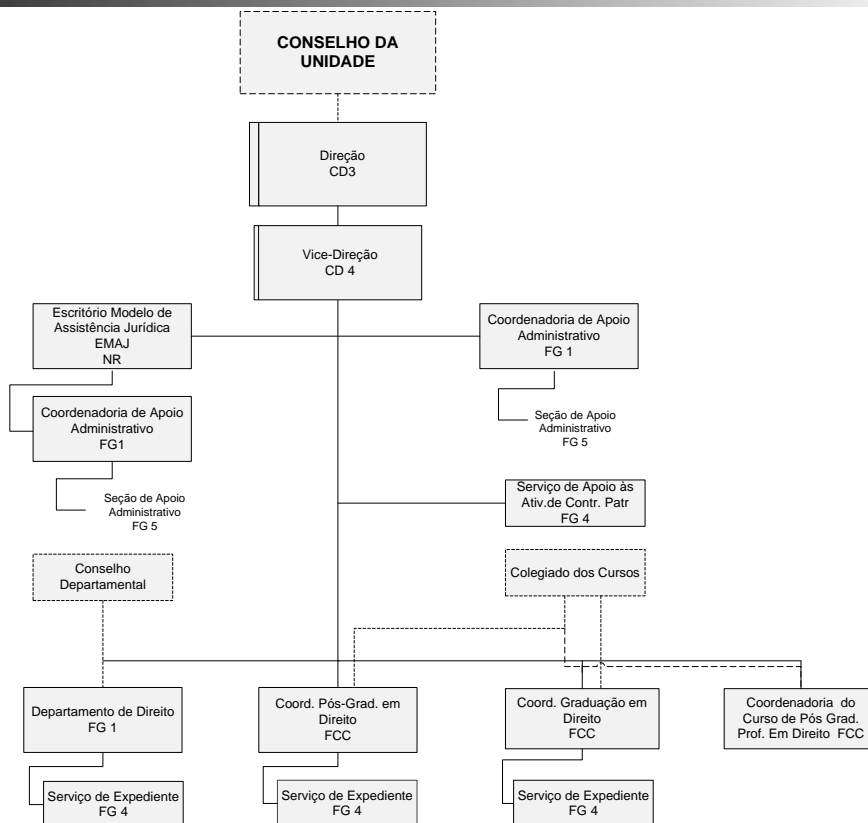
**Quadro 33 - Centro de Comunicação e Expressão**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Diretor	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Arnoldo Debatin Neto	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Diretor	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Silvana de Gaspari	Professora/ Vice-Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC



**Figura 57 – Organograma do Centro de Ciências Jurídicas**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Jurídicas*



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

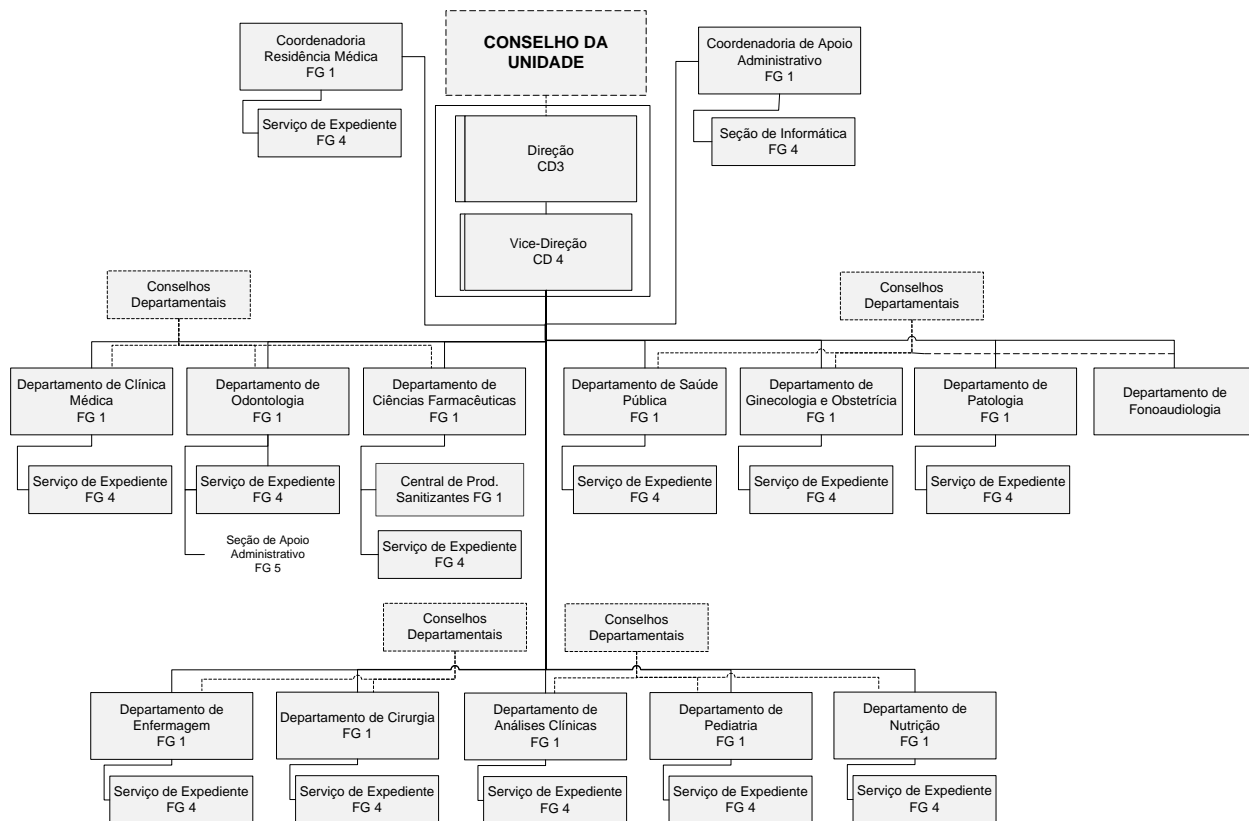
**Quadro 34 - Centro de Ciências Jurídicas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Ubaldo César Balthazar	Professor/ Diretor	01/01/2017 a 27/11/2017
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	José Issac Pilati	Professor/ Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 58 – Organograma do Centro de Ciências da Saúde**

*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Departamentos*

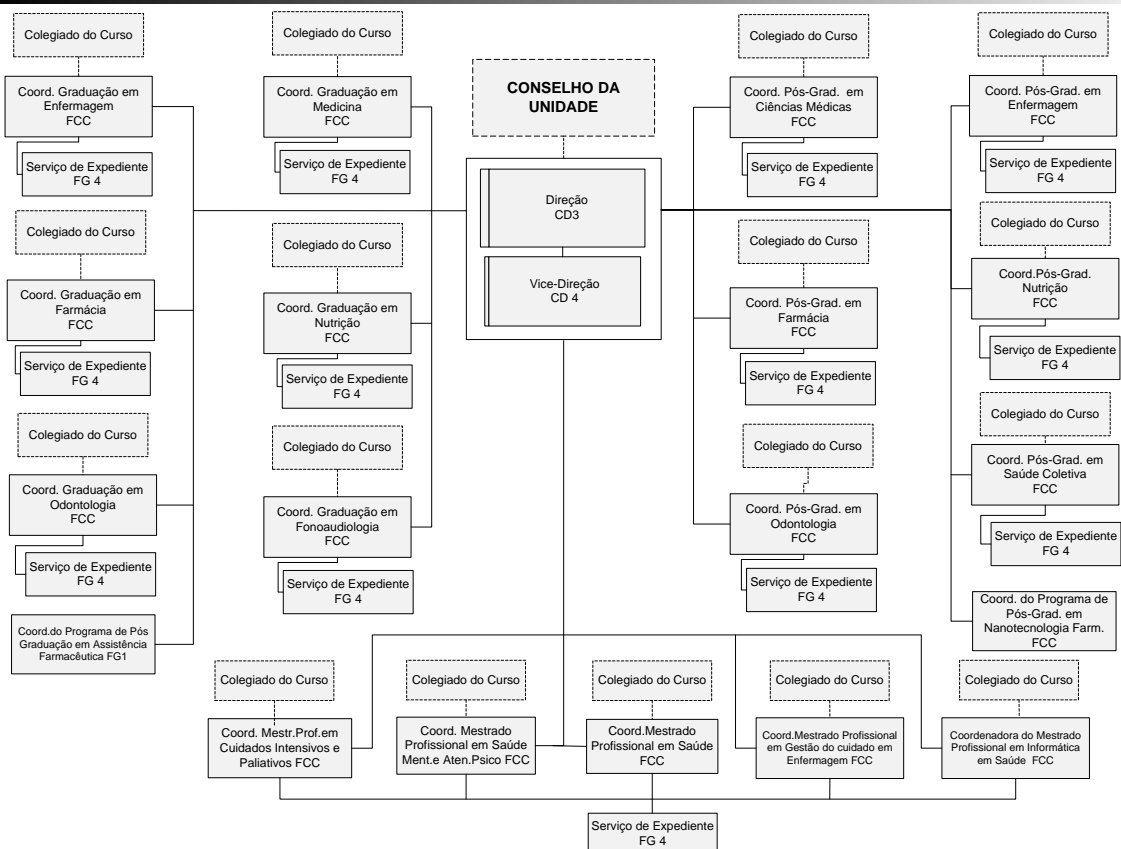


NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 59 – Organograma do Centro de Ciências da Saúde - Cursos**

*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Cursos*



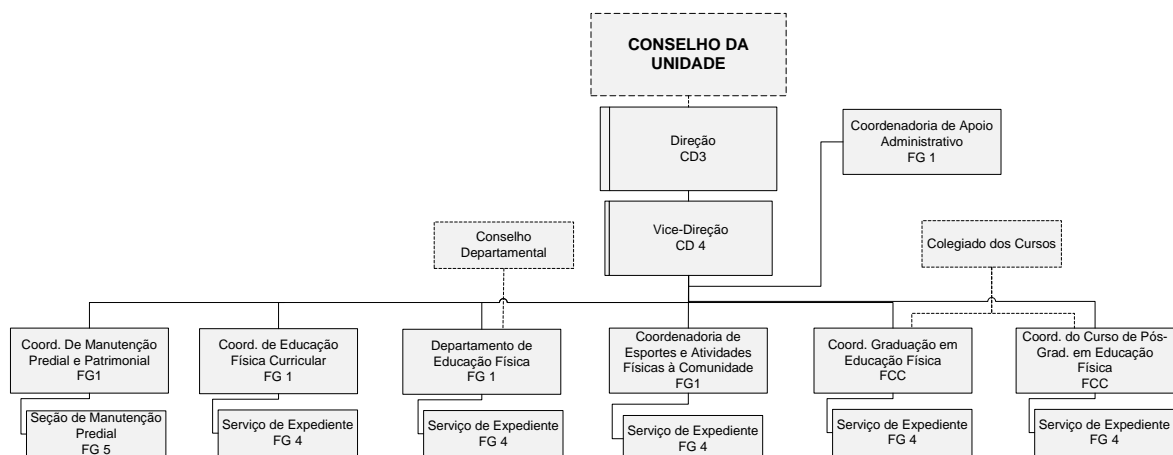
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 35 - Centro de Ciências da Saúde**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Celso Spada	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Fabrcício de Souza Neves	Professor/ Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 60 – Organograma do Centro de Desportos**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Desportos*



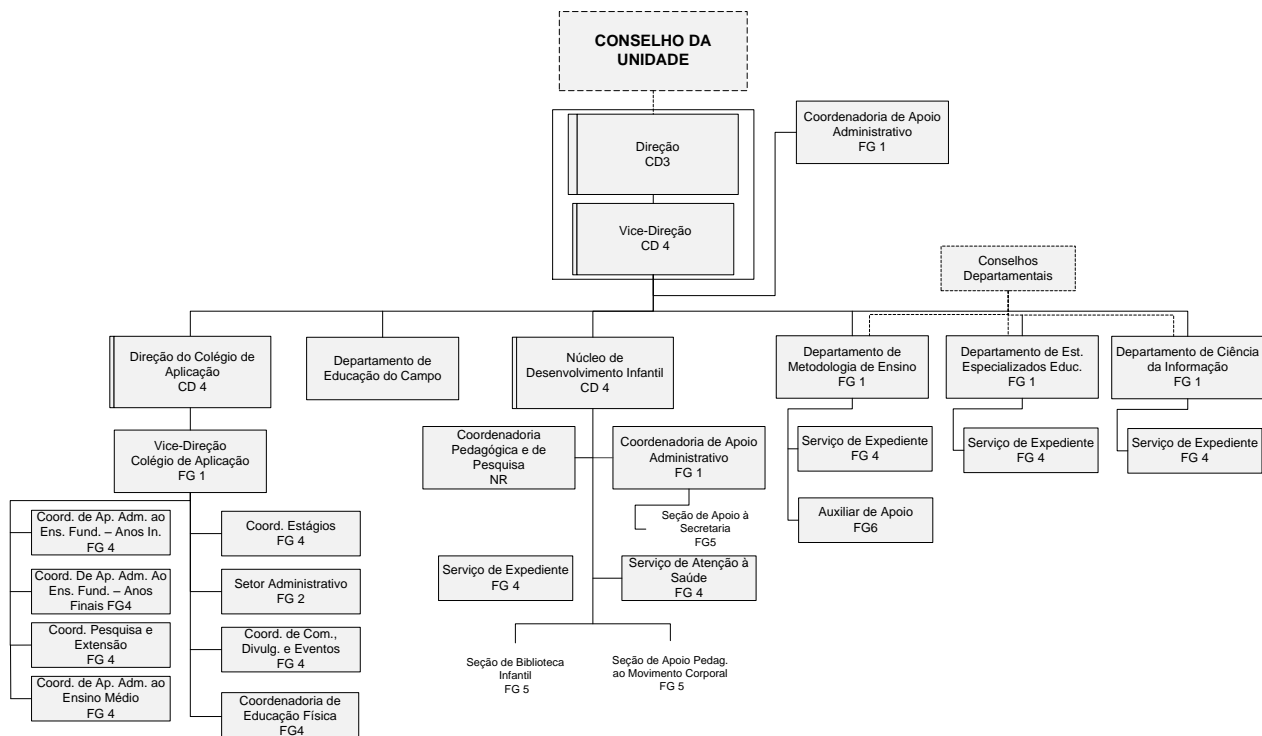
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 36 - Centro de Desportos**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e extensão; exercer a presidência do conselho consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Unidade; conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza técnica, administrativa e funcional.	Antônio Renato Pereira Moro	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos e ao qual serão delegadas atribuições administrativas de caráter permanente.	Michel Angillo Saad	Professor/ Vice-Diretor	2017

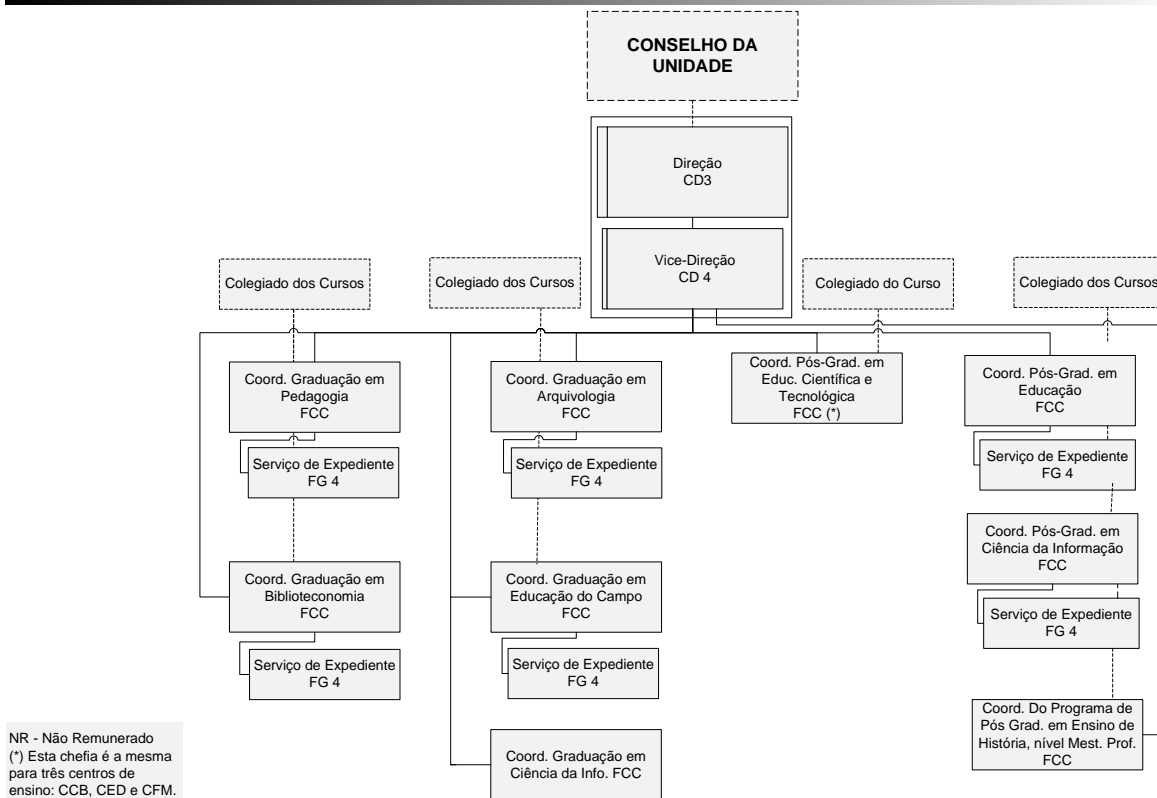
Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 61 – Organograma do Centro de Ciências da Educação**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação – Departamentos*



Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 62 – Organograma do Centro de Ciências da Educação - Cursos**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação - Cursos*



NR - Não Remunerado  
 (\*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

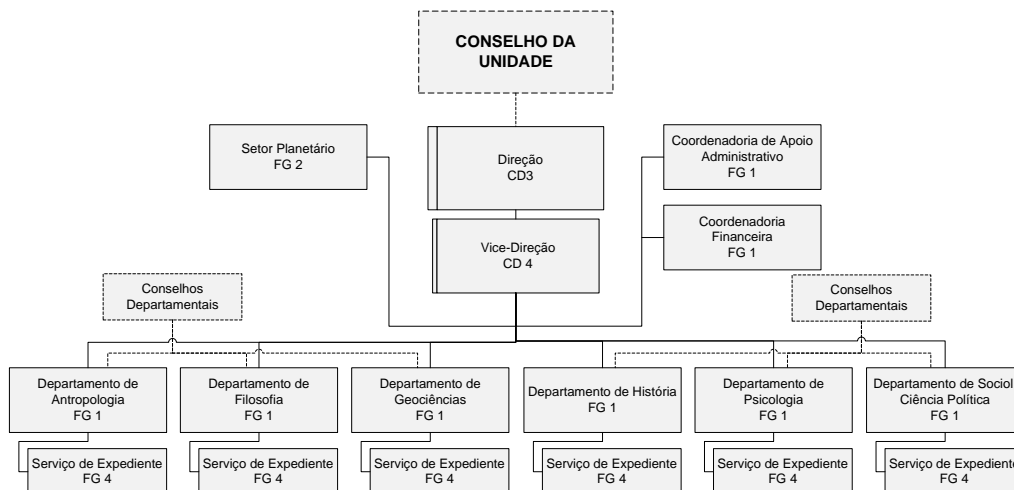
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 37 - Centro de Ciências da Educação**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Nestor Manoel Habkost	Professor / Diretor	01/01/2017 a 03/07/2017
		Vera Lucia Bazzo	Professor / Diretor	04/07/2017 a 27/09/2017
		Antonio Alberto Brunetta	Professor / Diretor	28/09/2017 a 31/12/2017
Reitoria/ Vice- Direção	Substituir o Diretor em suas faltas ou impedimentos eventuais; participar nas atividades de definição de ações de gestão no âmbito administrativo e acadêmico.	Juares da Silva Thiesen	Professor / Vice- Diretor	01/01/2017 a 04/07/2017
		Roseli Zen Cerny	Professor / Vice- Diretor	28/09/2017 a 31/12/2017
Reitoria/ NDI	Planejar, coordenar e avaliar as atividades que envolvem a dinâmica de funcionamento da escola.	Eloisa Helena Teixeira Fortkamp	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico / Diretora	01/01/2017 a 10/08/2017
		Moema Helena Köche de Albuquerque	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico / Diretora	10/08/2017 a 31/12/2017
Reitoria/ CA	Planejar, coordenar, administrar e avaliar as atividades que envolvem a dinâmica de funcionamento da escola bem como responder juridicamente pelo seu funcionamento.	Josalba Ramalho Vieira	Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico / Diretora	01/01/2017 a 31/12/2017

Fonte: DPGI/UFSC

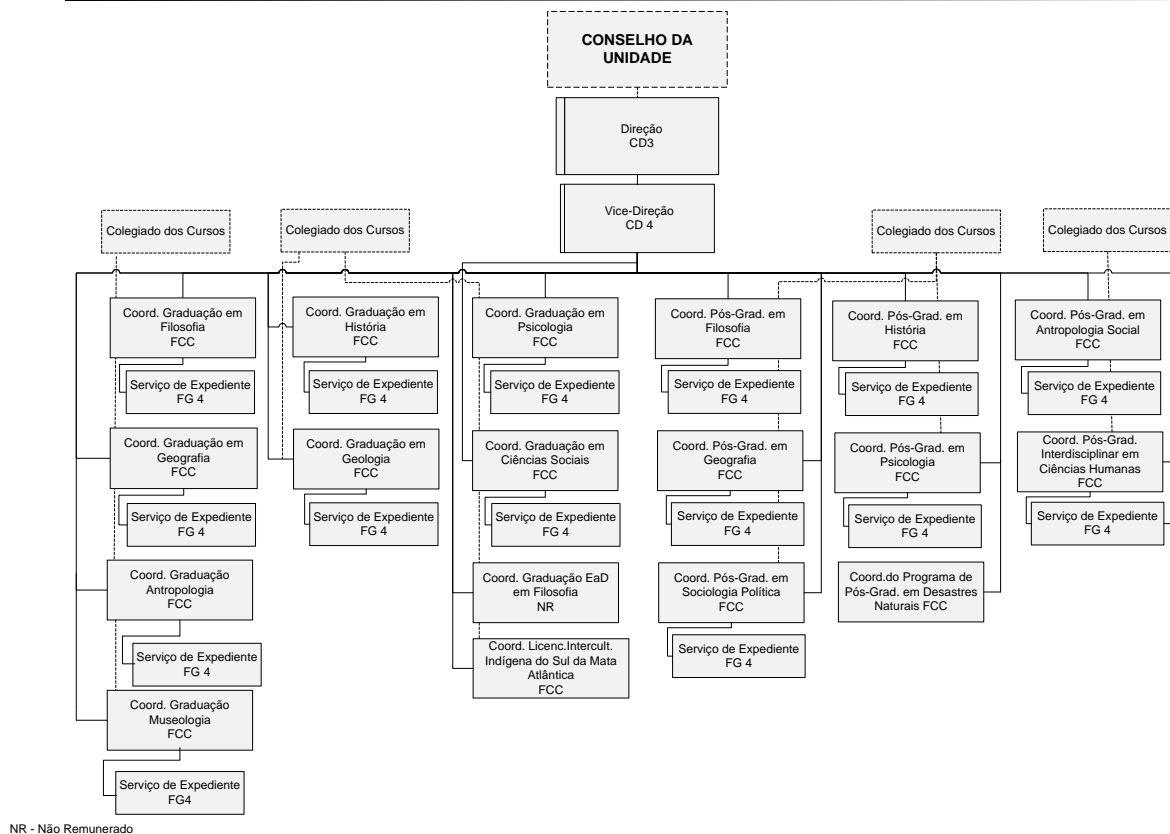
**Figura 63 – Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamentos*



Fonte: DPGI/UFSC

## Figura 64 – Organograma - Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos

Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos



Fonte: DPGI/UFSC

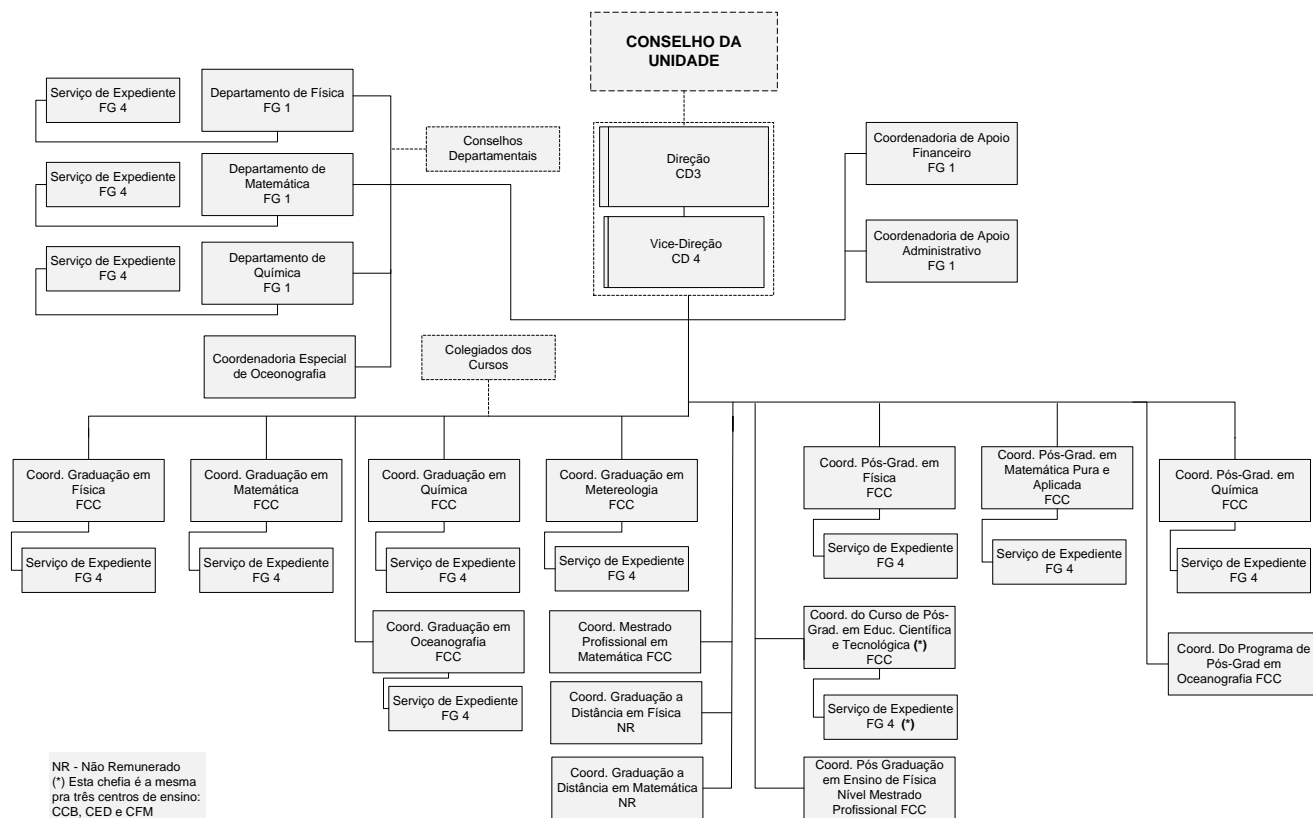
### Quadro 38 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Miriam Furtado Hartung	Professora/ Diretora	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade, na ausência do Diretor do Centro.	Rogério Luiz de Souza	Professor/ Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC



**Figura 65 – Organograma do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas**  
*Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas*



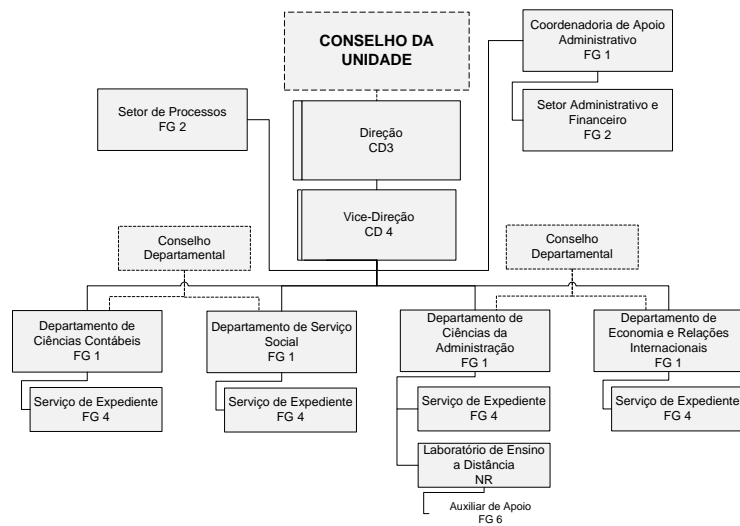
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 39 - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Licio Hernanes Bezerra	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o Diretor nas suas ausências e impedimentos, inclusive vacância do cargo.	Nilton da Silva Branco	Professor / Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

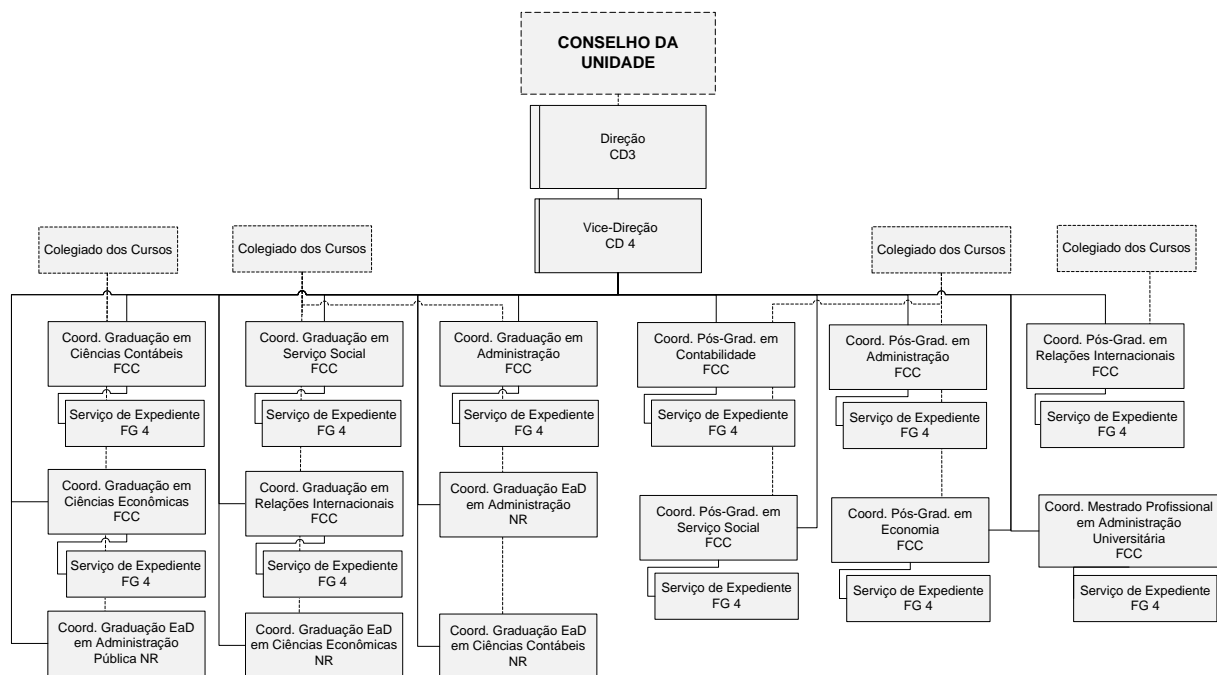
**Figura 66 – Organograma do Centro Sócio-Econômico**  
*Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Departamentos*



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 67 – Organograma do Centro Sócio-Econômico - Cursos**  
*Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Cursos*



NR - Não Remunerado

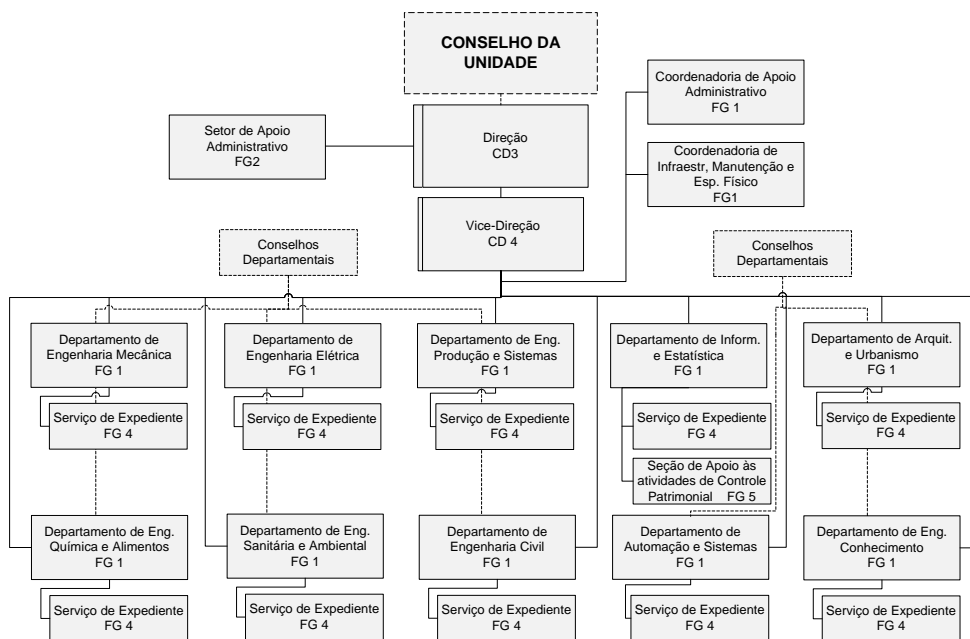
Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 40 - Centro Sócio-Econômico**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade; convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade.	Irineu Manoel de Souza	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Substituir o diretor do Centro nas suas faltas e impedimentos; coordenar o uso, a manutenção, a adequação e a ampliação do espaço físico da Unidade.	Maria Denize Henrique Casagrande	Professora/ Vice-Diretora	2017

Fonte: DPGI/UFSC

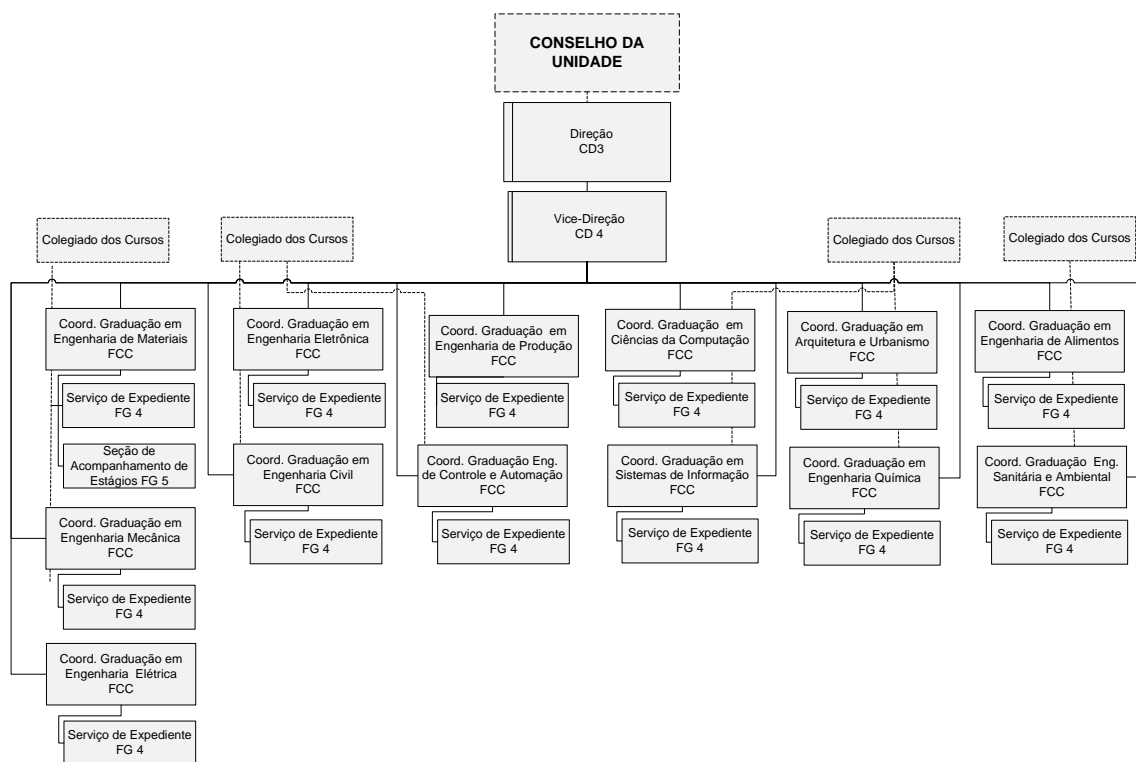
**Figura 68 – Organograma do Centro Tecnológico**  
*Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico - Departamentos*



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

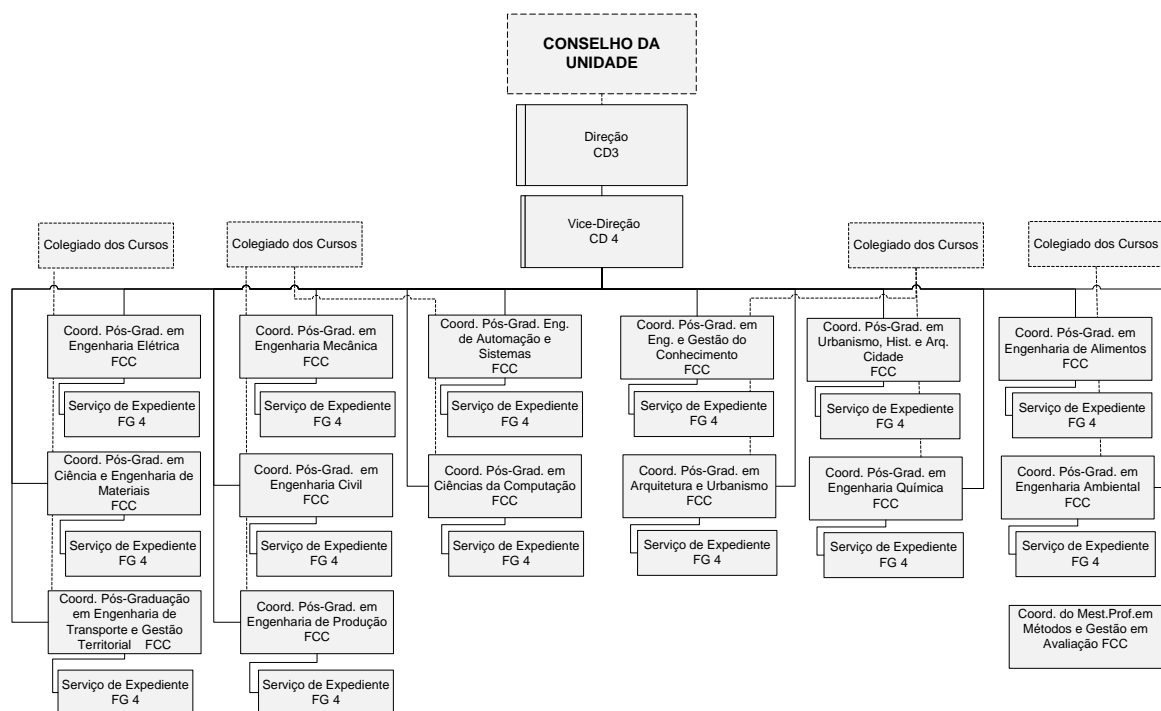
**Figura 69 – Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação**  
*Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação*



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

**Figura 70 – Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação**  
*Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação*



NR - Não Remunerado

Fonte: DPGI/UFSC

**Quadro 41 - Centro Tecnológico**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo/ Função	Período de atuação
Reitoria/ Direção	Dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade.	Edson Roberto de Pieri	Professor/ Diretor	2017
Reitoria/ Vice-Direção	Na ausência da Diretoria, assumir interinamente as atividades da Diretoria do Centro; auxiliar nas atividades exercidas pela Diretoria do Centro.	Sergio Peters	Professor/ Vice-Diretor	2017

Fonte: DPGI/UFSC

## **1.5 Macroprocessos finalísticos**

### **1.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

O presente item demonstra os três macroprocessos finalísticos da UFSC e que estão diretamente relacionados com a missão institucional e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, organizados em três grandes áreas, sendo eles:

1. Macroprocesso Ensino
2. Macroprocesso Pesquisa
3. Macroprocesso Extensão

#### **1.5.1.1 Macroprocesso – Ensino**

Os macroprocessos relacionados ao ensino destinam-se a atender as demandas oriundas dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, sejam estes na modalidade presencial ou na modalidade de ensino a distância (EaD).

Novas demandas devem ser aprovadas em todas as instâncias (Comissões, Conselhos, Câmaras etc.), obedecendo os prazos determinados pelas normas em vigor.

O macroprocesso de ensino envolve, além das unidades de ensino, as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação. O Regimento Interno determina que, em relação à graduação, as principais atividades se relacionam com:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar atividades de ensino bem como as de matrícula e estágios curriculares;
- supervisionar as atividades do processo de matrícula;
- coordenar os projetos da educação básica propostos pelo MEC;
- representar a UFSC nos fóruns pertinentes;
- administrar as informações relativas às suas atividades;
- elaborar o calendário acadêmico a ser aprovado pelo CUn.

As principais ações envolvidas com a pós-graduação, de acordo com o mesmo Regimento Interno, referem-se a:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de pós-graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Pós-Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar e supervisionar processos de seleção de alunos e de credenciamento de docentes com a observância de critérios justos e objetivos;
- promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e teses;
- representar a UFSC nos fóruns pertinentes.

Os macroprocessos de pesquisa e extensão, além da produção de novos conhecimentos e sua transferência à sociedade, permitem a captação de receita externas por meio de:

- contratos e convênios firmados com a Universidade e outra instituição, oriundo de professores ou técnicos, podendo ser cursos, consultorias, pesquisa aplicadas a pedido de empresas ou outros;
- projetos de pesquisa que podem ser realizados com órgãos de governo e empresas privadas;
- eventos normalmente relacionados aos projetos de pesquisas ativos na Universidade, que informem à sociedade as atividades realizadas pela Universidade com seus alunos, parceiros e professores;

- cursos de extensão que permitem uma larga interação com a sociedade e com a realidade do mundo empresarial.

### **1.5.1.2 Macroprocesso – Pesquisa**

O macroprocesso de pesquisa está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e aos departamentos de ensino.

As principais ações envolvidas de Pesquisa, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- Coordenar as ações ligadas a Pesquisa;
- Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;
- Promover o intercambio com outras entidades;
- Fomentar e apoiar a pesquisa;
- Coordenar ações para a busca de recursos através de projetos institucionais de pesquisa;
- Acompanhar a execução de projetos de pesquisa zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público.

### **1.5.1.3 Macroprocesso – Extensão**

O macroprocesso de extensão se relaciona à Pró-Reitoria de Extensão.

As principais ações envolvidas de extensão, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- coordenar as ações ligadas a Extensão;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
- promover o intercambio com outras entidades;
- acompanhar a execução de projetos de extensão zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- supervisionar a concessão de bolsas de extensão;
- gerir o sistema de emissão de certificados de extensão.

## **1.5.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

O HU é considerado um Hospital Geral por prestar assistência à saúde na modalidade de internação nas quatro clínicas básicas (clínica médica, pediatria, ginecologia/obstetrícia e cirurgia geral); por dispor de Serviço de Atendimento Diagnóstico e Terapêutico (SADT) e, contar com serviço de Urgência/Emergência, Unidade de Terapia Intensiva, hospital-dia, serviço ambulatorial, maternidade e outros. Foi idealizado na década de 60 para atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão da UFSC na área da saúde e afins. Através do ensino em serviço, busca uma formação de qualidade, capacitando profissionais para o SUS. Em 2004, com a publicação da primeira Portaria que definia os critérios obrigatórios para a certificação de unidades hospitalares como hospitais de ensino, buscou esta certificação junto aos Ministérios da Saúde e Educação. Foi o primeiro hospital no Estado de Santa Catarina a receber a certificação, que aconteceu ainda no ano de 2004, mantendo-a até a data de hoje.

O HU possui um Ambulatório que atende cerca de 11.000 consultas médicas e multiprofissionais/mês. Os agendamentos de consultas, retornos e exames são majoritariamente via Sistema de Regulação – SISREG, do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade dos gestores estadual e municipal. O Ambulatório representa uma das portas de entrada da Instituição, as demais são as 03 (três) Emergências (pediátrica, adulto e ginecológica / obstétrica), que realizam no conjunto uma média de 7.000 atendimentos/mês, variando com a sazonalidade e a situação das demais portas da Rede de



Urgência. Conta ainda com um serviço de toxicologia de referência, que faz atendimentos com orientação e supervisão à distância para todo o estado (3.000/mês), além do suporte ao Serviço de Emergência considerado referência para atendimento aos acidentes com animais peçonhentos e intoxicações exógenas. O HU também realiza mensalmente em torno de 800 internações, 270 cirurgias de médio e grande porte, 1.000 cirurgias ambulatoriais e 180 partos (Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar do HU, 2017). O HU está inserido na Rede de Atenção às Urgências sob coordenação do Gestor Estadual, com componente de leitos de UTI adulto, e na Rede Cegonha, também sob coordenação do Estado para o atendimento à Gestante de Alto Risco no componente ambulatorial, e hospitalar de internação, de leitos de UTI neonatal, e retaguarda de UTI adulto para puérperas, além do atendimento por livre demanda da Maternidade.

Considerando o ensino de graduação e pós-graduação anualmente mais de 2.000 alunos realizam atividades no HU, principalmente oriundos de cursos da UFSC, bem como, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e UDESC, em nível de Graduação e Pós Graduação. No ano de 2017 atuaram no HU 113 médicos residentes em 21 especialidades, bem como, 72 residentes multiprofissionais em três áreas de concentração e 3 da Residência em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, área odontologia. A Gerência de Ensino e Pesquisa juntamente com a Superintendência do HU autorizaram a execução de 153 projetos de pesquisa no HU em 2017.

**Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada:**

**Quadro 42 - Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis (áreas físicas)
<b>Atendimento Ambulatorial</b>	Realizar consultas e retornos por profissionais médicos e de outras áreas da saúde	Consultas/retornos ambulatoriais	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área A, B, C, pediatria, cirurgia ambulatorial, oftalmologia, proctologia, otorrinolaringologia, etc
<b>Atendimento Ambulatorial</b>	Realizar hemodiálise em pacientes com doença renal crônica (DRC)	Hemodiálise	Usuários do SUS portadores de doença renal crônica (DRC), conforme Termo de Compromisso pactuado com os gestores (estadual e municipal)	Unidade de Tratamento Dialítico
<b>Atendimento Ambulatorial</b>	Realizar procedimentos cirúrgicos ambulatoriais	Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área de Cirurgia Ambulatorial
<b>Realização de exames</b>	Realizar exames preventivos, diagnósticos e para o monitoramento de doenças	Exames de imagem, cardiológicos, neurológicos, hemodinâmicos, em análises clínicas, em anatomia patológica e endoscópicos	Usuários do SUS atendidos pelas especialidades médicas no ambulatório (urgências), encaminhados apenas para realização de exames no HU	Serviço de Radiologia, Cardiologia, Hemodinâmica, Divisão de Análises Clínicas, Serviço de Anatomia Patológica e Centro Endoscópico

			(via SISREG) ou internados na instituição	
<b>Atendimento nas Emergências Adulto, Pediátrica e Ginecológica/Obstétrica</b>	Realizar atendimento de urgência e emergência no HU	Consultas em urgência e emergência, procedimentos cirúrgicos em urgência e emergência	Usuários do SUS - pacientes referenciados (SAMU, UPAs e outras instituições) e porta-aberta (livre demanda)	Emergência Adulto, Emergência Pediátrica, Emergência Ginecológica/Obstétrica
<b>Atendimento no Centro de Informações Toxicológicas</b>	Realizar atendimento de urgência e acompanhamento de casos	Atendimentos à distância para orientação das equipes assistenciais por telefone, suporte ao Serviço de Emergência do HU considerado referência para atendimento aos acidentes com animais peçonhentos e intoxicações exógenas	Usuários do SUS - pacientes referenciados (SAMU, UPAs e outras instituições) e porta-aberta (livre demanda)	Centro de Informações Toxicológicas (CIT)
<b>Internações</b>	Realizar atendimento aos usuários em regime de internação hospitalar no HU	Internações em clínica médica, cirúrgica, pediatria e ginecológica no HU.	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório (internações eletivas) e atendidos nas emergências, ou encaminhados por outros serviços do Estado de SC.	Clínica Médica 2, Unidade de Isolamento, Clínicas Cirúrgicas 1 e 2, Unidade de Internação Ginecológica e Unidade de Internação Pediátrica.
<b>Internações</b>	Realizar atendimento aos usuários que necessitem cuidados intensivos	Internações em UTI adulto e neonatal	Usuários do SUS, internados ou nascidos no HU e referenciados	UTI adulto e neonatal
<b>Cirurgias de médio e grande porte</b>	Realizar cirurgias de médio e grande porte no HU, incluindo as de alta complexidade	Realização de cirurgias, nas várias especialidades em especial a casos oncológicos e cirurgias de alta complexidade pactuadas com os gestores (bariátrica, transplante hepático, vascular/endovascular e implante coclear).	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e emergências	Centro Cirúrgico, Unidades de Internação Cirúrgica 1 e 2, Ginecológica e UTI adulto
<b>Partos</b>	Realizar partos no HU, tendo como porta de entrada a Emergência Obstétrica	Partos	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e Emergência Obstétrica	Centro Obstétrico, Alojamento Conjunto, UTI neonatal.

Fonte: HU/UFSC

As subunidades relacionadas no item anterior são consideradas as unidades técnicas diretamente responsáveis. Divisões e Serviços da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Psicologia, Análises Clínicas, Hemoterapia, Anatomia Patológica, Farmácia, Nutrição e Dietética, 72 Prontuário do Paciente e Radiologia) participam da assistência ao usuário. Outras unidades participam de forma indireta: Coordenadoria de Suprimentos, Coordenadoria de Processos Licitatórios, Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais e Coordenadoria de Informática.

**Quadro 43 - Principais insumos e fornecedores para a produção de cada macroprocesso**

ORDEM	CGC/CPF	EMPRESA	SEGMENTO	PAGO
1°	02.531.343/0001-08	ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA	LIMPEZA HOSPITALAR	8.292.271,73
2°	83.476.911/0001-17	FAPEU FUND. DE AMP. A PESQ. E EXT. UNIV.	MÃO DE OBRA ATIVIDADE FIM	8.046.274,36
3°	08.336.783/0001-90	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	ENERGIA ELÉTRICA	3.307.763,07
4°	82.508.433/0001-17	CASAN S/A	ÁGUA E ESGOTO	2.938.780,18
5°	01.449.930/0003-51	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS S.A.	DIAGNÓSTICO IMAGEM	2.094.577,54
6°	11.967.535/0001-52	SC SEG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP	MÃO DE OBRA SECRETÁRIA	1.846.382,84
7°	03.130.750/0001-76	EMBRASP EMPR. BRAS. DE SEG. PATRIM. LTDA	VIGILÂNCIA HOSPITALAR	1.752.868,65
8°	09.249.662/0001-74	PINHEIRINHO AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO	1.626.195,49
9°	09.284.904/0001-60	AP SERV. DE LIMP. ASS. E CONSERV. LTDA	MÃO DE OBRA LAVANDERIA	1.069.531,48
10°	49.351.786/0010-71	BAXTER HOSPITALAR LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	940.910,98
11°	05.808.800/0001-57	TECHNOCARE ENG. CLÍNICOS ASSOCIADOS LTDA	MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO FINA	938.943,34
12°	76.578.202/0001-87	SAFRA DIESEL LTDA	ÓLEO COMBUSTÍVEL	882.633,54
13°	31.673.254/0010-95	LABORATÓRIOS B BRAUN S.A.	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	833.241,00
14°	02.877.566/0001-21	IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA	SOFTWARE E HARDWARE	829.427,83
15°	00.482.840/0001-38	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	MÃO DE OBRA COSTURA E MOTORISTA	533.239,87
16°	76.730.076/0001-34	J. R. EHLKE & CIA LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	519.858,76
17°	02.513.899/0001-71	GRIFOLS BRASIL LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	480.238,00
18°	44.734.671/0001-51	CRISTALIA PROD. QUIM. E FARMACÊUTICOS LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	450.715,88
19°	86.858.131/0001-20	MICROMED INFORMÁTICA LTDA	SOFTWARE E HARDWARE	444.003,89
20°	05.531.725/0001-20	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	436.065,91
21°	04.013.726/0001-	LABORSYS PROD.	LABORATÓRIO	417.108,00

	20	DIAGNÓSTICOS E HOSP. LTDA	DE ANÁLISES CLÍNICA	
22°	58.752.460/0004-07	SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA	DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	410.980,00
23°	21.551.379/0021-41	BECTON DICKINSON IND. CIRÚRGICAS LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	409.509,91
24°	32.150.633/0004-15	LABOR MED APARELHAGEM DE PRECISÃO LTDA	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICA	398.410,77
25°	04.790.724/0001-37	DISTRIBUIDORA DE MED. PAULO LIMA LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	375.126,53
26°	79.250.676/0001-93	CIRÚRGICA JAW COM. MED. HOSP. LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	359.427,15
27°	07.570.445/0001-56	LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAÚDE	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	352.576,26
28°	21.551.379/0008-74	BECTON DICKINSON IND. CIRÚRGICAS LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	346.851,66
29°	01.645.409/0003-90	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	329.202,61
30°	50.668.722/0019-16	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL S.A.	RECOLHIMENTO LIXO HOSPITALAR	319.294,55
31°	68.949.239/0005-70	UNITED MEDICAL LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	309.758,00
32°	08.408.666/0001-95	THALES EDUARDO MERCURIO ODERDENGE – ME	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	308.314,98
33°	09.944.371/0001-04	SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	304.917,32
34°	72.366.818/0001-33	IMAGEM CENTRO DE DIAG. MÉDICO LTDA	EXAMES DE IMAGEM	301.170,79
35°	12.939.659/0001-33	KEVENOLL DO BRASIL PROD. MÉDICOS HOSP.	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	274.645,85
36°	01.513.946/0001-14	BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE CIRÚRGICO	263.417,64
37°	92.972.530/0001-38	SONOVA DO BRASIL PROD. AUDIOLÓGICOS LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PRÓTESE AUDITIVA	262.980,90
38°	43.894.609/0001-64	POLITEC – IMPORTAÇÃO E COM. LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PRÓTESE AUDITIVA	249.831,00
39°	13.059.106/0001-02	ADVANCED BIONICS INST. AUD. BRASIL LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PRÓTESE AUDITIVA	246.000,00
40°	11.955.729/0001-38	DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA	MÃO DE OBRA AR CONDICIONADO	239.803,94
41°	01.578.276/0001-14	ASLI COMERCIAL LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	237.331,88
42°	01.180.450/0001-76	MERCANTT COMERCIAL LTDA	ROUPARIA COSTURA	235.463,16

43°	12.698.194/0001-20	F2J COMERCIAL ATAC. DE ALIMENTOS LTDA	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	232.609,57
44°	08.335.301/0001-88	HMW SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	MÃO DE OBRA DE EM TI	226.685,76
45°	01.035.382/0001-51	ATOMED PROD. MÉD. E DE AUX. HUMANO LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE PRÓTESE AUDITIVA	219.554,52
46°	02.290.779/0001-52	AS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA ME	MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO	212.058,06
47°	59.998.701/0032-12	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	MEDICAMENTOS FARMÁCIA	209.646,00
48°	01.772.798/0002-33	MEDTRONIC COMERCIAL LTDA	ASSISTÊNCIA AO PACIENTE	200.962,62
49°	20.603.864/0001-05	AAAB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	194.372,54

Fonte: HU/UFSC

## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

### 2.1 Planejamento organizacional

#### 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

##### 2.1.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O planejamento institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) orienta-se pela Missão, Visão e Objetivos estratégicos, que estão presentes em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é um ponto de partida para a elaboração de outros planos que compõe o planejamento da Universidade. Compõe o planejamento da UFSC, o Plano de Logística Sustentável (PLS), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Anual (PAn).

**Figura 71 - Planejamento Institucional**



Fonte: DPGI/UFSC

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi elaborado em consonância com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e visa sistematizar o planejamento da instituição com um horizonte temporal de no mínimo um quinquênio.

Conforme apontado nas orientações para elaboração do PDI, publicado pelo Ministério da Educação, o PDI deve ser “o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver” (MEC, 2009.).

Assim, o objetivo é que o documento sirva de elemento ao redor do qual será definido o planejamento anual, com foco nas atividades de curto prazo, e o planejamento estratégico propriamente dito, com um horizonte de pelo menos dez anos.

Além de tratar-se de um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, o PDI caracteriza a identidade institucional, apresenta sua missão e visão de futuro bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas. É a peça que norteia as ações

estratégicas da Universidade. O atual PDI da UFSC está em vigor desde sua aprovação, pelo Conselho Universitário (CUUn), e abrange o período de 2015-2019.

O PDI em sua composição elementar constitui-se da filosofia de trabalho, a declaração da missão e o perfil institucional, as orientações para as diretrizes pedagógicas, as atividades acadêmicas e a infraestrutura que desenvolve e/ou pretende desenvolver nos anos de vigência; e, ainda, a programação para a oferta de cursos e vagas; além do cumprimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da UFSC está estruturado em quatro capítulos, a saber:

**Capítulo 1:** Perfil Institucional – No capítulo sobre o perfil institucional, discutem-se os temas do histórico da UFSC, sua missão, visão, valores, e suas áreas de atuação acadêmica. Nas áreas de atuação, destacam-se o ensino em todos os níveis, a pesquisa, a extensão e a cultura, arte e esportes.

**Capítulo 2:** Projeto Pedagógico Institucional – O PPI foi estruturado exatamente de acordo com as orientações do MEC com seções definidas pelos seguintes temas:

- a) inserção regional;
- b) fundamentos da prática acadêmica;
- c) políticas;
- d) responsabilidade ética, social e ambiental.

As políticas estão organizadas segundo cinco dimensões (ensino; pesquisa; extensão; cultura, arte e esportes; e gestão) que incluem um total de 26 objetivos e de 168 metas.

**Capítulo 3:** Organização e Gestão – discutem-se neste capítulo os meios que viabilizarão as políticas. Inicialmente, o tema do desenvolvimento do ensino nos próximos cinco anos é explorado, começando pela situação atual e passando para as perspectivas de expansão.

**Capítulo 4:** Inovação e interações institucionais – destacam-se dois temas: o papel da UFSC na geração de inovações e suas estratégias para o relacionamento interinstitucional.

O desdobramento do PDI ocorre por meio dos Planos Anuais (PAN) que são documentos nos quais cada unidade interna da UFSC, administrativa e universitária, apresenta suas metas e ações alinhadas ao PDI que serão desenvolvidas durante o ano.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da UFSC, visa orientar o processo de alinhamento organizacional e tecnológico com a gestão estratégica, a fim de prover o suporte, nas mais diversas formas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma eficiente e organizada, sempre buscando o amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o documento e instrumento de planejamento que diz respeito a filosofia de trabalho, à missão, às diretrizes, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que a UFSC desenvolve e/ou pretende desenvolver.

O contexto estratégico da área de TIC é delimitado pela legislação, pelas diretrizes governamentais estabelecidas na iniciativa de Governo Eletrônico (e-GOV), no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) e nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), além da Instrução Normativa nº 04/2008, da SLTI/MP, pela aderência aos direcionamentos estratégicos da UFSC, expressos no PDI, recomendações e decisões dos Órgãos de Controle, melhores práticas e padrões de governança para a área de TI e estágio atual da área de TIC.

Este Plano Estratégico de TIC procura o alinhamento com a perspectiva da instituição na busca pela melhoria de seus processos estratégicos, atividades táticas e operacionais, bem como no uso da tecnologia de informação e comunicação como forma de aumentar os benefícios aos gestores das unidades, aos técnicos, aos docentes e aos discentes da instituição. O público-alvo do PDTI são todos os usuários (diretos e indiretos) dos serviços e soluções de TIC da UFSC.

As diversas áreas que contribuem para o cumprimento da missão da UFSC no ensino, na pesquisa, extensão, cultura e gestão, necessitam de uma infraestrutura de TIC avançada, resiliente, ágil, segura e sustentável para que a UFSC possa cumprir sua missão. Este Plano Estratégico estabelece as bases para a oferta de um portfólio de serviços, soluções e sistemas de TIC através de uma Arquitetura Corporativa de alta capacidade, proporcionando soluções tecnológicas confiáveis e eficazes necessárias para o cumprimento da missão da UFSC.

A necessidade de realização de Plano de Logística Sustentável foi instituída pela IN 10/2012, que estabelece a obrigação das instituições públicas federais de elaborar e monitorar um plano com objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação relacionados à sustentabilidade. Esse plano visa possibilitar às instituições o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

Em atendimento a IN foi criada, em 2015, a Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC, que possui estrutura colegiada, consultiva e de assessoramento da Administração Superior da UFSC e tem entre suas funções promover a sustentabilidade na Universidade e revisar o Plano de Logística Sustentável.

Essa Comissão foi composta por uma equipe interdisciplinar formada por vinte profissionais dos mais diversos setores da UFSC e um representante discente, relacionados aos eixos temáticos do PLS, sendo presidida pela Coordenadoria de Gestão Ambiental.

A partir dos resultados constatados no PLS anterior, diagnóstico e benchmarking em outras Instituições, a comissão realizou durante os anos de 2015, 2016 e primeiro semestre de 2017 32 reuniões com o objetivo de discutir e atualizar o PLS. Nessas reuniões contou-se também com a presença e contribuição de servidores de fora da CPS, mas relacionados com os temas enriquecendo ainda mais a construção do documento. Foi criado o eixo Geral, onde se enquadraram as ações que não eram pertinentes a nenhum eixo anteriormente existente. As ações/metabológicas foram encaminhadas uma segunda vez aos setores para serem analisadas, alteradas, pactuadas e classificadas quanto à prioridade. Por fim, o Plano ficou em consulta pública para possibilitar a participação da comunidade.

A versão “PLS 2017” foi finalizada em agosto de 2017 e possui 57 metas e 435 ações divididas entre os eixos temáticos.

Finalizado e publicado o Plano, a CGA passou a realizar sua ampla divulgação, além de auxiliar e incentivar sua execução das ações pelos setores responsáveis. Com esse objetivo, foi incluído no novo PLS um capítulo de permeabilidade, com estratégias para divulgá-lo, a fim de torná-lo mais efetivo na Instituição. O PLS está disponível na íntegra em [www.pls.ufsc.br](http://www.pls.ufsc.br), assim como no site do Ministério do Planejamento, <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/pls-e-aco-es-sustentaveis>.

O monitoramento das ações será realizado semestralmente pela CGA e uma nova revisão em dois anos a partir da data da publicação.

As seguintes metas e ações estão em execução desde 2013 ou foram executadas até 2017:

1. Formulação, execução e acompanhamento de projetos institucionais: “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade das Compras e Contratações da UFSC”, “Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima”; “Programa de Controle e Monitoramento Hidrológico Campus UFSC em Joinville”; “Recuperação do Bosque do CFH por meio da implantação de Sistema Agroflorestal (SAF)”; “Gestão de Resíduos Químicos e Especiais da UFSC”;
2. Desenvolvimento de eventos relacionados à temática ambiental para a comunidade acadêmica e externa (Semana Campus Lixo Zero, Workshop de Redução de Metano, Seminário de Gestão Pública Sustentável, Semana do Meio Ambiente, Planeta. Doc. Conferências);



3. Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Universidade (PGRS);
4. Elaboração do Plano de Coleta Seletiva Solidária;
5. Implantação da 1ª etapa do Plano de Coleta Seletiva Solidária;
6. Constituição da Comissão de Valorização dos Resíduos Orgânicos;
7. Desenvolvimento de capacitações internas, visando introduzir e sensibilizar os servidores na temática ambiental, compras sustentáveis e resíduos;
8. Implementação da coleta seletiva de pilhas e fiscalização efetiva dos contratos de resíduos;
9. Melhorias no gerenciamento dos resíduos químicos e hospitalares com realização de novo certame;
10. Acompanhamento dos contratos de energia elétrica e das contratações por demanda visando diminuir o consumo;
11. Obtenção do Selo Verde A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
12. Divulgação dos gastos de água e energia para a comunidade acadêmica;
13. Elaboração de campanha para redução do consumo de energia;
14. Elaboração da Campanha de redução no consumo de copos plásticos;
15. Melhoria da Plataforma UFSC Sustentável;
16. Elaboração de campanha educativa para diminuição dos gastos com materiais de expediente;
17. Divulgação nas mídias sociais de informações relativas à sustentabilidade;
18. Criação da Divisão de Eficiência Energética;
19. Representação da UFSC em comissões externas;
20. Desenvolvimento do Manual de Compras Sustentáveis;
21. Desenvolvimento de ações inclusivas com servidores com necessidades especiais;
22. Atualização parcial do sistema de georreferenciamento de energia;
23. Campanha de Combate ao Aedes Aegypti;
24. Inclusão de critérios de sustentabilidade nas novas construções da UFSC;
25. Suporte psicológico durante o período de cessação do tabagismo;
26. Realização dos Jogos de Integração dos Servidores;
27. Criação de Normativas para aquisição de Destiladores e Ares-condicionados;
28. Substituição das árvores exóticas por nativas;
29. Definição das áreas de compensação ambiental;
30. Análise de projetos em saneamento da UFSC;
31. Divulgação e estímulo a troca e utilização de materiais ocioso.

Comprometida com a contínua melhoria das práticas de ensino, pesquisa, cultura, arte, esportes, extensão e gestão, a Instituição busca implementar ações voltadas ao meio ambiente, à segurança, à saúde ocupacional e à responsabilidade ética e social e o PLS tem sido um instrumento eficaz nesse sentido.

Os objetivos estratégicos da UFSC são apresentados no PDI 2015-2019 de acordo com cada dimensão. O quadro a seguir apresenta os 26 objetivos do PDI da Universidade de acordo com suas dimensões (ensino, pesquisa, extensão, cultura, arte e esporte, e gestão), e a quantidade de metas vinculadas a cada um destes objetivos.

**Quadro 44 - Objetivos do PDI de acordo com a dimensão e quantidade de metas vinculadas**

<b>Dimensão</b>	<b>Objetivos PDI 2015-2019</b>	<b>Metas vinculadas</b>
<b>Ensino</b>	OBJETIVO 1 – Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica.	9
	OBJETIVO 2 - Assegurar a qualidade de ensino em todos os ciclos da Educação Básica (Educação infantil, Ensino Fundamental, Educação básica e EJA-Quilombola/SC).	4
	OBJETIVO 3 - Aprimorar os sistemas de informação relacionados às atividades de ensino na Universidade.	3
	OBJETIVO 4 – Institucionalizar ações inovadoras nos projetos pedagógicos em todos os níveis de ensino.	16
	OBJETIVO 5 – Estabelecer uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes (graduação e pós graduação).	7
	OBJETIVO 6 - Institucionalizar uma política de acolhimento, acompanhamento e apoio pedagógico aos discentes do Ensino Básico.	9
	OBJETIVO 7 – Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.	6
	OBJETIVO 8 – Promover ações de interação com os egressos.	3
	OBJETIVO 9 – Estabelecer uma política de acessibilidade educacional.	3
<b>Pesquisa</b>	OBJETIVO 10 – Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa.	7
	OBJETIVO 11 – Fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade.	4
	OBJETIVO 12 - Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área da pesquisa.	7
	OBJETIVO 13 – Ampliar a internacionalização das atividades da UFSC.	5
<b>Extensão</b>	OBJETIVO 14 – Promover aprimoramento contínuo das ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária.	13
	OBJETIVO 15 – Ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade.	5
<b>Cultura, arte e esporte</b>	OBJETIVO 16 – Ampliar o ambiente cultural e esportivo da UFSC para aperfeiçoar a formação do ser humano.	5
	OBJETIVO 17 – Promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais e esportivas.	9
	OBJETIVO 18 – Ampliar as ações da UFSC como um centro de integração, valorização e difusão das artes, da cultura e do esporte.	3
<b>Gestão</b>	OBJETIVO 19 – Institucionalizar as práticas de gestão estratégica, contemplando seu planejamento, acompanhamento e avaliação.	3
	OBJETIVO 20 – Aprimorar a gestão organizacional.	4
	OBJETIVO 21 – Consolidar as ações de expansão na perspectiva de gestão organizacional de uma universidade <i>multicampi</i>	3
	OBJETIVO 22 – Implementar ações buscando ampliar a captação de recursos para a consecução das políticas institucionais.	2
	OBJETIVO 23 - Adequar a infraestrutura e sua gestão às demandas da atualidade.	15
	OBJETIVO 24 – Implementar ações inovadoras para o aprimoramento individual dos servidores visando à melhoria do desempenho institucional.	14
	OBJETIVO 25 - Fortalecer e profissionalizar a comunicação no relacionamento interno e externo.	3
	OBJETIVO 26 – Aprimorar a Assistência Estudantil.	6

Fonte: DPGI/SEPLAN

### 2.1.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU em outubro de 2004 foi reconhecido como Hospital de Ensino por meio de credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Saúde. Tem sido reavaliado regularmente, mantendo a certificação.

Em 2005, iniciou seu Planejamento Estratégico, denominado Plano 2012, dando passo fundamental em direção a excelência das práticas de gestão do HU. Naquela ocasião foi definido como VISÃO para o HU “Ser um centro de referência em alta complexidade com excelência no ensino, pesquisa, assistência e gestão, pautado na integralidade de atenção a saúde e no trabalho interdisciplinar.” Em 2008, na revisão do Plano, fortalecemos nossa intenção de prestar atendimentos nas áreas de alta complexidade.

A Visão foi estabelecida de acordo com o que era preconizado como definição para hospital de ensino na Portaria Interministerial nº 1.006, de 27 de maio de 2004, como descrito a seguir “Hospital de Ensino é um local de atenção à saúde de referência para a alta complexidade, responsável pela formação de profissionais de saúde e de desenvolvimento tecnológico, numa perspectiva de inserção e integração em rede aos serviços de saúde, obedecendo a critérios de necessidade da população”.

O Quadro abaixo apresenta os serviços estruturados/implantados a partir de 2007. Observa-se que a partir de 2011, não foi aberto mais nenhum serviço, motivado principalmente por falta de pessoal, pois para a abertura de novos serviços é necessário ter uma equipe mínima multiprofissional.

#### **Quadro 45 – Serviços reestruturados / implantados**

<b>Serviços reestruturados/implantados</b>	<b>Ano</b>
Ampliação do Serviço de Diálise	2007
Realização de exames de Tomografia e CPRE	2007
Cirurgia oncológica e oncohematologia	2008
Estruturação da Hemodinâmica	2008
Retirada e Transplante de fígado	2010
Retirada e transplante de tecidos oculares humanos	2010
Atenção ao portador de obesidade grave, com implantação efetiva de atenção multiprofissional	2011
Procedimentos endovasculares extracardíacos	2011
Implante coclear	2011

Fonte: HU/UFSC

Em 2010, foi elaborado o Plano de Reestruturação do HU/UFSC (2010-2014), sendo realizado o diagnóstico situacional da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos. Também foram elencadas, por ordem de prioridade, as necessidades em relação à infraestrutura física e parque tecnológico e as necessidades de pessoal para reabertura das unidades fechadas e para áreas de ampliação. O Plano de Reestruturação tem norteado as nossas ações, entretanto, a ampliação do quadro de pessoal é essencial para a tomada de muitas decisões. Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal ressaltamos que buscamos contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, entretanto, identificamos como maior dificuldade a reposição e ampliação do quadro de pessoal.

Em 2013 foram assinados os Termos de Pactuação da Rede Cegonha (que tem um recorte de atenção à gestante e de atenção à criança de até 24 meses) e da Rede de Atenção às Urgências. Todas as Redes são transversalizadas pelos temas qualificação e educação, informação, regulação e, promoção e vigilância à saúde. Em 2014 e 2016 fomos submetidos a visitas de monitoramento, por representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, na busca do aprimoramento dos processos de trabalho. Em 2015 estabelecemos um cronograma de reuniões do Conselho Diretor do HU, que teve uma participação mais efetiva nas questões que envolvem o HU, mais especificamente nas questões de déficit de pessoal e estratégias para a solução deste problema, incluindo a adesão ou não à EBSEH. Juntamente com o Centro de Ciências da Saúde e outros Centros da UFSC buscamos contribuir para a adequada formação, alocação,

qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais de saúde.

Em 1º de dezembro de 2015 foi aprovada no Conselho Universitário a adesão da UFSC à EBSEH. Nesta data, uma comissão foi designada para apresentar proposta de contrato a ser firmado entre a UFSC e a EBSEH, que foi assinado em março de 2016. Paralelamente, já no início de 2016 uma equipe da Diretoria de Atenção à Saúde e de Gestão de Pessoas de EBSEH visitou o HU e durante o período de uma semana foi elaborado em conjunto com a Equipe de Governança do HU/UFSC o Dimensionamento dos Serviços Assistenciais, baseado na capacidade física instalada, e produção assistencial registrada nos últimos anos. A partir deste documento, foi elaborado o dimensionamento de pessoal para o HU/UFSC, seguindo a diretriz de reativação dos serviços existentes e que se encontram sem condições de funcionamento por falta de pessoal. A partir do Dimensionamento de Pessoal, houve a tramitação junto aos órgãos governamentais visando a realização do Concurso, ocorrido em dezembro de 2016, com homologação de resultado em 2017. O Dimensionamento dos Serviços Assistenciais, bem como o de pessoal são ferramentas norteadoras para a criação e ampliação dos postos de serviços e oferta de procedimentos à Rede de Atenção à Saúde, através do Instrumento de Contratualização que contém o Plano Operativo Anual com as metas assistenciais, de gestão e de qualidade a serem cumpridas pela instituição.

Ao longo de 2016, por demanda da EBSEH, foi desenvolvido o projeto de qualificação da gestão, que incluiu a formação em nível de especialização de nove servidores do HU e docentes da UFSC com atuação no HU, dos diversos setores, associada ao desenvolvimento do Plano Diretor Estratégico (PDE) do HU/UFSC 2017-2019. Este PDE foi elaborado ao longo do ano de 2016 em discussões colegiadas com a participação de diversos servidores do HU/UFSC, buscando um diagnóstico ampliado e planejamento de atividades voltadas aos principais macroproblemas elencados. O PDE segue a lógica da legislação do SUS, atendendo às demandas para adequação da estrutura assistencial às boas práticas e atendimento em rede.

Dentro da lógica desenvolvida no PDE, a atual situação de Recursos Humanos e Infraestrutura Física vêm se destacando como fatores de grande influencia para que a instituição busque ampliação das suas metas de ensino, pesquisa e assistência. A perspectiva da admissão de novos trabalhadores é vislumbrada como o fator inicial para retomada do crescimento do HU/UFSC no sentido de buscar novas habilitações e prestar maior quantitativo de serviços de excelência em alta complexidade, processo que iniciou de forma muito lenta ainda em 2017 e deverá continuar em 2018.

## **2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

### **2.1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A execução dos Planos Anuais da Universidade Federal de Santa Catarina, orientados pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional, ocorre por meio de projetos com escopo, responsáveis, resultado e cronograma identificados e gerenciados pelo sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Cada projeto identifica um objetivo e uma meta institucional ao qual seu resultado contribui.

O acesso ao gerenciador de projetos está disponível para todos os servidores técnico-administrativos e docentes. O acesso é realizado por meio do ID UFSC e senha.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos pelo PDI 2015-2019, as Unidades Administrativas desenvolveram uma série de projetos no decorrer do ano de 2017. Há projetos que foram executados e concluídos no próprio ano, no entanto verificase projetos que se encontram em andamento, apresentando um prazo de conclusão para o(s) ano(s) seguinte(s).

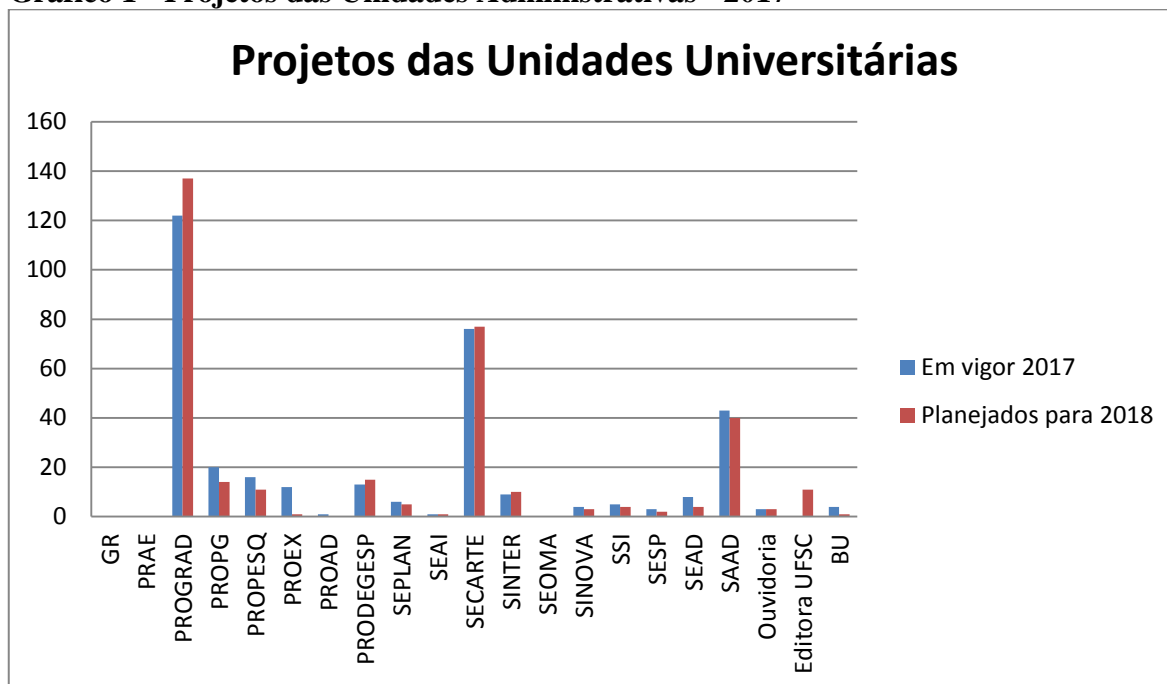
O quadro e gráfico a seguir apresentam os totais de projetos de acordo com a Unidade Administrativa responsável.

#### Quadro 46 - Projetos das Unidades Administrativas

PROJETOS EM 2017			
UNIDADE UNIVERSITÁRIA	Sigla	Em vigor 2017	Planejados para 2018
Gabinete da Reitoria	GR	0	0
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE	0	0
Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD	122	137
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	PROPG	20	14
Pró-Reitoria de Pesquisa	PROPESQ	16	11
Pró-Reitoria de Extensão	PROEX	12	1
Pró-Reitoria de Administração	PROAD	1	0
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	PRODEGESP	13	15
Secretaria de Planejamento e Orçamento	SEPLAN	6	5
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional	SEAI	1	1
Secretaria de Cultura e Arte	SECARTE	76	77
Secretaria de Relações Internacionais	SINTER	9	10
Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente	SEOMA	0	0
Secretaria de Inovação	SINOVA	4	3
Secretaria de Segurança Institucional	SSI	5	4
Secretaria de Esportes	SESP	3	2
Secretaria de Educação a Distância	SEAD	8	4
Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades	SAAD	43	40
Ouvidoria	Ouvidoria	3	3
Editora UFSC	Editora UFSC	0	11
Biblioteca	BU	4	1
<b>Total de Projetos</b>		<b>346</b>	<b>339</b>

Fonte: DPGI/SEPLAN

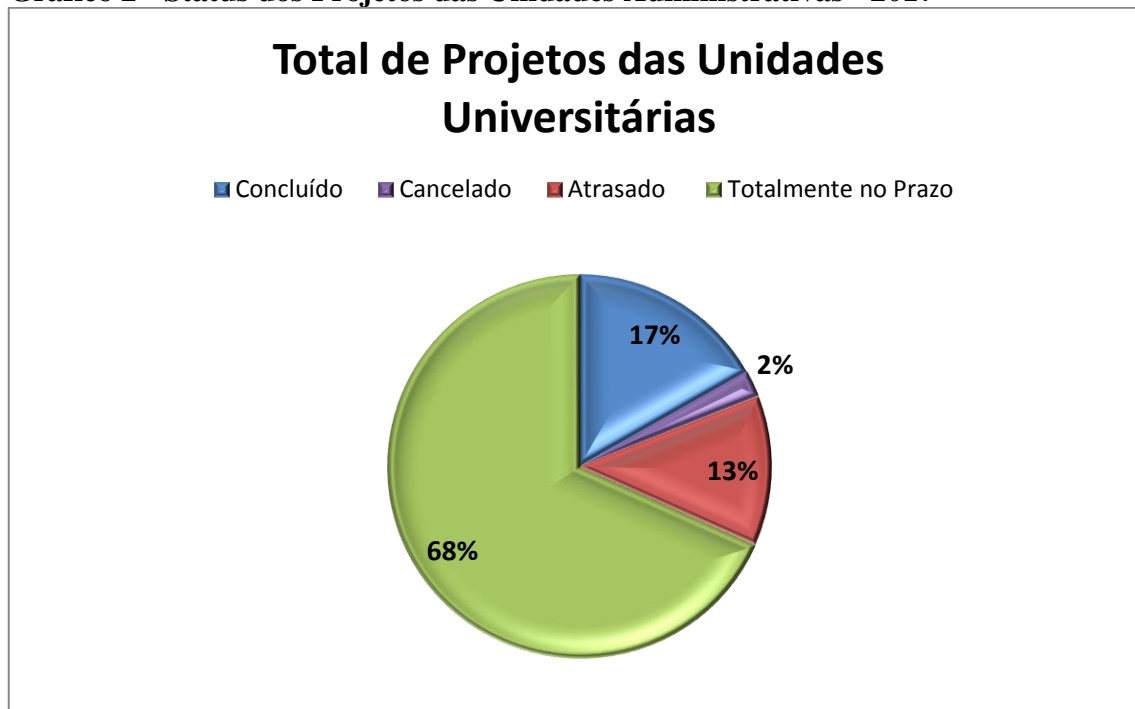
**Gráfico 1 - Projetos das Unidades Administrativas - 2017**



Fonte: DPGI/SEPLAN

Em 2017 foram planejados 346 projetos pelas Unidades Administrativas. As Unidades que apresentaram maior quantidade de projetos ativos em 2017 foram a Pró-Reitoria de Graduação e a Secretaria de Cultura e Arte, com 122 e 76 projetos ativos em 2017, respectivamente.

**Gráfico 2 - Status dos Projetos das Unidades Administrativas - 2017**



Fonte: DPGI/SEPLAN

Dentre os projetos propostos pelas Unidades Administrativas da UFSC no ano de 2017, observa-se que 68% encontram-se totalmente no prazo estabelecido, 17% foram

concluídos e 13% estão atrasados. Salienta-se que apenas 2% dos projetos planejados para o ano de 2017 foram cancelados.

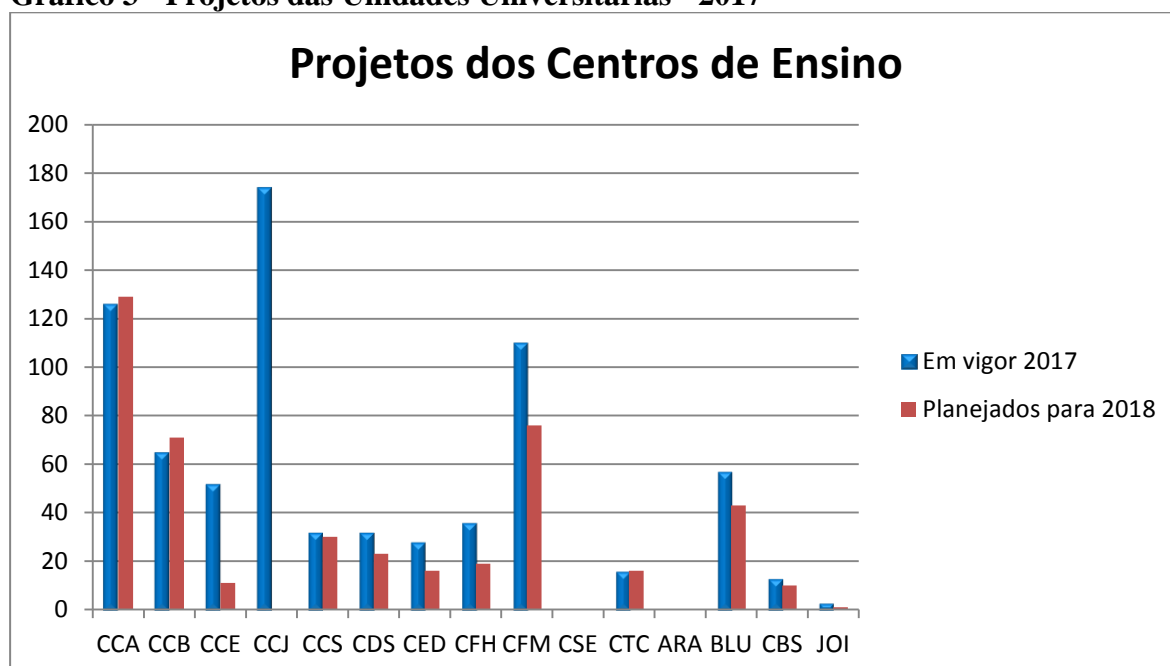
As Unidades Universitárias da UFSC, constituída pelos Centros de Ensino, também desenvolveram projetos buscando alcançar os objetivos institucionais propostos pelo PDI 2015-2019 da Instituição. Conforme demonstrado no quadro a seguir, alguns projetos foram iniciados e concluídos em 2017, no entanto, outros projetos foram iniciados no ano de 2017 e possuem prazos de conclusão previstos para os anos seguintes.

#### **Quadro 47 - Projetos das Unidades Universitárias**

<b>PROJETOS EM 2017</b>			
<b>CENTROS DE ENSINO</b>	<b>Sigla</b>	<b>Em vigor 2017</b>	<b>Planejados para 2018</b>
Centro de Ciências Agrárias	CCA	126	129
Centro de Ciências Biológicas	CCB	65	71
Centro de Comunicação e Expressão	CCE	52	11
Centro de Ciências Jurídicas	CCJ	174	0
Centro de Ciências da Saúde	CCS	32	30
Centro de Desportos	CDS	32	23
Centro de Ciências da Educação	CED	28	16
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	CFH	36	19
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	CFM	110	76
Centro Sócio Econômico	CSE	0	0
Centro Tecnológico	CTC	16	16
Centro de Araranguá	ARA	0	0
Centro de Blumenau	BLU	57	43
Centro de Ciências Rurais - Curitibanos	CBS	13	10
Centro Tecnológico de Joinville	JOI	3	1
<b>Total de Projetos</b>		<b>744</b>	<b>445</b>

Fonte: DPGI/SEPLAN

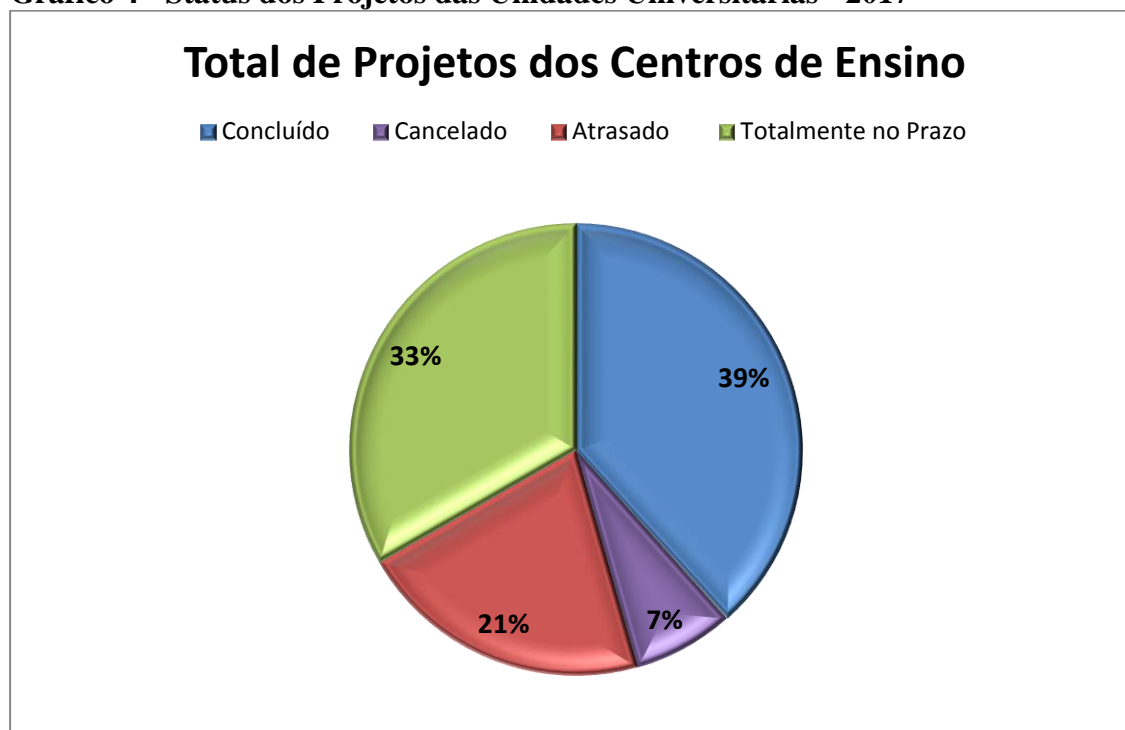
**Gráfico 3 - Projetos das Unidades Universitárias - 2017**



Fonte: DPGI/SEPLAN

Ao analisar o quadro e gráfico exposto, observa-se que os Centros de Ensino com maior quantidade de projetos foram o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), o Centro de Ciências Agrárias (CCA) e o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), com 174, 126 e 110 projetos, respectivamente, propostos para o ano de 2017.

**Gráfico 4 - Status dos Projetos das Unidades Universitárias - 2017**



Fonte: DPGI/SEPLAN

Para realizar o acompanhamento do planejamento executado pelos Centros de Ensino, dividiu-se os projetos desenvolvidos conforme seu status. Desta forma, 39% dos projetos propostos foram devidamente concluídos e 33% estão dentro do prazo previamente



estabelecido, totalizando 72% dos projetos. Contudo, percebe-se um atraso do desempenho de 21% dos projetos, bem como, 7% de projetos cancelados, em que a falta de recursos financeiros destacou-se entre as justificativas detectadas.

### **2.1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

A implementação do PDE foi iniciada em 2017, e verificamos as mesmas dificuldades relacionadas à demora na nomeação dos cargos de chefia do novo organograma proposto para o hospital, pois as ações e atividades já estão organizadas dentro da estrutura de governança modificada. O processo de transição dentro do hospital vem se mostrando como um grande desafio para a gestão, com a perspectiva de melhora após a admissão dos concursados pela EBSERH, o que deverá ocorrer em 2018.

Dentre as ações e atividades propostas no PDE estão incluídas as áreas de abrangência de Recursos Humanos, Processos de Trabalho, e adequação da Estrutura Física e Tecnológica. A inserção dos docentes e discentes nos processos internos do hospital também é marcado pela estruturação da Gerência de Ensino e Pesquisa, um desejo antigo da instituição e que já está implantada.

De um total de 24 ações subdivididas em 151 atividades, observamos que a grande maioria tinha início previsto para 2017. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo HU especialmente por falta de pessoas que não foram ainda nomeadas após o concurso público, cerca de 50% das atividades se encontram em implantação, em fases mais ou menos adiantadas. As atividades ainda não iniciadas ou que se encontram atrasadas em sua implantação têm como principal complicador a não nomeação dos cargos de chefia pela EBSERH gerando demora para estruturação dos novos setores, além da falta de recursos humanos, o que deve ser parcialmente sanado a partir da liberação das contratações pela EBSERH sede.

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Os princípios que orientam a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina foram construídos com base na visão do que deve ser uma universidade de excelência. Essa perspectiva está refletida na missão e visão da UFSC. Para isso, consolidou-se na Universidade o pensamento de que a gestão de uma instituição universitária deve ser fundamentada nas ideias de um planejamento estratégico com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos definidos. Os ciclos temporais de planejamento devem definir planos decenais, quinquenais e anuais de ação.

Enquanto se caminha para um cenário no qual o planejamento de longo prazo seja construído por meio da ampla participação, o planejamento de médio prazo, no caso da UFSC, converge para as reformulações progressivas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso está determinado externamente, pois esse plano deve ser atualizado a cada cinco anos.

Já no horizonte de curto prazo, a UFSC adota o Planejamento Anual (PAN), em que as unidades internas (Unidades Administrativas e Universitárias) estabelecem as metas e ações a nível tático-operacional para o período de um ano, que estão alinhadas ao PDI e vinculadas à missão institucional da Universidade. Assim, anualmente os gestores avaliam o que foi planejado *versus* o que foi alcançado, efetuam os ajustes necessários e produzem um novo plano para o ano seguinte, fechando um ciclo anual de gestão.

Independentemente do ciclo de planejamento adotado, curto, médio ou longo prazo, o estabelecimento de uma cultura de planejamento deve exigir um considerável esforço e tempo para a conscientização, a discussão e o amadurecimento do processo, conduzindo a

construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na instituição e envolvendo suas unidades universitárias e administrativas.

## **2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

A UFSC acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos traçados por meio do sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Todas as ações decorrentes do Plano Anual (Pan), das Unidades Administrativas e Universitárias, são cadastradas e monitoradas por meio do GP-Web. Desse modo, o status de cada ação pode ser alterado conforme o andamento do projeto proposto. São opções de status disponíveis no sistema: concluído, totalmente no prazo, atrasado, e cancelado.

Em 2017 foi publicado o Relatório de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional. O Relatório é o resultado de um trabalho realizado com o quantitativo de projetos constantes nos planos anuais, relacionando-os com os objetivos e metas. O relatório apresenta também os desempenhos das Unidades Administrativas e Universitárias consoantes os projetos desenvolvidos por estas. Para elaboração do relatório, foram coletados dados pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Informação (DPGI) da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) junto ao sistema GP-Web, gerenciador de projetos da Instituição, e apresentados no formato de tabelas e gráficos. O Relatório é atualizado anualmente e está disponível no link <http://pdi.ufsc.br/acompanhamento-do-pdi/>.

Além desse, verifica-se o desempenho da Universidade por meio dos relatórios anuais de gestão, autoavaliação, consultas à comunidade acadêmica e anuários estatísticos. Tais instrumentos estão disponibilizados no link <http://dpgi.seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>, [http://cpa.ufsc.br/?page\\_id=48](http://cpa.ufsc.br/?page_id=48), e <http://dpgi.seplan.ufsc.br/ufsc-em-numeros/>.

## **2.3 Desempenho orçamentário**

O desempenho orçamentário da instituição é demonstrado nos itens abaixo.

### **2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

#### **2.3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A UFSC recebe descentralização de recursos através de várias ações, pertencentes a diferentes Programas registrados na Lei Orçamentária Anual, sujeitos ao acompanhamento físico e execução financeira. A seguir, tem-se breve descrição das ações e sua avaliação quanto ao atingimento das metas previstas.

**Quadro 48 - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação (*)		(X) Integral ( ) Parcial				
Código		10.26246.12.368.2080.20RI.0042 Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica no Estado de Santa Catarina				
Iniciativa (**)						
Objetivo		Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadão, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1007				
Programa		Educação de qualidade para todos. Código: 2080 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
983.290,00	983.290,00	979.656,20	433.235,01	433.235,01	0,00	546.421,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	1.190	1.158	1.164	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
525.895,58	478.800,55	4.414,36	Estudante matriculado	Unidade	1.178	

Fonte: SIAFI-SIMEC

**Análise Situacional**

Inicialmente foi informado para o ano de 2017 a meta de 1.190 matrículas, sendo que essa meta foi reprogramada em julho de 2017 para 1.158 matrículas. No que tange à meta física, informa-se que no decorrer de 2017 atingiu-se o total de 1.164 alunos matriculados, com um resultado positivo muito próximo à meta de 1.158 alunos reprogramada. A meta de 1.158 alunos matriculados compõe-se da estimativa feita pelas Direções das Unidades, de 194 alunos matriculados no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI, e de 964 alunos matriculados no Colégio de Aplicação – CA. Considerando que o Núcleo de Desenvolvimento Infantil realizou mais 6 matrículas no segundo semestre de 2017, as matrículas realizadas alcançaram o total de 1.164 alunos no ano de 2017.

Sobre o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI:

Como fatores que dificultaram a realização da meta, informa-se que o NDI previu ofertar 200 vagas, no decorrer do ano houveram trancamentos efetivados por diversos fatores (saúde, viagem de estudos dos pais, etc.), e desistências, sendo que as vagas foram ocupadas por candidatos classificados em lista de espera, composta no sorteio anual. Assim, com 904 inscritos para seleção, efetivaram-se 194 matrículas no primeiro semestre e 6 matrículas no segundo semestre, totalizando 200 matrículas no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, no ano de 2017. O segundo semestre foi encerrado com 197 crianças inscritas na unidade, uma vez que ocorreram três (3) desistências no grupo 6 (G6), para o qual não haviam mais candidatos classificados em lista de espera.

#### Sobre o Colégio de Aplicação – CA:

Ao estipular a meta de 995 alunos para o ano de 2017, a Direção do Colégio de Aplicação considerou o número ideal de 935 estudantes na oferta de vagas, ao qual agregou uma estimativa de reprovações e ingressos por medidas judiciais, baseada em dados históricos. Em junho de 2017 foi informado no Sistema SIMEC uma reprogramação dessa meta física estipulada para alunos matriculados para o ano de 2017 de 995 para 964 alunos. A justificativa para a alteração da meta se deve a não abertura de uma nova turma do terceiro ano do ensino médio no Colégio de Aplicação, programada para 2017, devido a impossibilidade de redimensionar o corpo docente para atender essa nova turma. Nesse caso, o colégio precisou alocar todos os repetentes nas três turmas já existentes, mesmo excedendo o limite ideal de 25 alunos/turma. . O segundo semestre foi encerrado com 955 alunos na unidade, uma vez que ocorreram nove (9) desistências.

A Direção do Colégio de Aplicação esclarece que, visando à manutenção das melhores condições de ensino, as vagas que surgem nas turmas que já tem lotação acima da considerada ideal, devido às reprovações e ingressos por ações judiciais, não são repostas.

A percepção da comunidade quanto à qualidade do ensino oferecido gratuitamente em ambas as unidades (NDI e CA), associada à divulgação dos Editais de sorteios de vagas, são fatores que contribuem para a execução da meta, pois o alto volume de inscritos para seleção indica a existência de demanda bem maior que o número de vagas oferecidas, bem como o interesse da comunidade em ter suas crianças atendidas pelo Núcleo de Desenvolvimento Infantil e pelo Colégio de Aplicação.

No que tange às questões orçamentárias, observa-se que a dotação inicial para 2017, no valor de R\$ 983.290,00 foi superior à dotação inicial para 2016, que foi de R\$ 919.956,00. Esse aumento possibilitou a melhor aplicação dos recursos tanto para o Colégio de Aplicação como para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, destacando a prioridade para o atendimento às demandas essenciais.

Quanto aos restos a pagar não processados dos exercícios anteriores, segundo informações da Superintendência de Orçamento/SEPLAN da UFSC, não há necessidade de justificar o valor cancelado que foi de R\$ 4.414,36, um valor bem inferior ao ano de 2016, que foi de 46.916,78, de modo que o valor total liquidado para 2017 ficou em R\$ 478.800,55.

#### OBSERVAÇÕES GERAIS

Os dados e informações utilizados para a elaboração desse relatório foram obtidos junto ao Plano Plurianual 2016-2019, às Direções das Unidades de Ensino (Núcleo de Desenvolvimento Infantil, e Colégio de Aplicação), e à Direção da Superintendência de Orçamento (SO/SEPLAN).

Ressalta-se que a utilização do orçamento destinado a esta ação não passa pela análise ou avaliação da Coordenadora da Ação, uma vez que é gerido e executado pelas próprias unidades de ensino (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil).

#### Quadro 49 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2080.20GK.0042					
<b>Título</b>	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.					
<b>Programa</b>	2080 - Educação de qualidade para todos					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
21.689.873,00	21.689.873,00	16.447.105,23	13.873.607,20	13.871.003,23	2.603,97	2.572.898,03
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Iniciativa apoiada</b> - Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação		<b>Unidade</b>	19.000	-	16.995	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.872.328,49	1.088.229,97	30.598,25	<b>Iniciativa apoiada</b>	unidade	zero	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Em relação à Ação 2080.20GK.26246.0042 – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – o número de iniciativas efetivamente apoiadas foi de 16.995, enquanto a meta esperada para o ano de 2017 era de 19.000.

As ações cadastradas foram realizadas pela pró-reitoria de extensão (13.378 ações), pró-reitoria de pesquisa (303 projetos), pró-reitoria de graduação (85) e pró-reitoria de pós-graduação (1.914). As bolsas foram concedidas a alunos de graduação para monitoria (n=1.409, concedidas pela pró-reitoria de graduação), pesquisa (n=303, concedidas pela pró-reitoria de pesquisa), e para extensão (n=546, concedidas pela pró-reitoria de extensão). Todas a pró-reitorias apoiaram a execução de projetos e a participação de professores em bancas, cursos e eventos.

#### Quadro 50 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 1

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação(*)	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	10.26246.12.364.2080.20RK.0042 Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – 0042 – No Estado de Santa Catarina

Objetivo	Ampliar o acesso a Educação Superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação					
Programa	Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
128.940.348,00	128.940.348,00	117.542.314,36	101.637.037,23,20	100.674.514,61	962.522,62	15.905.277,13
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	41.612		42.483	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
30.834.111,46	28.908.854,47	431.943,89	Estudante matriculado	Unidade	42.483	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Em 2017, vários fatores contribuíram para a execução da ação permitindo assegurar a qualidade do ensino na UFSC em todos os níveis, e a permanência de alunos. Entre esses fatores, destaca-se: acompanhamento permanente dos processos de avaliação de cursos; aprimoramento dos sistemas de informação relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade; fortalecimento dos cursos de formação/capacitação de professores; atualização e adequação de Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação de forma a garantir o atendimento às diretrizes curriculares nacionais, bem como as exigências legais solicitadas pelas comissões de avaliação do MEC; realização de ações de redução da reprovação e da evasão escolar a partir do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes; as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio Pedagógico no que se refere ao acompanhamento e orientação aos estudantes com relação ao seu percurso acadêmico; as ações para inclusão dos estudantes com dificuldades sócio econômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos portadores de necessidades educativas especiais, indígenas, quilombolas e estudantes do campo; as ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes; apoio para a realização de aulas de campo e visitas técnicas; o desenvolvimento de ações de políticas de acolhimento e ação afirmativa; a existência de um sistema informatizado de estágios permitindo a melhor inserção dos estagiários e a ampliação de bolsas de estágios, pesquisa, extensão e permanência; as ações para as licenciaturas, desenvolvidas pelo setor de Articulação de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica; a alocação de novos espaços para garantir o oferecimento de aulas e atividades laboratoriais; a aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico; a manutenção da infraestrutura física; aquisição, reposição ou manutenção de veículos, equipamentos e redes; pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior; contratação por tempo determinado,

benefícios assistenciais, vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil e outras despesas variáveis com pessoal civil. Torna-se importante destacar que o recurso empenhado de R\$ 399.978,00 trata-se de verba parlamentar proveniente do Deputado João Rodrigues, no valor de R\$ 300.000,00, destinado ao Campus de Curitiba e do Deputado Décio Lima, de R\$ 100.000,00, destinado ao Campus Blumenau. A emenda no valor de R\$ 300.000,00 foi destinada para compra de equipamentos e alguns móveis que atenderão os Departamentos de Ensino e também o setor agropecuário, do Campus de Curitiba, ambos com destinação a pesquisa, extensão e ensino. Os R\$ 100.000,00 de custeio originários da emenda parlamentar do Deputado Federal Décio Lima foram utilizados para reforçar o empenho do serviço continuado de vigilância, que visa garantir o funcionamento do Campus Blumenau, assegurando a execução de atividades de ensino, pesquisa, extensão, bem como de gestão administrativa. Entre os fatores que dificultaram a execução da ação destaca-se a falta de recursos para o oferecimento de novos cursos de pós-graduação e de graduação, seja na modalidade presencial e/ou a distância. Salienta-se também que a UFSC e seus Campi ainda apresenta problemas com a falta de espaços físicos de salas de aula, moradia estudantil e laboratórios para melhor incrementar a qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Destacamos que o recurso referente à emenda individual não teve sua liquidação efetuada em virtude que a liberação para empenho somente ocorreu no final do exercício.

### Quadro 51 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior 2

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação(*)	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	10.26246.12.364.2080.20RK.7120 - 20RK			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – 7078 – No Estado de Santa Catarina.					
Objetivo	Ampliar o acesso a Educação Superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.					
Programa	Educação de qualidade para todos					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	297.826,68	0,00	0,00	0,00	297.826,68
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Estudante matriculado	Unidade	0,00	

Fonte: SIAFI-SIMEC





Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
866.966,67	734.803,71	4.586,59	Benefício Concedido	unidade	17.900

Fonte: SIAFI-SIMEC

### Quadro 53 – Auxílios pagos - PRAE

Universidade Federal de Santa Catarina	
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	
6.1.6 Cordenadoria de Assistência Estudantil - Auxílios pagos em 2017	
Tipo de Auxílio	Soma dos valores pagos em 2017
Alimentação Campus de Blumenau	R\$ 2.571.036,00
Alimentação emergencial devido Fechamento do RU	R\$ -
Auxílio Alimentação - Curso de Medicina	R\$ 23.900,00
Auxílio Creche	R\$ 137.719,71
Auxílio Moradia	R\$ 2.978.250,00
Bolsa Estudantil	R\$ 12.944.638,86
Complemento Bolsa Permanente do MEC	R\$ 173.847,10
Convênio UFSC x FUNAI	R\$ 123.000,00
Programa de Apoio Emergencial a Permanência	R\$ 653,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 18.953.045,27</b>

Fonte: MATL

### Quadro 54 – Programas da PRAE

Tabela 6.1.1 PROGRAMAS PRAE - Exercício 2017			
Setor	Indicador	Nº de Estudantes	Periodicidade
	Estudantes beneficiados com vaga na Moradia Estudantil	210	mensal
	Estudantes beneficiados com Programa Apoio Emergencial de Permanência (PAEP)	1	Cota única
	Estudantes beneficiados com Auxílio - Creche	33	mensal
	Estudantes beneficiados com Bolsa Estudantil	2.343	mensal
CoAes	Estudantes beneficiados com Auxílio - Moradia	1.439	mensal

	<b>Estudantes beneficiados com Complemento do Programa Bolsa Permanência - MEC</b>	<b>65</b>	<b>mensal</b>
	<b>Estudantes beneficiados com isenção de taxa de pagamento de cursos extra - curriculares de idiomas</b>	<b>300</b>	<b>mensal</b>
	<b>Estudantes beneficiados com isenção de taxa de pagamento de atividades esportivas</b>	<b>73</b>	<b>mensal</b>
	<b>Estudantes beneficiados com Auxílio Alimentação – Campus Blumenau</b>	<b>2050</b>	<b>mensal</b>
	<b>Estudantes beneficiados com auxílio estágio para estudantes curso de graduação em Medicina</b>	<b>34</b>	<b>semestral</b>
	<b>Viagens de Estudos</b>	<b>2.603</b>	<b>edital mensal</b>
<b>DeAE</b>	<b>Participação coletiva em eventos acadêmicos</b>	<b>528</b>	<b>edital mensal</b>
	<b>Auxílio a eventos</b>	<b>118</b>	<b>edital mensal</b>
	<b>Semanas Acadêmicas</b>	<b>11.042</b>	<b>mensal</b>
<b>RU</b>	<b>Estudantes beneficiados com refeições subsidiadas</b>	<b>2.471.700</b>	<b>06/03/2017 a 29/12/2017</b>
<b>Total de estudantes atendidos</b>		<b>2.492.539</b>	

Fonte: SIAFI-SIMEC

### Quadro 55 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral ( ) Parcial					
Código	2109.4572.26246.0042 Tipo: Atividade					
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Objetivo	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do MEC					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
665.000,00	665.000,00	583.333,34	510.132,92	510.132,92	-	73.200,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de		Montante	

			medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
Por meio desta Rubrica a UFSC tem por meta oferecer capacitação de qualidade ao maior número de servidores possível, condicionada à demanda por parte dos servidores.			unidade	3.113	1.406	1.456
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
212.400,51	155.070,18	26.254,00	Por meio desta Rubrica a UFSC tem por meta oferecer capacitação de qualidade ao maior número de servidores possível, condicionada à demanda por parte dos servidores.	unidade-	1.456	

Fonte: SIAFI-SIMEC

A respeito da execução orçamentária e financeira realizada sob a responsabilidade da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) e retratada no quadro acima, informamos o seguinte:

Do valor total empenhado em 2017, a fração classificada como “liquidada”, refere-se ao valor que o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) já processou e identificou formalmente que a empresa credora tem direito a receber o respectivo valor, porém, por falta de tempo hábil e de indisponibilidade de recursos financeiros a despesa não foi efetivamente paga dentro do exercício de 2017.

A fração classificada como “paga”, diz respeito aos valores já liquidados (obrigatoriamente) e efetivamente repassados aos credores por meio da emissão de Ordem Bancária (OB). Isto quer dizer que já houve o depósito em conta corrente das empresas credoras.

No tocante aos recursos inscritos em “resto a pagar” do exercício de 2016, esclarecemos que se referem a valores que foram empenhados e liquidados naquele exercício, porém não pagos dentro do mesmo ano.

O saldo considerado como “processado” significa que o DCF liquidou, mas não pagou as despesas do exercício anterior.

Já o saldo considerado “não processado”, diz respeito às despesas que foram empenhadas, no entanto, não foram liquidadas dentro do mesmo exercício.

#### **Quadro 56 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - REUNI**

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	2080.8282.26246.0042 Tipo: Projeto (REUNI)
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de

	educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Projeto					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.731.820,00	23.731.820,00	19.650.518,85	3.867.220,41	3.867.220,41	0,00	15.783.298,44
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Obra – viabilizar as construções de edificação e infraestrutura física, necessárias ao atendimento do projeto de expansão da universidade.		Unidade	18	18	2	
Projeto Equipamento – aquisições de equipamentos para implantação e consolidação de laboratórios de ensino.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
25.244.739,16	16.846.760,38	754.556,43	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

### DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2032.8282.26246.0042 (REUNI) corresponde à meta orçamentária final de R\$ 23.731.820,00. Destacamos que todo esse montante foi empenhado no ano de 2017. Esse montante compreende os projetos da meta física da ação, sendo distribuídas em 18 (dezoito) Metas para serem executadas em 2017 pela UFSC, quais sejam: 4 Metas - fornecimento de material e mão de obra para construção de edifícios e laboratórios para o CCB, CBS, CFM e CSE, da UFSC; 4 Metas - aquisição de material permanente para os quatro Campi da UFSC; 10 Metas - aquisição de material permanente para dez Centros de Ensino da UFSC. Todas as metas são voltadas ao bom e regular funcionamento da UFSC com o fim de atender as demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como a liberação do limite de empenho foi autorizada no final do exercício a execução física correspondente a este valor será realizada no exercício posterior.

Os recursos liberados foram utilizados de modo a dar condições à UFSC de atingir seus objetivos. Destacamos que da dotação inicial de R\$ 23.731.820,00, somente 83% foi liberado no ano de 2017, sendo que 17% não foi autorizado, ou seja, não foi liberado o limite para empenho. Este contingenciamento tem dificultado a execução das atividades da UFSC e a realização de obras e aquisição de equipamentos, tão necessários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além do mencionado aqui, podemos destacar como fatores que dificultaram a execução da ação, o contingenciamento do orçamento. Já como fatores que contribuíram para a consecução da ação, podemos citar as obras já em andamento e as atas de registro de preço, que contribuíram para a não paralisação das obras; as negociações bem sucedidas com fornecedores visando à redução de contratos, tendo em vista a situação de contingenciamento que vivemos em 2017. Além disso, o apoio que nos foi dado pela SeSU/MEC, nos diversos momentos de necessidade que enfrentamos.

### Quadro 57 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Mais médicos

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		2080.8282.26246.0042 Tipo: Projeto (+ Médicos)				
Título		Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Projeto				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.296.581,00	1.296.581,00	1.296.581,00	0,00	0,00	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Mais Médicos – viabilizar a infraestrutura física para implantação das novas vagas do curso de medicina.		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2032.8282.26246.0042 (+ Médicos) corresponde à meta orçamentária final de R\$ 1.296.581,00. Tais recursos foram integralmente aplicados no fornecimento de material e mão de obra destinados à construção dos blocos de salas de aula e laboratórios (CBS-02) do Campus de Curitiba da Universidade Federal de Santa Catarina. No entanto, como a liberação do limite de empenho foi liberado no final do exercício a execução física correspondente a este valor será realizada no exercício posterior.

### Quadro 58 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Emenda de bancada

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		2080.8282.26246.0042 Tipo: Projeto (Emenda de Bancada)				
Título		Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Projeto				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.250.000,00	4.500.000,00	4.497.326,00	82.714,26	79.174,58	3.539,68	4.414.612,15
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Emenda de bancada para contribuir com o Projeto Obras, que objetiva viabilizar as construções de edificação e infraestrutura física, necessárias ao atendimento do projeto de expansão da universidade. Emenda também foi utilizada para aquisição de material permanente.		Unidade	6	4	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A ação 2032.8282.26246.0042 corresponde à Emenda Parlamentar da Bancada de Santa Catarina.

Dentro desta ação de reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior constam várias emendas individuais com dotação total no ano de 2017 de R\$ 6.250.000,00. Deste total, foram liberados R\$ 4.500.000,00 e foram empenhados 4.497.326,41, ou seja, quase a sua totalidade, contudo, este valor ficou aquém do esperado em virtude das restrições orçamentárias. Destacamos que não houve autorização de execução e/ou não foi liberado o limite de empenho do valor de R\$ 1.750.000,00, o que prejudicou a execução de diversos projetos da UFSC. Destacamos a seguir e destinação das principais emendas individuais recebidas pela UFSC:

– Emenda individual do Deputado Jorge Boeira no valor total de R\$ 3.500.000,00. Destacamos que R\$ 234.491,23 foi utilizado para aquisição de material permanente para o Campus de Araranguá. O restante, no valor de R\$ 3.265.508,77, foi utilizado no fornecimento de material e mão de obra destinados à execução da estrutura em concreto pré-moldado do prédio do Centro de Tecnologia e Saúde – CTS03, campus Araranguá, da UFSC (área de 6.400 m<sup>2</sup>), onde será implantado o curso de medicina da UFSC. O início da obra está previsto para início de fevereiro de 2018.

– Emenda individual do Deputado Décio Lima no valor de R\$ 400.000,00. Este valor foi destinado à aquisição de equipamentos para o Campus de Blumenau da UFSC.

– Emenda individual do Senador Paulo Bauer no valor de R\$ 500.000,00. Este valor foi destinado à aquisição de equipamentos para o Campus de Joinville da UFSC.

– Emenda individual do Deputado Jorginho Melo no valor de R\$ 100.000,00. Este montante foi destinado à execução do projeto “Rota Segura” da UFSC, que tem por finalidade a construção de uma rota acessível entre a biblioteca universitária (BU) e o restaurante universitário (RU) da UFSC (área de 3.248,94m<sup>2</sup>).

### Quadro 59 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – UFSC

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(Integral) <input checked="" type="checkbox"/> (Parcial)				
Código		2109.2010.26246.0042			Tipo:	
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa		Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.				
Objetivo		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares			Código:	
Programa		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.			Tipo:	
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
2.055.732,00	2.068.870,00	2.041.565,69	2.041.565,69	2.041.565,69	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Previsto	Reprogramada	Realizada		
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	UNIDADE	534	518	518		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

### Quadro 60 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – UFSC

Identificação da Ação						
<b>Responsabilidade da UPC na execução da ação</b>	(Integral) <input checked="" type="checkbox"/> (Parcial)					
<b>Código</b>	2109.2012.26246.0042			<b>Tipo:</b>		
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
<b>Iniciativa</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).					
<b>Objetivo</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares. <b>Código:</b> 2109.2012.26246.0042					
<b>Programa</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares. <b>Código:</b> 2109.2012.26246.0042 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Unidade Orçamentária</b>	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
<b>Ação Prioritária</b>	( x) Sim ( )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.240.000,00	25.167.110,00	25.138.035,76	25.138.035,76	25.110.634,48	27.401,28	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.	UNIDADE	4.410	4.351	4.351		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC



**Quadro 61 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - UFSC**

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(Integral) X (Parcial)				
Código		2109.2011.26246.0042			Tipo:	
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.				
Iniciativa		Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.				
Objetivo		Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares. Código: 2109.2011.26246.0042				
Programa		Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares. Código: 2109.2011.26246.0042			Tipo:	
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
830.424,00	937.082,00	927.704,99	927.704,99	927.704,99	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares			UNIDADE	393	424	424
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

**Análise Situacional**

- **Execução das Metas:** Para o exercício de 2017 a meta física prevista para o Auxílio-Transporte foi reprogramada tendo em vista o aumento do número de servidores egressos. Para as demais ações as metas físicas realizadas foram inferiores as metas previstas. A eficácia em relação às metas após a reprogramação foi de 100%.

- **Fatores intervenientes:** Não houve eventos que tenham prejudicado o desenvolvimento das ações tendo em vista que a dotação orçamentária e financeira estabelecidas para o órgão foi suficiente para a execução das metas.

- **Restos a pagar:** Não houve razões para inscrição de valores em restos a pagar na maioria das ações, pois o montante empenhado foi devidamente pago no exercício de 2017. Apenas no que diz respeito à ação de Auxílio Alimentação, o valor liquidado foi de R\$ 25.138.035,76 e o valor pago foi de R\$ 25.110.634,48, havendo inscrição de R\$ 27.401,28 em restos a pagar.

**Ações Prioritárias na LDO:** Não houve problemas para a execução das ações no exercício de 2017.

### Quadro 62 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - UFSC

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis Empregados, Militares e seus dependentes.						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		2109.2004.26246.0042 Tipo: Atividade				
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes.				
Objetivo		Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para a manutenção da saúde física e mental:				
Programa		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.287.296,00	15.245.956,00	15.160.732,76	15.160.732,76	15.102.592,90	-	58.139,86
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa Beneficiada		Unidade	9.537		9.681	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

No exercício 2017 foi verificada uma estabilização no quantitativo de beneficiários inscritos nas ações de saúde suplementar, talvez isso tenha ocorrido em razão do congelamento do benefício per capita saúde suplementar, que não acompanhou o reajuste

das mensalidades de plano de saúde contratado pela UFSC o que tornou o serviço mais caro restringindo a adesão de novos beneficiários.

Verifica-se uma tendência entre os servidores mais novos da UFSC de contratação individual de plano de saúde e solicitação de ressarcimento, mais de 300 servidores já optaram por essa modalidade no ano de 2017.

Mantendo-se a política de redução de custos e congelamento do benefício per capita saúde suplementar, a tendência é de que uma parcela dos servidores não consigam arcar com as despesas do plano de saúde e cancelando reduzindo o número de beneficiários atingidos por essa ação.

### 2.3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

#### Quadro 63 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		( X ) Integral ( ) Parcial				
Código		2032.4086.26386.0042 <b>Tipo:</b> Atividade				
Título		Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais				
Iniciativa		Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. <b>Código:</b> 2032.4086.26386.0042				
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão <b>Código:</b> 2032.4086.26386.0042 <b>Tipo:</b> Atividade				
Unidade Orçamentária		26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Ação Prioritária		( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.242.200,00	2.242.200,00	658.839,54	355.569,91	355.569,91	-	303.269,63
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Prestar apoio administrativo para proporcionar condições adequadas ao Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais		1	1	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
510.351,87	406.623,02	3.763,50	Prestar apoio administrativo para proporcionar condições adequadas ao Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	1	1

Fonte: SIAFI-SIMEC

**Análise Crítica:** A expectativa de receita prevista era superior a R\$ 2.200.000,00. Infelizmente tivemos um ano atípico, com redução drástica de recursos. Havia a necessidade de aplicar esses recursos em INVESTIMENTOS, especialmente na ampliação do parque tecnológico e aquisição de equipamentos necessários ao atendimento do paciente, bem como, na substituição com renovação dos bens defasados e obsoletos. Arrecadamos somente o valor de R\$ 658.839,54. Tivemos que redefinir as prioridades da instituição, utilizando parte desse recurso em custeio, ou seja, o valor de R\$ 242.200,00, foi aplicado para manutenção da máquina administrativa (CUSTEIO). Em razão disso, pouco do que foi planejado, foi possível fazer, haja vista que conseguimos aplicar somente R\$ 416.639,54 em INVESTIMENTO, aquisição de equipamentos, softwares e mobiliários. Apesar da melhora apresentada no final do exercício de 2017, a instabilidade econômica e política, predominou na maior parte do ano, mantendo o mercado desaquecido. Com menos receitas públicas e baixa arrecadação, tanto os governos federal, estadual e o municipal tem disponibilizado menos recursos para aplicar na educação e saúde. Esse cenário trouxe reflexos negativos para as Instituições Hospitalares Federais, como é o caso do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina. Por isso, não há resultados positivos a comemorar para o exercício de 2017.

#### Quadro 64 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	2109.2010.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Objetivo	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
850.440,00	850.440,00	826.003,40	826.003,40	826.003,40	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa beneficiada		Unidade	221	188	188	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

A meta inicial é colocada com base nos servidores contemplados no final do ano anterior. Porém, a medida que as crianças completam a idade limite de recebimento e deixam de ter direito ao benefício, este número vai caindo. Em contrapartida, não existiu na mesma proporção o acréscimo de servidores contemplados com o benefício.

#### Quadro 65 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	2109.2011.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Objetivo	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
826.440,00	841.440,00	822.490,74	822.490,74	822.490,74	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Realizada	
		Prevista	Reprogramada			
Pessoa beneficiada	Unidade	391	300		300	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Um dos fatores que contribuíram para que a meta não fosse plenamente alcançada foi o decréscimo do número de servidores contemplados com este benefício tendo em vista o número de aposentadorias no exercício 2017, quando os servidores deixam de perceber o auxílio transporte. Não houve contratação no período, que viesse a substituir o total de aposentadorias.

#### Quadro 66 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – HU

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial
Código	2109.2012.26386.0042 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Objetivo	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.052.208,00	6.709.203,00	6.538.882,64	6.538.882,64	6.538.882,64	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	1283	1236	1236
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Um dos fatores que contribuíram para que a meta não fosse plenamente alcançada foi o decréscimo do número de servidores contemplados com este benefício tendo em vista o número de aposentadorias no exercício 2016, quando os servidores deixam de perceber o auxílio alimentação. Não houve contratação no período, que viesse a substituir o total de aposentadorias.

#### Quadro 67 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – HU

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	( X ) Integral ( ) Parcial					
Código	2109.2004.26386.0042 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Objetivo	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Programa	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.722.996,00	2.892.691,00	2.843.701,38	2.843.701,38	2.843.701,38	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	1743	1780	1780
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

				medida	
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

Os números comprovam que existiu um pequeno aumento no número de servidores que percebiam o subsídio do governo, referente a assistência médica e odontológica. Um dos fatores que contribuem para este fato é o número de exonerações e vacâncias no período, equacionado com as devidas reposições. Constatamos aqui também que muitos servidores deixaram de receber o subsídio do governo, e neste caso vários podem ser os fatores. Lembrando que um servidor pode ter mais de um beneficiário.

### 2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores que interferiram na consecução das ações, bem como, na execução física e financeira do orçamento, já estão contemplados nas avaliações de cada ação no item 2.3.1. De uma maneira geral, as ações da UFSC sofreram impacto na sua execução por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro ocorrido em 2017.

### 2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Em 2017, devido aos esforços da Administração da UFSC junto ao Ministério da Educação a situação da UFSC junto aos seus fornecedores está regularizada.

### 2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

#### Quadro 68 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	12.851.886,54	10.584.805,21	1.846.300,67	420.780,66	
2015	2.963.052,30	2.960.257,16	0,0	2.795,14	
2014	36.665,29	33.091,79	959,30	2.614,20	
2013	437.461,25	237.461,25	200.000,00	0,0	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (i) = (e-g-h)
2016	93.615.436,96	78.287.662,13	75.761.231,53	734.539,48	17.119.665,95
2015	7.313.369,06	4.678.657,26	4.678.657,26	317.603,12	2.317.108,68
2014	5.540.703,16	2.997.825,54	2.997.825,54	262.961,75	2.279.915,87
2013	1.856.835,23	900.896,15	900.896,15	403.062,87	552.876,21
2012	309.219,68	0,0	0,0	140.292,10	168.927,58
2011	401.851,82	0,0	0,0	0,0	401.851,82
2010	1.434,45	0,0	0,0	0,0	1.434,45

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Nos últimos dois exercícios financeiros, a UFSC tem considerado a importância da execução de Restos a Pagar, e para trazer mais efetividade ao processo, realizou-se

treinamentos específicos para os servidores responsáveis pela execução financeira e orçamentaria de cada setor nos exercícios financeiros de 2016 e 2017. A orientação vem no sentido da adequação dos procedimentos internos da UFSC ao disposto no Decreto 93.872/86 e da necessidade do acompanhamento e adequado controle dos Restos a Pagar para obter uma execução mais eficiente.

Assim como no exercício de 2016, em 2017 pode-se observar uma redução dos valores de RPNP com a vigência, prevista no Decreto 93.872/86, expirada. Ao final de 2016 o saldo era de R\$ 8.380.597,38, enquanto ao final de 2017 tem-se R\$ 5.722.114,61 de saldo.

Com a consistências dos dados apresentados nos últimos anos em relação a gestão dos Restos a Pagar, comprova-se a importância da continuidade da política de orientação às unidades para aprimorar a gestão dos Restos a Pagar desta UPC.

### **2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos**

A UFSC não realizou Contrato de Repasse, Termos de Parceria, Termos de Cooperação, Convênios ou outros instrumentos congêneres, no exercício de 2017.

### **2.3.6 Informações sobre a realização das receitas**

Em 2017, a receita arrecadada pela UFSC foi de R\$ 29.764.604,17, o que representou uma redução de 2,30% em relação a 2016. Destacam-se as tarifas referentes a “inscrições em concursos e processos seletivos”, representando 18,29% da arrecadação. Por essa rubrica, foram arrecadados R\$ 5.444.003,67, configurando-se uma redução de 11,36% em comparação com 2016. Dos fatores que influenciaram para isso, cita-se os diversos concursos públicos realizados pela UFSC em 2016 e que os mesmos não ocorreram em 2017 além da política econômica do País.

A rubrica “outras restituições” participou com 4,05% da receita, decorrente, sobretudo, de restituições de contratos com as fundações de apoio, as quais são, posteriormente, devolvidas ao órgão financiador, correspondendo em 2017 a R\$ 1.206.001,72. A cobrança de taxas relativas a serviços administrativos, por sua vez, corresponderam a 42,93% da arrecadação própria, representando um aumento de 32,77% em relação ao ano anterior. Refere-se, principalmente, a taxas de projetos recolhidas pelas fundações de apoio, conforme estabelece a regulamentação interna da Universidade, crescimento este evidenciado pelos controles implantados nos projetos de extensão e pesquisa por suas respectivas Pró-Reitorias.

Outra principal rubrica de arrecadação diz respeito aos serviços de hospedagem e de alimentação, compostos principalmente pela arrecadação do restaurante universitário. A participação dessa fonte correspondeu a 9,36% das receitas próprias, representando um acréscimo de 2,37% em relação a 2016, o que é explicado pelo crescimento no número de refeições servidas pelo RU, que apesar da greve o mesmo manteve-se aberto no período.

Os aluguéis foram a terceira principal rubrica de receita em 2017, com 16,49% do total, o que compreende o montante de R\$ 4.910.492,22. Esta receita apresentou um crescimento exponencial de 76,85% em comparação com o exercício de 2016. Já a remuneração de depósitos bancários, composta pela remuneração dos recursos financeiros diretamente arrecadados, correspondeu a 3,51% da receita própria, significando uma redução de 38,24% em relação ao ano anterior.

A receita prevista e arrecadada de 2014 a 2017 estão dispostas no Quadro:



**Quadro 69 – Receita Prevista e Arrecadada de 2014 a 2017**

RECEITAS		FONTE	RECEITA PREVISTA				RECEITA REALIZADA			
			2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014
13110000	ALUGUÉIS	0250			1.684.431,00	1.845.913,00			1.743.763,65	1.956.727,77
13100111	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIOS/TAR.OCUP.-PRINC	0250	3.656.887,00	2.193.870,00			4.910.492,92	2.776.604,43		
13100111	ALUG./ARREND./FOROS/LAUDEMIOS/TAR.OCUP.-PRINC	0250					32.669,28			
13101112	ALUG./ARREND/FOROS/LAUDEMIOS/TAR.OCUP-MUL.JUR	0250	11.883,00	20.807,00			7.051,73	6.426,56		
13153000	TAXA DE OCUPACAO DE IMÓVEIS	0250			148.793,00	153.622,00			124.048,68	102.446,81
13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	0280		1.659.212,00			1.070.797,21	1.733.920,34		
13250000	REMUNERAÇÕES DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0280	1.453.911,00		1.294.296,00	1.560.276,00			1.525.175,00	1.372.645,96
14000011	RECEITA AGROPECUARIA-PRINCIPAL	0250	1.301.013,00	86.770,00			1.267.043,41	710.255,86		
14200000	RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0250			148.762,00	185.204,00			56.500,00	90.609,64
14900000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0250							44.038,46	
15000011	RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	0250	393.812,00	730.990,00			446.757,74	361.648,29		
15202900	RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA	0250			749.505,00	655.865,00			669.581,39	706.296,40
16000102	SERV. DE COM. LIVROS PERIÓD. MAT.ESC. E PUBLICID.	0250				3.070,00				1.050,00
16000501	SERVICOS HOSPITALARES	0250							75,00	
16000800	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0250							135,00	30,00
16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0250			5.797.872,00	2.929.610,00			3.414.947,96	5.587.239,67
16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0250			199.453,00	208.856,00				74.662,01
16001900	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	0250			2.030.296,00	1.605.741,00			799.674,75	833.591,65
16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	0250			2.685.950,00	4.463.550,00			2.161.086,10	1.805.759,11

16002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0250			5.318.954,00	18.523.015,00			1.168.912,70	3.861.542,81
16002400	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	0250								
16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250			5.940.000,00	9.690.948,00			4.411.205,65	6.320.855,44
16100111	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0250	21.687.735,00	19.983.000,00			12.777.068,58	9.623.657,02		
16100112	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	0250						20.455,98		
16100211	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0250	6.080.000,00	5.800.000,00			5.444.003,67	6.142.033,57		
16100212	INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-MUL.JUR.	0250						70,10		
16100411	SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	0250						72,00		
16300111	SERVICOS DE ATENDIMENTO A SAUDE-PRINCIPAL	0250	1.800.000,00				1.949.411,08			
17000111	TRANSFER.DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281		4.000.000,00						
17200011	TRANSF.DOS ESTADOS,DF E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	1.500.000,00	500.000,00			49,50			
17300011	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES-PRINC.	0281	1.000.000,00	500.000,00						
17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0281	1.000.000,00	1.010.989,00			35.462,89	67.533,71		
17400011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-PRINC	0250-0281						99.694,47		
17610000	TRANSF.DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E ENTIDADES	0281			3.000.000,00	0,00			230.433,04	
17620000	TRANSF.DE CONV. ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	0281			850.000,00	30.500.000,00				208.500,00
17630000	TRANS. CONV. DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	0281				101.082,00				
17640000	TRANS. CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0281			2.493.249,00	708.623,00				528.576,78
18000000	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0177						26.923,96		
19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	0250					78,00	80,00		
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	35.314,00	538.121,00			20.423,81	6.754,95		

19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	420.000,00							
19100913	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-DIV.AT.	0100					20.043,34	65,00		
19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUÉIS	0250			16.391,00	19.256,00			12.982,60	18.688,35
19180800	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	0250							186,54	
19189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	0250			342.106,00	242.330,00			251.487,81	295.776,75
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250			162.092,00	49.737,00			57.929,15	193.503,94
19199900	OUTRAS MULTAS	0250			3.336,00	5.252,00			133,74	2.091,58
19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.						246,61			
19219900	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0250			121.498,00	108.166,00			345.864,99	89.958,32
19219911	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	0250	317.069,00	46.448,00			73.406,69	366.036,55		
19219912	OUTRAS INDENIZACOES-MULTAS E JUROS	0250					104,16	103,56		
19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100-0250							237.748,70	19.009,92
19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	0100-0250					103.115,98	421.159,03		
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0100-0250			607.386,00	569.156,00			4.006.981,82	1.184.880,10
19229911	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL	0100-0250	2.334.634,00	2.663.361,00			1.206.001,72	7.753.842,61		
19229912	OUTRAS RESTITUICOES-MULTAS E JUROS	0250	278.249,00					339.369,88		
19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	0250					2.583,85			
19323600	REC.DIV.ATIVA MULTAS POR INFRAÇÃO-CONT. ADMIN	0100							2.096,67	2.296,04
19909900	OUTRAS RECEITAS	0250							269,36	
19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	0250					1,00			
19909912	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-MULTAS E JUROS	0250					383.812,00			

22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0250					13.979,00	3.130,00		
22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	0263	7.526,00					5.982,81		
22140000	ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	0250								36.505,90
22190000	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS	0250			47.035,00					0
22200011	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-PRINCIPAL	0263						745,00		
76001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250			8.545,00					15.132,00
76002200	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS	0250			0,00	23.114,00				
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>			43.278.033,00	39.733.568,00	33.649.950,00	74.152.386,00	29.764.604,17	30.466.565,68	21.265.258,76	25.308.376,95

Fonte: DCF/UFSC

### 2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

O quadro abaixo apresenta as despesas liquidadas e pagas por modalidade de contratação.

**Quadro 70 – Despesas por Modalidade de Contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>157.127.779,72</b>	<b>8,36%</b>	<b>154.367.925,47</b>	<b>9,03%</b>	<b>112.608.944,45</b>	<b>6,41%</b>	<b>106.569.713,23</b>	<b>6,64%</b>
a) Convite	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
b) Tomada de Preços	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
c) Concorrência	6.103.419,00	0,32%	15.106.799,33	0,88%	0,0	-	5.285.800,10	0,33%
d) Pregão	136.873.204,74	7,29%	125.169.694,58	7,32%	110.450.964,64	6,29%	97.553.566,92	6,08%
e) Concurso	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
f) Consulta	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	14.151.155,98	0,75%	14.091.431,56	0,82%	2.157.979,81	0,12%	3.730.346,21	0,23%
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>183.610.403,62</b>	<b>9,77%</b>	<b>181.916.843,44</b>	<b>10,64%</b>	<b>109.312.041,70</b>	<b>6,23%</b>	<b>127.112.228,96</b>	<b>7,93%</b>
h) Dispensa	159.435.258,30	8,49%	147.983.239,67	8,65%	87.786.217,43	5,00%	99.562.205,31	6,21%
i) Inexigibilidade	24.175.145,32	1,29%	33.933.603,77	1,98%	21.525.824,27	1,23%	27.550.023,65	1,72%
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>71.206,41</b>	<b>0,00%</b>	<b>64.250,63</b>	<b>0,00%</b>	<b>71.206,41</b>	<b>0,00%</b>	<b>64.250,63</b>	<b>0,00%</b>
j) Suprimento de Fundos	71.206,41	0,00%	64.250,63	0,00%	71.206,41	0,00%	64.250,63	0,00%
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.432.198.287,00</b>	<b>76,24%</b>	<b>1.270.024.311,64</b>	<b>74,26%</b>	<b>1.431.855.686,71</b>	<b>81,56%</b>	<b>1.270.024.311,64</b>	<b>79,18%</b>
k) Pagamento em Folha	1.429.860.665,41	76,12%	1.267.695.059,69	74,12%	1.429.523.734,24	81,43%	1.267.695.059,69	79,04%
l) Diárias	2.337.621,59	0,12%	2.329.251,95	0,14%	2.331.952,47	0,13%	2.329.251,95	0,15%
<b>5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)</b>	<b>1.773.007.676,75</b>	<b>94,38%</b>	<b>1.606.373.331,18</b>	<b>93,92%</b>	<b>1.653.847.879,27</b>	<b>94,21%</b>	<b>1.503.770.504,46</b>	<b>93,76%</b>
<b>6. Total das Despesas da UPC</b>	<b>1.878.496.161,16</b>	<b>100%</b>	<b>1.710.350.037,17</b>	<b>100%</b>	<b>1.755.524.879,80</b>	<b>100%</b>	<b>1.603.882.713,67</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

No que tange à execução de despesa por modalidade de licitação é possível observar que não houve variação significativa em valores relativos do exercício de 2016 para o exercício de 2017. Observa-se, novamente, que o volume de despesas executadas através de contratações diretas e contratações por licitação tem proporção equivalente em relação ao total executado. Fato este devido aos contratos com concessionárias de energia e água, contratos de aluguéis de imóveis, contratos com Fundações de Apoio amparados pelo inciso XIII do artigo 24 da Lei 8666/93 e a contratações para atender às pesquisas amparadas pelo inciso XXI do artigo 24 da Lei 8666/93.

#### Quadro 71 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>1.429.860.665,41</b>	<b>1.267.695.059,69</b>	<b>1.429.860.665,41</b>	<b>1.267.695.059,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.429.523.734,24</b>	<b>1.267.695.059,69</b>
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	748.668.716,72	672.617.880,87	748.668.716,72	672.617.880,87	0,00	0,00	748.668.716,72	672.617.880,87
Aposentaria do RPPS, reserva remunerada e reforma militar	434.144.644,19	370.324.745,14	434.144.644,19	370.324.745,14	0,00	0,00	434.144.644,19	370.324.745,14
Obrigações patronais	151.049.522,86	135.735.180,16	151.049.522,86	135.735.180,16	0,00	0,00	151.049.522,86	135.735.180,16
Demais elementos do grupo	95.997.781,64	89.017.253,52	95.997.781,64	89.017.253,52	0,00	0,00	95.660.850,47	89.017.253,52
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>410.172.503,81</b>	<b>400.605.919,78</b>	<b>325.486.307,61</b>	<b>333.752.392,13</b>	<b>84.686.196,20</b>	<b>66.853.527,65</b>	<b>320.682.634,76</b>	<b>321.341.077,56</b>
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	266.723.939,10	247.198.004,88	191.703.626,64	189.570.781,04	75.020.312,46	57.627.223,84	187.088.861,00	178.497.190,17
Material de consumo	37.414.544,88	38.557.741,15	30.982.109,32	33.694.530,72	6.432.435,56	4.863.210,43	30.982.109,32	32.688.111,74

Auxílio financeiro a estudantes	30.666.914,30	29.861.746,31	29.266.982,61	28.277.044,97	1.399.931,69	1.584.701,34	29.266.482,61	28.201.134,97
Demais elementos do grupo	75.367.105,53	84.988.427,44	73.533.589,04	82.210.035,40	1.833.516,49	2.778.392,04	73.345.181,83	81.954.640,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>38.462.991,94</b>	<b>42.049.057,70</b>	<b>6.114.413,72</b>	<b>15.287.148,39</b>	<b>32.348.578,22</b>	<b>26.761.909,31</b>	<b>5.318.510,80</b>	<b>14.846.576,42</b>
Obras e instalações	23.513.199,67	29.897.489,16	2.174.679,81	9.627.414,24	21.338.519,86	20.270.074,92	2.174.679,81	9.191.324,28
Equipamentos e material permanente	13.471.639,92	10.417.304,47	2.593.705,97	4.553.585,15	10.877.933,95	5.863.719,32	2.590.166,29	4.553.347,85
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.477.431,45	1.734.264,07	1.346.027,94	1.106.149,00	131.403,51	628.115,07	553.664,70	1.101.904,29
Obrigações tributárias contributivas e	720,90	0,00	0,00	0,00	720,90	0,00	0,00	0,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

Nos valores apresentados no quadro observa-se que após a recuperação do desempenho em 2016, em 2017 o desempenho das despesas discricionárias foi similar a 2016, com exceção do grupo de Investimentos que apresentou menor volume de valor empenhado, liquidado e pago. Em relação às despesas de pessoal, houve um aumento de 12,79% em relação ao exercício de 2017

### 2.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

O quadro abaixo apresenta os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

#### Quadro 72 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	153163	UFSC	0	0,00	22	70.500,00	5.000,00
	150232	HU	0	0,00	23	45.150,00	2.000,00
2016	153163	UFSC	0	0,00	15	50.000,00	5.000,00
	150232	HU	0	0,00	15	29.000,00	2.000,00

Fonte: SIAFI

O quadro a seguir evidencia os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

#### Quadro 73 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	153163	UFSC	0	0,00	4	1.220,00	32.758,24	33.978,24
	150232	HU	0	0,00	0	0,00	37.228,17	37.228,17
2016	153163	UFSC	0	0,00	10	2.360,00	36.831,71	39.191,71
	150232	HU	0	0,00	0	0,00	25.387,59	25.387,59

Fonte: SIAFI

O quadro abaixo visa apresentar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

#### Quadro 74 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153163	UFSC	339030	01	14,00
			03	11,49
			04	540,00



			07	13.512,64
			11	153,00
			15	260,00
			16	126,00
			19	223,59
			21	3,49
			22	189,90
			24	5.599,96
			25	3.014,33
			26	240,05
			28	1.444,84
			35	764,67
			39	2.920,03
			42	1.297,25
		339039	17	745,00
			19	2.918,00
			TOTAL	33.978,24
150232	HU	339030	03	186,50
			09	8.100,78
			22	23,75
			23	354,70
			24	5.150,24
			25	6.225,15
			26	2.071,30
			28	150,00
			30	830,00
			42	495,13
		339039	16	5.136,00
			17	8.504,62
			TOTAL	37.228,17

Fonte: SIAFI

### Análise Crítica

Desde o exercício de 2014 é mantido, em sítio institucional, um manual de utilização do instrumento para instrução dos supridos e dos Ordenadores a fim de uniformizar o controle na instituição. Ainda, todo início de exercício, é realizada uma revisão desta documentação e encaminhada no e-mail institucional de cada responsável (supridos e Ordenadores de Despesa), para que tomem conhecimento das regras atualizadas.

Nos últimos quatro exercícios (de 2014 a 2017), tem-se uma curva decrescente, quando comparados o primeiro ano (2014) com o último (2017), passando por uma redução considerável, em 2015, e posterior elevação, em 2016, tanto para os valores concedidos (queda de apenas 6% no total, de 2014 para 2017), como para os utilizados (queda de 35% no total, de 2014 para 2017), que é o ponto que deve ser observado de forma mais atenciosa. O DCF tem realizado, desde 2014, um trabalho incessante, no intuito de orientar e disciplinar os Ordenadores de Despesa, bem como os

Supridos, a fim de que os gastos, com esta forma de pagamento, sejam reduzidos, ao máximo. Os Ordenadores de Despesa estão cientes, e o fazem de maneira formal, ao final do processo de Prestação de Contas, no SPA (Sistema de processos administrativos), de cada suprimento e, após a análise técnica desta realizada por parte dos servidores encarregados do DCF.

Foi gerenciada, ainda, a redução nos valores de saque, desde 2014, chegando a um percentual de mais de 70% de diferença, chegando neste último ano de 2017, a um valor de R\$ 1.220,00, originados de apenas quatro saques (um deles foi indevido e, posteriormente, devolvido).

Além disso, é solicitado que, a cada compra, seja anexado a Prestação de Contas, a negativa de saldo em estoque (para material de consumo) e a não realização de manutenção (para serviços), além da justificativa para a utilização do Cartão Corporativo do Governo Federal para aquele gasto.

A análise crítica realizada pela equipe do DCF gera um feedback aos Supridos e Ordenadores de Despesa, para que estes corrijam em suprimentos posteriores.

As despesas que apresentam maior representatividade, de forma geral, são as de manutenção, e realizadas pela SeCArte (Secretaria de Cultura e Arte), seja de imóveis (no projeto das Fortalezas) e veículos (pelas embarcações). Foi recomendado, ainda no ano de 2016, que fosse solicitada a inclusão das embarcações no rol de veículos a participarem do contrato de manutenção existente, o que foi negado, naquele momento. Então, mais uma vez, através da Solicitação Digital 15780/2016, solicitou-se a inclusão das embarcações no pregão de manutenção de veículos da UFSC. Porém, tal solicitação não apresenta movimentação processual desde 31/08/2017 (consulta realizada em 05/03/2018 às 11:43).

Todas as Prestações de Contas são analisadas e “criticadas”, gerando, praticamente, 100% de “Pareceres com ressalva”. Após esta etapa, é encaminhado ao suprido, para ciência da análise e, posteriormente, ao Ordenador de Despesa.

## **2.4 Desempenho operacional**

O Planejamento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina deriva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Neste são elaborados os planos anuais que serão executados através de projetos desenvolvidos pelas Unidades Administrativas e Universitárias.

O desempenho operacional da UFSC é utilizado para pautar as ações destinadas à melhoria dos atividades tanto das atividades meio com as atividades fins.

## 2.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

### 2.5.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Indicadores de Desempenho nos Termos da Decisão TCU N° 408/2002  
Plenário e Modificações Posteriores

#### Quadro 75 - Custo Aluno com Hospital Universitário

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente com HU}}{A_{GE} + A_{PG}^{TI} + A_{R}^{TI}}$$

#### Quadro 76 - Custo Corrente com HU

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	Fonte: DCF	1.840.033.169,22
( - ) 65% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: DCF	192.089.818,12
( - ) Aposentadorias e Reformas	Fonte: DCF	434.144.644,19
( - ) Pensões	Fonte: DCF	58.156.884,02
( - ) Sentenças Judiciais	Fonte: DCF	6.917.139,82
( - ) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	1.261.081,80
( - ) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	2.097.206,79
( - ) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	0,00
( - ) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	0,00
<b>Total Custo Corrente</b>		<b>1.145.366.394,49</b>

Fonte: PRODEGESP-DCF/SEPLAN/UFSC

AR = No de alunos residentes.

APG = No de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ [ NDI \times DPC ] \times [ 1 + ( \text{Fator de Retenção} ) ] + [ ( NI - NDI ) / 4 ] \times DPC \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

AGE = 33.680,39 (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

APG = 7.395 (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

APG TI = 2 x APG = 2 x 7.395 = 14.790

AR = 185 (Fonte: Hospital Universitário)

ARTI = 2 x AR = 2 x 185 = 370

Total Aluno Equivalente = AGE + APGTI + ARTI = 48.499,27

Custo Aluno Equivalente: = R\$ 1.145.366.394,49 / 48.499,27 = R\$ 23.616,16

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

#### Quadro 77 - Custo Aluno sem Hospital Universitário - Fórmula

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}}$$

#### Quadro 78 - Custo Aluno sem Hospital Universitário

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	Fonte: DCF	1.840.033.169,22
( - ) 100% das Despesas Correntes do Hospital Universitário	Fonte: DCF	295.522.797,10
( - ) Aposentadorias e Reformas	Fonte: DCF	434.144.644,19
( - ) Pensões	Fonte: DCF	58.156.884,02
( - ) Sentenças Judiciais	Fonte: DCF	6.917.139,82
( - ) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	FONTE: PRODEGESP	1.261.081,80
( - ) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	2.097.206,79
( - ) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: PRODEGESP	0,00
( - ) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: PRODEGESP	0,00
Total Custo Corrente		1.041.933.415,50

Fonte: PRODEGESP-DCF/SEPLAN/UFSC

AR = No de alunos residentes.

APG = No de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ [ NDI \times DPC ] \times [ 1 + ( \text{Fator de Retenção} ) ] + [ ( NI - NDI ) / 4 ] \times DPC \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

AGE = 33.680,39 (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

APG = 7.395 (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

APG TI = 2 x APG = 2 x 7.395 = 14.790

AR = 185 (Fonte: Hospital Universitário)

ARTI = 2 x AR = 2 x 185 = 370

Total Aluno Equivalente = AGE + APGTI + ARTI = 48.499,27

Custo Aluno Equivalente: = R\$ 1.041.933.415,50 / 48.499,27 = R\$ 21.483,49

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

#### Quadro 79 - Aluno tempo Integral / Professor Equivalente

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{A_{G^{TI}} + A_{PG^{TI}} + A_{R^{TI}}}{N.^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}}$$

#### Quadro 80 - Professor Equivalente

Situação:	No de Professores:	Peso:	Resultado:
Professores em Exercício Efetivo			
20 horas/semana	90	0,50	45
40 horas/semana	43	1,00	43
Dedicação Exclusiva	2187	1,00	2187
( + ) Substitutos e Visitantes			
20 horas/semana	71	0,50	35,5
40 horas/semana	138	1,00	138
Dedicação Exclusiva	23	1,00	23
( - ) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	0	0,50	0
40 horas/semana	1	1,00	1
Dedicação Exclusiva	90	1,00	90

Fonte: PRODEGESP-PROGRAD/UFSC

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.380,50

#### CÁLCULO ALUNO TEMPO INTEGRAL

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ [ NDI \times DPC ] \times [ 1 + ( \text{Fator de Retenção} ) ] + [ ( NI - NDI ) / 4 ] \times DPC \}$$

AGTI = 18.870,85 (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

APG = 7.395 (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

APG TI = 2 x APG = 2 x 7.395 = 14.790

AR = 185 (Fonte: Hospital Universitário)

ARTI = 2 x AR = 2 x 185 = 370

Total de Alunos Tempo Integral: 34.030,85

Aluno Tempo Integral / Professor = 34.030,85 / 2.380,50 = 14,30 alunos por professor

### Quadro 81 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

$A_{G TI} + A_{P G TI} + A_{R TI}$
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.com HU = -----
Nº de Funcionários Equivalentes

Total de Alunos Tempo Integral: 34.030,85

### Quadro 82 - Funcionário Equivalente com HU

Situação	No de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	187	0,50	93,5
30 horas/semana	40	0,75	30
40 horas/semana	3088	1,00	3088
( + ) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	73	0,50	36,5
30 horas/semana	151	0,75	113,25
40 horas/semana	1392	1,00	1392
( - ) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	4	0,50	2
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	85	1,00	85

Fonte: PRODEGESP-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente com HU = 4.666,25

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = 34.030,85/ 4.666,25= 7,29

### Quadro 83 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

$$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv. sem HU} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes}}$$

Total de Alunos Tempo Integral: 34.030,85

### Quadro 84 - Funcionário Equivalente sem HU

Situação	No de Funcionários	Peso	Resultado
Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade			
20 horas/semana	29	0,50	14,5
30 horas/semana	24	0,75	18
40 horas/semana	2075	1,00	2075
( + ) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	6	0,50	3
30 horas/semana	113	0,75	84,75
40 horas/semana	1.048	1,00	1048
( - ) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	1	0,50	0,5
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	74	1,00	74

Fonte: PRODEGESP-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente sem HU = 3.168,75

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = 34.030,85 / 3.168,75 = 10,74

### Quadro 85 - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

$$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalente}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Professores Equivalente}}$$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.380,50

Funcionário Equivalente com HU = 4.666,25

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = 4.666,25 / 2.380,50 = 1,96

### Quadro 86 - Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

$$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalente}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Professores Equivalente}}$$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.380,50

Funcionário Equivalente sem HU = 3.168,75

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = 3.168,75 / 2.380,50 = 1,33

### Quadro 87 - Grau de Participação Estudantil

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{GTI}}{A_G}$$

### Quadro 88 - Alunos Efetivamente Matriculados

Alunos efetivamente matriculados no 1o (primeiro) semestre do exercício:	27.321
Alunos efetivamente matriculados no 2o (segundo) semestre do exercício:	26.774
(ALUNOS 1.o SEMESTRE + ALUNOS 2.o SEMESTRE) / 2 =	<b>27.047,50</b>

Fonte: PROGRAD/UFSC

$$AG = 27.047,50$$

$$AGTI = 18.870,85 \text{ (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)}$$

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = 18.870,85 / 27.047,50 = 0,70$$

### Quadro 89 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

$$\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

$$APG = 7.395 \text{ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)}$$

$$AG = 27.047,50$$

$$GEPG = 7.395 / (7.395 + 27.047,50) = 0,21$$

### Quadro 90 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

$$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\Sigma \text{ Conceito de todos os Programas de Pós-Grad.}}{\text{N}^\circ \text{ de Programas de Pós-Graduação}}$$

### Quadro 91 - Programa de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
ADMINISTRAÇÃO	4
AGROECOSSISTEMAS	4
ANTROPOLOGIA SOCIAL	5
AQUICULTURA	6
ARQUITETURA E URBANISMO	5
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	4
BIOLOGIA CELULAR E DO DESENVOLVIMENTO	4



Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
BIOLOGIA DE FUNGOS, ALGAS E PLANTAS	4
BIOQUÍMICA	5
BIOTECNOLOGIA E BIOCÊNCIAS	5
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	5
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	5
CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS	7
CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO	3
CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS	6
CIÊNCIAS MÉDICAS	4
CONTABILIDADE	5
DESIGN	5
DIREITO	6
ECOLOGIA	5
ECONOMIA	5
ECOSSISTEMAS AGRÍCOLAS E NATURAIS	3
EDUCAÇÃO	4
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	6
EDUCAÇÃO FÍSICA	6
ENERGIA E SUSTENTABILIDADE	3
ENFERMAGEM	6
ENGENHARIA AMBIENTAL	6
ENGENHARIA CIVIL	5
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	6
ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS	6
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	5
ENGENHARIA DE SISTEMAS ELETRÔNICOS	3
ENGENHARIA DE TRANSPORTES E GESTÃO TERRITORIAL	3
ENGENHARIA E CIÊNCIAS MECÂNICAS	3
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	6
ENGENHARIA ELÉTRICA	6
ENGENHARIA MECÂNICA	6
ENGENHARIA QUÍMICA	7
ESTUDOS DA TRADUÇÃO	6
FARMÁCIA	5
FARMACOLOGIA	6
FILOSOFIA	6
FÍSICA	4
GEOGRAFIA	5
HISTÓRIA	4
INGLÊS: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS	5
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS	5
JORNALISMO	4
LINGÜÍSTICA	6
LITERATURA	5
MATEMÁTICA PURA E APLICADA	5
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	4
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	4
NEUROCIÊNCIAS	5

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
NUTRIÇÃO	4
OCEANOGRAFIA	3
ODONTOLOGIA	4
PSICOLOGIA	5
QUÍMICA	7
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	6
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4
SAÚDE COLETIVA	5
SERVIÇO SOCIAL	5
SOCIOLOGIA POLÍTICA	5
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	3
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE	4

Fonte: PROPG/UFSC

$\Sigma$  Conceito de todos os Programas de Pós-Grad. = 326

N.º de Programas de Pós-Graduação = 67

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação =  $326 / 67 = 4,87$

#### Quadro 92 - Índice de qualificação do corpo docente

$$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

#### Quadro 93 - Qualificação Docente

Situação	Doutores (D)	Mestres (M)	Especialização (E)	Graduados (G)	Total Geral de Professores(b)
Professores em Exercício Efetivo					
20 horas/semana	58	21	9	2	90
40 horas/semana	26	14	2	1	43
Dedicação Exclusiva	2.073	105	5	4	2.187
( + ) Substitutos e Visitantes					
20 horas/semana	16	39	10	6	71
40 horas/semana	35	78	6	19	138
Dedicação Exclusiva	23	0	0	0	23
( - ) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício					
20 horas/semana	0	0	0	0	0
40 horas/semana	0	1	0	0	1
Dedicação Exclusiva	75	15	0	0	90
No Total de Professores POR TITULAÇÃO	2.156	241	32	32	2.461

Fonte: PRODEGESP-PROGRAD/UFSC

Índice de Qualificação do Corpo Docente =  $11.599 / 2.461 = 4,71$

#### Quadro 94 - Taxa de Sucesso na Graduação

$$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (NDI)}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Alunos Ingressantes}}$$

Número de concluintes: 3.020 - (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

Número de Ingressantes – Referente ao Período Padrão Duração dos Cursos: 6.191 - (Fonte: Pró-Reitoria de Graduação)

Obs.: Para a contagem do número de ingressantes, é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso.

$$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = 3.020 / 6.191 = 0,4878$$

Em percentual = 48,78%

#### Quadro 95 – Resumo dos Indicadores do TCU

Componentes	
Custo Corrente com Hospital Universitário	1.145.366.394,49
Custo Corrente sem Hospital Universitário	1.041.933.415,50
Aluno Equivalente	48.499,27
Alunos Tempo Integral	34.030,85
Professores equivalentes	2.380,50
Funcionário Equivalente com HU	4.666,25
Funcionário Equivalente sem HU	3.168,75
Indicadores	
I a. Custo Aluno com Hospital Universitário	23.616,16
I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário	21.483,49
II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente	14,30
III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,29
III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	10,47
IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,96
IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,33
V. Grau de participação Estudantil	0,70
VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,21
VII. Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,87
VIII. Índice de qualificação do corpo docente	4,71
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	48,78%

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

**Quadro 96 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N° 408/2002**

Indicadores Primários	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU(Hospital Universitário)	1.145.366.394,49	1.106.641.114,23	943.524.769,50	921.104.135,67	894.907.732,32
Custo Corrente sem HU(Hospital Universitário)	1.041.933.415,50	1.013.248.554,19	855.528.427,50	841.074.259,13	823.525.840,99
Número de Professores Equivalentes	2.380,50	2.348,50	2.335,00	2.293,00	2.135
Número de Funcionários Equivalentes com HU	4.666,25	4.596,75	4.569,50	4.321,00	4.491,75
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	3.168,75	3.073,25	2.865,50	3.066,25	3.154,50
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	27.047,50	27.768,00	25.822,50	25.278,50	24.163
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	7.395	7.134	6.935	6.698	6.421
Alunos de Residência Médica (AR)	185	171	159	171	149
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	33.339,27	31.666,91	33.812,74	28.464,24	30.607,30
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	18.870,85	17.909,79	19.495,41	16.142,83	17.438,85
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	14.790	14.268	13.870	13.396	12.842
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	370	342	318	342	298

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

**Quadro 97 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU N° 408/2002**

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2017	2016	2015	2014	2013
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	23.616,07	23.913,46	19.656,46	21.830,26	20.456,30
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	21.483,49	21.895,34	17.823,24	19.933,54	18.824,61
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalentes	14,30	13,85	14,43	13,03	14,32
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes com HU	7,29	7,07	7,37	6,91	6,81
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes sem HU	10,74	10,58	11,75	9,74	9,69
Funcionário Equivalente com HU/ Professores Equivalentes	1,96	1,96	1,96	1,88	2,10
Funcionário Equivalente sem HU / Professores Equivalentes	1,33	1,31	1,23	1,34	1,48
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,70	0,64	0,75	0,64	0,72
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,21	0,20	0,21	0,21	0,21
Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	4,87	4,67	4,75	4,83	4,85
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,71	4,69	4,62	4,52	4,43
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	48,78%	47,23%	52,49%	51,45%	56,37%

Fonte: DPGI/SEPLAN/UFSC

## **Análise dos Indicadores do TCU**

Nesta seção, é realizada análise nos indicadores da UFSC e suas evoluções, nos termos da Decisão do TCU nº 408/2002.

O primeiro indicador - custo corrente/aluno equivalente – apresentou uma pequena queda em relação ao ano anterior. O valor do custo/aluno (sem HU) diminuiu, passando de R\$21.895,34 em 2016 para R\$ 21.483,49 em 2017. O custo corrente com HU/Aluno Equivalente teve um pequeno aumento passando de 23.913,46 em 2016 para 23.616,67 em 2017. Cabe ressaltar que a UFSC criou novos cursos e o número de alunos equivalentes aumentou passando de 46.276,91 em 2016 para 48.499,27 em 2017. Por outro lado, a expectativa é que este número suba gradativamente, tendo em vista que novas vagas foram criadas e a estrutura ainda não se encontra totalmente finalizada. Há diversas demandas por laboratórios, salas de aula, espaços administrativos, moradia estudantil e restaurante universitário que ainda não foram atendidas. A expansão da UFSC e o aumento das exigências legais continuam a pressionar as despesas para cima, com mais necessidade de energia, água, jardinagem, limpeza, serviços de portaria e segurança, entre outros.

Com relação ao segundo indicador - Aluno Tempo Integral/Professores Equivalentes – houve um pequeno aumento passando de 13,85 em 2016 para 14,30 em 2017. O principal motivo foi a elevação do número de alunos equivalentes.

Quanto ao terceiro indicador - Aluno Tempo Integral/Funcionários Equivalentes (com HU) – houve um leve aumento no indicador, sendo que em 2016 era 7,07 e em 2017 subiu para 7,29. A relação “aluno tempo integral/funcionários equivalentes (sem HU) aumentou, considerando que em 2016 era 10,58 e em 2017 subiu para 10,74.

O quarto grupo de indicadores retrata a relação entre Funcionário Equivalente com HU/professor equivalente, em 2017 manteve o mesmo dado de 2016 (1,96). Funcionário Equivalente sem HU/professor equivalente teve um pequeno aumento, considerando que em 2016 o número era 1,31 e em 2017 passou para 1,33.

O quinto indicador representa o grau de participação estudantil, composto pela relação entre o número de alunos em regime integral e o total de alunos ativos na graduação. Houve um leve aumento no indicador, o qual passou 0,64 em 2016 para 0,70 em 2017.

O próximo indicador refere-se ao Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação, que mensura a participação dos alunos da pós em relação ao total de alunos de graduação e Pós-graduação. O valor desse indicador teve um pequeno aumento, considerando que em 2016 era 0,20 e em 2017 ficou em 0,21.

Com relação ao indicador Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação, houve um pequeno aumento no indicador, cujo valor passou de 4,67 em 2016 para 4,87 em 2017.

O próximo indicador representa o Índice de Qualificação do Corpo Docente, obtido pela relação entre a titulação dos professores e o seu somatório geral, o qual também apresentou pequena melhoria, passando de 4,69 em 2016 para 4,71 em 2017.

Por fim, o último indicador representa a medição da Taxa de Sucesso na Graduação. A TSG é obtida pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na instituição e pelo tempo de permanência esperado, fixado pela SESu/MEC para cada curso. Este indicador apresenta de forma inversa o grau de evasão dos alunos que ingressam na IFES. O indicador apresentou uma melhora, considerando que em 2016 o percentual foi de 47,23 % e em 2017 subiu para 48,78%.

### **2.6 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos**

A UFSC não realizou nenhum projeto ou programa financiado com recursos externos no período.

### 3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

#### 3.1 Descrição das estruturas de governança

##### 3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar. Suas atividades são regidas pela legislação federal, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Conforme o Art. 5º de seu Estatuto:

A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

A administração da Universidade se rege pelas decisões dos seus órgãos deliberativos centrais e órgãos executivos centrais.

Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, o Conselho de Curadores e as Câmaras de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Os órgãos executivos centrais são a Reitoria, a Vice-Reitoria, as Pró-Reitorias e Secretarias.

Ao **Conselho Universitário** como o órgão máximo deliberativo e normativo, compete definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição. Como o órgão de jurisdição superior da universidade, cabe ao Conselho Universitário julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão.

O **Conselho de Curadores** é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica, financeira e patrimonial da Universidade. Possui dentre de suas atribuições aprovar a prestação de contas da Universidade.

A **Câmara de Ensino de Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, tem entre suas atribuições a aprovação dos currículos dos cursos de graduação, bem como a sua criação ou supressão. A Câmara também propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação e normas e diretrizes sobre o regime de trabalho docente.

A **Câmara de Pós-Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, em sua atuação propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação; aprova a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação, observada a legislação vigente; bem como, estabelece as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação.

A **Câmara de Pesquisa**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, além de propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa, estabelece as políticas de avaliação das atividades de pesquisa; manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

A **Câmara de Extensão**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão, estabelece as políticas de avaliação das atividades de extensão e manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

Todas as instâncias normativas da UFSC compõem-se de servidores docentes e técnico-administrativos, representantes discentes, e membros da comunidade externa.

A estrutura de governança da UFSC conta ainda com a assessoria da **Auditoria Interna** - AUDIN, como órgão de avaliação independente, responsável por promover a racionalização das ações de controle e apoiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O trabalho da AUDIN se pauta em padrões de conformidade na utilização dos recursos e do desempenho institucional como também assessora aos gestores nos processos de acompanhamento, controle e avaliação dos resultados da instituição.

As decisões relativas às atividades-fim da Universidade acontecem nas Unidades Universitárias, especificamente nos Conselhos de Unidade, que são os órgãos setoriais deliberativos e consultivos dos Centros de Ensino, presididos pelo Diretor da Unidade Universitária. Das decisões dos Conselhos de Unidade cabe recurso às Câmaras respectivas.

As Unidades Administrativas, **Pró-Reitorias e Secretarias**, não possuem caráter normativo e sim executivo, dessa maneira, estão entre suas atribuições auxiliar o Reitor no exercício das funções administrativas nas suas respectivas áreas de atuação. Ainda, a Universidade conta em sua composição com **Órgãos Suplementares** de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, que auxiliam no desempenho das diversas atividades universitárias.

### **3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

Como já relatado anteriormente, o HU/UFSC está vinculado a reitoria e é dirigido pela Administração Superior e Setorial. Neste momento de transição, a Administração Superior é constituída pelo Conselho Diretor (CD) e Colegiado Executivo, sendo o último composto pelo Superintendente e os três Gerentes (Atenção à Saúde, Administrativo e Ensino e Pesquisa). A Administração Setorial vem sendo progressivamente modificada, das Diretorias Setoriais (Administração, Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar, Enfermagem e Medicina) para as novas Divisões segundo o modelo de Organograma proposto. A partir de 2018 serão implantados os Setores e Unidades, organizados de forma multidisciplinar, para atuação segundo as linhas de cuidado. A nova estrutura de governança evidencia uma quebra do padrão setorial até hoje vivenciado pela instituição, objetivando integração das diversas áreas do saber presentes no HU em busca de qualidade e excelência nos serviços prestados.

O Conselho Diretor é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, obedecendo às disposições legais, regimentais, estatutárias e normativas da UFSC. As competências do mesmo estão explicitadas no Regimento Interno do HU, bem como, das diretorias setoriais, coordenadorias, divisões e serviços. A partir de 2018 o novo Regimento deverá ser elaborado para atender à nova estrutura de governança, com descrição de competências específicas para os cargos previstos.

Além disso, para certificação como Hospital de Ensino o HU deve ter constituídas e em perfeito funcionamento, as COMISSÕES ASSESSORAS OBRIGATÓRIAS que são: a) Comissão de Documentação Médica e Estatística; b) Comissão de Ética Médica; c) Comissão de Ética em Pesquisa, própria ou da IES à qual o hospital for vinculado; d) Comissão de Mortalidade Materna e de Mortalidade Neonatal (para hospitais que possuam maternidade); e) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; f) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; g) Comissão de Óbitos; h) Comissão de Revisão de Prontuários; i) Comissão de Transplantes e Captação de Órgãos (para hospitais que possuam Unidades de Tratamento Intensivo); j) Comitê Transfusional; l) Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional; Além destas, o HU possui Comissões para as atividades de vigilância epidemiológica, hemovigilância, farmacovigilância, tecnovigilância em saúde, vigilância em saúde do trabalhador e padronização de medicamentos.

## **3.2 Atuação da unidade de auditoria interna**

### **3.2.1 Normas que regulam a atuação da Auditoria Interna**

O Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado pela Resolução Normativa n.º 28/CUn, 27 de novembro de 2012, na Seção III, art. 10, define as competências da Auditoria Interna. O Regimento Interno específico da unidade foi aprovado pela Resolução Normativa n.º 94/CUn/2017, de 4 de abril de 2017. Estes documentos podem ser acessados nos seguintes endereços eletrônicos:

- Regimento da Reitoria: [http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2014/01/Regimento\\_Reitoria.pdf](http://portal.reitoria.ufsc.br/files/2014/01/Regimento_Reitoria.pdf)
- Regimento da AUDIN: <http://audin.ufsc.br/regimento-interno/>

### **3.2.2 Independência e objetividade da Auditoria Interna**

A Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina atua de forma independente e objetiva. É a Auditoria Interna que propõe ao Conselho Universitário quais ações de auditoria devem ser contempladas no Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna. Da mesma forma, a equipe de técnicos da AUDIN elabora e encaminha as solicitações de auditoria, recebe diretamente as informações e documentação solicitadas às áreas auditadas e elabora os relatórios de auditoria.

O regimento interno da AUDIN prevê as garantias necessárias para que os profissionais possam exercer as atividades com independência e objetividade. O artigo 31 do Regimento Interno destaca que:

*Artigo 31. As funções de auditoria deverão ser segregadas das demais atividades administrativas, sendo vedado aos servidores da Auditoria Interna executar atividades que não guardem relação direta com as obrigações da auditoria, participar de comissões de caráter administrativo ou disciplinar, emitir manifestações e pareceres de cunho jurídico ou realizar atividades que possam caracterizar participação nos atos de gestão.*

### **3.2.3 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas.**

A estratégia de atuação em relação às unidades está definida no PAINT, incluindo as auditorias a serem realizadas e acompanhamento das recomendações/determinações da AUDIN, do TCU e da CGU feitas às unidades.

### **3.2.4 Estrutura e posicionamento da unidade de Auditoria Interna**

A unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pela Resolução do Conselho Universitário n.º 04/CUn/2002, de 31 de janeiro de 2002 e está formalmente subordinada ao Reitor da UFSC, conforme dispõe o artigo 2º do Regimento Interno da AUDIN, aprovado pela Resolução Normativa n.º 94/CUn/2017, de 4 de abril de 2017:

*Artigo 2º. A Auditoria Interna é subordinada ao Reitor da UFSC, conforme disposto no art. 5º do Regimento Interno da Reitoria aprovado pela Resolução Normativa n.º 28/CUN, de 27 de novembro de 2012, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000.*

A Auditoria Interna é composta pelo Auditor-Chefe da unidade (Código de Função CD-4), por uma Coordenação de Controle e Acompanhamento (Código de Função FG-1) e por servidores da Unidade os quais estão subordinados ao Auditor-Chefe.



A nomeação do Auditor-Chefe é submetida pelo(a) Reitor(a) à aprovação do Conselho Universitário e da Controladoria Geral da União em conformidade com o art. 15, § 5º do Decreto nº 3.591/2000, item 10 do anexo X da IN CGU 01/2001 e incisos II e III de acordo com a Portaria CGU nº 915/2014.

Quanto à estrutura funcional, ao final de 2017 a equipe da Auditoria Interna estava formada por oito profissionais, incluindo o Auditor-Chefe e o Coordenador de Controle e Acompanhamento.

### **3.2.5 Informações de como se certifica que a administração toma conhecimento das recomendações e assume os riscos pela não implementação.**

Ao término dos trabalhos de cada auditoria são encaminhados os relatórios com os resultados dos exames para que os gestores das áreas auditadas adotem as providências necessárias à regularização das impropriedades ou irregularidades encontradas. Os relatórios são encaminhados também à Administração Superior (Reitor e Conselho de Curadores) para conhecimento e providências, quando necessárias.

### **3.2.6 Descrição da sistemática de comunicação à gestão superior sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.**

Os resultados preliminares de cada ação de auditoria são levados ao conhecimento dos responsáveis pelas áreas auditadas, quando é solicitado destes as manifestações formais com os esclarecimentos adicionais ou as justificativas a respeito das ocorrências identificadas. Salienta-se que durante os trabalhos as demandas consideradas mais relevantes ou necessárias para esclarecimento do objeto auditado são repassadas aos gestores responsáveis pelas áreas e, quando necessário, aos gestores da Administração Superior.

Posteriormente, é elaborado o relatório final da auditoria, contendo as constatações e as recomendações que os auditores consideram necessárias ao aprimoramento dos controles internos ou para sanar as irregularidades encontradas. Este relatório é encaminhado aos responsáveis pelas unidades auditadas, ao Reitor e ao Conselho de Curadores. Na oportunidade, é solicitada aos gestores das unidades a apresentação de plano que contemple as providências e prazo de implantação, visando sanar os apontamentos.

Durante todo o processo, a equipe da AUDIN permanece à disposição dos gestores para esclarecimento de dúvidas ou proposições para a melhoria da gestão e, sempre que necessário, participam de reuniões com membros da Administração Superior a fim de tratar de temáticas relativas às fragilidades da Instituição, suscitadas, inclusive, em decorrência de relatórios de auditoria.

### **3.2.7 Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria interna.**

O Regimento Interno da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução Normativa nº 94/CUn/2017, de 4 de abril de 2017, prevê a existência de uma nova Coordenadoria de Auditoria e de uma Divisão de Apoio Administrativo. No entanto, ainda são aguardadas nomeações para essas funções.

### 3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Em 2014 foi criada, pelo Conselho Universitário, a Corregedoria Geral da UFSC, pela Resolução 42/Cun/2014. A partir de maio de 2016, a Corregedoria vem atuando em conformidade com as orientações da Controladoria Geral da União no Estado de Santa Catarina.

### 3.4 Gestão de riscos e controles internos

No que tange à Gestão de riscos de controles internos optamos pela apresentação da tabela abaixo, que contempla as informações pertinentes.

#### Quadro 98 - Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<b>Análise crítica e comentários relevantes:</b> A UFSC conta com mecanismos de controles internos, considerando infraestrutura física e de recursos humanos, com ações de natureza preventiva, de fiscalização e de apuração de atos criminosos. No tocante aos recursos humanos, órgãos como a Auditoria Interna, o NADIP – Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais, a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e o Departamento de Segurança Física e Patrimonial atuam fortemente nas questões desta natureza.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: GR/UFSC

Com relação à Gestão de riscos, foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos da UFSC que, atualmente, aprecia a proposta da política de gestão de riscos proposta por um grupo especialmente designado para tal.

## 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 4.1 Gestão de pessoas

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) e o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) promovem as ações de capacitação por meio da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP). Para cumprir os objetivos e as diretrizes institucionais, a CCP vem buscando suprir as lacunas verificadas no desenvolvimento e na implementação das ações de capacitação existentes, promovendo levantamento de necessidades de capacitação.

A CCP oferece aos servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC diversas formas de educação continuada, quais sejam, realização de cursos de capacitação presenciais, semipresenciais e a distância, pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e reembolso de mensalidades de cursos de especialização, bem como, o gerenciamento dos processos de afastamento para formação e capacitação, horário especial e licença capacitação no país e no exterior, que possibilitam ao servidor se afastar do seu trabalho para se dedicar integral ou parcialmente aos seus estudos.

Para viabilização destas ações foi publicado em maio de 2017 o **Plano Anual de Capacitação (PAC)**, no Portal da Capacitação (<http://capacitacao.ufsc.br>) destinado a proporcionar os meios para a operacionalização das diretrizes que norteiam o processo de desenvolvimento profissional dos servidores da Universidade para o ano 2017.

Para cada uma das ações, são calculados indicadores específicos, que mostram o desenvolvimento da capacitação dos servidores da Universidade, além dos níveis de oferta e demanda destes serviços. Estas ações são coordenadas pela Divisão de Capacitação Continuada (DiCC) e a Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação (DAAC). A seguir são apresentados os indicadores referentes às ações de capacitação, de acordo com o PAC.

#### **Divisão de Capacitação Continuada – DiCC/CCP**

Por meio da Divisão de Capacitação Continuada (DiCC) são oferecidos cursos de capacitação presenciais, semipresenciais e a distância aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, de acordo com as necessidades detectadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), e com as encaminhadas diretamente à DiCC, pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFSC e as sugestões extraídas das Avaliações de Reação e dos Relatórios de Acompanhamento do estágio probatório dos servidores ingressantes na instituição.

No ano de 2017 a análise do LNC obedeceu os seguintes critérios:

- a) As linhas de desenvolvimento que abrangem as demandas individuais e institucionais;
- b) A descrição dos cargos existentes na Universidade;
- c) A coleta de informações das avaliações de reação dos cursos realizados em 2017;
- d) A coleta de informações obtidas nas avaliações respondidas pelos ministrantes de cada curso;
- e) As demandas indicadas pelas unidades administrativas e acadêmicas;
- f) As necessidades de capacitações levantadas nos Relatórios de Acompanhamento do estágio probatório dos servidores ingressantes na instituição;
- g) O planejamento administrativo e acadêmico e as diretrizes e políticas estabelecidas no âmbito das Unidades;
- h) As necessidades de capacitação estratégicas e obrigatórias para o desenvolvimento dos ambientes organizacionais;
- i) O quantitativo de servidores não atendidos por meio das ações de capacitação de 2016;

j) Atender o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) 2017 da UFSC que tem como objetivo orientar as ações relacionadas à sustentabilidade em todos os setores, abrangendo questões ligadas à gestão, pesquisa, ensino e extensão.

Essas necessidades foram criteriosamente analisadas pela equipe técnico-pedagógica da CCP, e o resultado foi divulgado, por meio do Plano Anual de Capacitação – PAC, conforme divulgado no site da UFSC e no Portal da Capacitação (<http://capacitacao.ufsc.br>).

Desta forma, em 2017 foram ofertados 2807 vagas distribuídas em 43 cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, conforme o quantitativo apresentado na tabela abaixo em comparativo aos demais anos.

**Quadro 99 – Dados de Cursos de Capacitação**

Modalidade	Ano	Nº Cursos	Nº Turmas	Carga Horária	Vagas	Inscritos	Selecionados	Confirmados	Concluintes	Desistentes	Infrequentes	Avaliações
Presencial	2013	34	62	1245	1750	1894	1262	1141	986	148		642
	2014	21	30	775	770	768	670	584	496	88		299
	2015	15	19	513	431	451	388	356	278	75	3	176
	2016	26	39	1012	912	858	765	666	529	119	18	264
	2017	<b>31</b>	<b>42</b>	<b>1018</b>	<b>1306</b>	<b>1253</b>	<b>1098</b>	<b>1038</b>	<b>793</b>	<b>163</b>	<b>82</b>	<b>400</b>
Semi presencial	2013	8	9	344	264	253	201	162	129	33		72
	2014	3	4	90	105	106	104	87	64	23		44
	2015	2	2	50	47	56	47	45	33	6	6	14
	2016	5	5	158	120	95	92	86	62	23	1	47
	2017	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>259</b>	<b>490</b>	<b>396</b>	<b>388</b>	<b>379</b>	<b>311</b>	<b>51</b>	<b>17</b>	<b>170</b>
EaD	2013	13	26	876	1111	2382	1119	1057	848	223		702
	2014	11	17	523	940	1341	816	799	649	150		541
	2015	8	10	351	680	770	596	596	463	92	41	362
	2016	11	16	507	990	1305	896	869	693	136	40	392
	2017	<b>9</b>	<b>17</b>	<b>532</b>	<b>1011</b>	<b>1648</b>	<b>971</b>	<b>954</b>	<b>674</b>	<b>220</b>	<b>60</b>	<b>515</b>
Totais	2013	55	97	2465	3125	4529	2582	2360	1963	404		1416
	2014	35	51	1388	1815	2215	1590	1470	1209	261		884
	2015	25	31	914	1158	1277	1031	997	774	173	50	552
	2016	42	60	1677	2022	2258	1753	1621	1284	278	59	1070
	2017	<b>43</b>	<b>65</b>	<b>1809</b>	<b>2807</b>	<b>3297</b>	<b>2457</b>	<b>2371</b>	<b>1778</b>	<b>434</b>	<b>159</b>	<b>1085</b>

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Observa-se nos totais apresentados no quadro anterior referente ao ano de 2016 um aumento na oferta de cursos, vagas e servidores capacitados.

O investimento em 2017 referentes a estas ações, considerando a remuneração dos instrutores, tutores e conteudistas, totalizou R\$ 314.879,59. Em 2016, este investimento foi de R\$ 175.350,55.

## Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação – DAAC/CCP

### a) Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e cursos de especialização

A Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação (DAAC) viabiliza aos servidores da UFSC o pagamento de taxas de inscrição em eventos e cursos de curta duração no país e no exterior, além do reembolso do pagamento de cursos de Especialização. Trata-se de um serviço sob demanda, isto é, são atendidos os servidores que solicitam o pagamento, desde que este se enquadre na legislação pertinente. Uma cota do orçamento disponibilizado para a CCP é repassado para Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) para o pagamento de taxa de inscrição de eventos de curta duração aos docentes vinculados aos seus programas.

Dentre todas as solicitações autuadas no ano de 2017, foram pagas 1456, o que resultou em um investimento total de R\$ 510.132,92, referente à Rubrica nº 2109.4572.26246.0042 de Qualificação dos Servidores Públicos Federais, conforme as tabelas abaixo:

### Quadro 100 – Demonstrativo de pagamentos de capacitação

Demonstrativo de pagamentos de capacitação										
	2013		2014		2015		2016		2017	
Curta Duração	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº Servidores	Valor (R\$)	Nº Servidores	Valor (R\$)	Nº Servidores	Valor (R\$)
STAE/Docente	593	477.490,06	521	449.042,37	316	165.677,65	274	199.857,32	1257	299.380,79
Pagamento em educação formal										
Especialização	-	-	-	-	95	91.452,73	43	73.657,00	95	96.575,08
Docentes vinculados à Pós-Graduação										
Curta duração	-	-	-	-	76	93.525,89	108	112.282,33	104	114.177,05
<b>TOTAL</b>	<b>593</b>	<b>477.490,06</b>	<b>521</b>	<b>449.042,37</b>	<b>443</b>	<b>350.656,27</b>	<b>425</b>	<b>385.796,65</b>	<b>1456</b>	<b>510.132,92</b>

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

Do valor previsto para capacitação foram investidos para:

- Pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando atendimento de técnico-administrativos e docentes não vinculados aos Programas de Pós-graduação o valor de R\$ 299.380,79.

- Pagamento de taxa de inscrição em eventos e cursos de curta duração, visando o atendimento de docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação o valor de R\$ 114.177,05.

- Reembolso do pagamento em cursos latu sensu Especialização o valor de R\$ 96.575,08.

- Ressalta-se que ocorreu uma redução da dotação orçamentária prevista para rubrica de capacitação comparada ao ano de 2016.

### b) Afastamentos para Formação e Capacitação, Horário Especial e Licença Capacitação

O quadro abaixo apresenta os números dos afastamentos e licenças para capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade no exercício de 2017. Nota-se que a quantidade de servidores afastados para participar de cursos e eventos de curta duração durante o ano de 2017 foi de 107 servidores, ao passo em que os afastamentos de longa duração totalizaram 80 servidores (intercâmbio, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Os afastamentos de curta duração dizem respeito àqueles cuja duração não ultrapassa 15 dias, enquanto os afastamentos de longa duração são destinados à realização de cursos de Educação Formal, isto é, cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Apesar da predominância dos afastamentos de curta duração, pode ser considerada muito positiva a quantidade de servidores que estão cursando educação formal. A licença capacitação teve 34 processos e o horário especial 101 processos.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de afastamentos dos servidores técnico-administrativos no ano de 2017 por modalidade.

### Quadro 101 – Afastamentos técnico-administrativos

#### Afastamentos técnico-administrativos

	Modalidade	Quantidade de servidores				
		2013	2014	2015	2016	2017
Longa Duração	Curta Duração	108	69	102	101	107
	Horário Especial	77	65	111	103	101
	Licença Capacitação	27	24	20	42	34
	Especialização	0	0	2	1	0
	Mestrado	43	49	41	81	47
	Doutorado	23	31	27	69	33
	Pós-Doutorado	1	1	2	1	0
	Intercâmbio	0	0	1	1	0
	Estágio	0	0	0	0	0
	<b>Total</b>		<b>279</b>	<b>239</b>	<b>306</b>	<b>399</b>

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

O total de afastamentos de curta duração dos servidores docentes foi de 799. Estes dizem respeito aos afastamentos do país cuja duração não exceda a um período de 90 dias, de acordo com a Resolução 011/CUn/1997. Os afastamentos de longa duração totalizaram 83 processos. Não houve nenhuma solicitação de horário especial por parte dos servidores docentes neste ano. Em relação à licença capacitação, houveram 33 licenciados.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de afastamentos dos servidores docentes da UFSC em 2017.

### Quadro 102 – Afastamentos docentes

Modalidade	Afastamentos Docentes				
	Quantidade de servidores				
	2013	2014	2015	2016	2017
Curta Duração	975	1032	896	811	799
Longa Duração	65	85	85	65	83
Horário Especial	0	0	0	0	0
Licença Capacitação	13	6	13	8	33
<b>Total</b>	<b>1053</b>	<b>1123</b>	<b>994</b>	<b>884</b>	<b>915</b>

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

As tabelas a seguir apresentam o quantitativo de servidores afastados de acordo com a unidade e carga horária no exercício de 2017.

### Quadro 103 – Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária

Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária (inclusive os afastados em 31/12/2017)			
Jornada	Modalidade	TAEs	
		UFSC	HU
20h	Curta Duração	10	21+1*
	Longa Duração	1	2
	Horário Especial	3	2
	Licença Capacitação	-	2
30h	Curta Duração	-	-
	Longa Duração	-	1***
	Horário Especial	1	5
	Licença Capacitação	-	-
40h	Curta Duração	54	21
	Longa Duração	71	5
	Horário Especial	80	9 +1**
	Licença Capacitação	34	8
<b>Total</b>		<b>254</b>	<b>78</b>

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

\* cedido do Ministério da Saúde para a UFSC;

\*\* lotação provisória;

\*\*\*servidor com carga horária de 24 horas

### Quadro 104 – Servidores afastados para capacitação

Afastamentos dos servidores TAEs x Carga horária ( <i>Servidores Técnico-Administrativos afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i> )		
	UFSC	HU
Situação:	Nº de Funcionários:	Nº de Funcionários:
20 horas/semana	0	2
30 horas/semana	0	0
40 horas/semana	64	3

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

O total foi retirado das planilhas de Longa duração e Licença Capacitação. Ressaltamos que foram somados os servidores TAE afastados na data de 31/12/2017.



**Quadro 105 – Afastamentos dos servidores docentes x carga horária**

Afastamentos dos servidores Docentes x Carga horária (inclusive os afastados em 31/12/2017)			
Jornada	Modalidade	Docentes	
		UFSC	HU
20h	Curta Duração	22	-
	Longa Duração	-	-
	Licença Capacitação	1	-
40h	Curta Duração	15	-
	Longa Duração	-	-
	Licença Capacitação	-	-
DE	Curta Duração	762	-
	Longa Duração	84	-
	Licença Capacitação	32	-
<b>Total</b>		<b>916</b>	

Fonte: CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC

#### Outras ações da CCP

A Coordenadoria de Capacitação de Pessoas, também, realizou as seguintes ações:

- Parceria DLLE/CCE – Manteve a parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE), do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), proporcionando aos servidores técnico-administrativos e docentes, apoio financeiro no pagamento de cursos extracurriculares de idiomas.

- Parceria com IFSC: Programa ENAP em rede - A CCP manteve a parceira com o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC e Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), para oferta de cursos do Programa ENAP em Rede, na modalidade presencial, direcionados aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC e do IFSC. A parceria no ano de 2017 consistiu em reserva de vagas para os servidores da UFSC em cursos presenciais. O Programa ENAP em Rede é uma estratégia de oferta descentralizada de capacitações da referida Escola, por meio de cursos de desenvolvimento técnico e gerencial. O objetivo é alcançar os servidores públicos do executivo federal, estaduais e municipais.

- Escola de Gestores da UFSC: No dia 02/06 foi realizada a abertura oficial da Escola de Gestores, criada pela gestão 2016 – 2020, está vinculado a Linha de Desenvolvimento de Gestão como Programa que compreende o Plano Anual de Capacitação da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da PRODEGESP, tendo como parceiros o Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU), o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) e outros.

- A Escola de Gestores da UFSC tem como objetivo melhorar a gestão por meio do desenvolvimento dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação, para o exercício da atividade de gestão e como missão atuar de maneira segura e proativa nas atividades relacionadas a formação de profissionais para a gestão universitária, contribuindo para o desenvolvimento da UFSC e o fortalecimento do seu compromisso com a sociedade.

- A primeira ação foi o Seminário de Abertura que teve como objetivo apresentar o Programa Escola de Gestores e publicitar os resultados das dissertações defendidas no Mestrado Profissional em Administração Universitária (PPGAU/UFSC), visando difundir as ideias e possibilidade de implantação desses temas na administração Central. Participaram deste evento o Reitor, a Vice-Reitora, os Pró-Reitores e os Secretários).

- Seminário de Gestão de Pessoas na Perspectiva da Gestão por Competências e 8ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Gestão de Pessoas das IFES (FORGEPE/ANDIFES): A CCP/DDP participou da organização deste evento que ocorreu em Florianópolis-SC, no período de 28 a 31/03.

- O Seminário de Gestão de Pessoas na Perspectiva da Gestão por Competências – limites e possibilidades do decreto nº 5707/2006 nas Universidades Públicas Federais teve como objetivo discutir os limites e as possibilidades existentes para a implantação de um modelo de gestão de pessoas por competências na Universidade Públicas Federais.

- Realizou-se o compartilhamento de experiências na implementação dos princípios contidos no Decreto nº 5.707/2006, para que se possa refletir sobre os desafios da implantação.

- Site do evento: <http://forgepe.ufsc.br/>

- Programa de Formação de Gestores na Área de Pessoas do FORGEPE: O Forgepe região sul com coordenação da UFSC e UFRGS começaram o processo de elaboração de um programa que tem a finalidade de contribuir, em nível nacional, com a formação de Gestores da Área de Pessoas, ocupantes de funções de Pró-Reitores ou correspondentes, com função estratégica, nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.

- Realizou em 2017 uma pesquisa com a IFES para definição de quais ações de aperfeiçoamento irão ser priorizadas para compor este programa, há previsão de 2018 da entrega final do projeto para início de execução em 2018.

- Parceria Universidade Federal do Tocantins (UFT): Esta parceria constituiu-se na reserva de 5 vagas para os servidores da UFT no curso Acordo Ortográfico e Revisão Gramatical oferecido na modalidade EAD pela CCP/DDP/PRODEGESP/UFSC. O objetivo foi realizar um curso piloto com a participação de instituições externas como futura estratégia de oferta descentralizada de ações de capacitações.

#### 4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir visa demonstrar a força de trabalho da UFSC, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, é informado também o número de ingressos e egressos no exercício.

**Quadro 106 - Força de Trabalho da UFSC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	5.862	5.635	316	372
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.862	5.635	316	372
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.846	5.635	316	372
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	11	11	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	488	248	197	171
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>6.350</b>	<b>5.883</b>	<b>513</b>	<b>543</b>

Fonte: SIAPE

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração:

#### Quadro 107 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	2.470	3.419
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.470	3.419
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.464	3.171
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	9
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	248
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	2.470	3.419

Fonte: SIAPE

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC:

#### Quadro 108 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFSC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>101</b>	<b>99</b>	<b>36</b>	<b>18</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	101	99	36	18
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	99	97	36	18
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>869</b>	<b>782</b>	<b>293</b>	<b>212</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	869	782	293	212
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>970</b>	<b>881</b>	<b>329</b>	<b>230</b>

Fonte: SIAPE

#### Análise Crítica

De maneira geral, conforme demonstrado nos dados do presente relatório, observa-se que o número de servidores egressos apresentou-se levemente maior que os ingressos, possivelmente, por defasagens salariais e falta de incentivos à permanência no serviço público, evidenciando rotatividade dos servidores.

Com a ampliação da Universidade, a partir de 2005, com a criação dos campi, evidencia-se, ainda, uma necessidade de crescimento da força de trabalho, com vistas ao atendimento das suas atividades fins.

Outrossim, ressaltamos que a força de trabalho da UFSC vem se mantendo atualizada, visto que, em 2017, 1.778 servidores concluíram ações de capacitação, distribuídas em 43 cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

#### 4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

O quadro a seguir apresenta os valores, em reais, gastos com pessoal nos anos de 2017 e 2016.

##### Quadro 109 - Naturezas de despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	613.417.562,54	11.148.056,20	55.783.945,92	56.552.230,24	33.822.469,69	29.953.644,15	4.136.489,42	2.904.566,04	4.477.532,04	812.196.496,24
	2016	546.152.789,30	10.033.862,00	51.770.537,53	51.298.722,42	33.277.733,68	28.902.038,47	3.418.199,75	4.498.633,80	7.273.352,84	736.625.869,79
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	2.691.435,05	19.005,70	234.382,84	123.527,13	83.356,61	179.602,24		6.083,85	20.895,17	3.358.288,59
	2016	1.401.231,25	50.376,68	122.829,72	70.462,38	64.284,72	87.616,60		-	15.894,36	1.812.695,71
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	11.298.591,55		942.933,86	306.679,15	1.136.452,53		622.788,25			14.307.445,34
	2016	11.640.848,48		944.394,60	313.168,71	1.265.214,51		483.384,59			14.647.010,89

Fonte: Demonstrativos de Despesas com Pessoal (DDP) mensais geradas no SIAPE

### **4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

Durante o ano de 2017, esta Universidade continuou o processo de apropriação dos constructos teóricos da concepção da Gestão de Risco, com vistas a implementar suas ações na área de Gestão de Pessoas, na qual serão fomentadas formações para iniciarmos ações nesta prática.

### **4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários**

#### **4.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio**

##### 4.1.4.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Informamos que todos os contratos vigentes de prestação de serviços firmados entre a UFSC e empresas terceirizadas estão disponíveis no sítio <http://dpc.proad.ufsc.br/contratos-terceirizados/coordenadoria-de-contratos-terceirizados/>.

4.1.4.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

**Quadro 110 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - HU**

Unidade Contratante								
Nome: Divisão de Contratos Terceirizados – HU/UFSC								
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Pregão	Objeto	Empresa Contratada	CNPJ	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
					Início	Fim		
004/2012	159/2011	MDO vigilantes	EMBRASP	03.130.750/0001-76	01/01/17	28/02/17	Médio	Ativo
012/2014	353/2013	MDO Cozinheiros e Copeiros SND	ADSERVI NUTRIÇÃO	02.531.343/0001-08	01/02/18	31/01/19	Fundamental	Ativo
014/2017	303/2016	MDO para Serviços de Manutenção	SETUP	23080.063472/2016-00	01/02/18	31/01/19	Médio	Ativo
010/2015	362/2014	Contratação Telefonistas Terceirizadas	ADS TELEFONIA 2015	07.261.678/0001-77	11/02/18	10/02/19	Médio	Ativo
023/2015	021/2015	Serviços de Asseio	ADSERVI - LIMPEZA	02.531.343/0001-08	29/03/18	29/03/19	Fundamental	Ativo
167/2011	154/2011	Serviços técnicos eng <sup>a</sup> . clínica	TECHNOCARE	05.808.800/0001-57	01/11/16	30/04/17	Superior	Encerrou
2018	298/2017	Serviços técnicos eng <sup>a</sup> . clínica	TECHNOCARE	05.808.800/0001-57	01/01 18	31/12/18	Superior	Ativo
122/2016	043/2016	Operadores de Carga (Carregadores)	ADSERVI OPER. DE CARGA	02.531.343/0001-08	23/05/17	22/05/18	Fundamental	Ativo

<b>001/2016</b>	<b>069/2016</b>	Transporte de pacientes e servidores	<b>LIDERANÇA MOTORISTAS</b>	00482.840/0001-38	15/07/16	<b>14/07/17</b>	Fundamental	Encerrou
<b>244/2017</b>	<b>111/2017</b>	Transporte de pacientes e servidores	<b>LIDERANÇA MOTORISTAS</b>	00482.840/0001-38	15/10/17	<b>14/10/18</b>	Fundamental	Ativo
<b>007/2014</b>	<b>176/2016</b>	MDO manutenção P e C ar condicionado	<b>AS MANUTENÇÃO</b>	02.290.779/0001-52	01/07/16	<b>30/06/17</b>	Médio	Encerrado
<b>692/2017</b>	<b>692/2017 Dispensa lic.</b>	MDO manutenção P e C ar condicionado	<b>DS AR CONDICIONADO</b>	11.955.729/0001-38	16/12/17	<b>15/05/18</b>	Médio	Ativo
<b>121/2014</b>	<b>169/2014</b>	MDO Lavadeiros	<b>AP SERVIÇOS ESPECIAIS</b>	09.284.904./0001-80	29/08/17	<b>28/08/18</b>	Fundamental	Ativo
<b>394/2012</b>	<b>105/2012</b>	MDO Recepcionistas	<b>SC SEG RECEPÇÃO</b>	11.967.535/0001-52	01/10/17	<b>31/03/18</b>	Fundamental	Ativo
<b>001/2016</b>	<b>087/2015</b>	MDO Serviços de Costura	<b>LIDERANÇA COSTURA</b>	00.482.840/0001-38	01/01/18	<b>31/12/18</b>	Fundamental	Ativo
<b>058/2017</b>	<b>052/2017</b>	Apoio institucional a prestação de serviços do SUS	<b>FAPEU</b>	83.476.911/0001-17	22/03/17	<b>21/03/18</b>	Médio/Superior	Ativo
<b>142/2017</b>	<b>261/2014</b>	MDO para Serviços de Manutenção de Informática	<b>HMW</b>	08.335.301/0001-88	21/09/17	<b>20/09/18</b>	Médio	Ativo
<b>023/2011</b>	<b>288/2010</b>	MDO para Serviços de Informática	<b>IBROWSE</b>	02.877.566/0001-21	29/11/16	<b>28/02/17</b>	Médio	Encerrado
<b>019/2017</b>	<b>044/2016</b>	MDO para Serviços de Informática	<b>IBROWSE</b>	02.877.566/0001-21	01/03/18	<b>28/02/19</b>	Médio	Ativo

Fonte: HU/UFSC

#### **4.1.4.2 Contratação de estagiários**

Busca-se popularizar a ideia de que o estágio curricular (seja ele obrigatório ou não-obrigatório) é uma via de mão dupla: ganha o estudante e ganha o concedente de estágio. A Universidade, sendo peça fundamental para o ensino, pesquisa e extensão na sociedade, pode facilitar o acesso qualificado dos alunos aos seus possíveis futuros ambientes de trabalho.

Para tanto, o DIP/PROGRAD organiza anualmente o Edital do Programa Institucional de Bolsa de Estágio (PIBE). Por meio dele, são divulgados os números de vagas de estágios não-obrigatório disponíveis no próximo ano. Atualmente são realizadas reservas de 10% do total a estudantes com deficiência e 10% a estágios que contribuam para a acessibilidade na UFSC. O restante das vagas é dividido em dois grandes grupos: unidades acadêmicas e unidades administrativas; e, dentro de cada grande grupo são feitas subdivisões.

Após divulgação do edital, os campos de estágio interessados submetem seus Programas de Atividades de Estágio e justificativas à avaliação de uma comissão previamente designada e concorrem dentro do grupo ao qual estão vinculados.

A comissão se esforça para impedir que pedidos com características de “substituição de servidor” sejam atendidos, pois o estágio não pode ser visto como uma mão de obra rápida ou barata. Além disso, pedidos que visam atender demandas de pesquisa e extensão são indeferidos, conforme preconiza a Resolução Normativa nº 73/2016/CUn que regulamenta os estágios da UFSC.

Os campos de estágio selecionados no processo do edital PIBE, ou mais especificamente seus supervisores, são os responsáveis pela divulgação da sua vaga, recrutamento e seleção dos estagiários. As únicas exigências apontadas pela RN nº 73/2016 são a de que o estudante não pode ter reprovação por Frequência Insuficiente (FI) no semestre anterior ao da contratação e deve possuir o Índice de Aproveitamento Acumulado (IAA) igual ou maior a 6. Outros pré-requisitos, como matrícula e frequência regular e compatibilidade das atividades com o curso realizado são básicas, pois já constam na Lei nº 11.788/08 (Lei do Estágio) e deve ser de conhecimento do supervisor.

Durante o ano de 2017, por meio do edital PIBE 2017, foram distribuídas 700 bolsas, sendo 140 para estudantes com deficiência e/ou em prol da acessibilidade; 278 para unidades administrativas, incluindo Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Estudantil; 282 para unidades acadêmicas.

Nos anos de 2014 e 2015 a Universidade contava com 100 bolsas a mais, totalizando 800. Contudo, devido aos cortes nos orçamentos governamentais, considera-se que manter o número de 700 bolsas em 2016, 2017 e 2018 é uma vitória para o aprendizado prático dos estudantes.

As despesas só variam conforme o número de bolsas disponibilizado, pois o valor é determinado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e tem se mantido em R\$ 364,00, juntamente com auxílio transporte de R\$ 132,00 mensais, desde que estabeleceu a distribuição por edital.

#### **4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais**

Na Universidade Federal de Santa Catarina, durante o exercício de 2017, não houve contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.



## 4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

### 4.2.1 Gestão da frota de veículos

#### 4.2.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

##### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação que regulamenta o uso, controle, condução e averiguação dos veículos oficiais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Divisão de Transportes (DTR) são as seguintes:

- **IN 03/2008/MPOG** (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências).

- **IN 183/1986/SAF** (Destinada a proporcionar aos Órgãos Integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais)

- **Decreto Federal 8541/2015** (Estabelecem, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.).

- **Decreto Federal 6403/2008** (Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional).

- **Lei Federal 9327/1996** (Dispõe sobre a condução de veículos oficiais)

- **Lei Federal 1081/1950** (Dispõe sobre o uso de carros oficiais)

- **Lei Federal 9503/2007** (CTB)

##### b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A logística é um ramo da administração que pode influenciar no desenvolvimento de uma organização positivamente sendo um facilitador/catalisador de crescimento ou negativamente tornando-se um “gargalo” para a instituição.

Dentro da função logística existem as atividades de transportes, que podem envolver transporte de pessoas (estudantes, servidores, autoridades, dirigentes, representações, etc.), animais (coelhos, ratos, bois, ovelhas, etc.) materiais (desde simples documentos, passando por materiais sensíveis para experimentos e até mesmo, materiais de alto risco, como produtos químicos, inflamáveis, explosivos, etc.). São atividades importantes para qualquer organização. No entanto, a atividade de transporte não é tão simples como muitas pessoas imaginam. Na verdade, é uma atividade complexa, pois se devem observar muitas variáveis como legislações de trânsito, normas de segurança, leis trabalhistas, escalas de motoristas, manutenção da frota, controles de quilometragem, agendas de viagens, controle de abastecimentos, etc.

A Universidade é dinâmica, e o seu crescimento, inevitável. A UFSC expandiu-se para outros municípios, conseqüentemente é importante repensar e planejar sua infraestrutura. Os serviços básicos e de suporte, como a logística, precisam acompanhar este crescimento para que não se tornem onerosos, ineficientes ou incapazes de satisfazer a demanda.

A Coordenadoria de Transportes (CTR) movimenta a UFSC, e faz parte de suas atribuições: a administração, fiscalização, avaliação e o controle da frota, da equipe de motoristas, dos contratos de abastecimento e manutenção e atendimento aos usuários.

Percebe-se que as rotinas de atendimento e a maneira como são conduzidas as atividades dentro do setor não suportam mais as novas demandas e necessidades da universidade, deixando de atender muitas solicitações e/ou atendendo insatisfatoriamente.

É preciso uma reforma na estrutura organizacional da Coordenadoria de Transportes. Faz-se necessário criar uma estrutura descentralizada entre os campi que facilite o

gerenciamento da frota e dos motoristas, melhorando assim os serviços, processos e a satisfação dos usuários.

Esta proposta de reestruturação visa melhorar o setor de transportes da UFSC como um todo, não apenas a Coordenadoria de Transportes, mas também os demais setores que possuem veículos e que de alguma maneira precisam utilizar os serviços da CTR.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo: veículos de representação, veículos de transporte individual, etc.) bem como sua totalização por grupo e geral.

A quantidade de veículos utilizados no ano de 2017, por grupo, é demonstrada a seguir:

**Quadro 111 - Quantidade de veículos utilizados no ano de 2017, por grupo**

<b>Nº</b>	<b>Grupo por Tipo de Veículo</b>	<b>Quantidade</b>
01	Automóveis	35
02	Caminhonete	12
03	Caminhão	11
04	Micro ônibus	07
05	Ônibus	11
06	Motocicletas	02
	<b>Total</b>	<b>78</b>

Fonte: SEOMA/UFSC

**Quadro 112 - Relação dos veículos em uso da Universidade Federal de Santa Catarina em 2017**

PLACA	RENAVAN	MARCA/MODELO/COR	ANO.FAB	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	TOMBAMENTO	SITUAÇÃO
LXL8880	628025181	M.BENZ/ ÔNIBUS, BRANCA	1994/1995	9BM664126RC080406	Coordenadoria de Transportes	167124/020301	Ativo
LXL8760	628024614	M.BENZ/ÔNIBUS/BRANCA	1994/1995	9BM664126RC080400	CURITIBANOS	167076/020264	Ativo
MGW5120	844936901	FIAT/DOBLO AVENTURE,PRATA	2004/2005	9DB11985451023807	CCA/Aquicultura	470494/229648	Ativo
MKM2781	453365787	FORD/F350, CAMINHÃO /BRANCA	2011/2011	9BFJW3491BB094612	DTR/PATRIMÔNIO	460316/169423	Ativo
MLF2252	534525237	I.M BENZ 415CD SPRINTER F,CAMINHÃO FURGÃO/BRANCA	2012/2013	8AC906633DE068914	Coordenadoria de Transportes	489650/247257	Ativo
MLF2242	534523447	I.M BENZ 415CD SPRINTER F,CAMINHÃO FURGÃO/BRANCA	2012/2013	8AC906633DE068171	Coordenadoria de Transportes	489648/247255	Ativo
MLF2272	534525970	I.M BENZ 415CD SPRINTER F,CAMINHÃO FURGÃO/BRANCA	2012/2013	8AC906633DE068916	Coordenadoria de Transportes	489649/247256	Ativo
MLF2192	534519490	I/M.BENZ CDI SPR TCA MICROONIBUS,BRANCA	2012/2013	8AC906633DE071926	Coordenadoria de Transportes	489621/247253	Ativo
MLF2282	534526322	I/M.BENZ CDI SPR TCA MICROONIBUS,BRANCA	2012/2013	8AC906633DE069431	Coordenadoria de Transportes	489647/247254	Ativo
MLF2232	534521541	I/M.BENZ CDI SPR TCA MICROONIBUS,BRANCA	2012/2013	8AC906633DE073035	Coordenadoria de Transportes	489620/247252	Ativo
MLE7872	532711912	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB265745	Joinville	490235/248984	Ativo
MKV1792	527762113	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB242196	Curitiba	490295/248991	Ativo
MLE7852	532708504	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB271228	Araranguá	490236/248985	Ativo
MLE7882	532715152	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB263449	Coordenadoria de Transportes	490237/248984	Ativo
MHH6402	916484823	VW//PARATI,BRANCA	2007/2007	9BWDB05W47T134582	Prefeitura	334363/099552	Ativo
MJA 5142	322036925	PEUGEOT/207SW XR, BRANCA	2011/2011	9362PKFWXBB068304	Curitiba	439924/178489	Ativo
MML1253	540275506	CHEVROLET/S10 LT DD2, Branca	2013/2013	9BG148EHODC481134	Coordenadoria de Transportes	490297/248990	Ativo
MML1223	540273805	CHEVROLET/S10 LT DD2, Branca	2013/2013	9BG148EHODC474088	Coordenadoria de Transportes	490296/248989	Ativo
MMK5903	540261637	MARCOPOLO VOLARE W9 ONIBUS, Branca	2013/2013	93PB40N31DC046895	Joinville	490299/248993	Ativo
MMK6013	540263710	MARCOPOLO VOLARE W9 ONIBUS, Branca	2013/2013	93PB40N31DC046896	Curitiba	490300/248994	Ativo
MMK6503	540267198	MARCOPOLO VOLARE W9 ONIBUS, Branca	2013/2013	93PB40N31DC046894	Araranguá	490298//248992	Ativo

MHP9883	196033861	I/M BENZ 313 CDI SPRINTER MICROONIBUS, Branca	2009/2010	8AC903672AE028690	Joinville	377783/156547	Ativo
MIW9383	331781891	MBENZ/MPOLO VIAGGIO R,ONIBUS Branca	2011/2011	9BM634011BB773853	Coordenadoria de Transportes	443292/204203	Ativo
MFQ1163	121947661	VW/SAVEIRO 1.6, Branca	2008/2009	9BWKB05W19P090835	CCA/Depto Zootecnia	354031/129074	Ativo
MLI3363	535570287	Caminhão M. BENZ/Accelo	2013/2013	9BM9979028DS012828	Coordenadoria de Transportes	528532/353919	Ativo
NVR2854	213152002	I/NISSAN SENTRA 2.0 FLEX,PRETA	2009/2010	3N1AB6ADOL622589	Coordenadoria de Transportes	389207/169767	Ativo
MMF1614	564612413	I/GM CAPTIVA SPORT V6AWD,BRANCA	2013/2013	3GNFL7E54DS625618	Coordenadoria de Transportes/GR	493791/304028	Ativo
MLC9574	549628746	VOLVO/MPOLO PARADISO,ONIBUS/AZUL	2013/2013	9BVT2S924DE383368	Coordenadoria de Transportes	492124/249986	Ativo
MLC9254	549626247	VOLVO/MPOLO PARADISO,ONIBUS/AZUL	2013/2013	9BVT2S926DE383369	Coordenadoria de Transportes	492125/249987	Ativo
MKN6074	544420160	AGRALE E /1000, CAMINHÃO/BRANCA	2013/2013	9BYC79A2ADC000196	Coordenadoria de Transportes	490292/248986	Ativo
MKN6104	544422686	AGRALE E/1000, CAMINHÃO/BRANCA	2013/2013	9BYC79A2ADC000203	Prefeitura	490294/248988	Ativo
MKN6164	544423720	AGRALE E /1000,CAMINHÃO/BRANCA	2013/2013	9BYC79A2ADC000197	Curitibanos	490293/248987	Ativo
MKZ3174	548006563	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB327661	Segurança	491502/249643	Ativo
MKZ3114	548005087	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB295397	Coordenadoria de Transportes	491503/249644	Ativo
MKZ3024	548003599	CHEV/SPIN 1.8L MT LT, BRANCA	2013/2013	9BGJB75ZODB295993	Coordenadoria de Transportes	491501/249642	Ativo
MIF9794	203529197	PEUGEOT/BOXE, MICROONIBUS, BRANCA	2009/2010	936ZCXMNCA2050044	CCA	380548/159619	Ativo
MIF9854	203532481	PEUGEOT/BOXER/Micro, BRANCA	2009/2010	936ZCXMNCA2050908	Blumenau	380549/159620	Ativo
MBZ4164	807305626	RENAULT/SCENIC RT1 6 160, BRANCA	2003/2003	93YJAOO253J4O2329	Coordenadoria de Transportes	409452/272706	Ativo
MDW5124	960073795	MOTOCICLETA, AMARELA	2008/2008	95VCA1B288M002410	CCA	359148	Ativo
HGB3005	914095129	RENAULT/SCENIC 16V, BRANCA	2007/2007	93YJA2B257J841962	Coordenadoria de Transportes	333584/098587	Ativo
MFL6925	982045867	VW/PARATI 1.6, BRANCA	2008/2009	9BWGB05WX9T038522	TV UFSC	348958/122016	Ativo

MFJ7865	982045255	VW/PARATI 1.6, BRANCA	2008/2009	9BWGBO5W19T038943	Blumenau	348960/122018	Ativo
MFJ7695	982046669	VW/PARATI 1.6, BRANCA	2008/2009	9BWGB05W19T038182	Coordenadoria de Transportes	348959/122017	Ativo
MBD5825	762561238	HONDA/XLR 125 /. BRANCA	2001/2001	9C2JD17201R012487	Segurança	256637/158087	Ativo
QHE4175	1017666820	VW/KOMBI 1.4 STANTARD, BRANCA.	2013/2013	9BWMF07X6DP016791	CFH-Geociências	279603/323285	Ativo
MAG5686	704132354	VW/KOMBI, BRANCA	1998/1999	9BWZZZ237WP009201	CCA/Fitotecnia	222046/122770	Ativo
MCS0896	834669994	VW/8.150, BRANCA	2004/2004	9BWAD52R34R426578	Prefeitura	297386/053941	Ativo
MAI6076	704308193	IMP/MBENZ 310D SPRINTER,CAMINHÃO FURGÃO BRANCA	1998/1998	8AC690311WA520314	Prefeitura	221738/053089	Ativo
MBC1126	740605291	GM S.10 2.8 S/10, BRANCA	2000/2000	9BG124ACOYC428356	Projeto Fortaleza	/138319	Ativo
APJ6206	941328090	MOTOCICLETA /HONDA, PRETA	2007/2008	9C2KC08208r019315	CCA/Sambaqui	522345/359149	Ativo
QIO 7956	1124588180	MPOLO TORINO ELETRICO	2016/2016	93PBA5X3CGCO40856	CTC/UFSC	331287	ATIVO
MIJ1377	233220593	FORD RANGER XL 13P, BRANCA	2010/2011	8AFER13P5BJ343564	CCA/Fazenda Ressacada	396843/187415	Ativo
MFH0757	120437422	PEUGEOT/BOXER F330C HDI, CAMINHONETE FURGÃO BRANCA	2008/2009	936ZBPMFZ92036647	DTR/Biotério	364513/140628	Ativo
MKO5757	496405640	FIAT/STRADA ADVENTURE CD	2012/2013	9BD2784EDZ604423	CCA BARRA DA LAGOA	521667/330508	Ativo
MHV1838	255958781	VW/PARATI 1.6,BRANCA	2010/2011	9BWGB5WOBP038706	CCA	398198/189122	Ativo
MDF9048	815387083	HONDA/NXR125 BROS ES, BRANCA	2003/2004	9C2JD20204R004209	Segurança	429885/249627	Ativo
MHM5299	184795060	NISSAN/LIVINA 1.6, BRANCA	2009/2010	94DTAFL10AJ304343	Araranguá	376193/154955	Ativo
MHM5319	184792266	NISSAN/LIVINA 1.6,BRANCA.	2009/2010	94DTAFL10AJ396321	Curitibanos	376192/154954	Ativo
MHM5079	184799791	NISSAN/LIVINA 1.6, BRANCA	2009/2010	94DTAFL10AJ371300	Joinville	376191/154953	Ativo
MHM5239	184801117	NISSAN/LIVINA 1.6, BRANCA	2009/2010	94DTAFL10AJ371479	Blumenau	376198/154960	Ativo
MHM5069	184798523	NISSAN/LIVINA 1.6, BRANCA	2009/2010	94DTAFL10AJ310612	Blumenau	376190/154952	Ativo
MLV3079	419575405	MMC/L200OUTDOOR, BRANCA	2011/2012	93XHNK740CCB85334	Segurança	461079/214223	Ativo
MLV2979	419574301	MMC/L200OUTDOOR, BRANCA	2011/2012	93XHNK740CCB85311	Curitibanos	461080/214222	Ativo
MLV2889	419572406	MMC/L200OUTDOOR, BRANCA	2011/2012	93XHNK740CCB85144	Segurança	461081/214221	Ativo
LXS9259	642673896	FORD/F4000, CAMINHÃO/BRANCA	1995/1995	9BFKTNT38SDB65074	Coordenadoria de Transportes	179500/não tem	Ativo
LXS9299	642674434	FORD/F4000, CAMINHÃO/BRANCA	1995/1995	9BFKTNT38SDB65686	CCA/Fazenda	179422/122318	Ativo
MIR5359	269774785	I/FORD RANGER XLT 13P, BRANCA	2010/2011	8AFER13PXB381520	CCA/Lagoa	437008/176047	Ativo

HOE2369	252907671	VW/13.180 CV, CAMINHÃO/BRANCA	2010/2011	953467237BR101871	Coordenadoria de Transportes	436661/181318	Ativo
MGC8549	117039772	VW/8.150E DELIVERY, CAMINHÃO/BRANCA	2008/2009	9BWA952PX9R919049	CCA/Lecera	354027/129046	Ativo
MFT8719	949424145	VW/PARATI 1.6, BRANCA	2007/2008	9BWDBO5W38T155098	Coordenadoria de Transportes	Sem Tombamento	Ativo
HEE3229	904365522	PEUGEOUT/BOXER F350MH HDI BRANCA,	2006/2006	936ZCPMNB62006447	Prefeitura	328805/093330	Ativo
MIR5239	269772588	AGRALE/9200 TCA, CAMINHÃO/BRANCA	2010/2011	9BYC31Y2FBC001465	CCA/Lecera	435485/180930	Ativo
HLE2719	429535880	HYUNDAI/HR HDB, BRANCA	2011/2012	95PZBN7HPCB040136	Joinville	458163/213288	Ativo
MFW3629	952200597	M.BENZ/LO915 NEOBUS TH/ONIBUS/BRANCA	2007/2008	9BM6882778B567428	Coordenadoria de Transportes	340219/108465	Ativo
CWK2429	702158801	I/TOYOTA HILUX 4CD DLX, VERMELHO	1998/1998	8AJ33LNA3W9308147	CCA/FAZENDA	481465/236599	Ativo
MHE5479	184457637	CAMINHONETE C. ABERTA MONTA/GM, PRATA.	2009/2010	9BGXL80PAC186417	CCA/LCM	522333/359146	Ativo
MIX3479	271230266	CAMINHONETE C. ABERTA, BRANCA.	2010/2011	9BD27803MB7352127	CCA/ENR	522336/359147	Ativo
QHN6029	1071699161	CAMINHONETE MMC/L200 TRITON	2015/2016	93XLNKBBTGCF19987	CURITIBANOS	525512/193060	Ativo

Fonte: SEOMA/UFSC

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

#### Quadro 113 - Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

Nº	Grupo por Tipo de Veículo	Quantidade	Média de KM/ANO
01	Automóveis	35	15.000
02	Caminhonete	12	30.000
03	Caminhão	11	15.000
04	Micro ônibus	07	50.000
05	Ônibus	11	70.000
06	Motocicletas	02	10.000

Fonte: SEOMA/UFSC

e) Idade média da frota, por grupo de Veículos.

#### Quadro 114 - Idade média da frota por grupo de Veículos

Nº	Grupo por Tipo de Veículo	Quantidade	Idade Média
1	Automóveis	35	8 ANOS
2	Caminhonete	12	8 ANOS
3	Caminhão	11	6 ANOS
4	Micro ônibus	7	6 Anos
5	Ônibus*	11	V: 16 anos Novos : 3ano
6	Motocicletas	2	9 anos

Fonte: SEOMA/UFSC

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

De acordo com os empenhos realizados e saldos dos empenhos referentes aos contratos 224/2013 (manutenção), e 116/2013 (combustíveis), as despesas realizadas até dezembro/2017 são:

- Manutenção : R\$ 685.546,45
- Combustíveis: R\$ 691.508,53

#### Quadro 115 – Manutenção da frota de veículos

MANUTENÇÃO 2017			
	PEÇAS	SERVIÇOS	Total Peças/Serviços
Valor Contratual	600.000,00	300.000,00	900.000,00
janeiro de 2017	40.329,00	22.041,34	62.370,34
fevereiro.2017	24.574,09	19.603,90	44.177,99
março.2017	49.841,64	27.024,20	76.865,84
abril.2017	48.171,82	26.025,00	74.196,82
maio.2017	59.227,18	18.019,00	77.246,18
junho.2017	77.199,50	17.124,83	94.324,33
julho.2017	43.485,14	56.636,20	100.121,34
agosto.2017	58.829,00	29.558,00	88.387,00
setembro.2017	31.815,31	12.670,00	44.485,31
outubro.2017	12.436,30	10.935,00	23.371,30
novembro.2017	*44.590,90	*23.963,75	*68.554,65
dezembro.2017	*44.590,90	*23.963,75	*68.554,65
<b>Total Despesas 2017</b>	<b>445.908,98</b>	<b>239.637,47</b>	<b>685.546,45</b>

Fonte: SEOMA/UFSC

\*Os meses de novembro e dezembro foram calculados pela média dos meses anteriores, pois até o fechamento deste relatório ainda não tínhamos os valores definidos.

### Quadro 116 – Despesas associadas à frota de veículos

	Combustível	Serviço	Taxa	TotalComb./Serv./Taxa
<b>Valor Contratual</b>	<b>760.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>36.400,00</b>	<b>946.400,00</b>
Despesas de janeiro/2017	24.706,31	5.774,00	601,22	31.081,53
Despesas de fevereiro/2017	32.776,33	7.596,78	807,45	41.180,56
Despesas de março/2017	42.159,98	10.824,40	1.059,69	54.044,07
Despesas de abril/2017	42.756,10	11.945,97	1.094,04	55.796,11
Despesas de maio/2017	50.962,29	11.971,78	1.258,68	64.192,75
Despesas de junho/2017	46.657,17	16.455,44	1.262,25	64.374,86
Despesas de julho/2017	45.148,19	10.987,80	1.122,81	57.258,80
Despesas de agosto/2017	46.940,82	14.556,02	1.279,92	62.776,76
Despesas de setembro/2017	60.599,16	13.156,92	1.475,92	75.231,20
Despesas de outubro/2017	48.460,48	13.216,49	1.258,71	62.935,68
Despesas de novembro/2017	50.058,04	13.652,19	1.300,20	65.010,90
Despesas de dezembro/2017	*44.656,81	*11.830,71	*1.138,26	*57.625,78
<b>Total Geral</b>	<b>535.881,68</b>	<b>141.968,50</b>	<b>13.659,15</b>	<b>691.508,53</b>

Fonte: SEOMA/UFSC

\*O mês de dezembro foi calculado pela média dos meses anteriores, pois até o fechamento deste relatório ainda não tínhamos os valores definidos.

#### g) Plano de Substituição da Frota:

De modo geral, toda a frota da UFSC é muita antiga. O custo de manutenção dos veículos começa a ficar elevado. Outro problema que enfrentamos é o reduzido número de motoristas existentes nos quadros da UFSC. Diante deste quadro, temos duas opções principais: renovação da frota, ou parte dela, e contratação de motoristas terceirizados, ou, locação de veículos com motoristas.

Após comparação de custos das duas opções, considerando a experiência de outros órgãos públicos, acreditamos que a melhor opção seja a locação. No decorrer deste ano de 2018 devemos lançar licitação para a locação de veículos com motoristas.

#### h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação.

Este item está explanado no item anterior.

i) Estrutura de controle de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle de abastecimento e manutenção dos veículos da UFSC é por meio de um contrato com a empresa Ticket Log, que tem prestado um serviço eficiente. Todos os relatórios são emitidos pelo Ticket Log.

### 4.2.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

#### Quadro 117 – Veículos oficiais - HU

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO – HU/UFSC	
VEÍCULOS OFICIAIS (2017)	
<b>1) Os veículos comuns são utilizados para:</b>	
Transporte de coletas de exames; Transporte de servidores a serviço do HU; Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências; Transportes de objetos do patrimônio do HU; Transporte do consultório oftalmológico itinerante.	
<b>2) Tipos/marcas de veículos:</b>	
2 Parati Volkswagen	



1 Palio Fiat  
 2 Ambulâncias Mercedes Benz Sprinter  
 1 Ambulância Renault Master  
 1 Fiorino Fiat  
 1 Caminhão Volkswagen  
 1 Logan Renault  
 1 Volkswagen Golf

<b>3) Descrição e classificação dos veículos</b>		
<b>Descrição do veículo</b>	<b>Classificação</b>	<b>Média anual/ KM rodado</b>
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	5198
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	11219
Palio - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	14792
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	7895
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	9591
Ambulância Renault	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	*veículo com odômetro quebrado, conserto não vale a pena. Pouco usado, somente quando demais estão sem rodar
Caminhão Volkswagen	Veículo de serviço comum – transporte de material	* Veículo emprestado à UFSC
Fiorino - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	1168
Renault Logan	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	5872
Volkswagen Golf	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	10979
Total	10 veículos	68.442 Km/ano

<b>4) Idade da frota de veículos</b>		
<b>Descrição do veículo</b>	<b>Ano de Fabricação</b>	<b>Idade de cada veículo</b>
Parati - VW	2007	11 anos
Parati - VW	2007	11 anos
Palio - FIAT	2007	11 anos
Ambulância Mercedes Benz	2011	7 anos
Ambulância Mercedes Benz	2005	12 anos
Ambulância Renault	2002	16 anos
Caminhão Volkswagen	2011	7 anos
Fiorino - FIAT	2001	17 anos
Renault Logan	2011	7 anos
Volkswagen Golf	2008	10 anos

<b>5) Custos associados à manutenção dos veículos</b>
1. Manutenção e conservação da frota: R\$ 68.194,10
2. Seguros: R\$ 7500,00
3. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 39.832,97
<b>4. Gastos totais (1+2+3) = R\$ 115.527,07</b>

Fonte: HU/UFSC

Demais considerações:

Veículos oficiais são regidos pelas seguintes normativas: Lei 1.081/50, Decreto 6.403/08 e IN nº 3/08, e as especificações das ambulâncias seguem as normas da ABNT NBR 14.561/00. Os veículos utilizados pelo HU provem a sua maioria de doações, justificando assim a preferência por veículos próprios e não por aluguel. Também incluem na frota: veículos cedidos pelo Fundo Estadual de Saúde para uso pelo HUUFSC, e veículos pertencentes à Universidade Federal de Santa Catarina.

Substituição de frota: Conforme plano anterior de substituição de frota, foi adquirido recentemente pelo HUUFSC uma ambulância nos padrões necessários para utilização por nosso hospital (tipo B – ambulância de suporte básico). Também no decorrer do ano de 2017, dois veículos que foram doados pela Receita Federal no final de 2016 foram colocados em circulação. Assim, há a intenção de se desfazer de três veículos no decorrer do ano de 2018, uma ambulância e dois veículos comuns de passeio, devido à avançada idade e alto gasto com manutenção. É recomendável a médio prazo a substituição de mais um veículo de passeio e mais uma ambulância, para que a frota se mantenha no máximo com uma média de 10 anos de uso.

### Quadro 118 – Avaliação da frota de veículos do HU

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO – HU/UFSC			
Quesitos a serem avaliados		Avaliação	
1.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	- Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008; - Instrução Normativa Nº 1, de 21 de junho de 2007.	
2.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	Veículos comuns: 1. Transporte de coletas de exames; 2. Transporte de servidores a serviço do HU; 3. Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências; 4. Transportes de objetos do patrimônio do HU; 5. Transporte do consultório oftalmológico itinerante.	
3.	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	Total de 8 veículos comuns, sendo 4 carros para transporte de pessoas e materiais, 3 ambulâncias e 1 caminhão. 2 Parati 1 Palio 2 ambulâncias Mercedes Benz Sprinter 1 ambulância Renault Master 1 Fiorino 1 caminhão VW	
4.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	<b>Descrição do veículo</b>	<b>Classificação</b>
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço
		Palio	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública
		Ambulância Renault	Veículo comum – Saúde Pública
		Caminhão Volkswagen	Veículo de serviço comum – transporte de material
		Fiorino	Veículo de serviço comum – transporte
		<b>Média anual/ KM rodado</b>	
		12.924 km	
		14.776 Km	
		12.048 Km	
		16.519 Km	
		16.387 Km	
		5.930 Km	
		0 Km	
		259 Km	

		de materiais e pessoas a serviço	
	Total	06 veículos	78.843 Km/ano
5. Idade média da frota, por grupo de veículos	<b>Descrição do veículo</b>	<b>Ano de Fabricação</b>	<b>Idade de cada veículo</b>
	Parati	2007	8 anos
	Parati	2007	8 anos
	Palio	2007	8 anos
	Ambulância Mercedes Benz	2011	4 anos
	Ambulância Mercedes Benz	2005	10 anos
	Ambulância Renault	2002	13 anos
	Caminhão VW	2011	4 anos
	Fiorino	2001	14 anos
		Idade média da frota - 7,6 anos	
6. Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manutenção e conservação da frota: R\$ 30.274,03</li> <li>2. Seguros: R\$11.599,56</li> <li>3. Impostos e Seguros obrigatórios: 1.326,25</li> <li>4. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 32.001,13</li> </ol>		
7. Plano de substituição da frota	Não há um planejamento institucionalizado para a substituição da frota.		
8. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Não se aplica		
9. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Controle de saída de veículos através de requisição de veículos, através de formulário próprio, devidamente assinada pelas chefias imediatas;</li> <li>2. O agendamento das saídas é realizado pela recepção do Serviço de Comunicação/DMSG;</li> <li>3. Existe um cartão para controle de abastecimento de combustível que é realizado pela Prefeitura do Campus</li> </ol>		

Fonte: HU/UFSC

#### **4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

A Coordenadoria de Transportes da Prefeitura Universitária encaminha os veículos inservíveis para o Departamento de Gestão Patrimonial para dar baixa nos mesmos. Após isto, o Departamento de Gestão Patrimonial encaminha os veículos para doação a algum outro órgão público, ou para leilão.

#### **4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

Dentre os trabalhos realizados pela Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial em 2017, destacamos:

- Atualização das Plantas Gerais dos Campi da UFSC com as novas edificações;
- Elaboração das plantas base setoriais para o inventário de bens imóveis 2017;
- Pesquisa documental com objetivo de coletar dados para o inventário de bens imóveis 2017, e para o processo de regularização fundiária e predial;
- Pesquisa de campo com objetivo de coletar dados para o inventário de bens imóveis 2017, e para o processo de regularização fundiária e predial;
- Editoração e elaboração de notas explicativas do inventário de bens imóveis 2017;
- Levantamento do espaço físico para a atualização, nos arquivos digitais, do layout das edificações, servindo estes de base para a elaboração do PBA; PPCI e Hidrosanitário, visando a regularização predial e o inventário de bens imóveis 2017;
- Vistorias para a elaboração dos projetos “as is” dos sistemas de proteção contra incêndio, da arquitetura, e das instalações hidrosanitárias; Pesquisa documental nos arquivos físico e digital; Análises e a elaboração dos projetos necessários a regularização predial, perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina; Prefeituras e Vigilância em Saúde;
- Acompanhar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina nas vistorias realizadas nas edificações da UFSC;
- Elaboração dos Projetos Preventivos Contra Incêndio: de seis edificações do CEFA; do Casarão na RatCliff; conjunto das edificações da Fazenda YAKULT; conjunto dos Blocos E1, E2, E3, F, G1, G2, G3 do Hospital Universitário;
- Elaboração do Projeto de reforma do Sistema Hidráulico Preventivo do Centro de Cultura e Eventos;
- Pesquisa e análise, em conjunto com professor do departamento de Engenharia Civil, para montagem de padronização de método de avaliação, documentação e banco de dados de imóveis;
- Estudos, em conjunto com professor do departamento de Engenharia Civil, no sentido de construir um banco de dados que auxilie os processos de avaliação dos imóveis da UFSC;
- Execução do levantamento de áreas, e estudos técnicos visando, num primeiro momento, a obtenção dos custos de reedição das edificações, para a utilização no inventário de bens imóveis;
- Desenvolvimento de banco de dados e levantamento técnico/documental visando realizar a avaliação dos imóveis de Araranguá, Indaial e da Cidade das Abelhas (Florianópolis);
- Execução do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, gleba denominada Bosque da Moradia Estudantil;

- Execução do levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, de parte da gleba localizada na entrada do Córrego Grande – visando a elaboração do sistema de coleta de esgoto da região;
- Continuar o processo de licenciamento ambiental junto a FATMA, da Estação de Maricultura Professor Elpídio Beltrame, localizada na Barra da Lagoa, atendendo aos condicionantes para a próxima renovação;
- Responder as demandas da AUDIN; Procuradoria Federal junto à UFSC, da CGU-SC; do TCU, e demais órgãos internos;
- Selecionar os estagiários e efetuar a supervisão dos mesmos, nos trabalhos desenvolvidos na Coordenadoria;
- Elaborar Projetos de Atividades de Estágio, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Estágio – PIBE 2017, solicitar bolsistas que auxiliem: na coleta/alimentação do banco de dados para as avaliações dos imóveis, trabalho a ser desenvolvido com orientação de professor do Departamento de Engenharia Civil; na pesquisa documental dos imóveis da UFSC, visando a regularização fundiária e predial, além da elaboração do inventário de bens imóveis, e na alimentação/atualização do SPIUnet; no desenvolvimento de biblioteca digital em plataforma BIM para projetos de arquitetura, de sistemas de instalações prediais e de topografia; na elaboração dos projetos de arquitetura, hidro sanitários e de prevenção contra incêndio, visando a regularização predial;

Atualmente, estão registrados no SPIUnet 14 imóveis (terrenos). Alguns registros apresentam benfeitorias, mas elas não foram lançadas de forma individualizada.

Com a elaboração do inventário de bens imóveis, a maior parte dos dados necessários para as atualizações/inclusões dos registros no SPIUNet foram coletados. Além desses dados, para que os trabalhos de atualização/inclusão dos registros dos imóveis da UFSC sejam iniciados, há a necessidade de consultar a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, principalmente, quanto a forma de parcelar cada terreno entre as edificações existentes e as futuras. Também o método avaliativo, que está sendo ajustado em função do volume de edificações e das suas peculiaridades, deverá ser certificado pela SPU.

A seguir, é apresentada a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União; dos imóveis em processo de incorporação; imóveis locados de terceiros; e imóveis cedidos por meio de instrumento jurídico (termo de cessão; comodato; termo de Cooperação etc), que se encontram sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os Imóveis de Propriedade da União, sob responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UG – 153.163), estão localizados no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Araquari; Araranguá; Bom Jardim da Serra; Curitibanos; Florianópolis e Joinville. A maior parte destes imóveis está localizada na cidade de Florianópolis.

A coordenadas apresentadas no quadro abaixo, foram lidas por meio do Google Earth Pro 7.1.2.2041, e servem apenas de referência para a localização dos imóveis. Com a execução dos levantamentos, elas serão substituídas por leituras efetuadas com equipamento geodésico.

**Quadro 119 - Imóveis de Propriedade da União**

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Araquari/Fazenda Experimental Yakult de Cultivo de Camarões	Estrada Geral Barra do Itapocu, s/n. Localidade Lagoa da Cruz, zona rural do Distrito de Itapocu, município de Araquari, SC. CEP 89.245-000. RIP IMÓVEL 8025.00005.500-9	26°32'25,17"S	48°39'10,02"O
Araranguá/Campus Mato Alto	Rua Pedro João Pereira, 150. Bairro Mato Alto, município de Araranguá, SC. CEP 88.905-120. RIP IMÓVEL 8027.00083.500-0	28°56'54,15"S	49°29'54,02"O
Bom Jardim da Serra/Fazenda Cambajuva	Rodovia SC-438, s/n. Fazenda Cambajuva, município de Bom Jardim da Serra, SC. CEP 88.640-000. RIP IMÓVEL 8389.00007.500-5		
Curitibanos/Campus Sede	Rodovia Intermunicipal Ulisses Gaboardi, km 3. Pessegueirinho, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00014.500-2	27°17'6,74"S	50°32'3,48"O
Curitibanos/Fazenda Experimental Agropecuária	Rodovia Intermunicipal Ulisses Gaboardi, km 6. Cabeceira do Rio Marombas e Campo da Roça de Cima, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00020.500-5	27°16'21,75"S	50°30'11,58"O
Curitibanos/Fazenda Experimental Florestal	Rodovia BR-470, km 264, município de Curitibanos, SC. CEP 89.520-000. RIP IMÓVEL 8093.00022.500-6	27°18'52,92"S	50°42'38,46"O
Florianópolis/Campus Trindade	Campus Reitor João David Ferreira Lima (formado por 66 imóveis), bairro Trindade, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-900. RIP IMÓVEL 8105.00005.500-0	27°35'58,73"S	48°31'14,07"O
Florianópolis/Ferreira Lima	Rua Ferreira Lima, 82, bairro Centro, município de Florianópolis, SC. CEP 88.015-420. RIP IMÓVEL 8105.00268.500-1	27°35'25,02"S	48°31'22,24"O
Florianópolis/Travessa Ratcliff	Travessa Ratcliff, 42, bairro Centro, município de Florianópolis, SC. CEP 88.010-472. RIP IMÓVEL 8105.00498.500-2	27°35'57,96"S	48°32'55,57"O
Florianópolis/Fazenda da Ressacada	Rua José Olímpio da Silva, 1326, bairro Tapera, município de Florianópolis, SC. CEP 88.049-500. RIP IMÓVEL 810500243.500-5	27°40'54,34"S	48°32'28,74"O
Joinville/Campus Curva do Arroz	Rodovia BR-101, km 50-52, localidade Curva do Arroz. Município de Joinville, SC. CEP 89.233-198. RIP IMÓVEL 8179 00116.500-8	26°23'48,85"S	48°50'38,47"O
Florianópolis/Unidade Santa Clara – Reitoria 2	Rua Desembargador Vítor Lima, nº 222, Carvoeira, 4º Sub-distrito da Trindade, município de Florianópolis, SC. CEP 88.040-400. RIP IMÓVEL 8105 00600.500-5	27°35'49,26"S	48°31'19,59"O

Fonte: CRFP/GR

**Quadro 120 - Imóveis em Processo de Incorporação**

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Florianópolis/Campus Itacorubi	Rodovia Ademar Gonzaga, 1346, bairro Itacorubi, município de Florianópolis, SC. CEP 88.034-000.	27°34'55,55"S	48°30'18,47"O

Florianópolis/Campus Barra da Lagoa	Servidão Beco dos Coroas, 503, bairro Barra da Lagoa, município de Florianópolis, SC. CEP 88.061-600.	27°34'59,86"S	48°26'30,66"O
Florianópolis/Sapiens Parque	Av. Luiz Boiteux Piazza, 1302 - Canasvieiras, município de Florianópolis - SC, CEP 88056-000	27°25'51.81"S	48°26'43.36"O
Florianópolis/Cidade das Abelhas	Rodovia Virgílio Várzea, s/n, bairro Saco Grande, município de Florianópolis, SC. CEP 88.032-001. RIP IMÓVEL 8105 00220.500-0	27°32'17,43"S	48°30'10,69"O
Florianópolis/Unidade de Controle Ambiental Desterro (UCAD)	Rodovia José Carlos Daux, 5800, bairro Saco Grande, município de Florianópolis, SC. CEP 88.032-005.	27°31'44"S	48°30'18" O
Florianópolis/CEFA	Rua José Olímpio da Silva, s/n, bairro Tapera, município de Florianópolis, SC. CEP 88.049-500.	27°41'11.02"S	48°32'53.41"O

Fonte: CRFP/GR

### Quadro 121 - Imóveis Cedidos através de Instrumento Jurídico (Termo de Cessão; Comodato etc)

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Blumenau/ Unidade Bela Vista	Rua Adriano Korman, 510, Bairro Bela Vista, município de Gaspar, SC, CEP 89110-000	26°54'2.92"S	49°0'16.44"O
Florianópolis/Aterro da Baía Sul	Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva, s/n, Aterro da Baía Sul, bairro Saco dos Limões, município de Florianópolis, SC. CEP 88.045-505. RIP IMÓVEL 810500192.500-9	27°36'47,64"S 27°36'51,21"S	48°31'44,27"O 48°31'53,34"O
Florianópolis/Mangue do Itacorubi - NEPAQ	Servidão Caminho do Porto, s/n, bairro Itacorubi, município de Florianópolis, SC. CEP 88.034-257. RIP IMÓVEL 8105.00167.500-2	27°35'7,94"S	48°30'31,72"O
Florianópolis/Mangue do Itacorubi	Avenida Beira Mar Norte, s/n, bairro Itacorubi, município de Florianópolis, SC. CEP:88.049-900. RIP IMÓVEL 8105.00167.500-2	27°34'56,97"S	48°31'2,85"O
Florianópolis/Dom Joaquim	Rua Dom Joaquim, 757, bairro Centro, município de Florianópolis, SC, CEP 88015-310	27°35'26.44"S	48°32'48,82"O
Florianópolis/Lagoa do Peri – LAPAD	Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, 3532, Armação do Pântano do Sul, município de Florianópolis, SC, CEP 88.066-260	27°43'45"S	48°30'32"O
Florianópolis/Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles	Ilha de Ratoles Grande, Florianópolis, SC. CEP:88.000-000 RIP IMÓVEL 8105.00212.500-6	27°28'21"S	48°33'42"O
Florianópolis/Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	Ilha de Anhatomirim, Governador Celso Ramos, SC. CEP: 88.190-000 RIP IMÓVEL 8105.00216.500-8	27°25'40"S	48°33'52"O
Florianópolis/Fortaleza de São José da Ponta Grossa	Servidão José Cardoso de Oliveira, s/n - Praia do Forte, Florianópolis, SC, CEP 88010-000. RIP IMÓVEL 8105.00489.500-3	27°25'53,50"S	48°31'4,50"O

Fonte: CRFP/GR

## Quadro 122 - Imóveis Locados de Terceiros

CAMPUS/UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	COORDENADAS	
		LATITUDE	LONGITUDE
Araranguá/Unidade Jardim das Avenidas	Rua Gov. Jorge Lacerda, 3201. Jardim das Avenidas, município de Araranguá, SC, CEP 89.906-072.	28°57'4.88"S	49°27'56.69"O
Blumenau/Unidade Salto Norte 1	Rua Pomerode, 710, Salto Norte, município de Blumenau, SC, CEP 89.065-300.	26°52'31.16"S	49°6'10.56"O
Blumenau/Unidade Salt Norte 2	Rua Pomerode, 710, Salto Norte, município de Blumenau, SC, CEP 89.065-300.	26°52'30.16"S	49°6'11.11"O
Blumenau/Unidade Bairro da Velha	Rua João Pessoa, 2750, Bairro Velha, município de Blumenau, SC, CEP 89036-256	26°55'15.39"S	49°5'54.92"O
Curitibanos/Unidade CEDUP	Avenida Advogado Sebastião Calomeno, s/n, bairro São Francisco, município de curitibanos. SC. CEP: 89.520-000	27°17'16.97"S	50°35'26.13"O
Joinville/Unidade Bloco A	Rua Presidente Prudente de Moraes, 406, Bairro Santo Antônio, município de Joinville, SC, CEP 89218-000	26°16'28.49"S	48°51'13.14"O
Joinville/Unidade Bloco B/C	Rua João Vogelsanger, 108 e 200, Bairro Santo Antônio, município de Joinville, SC. CEP 89.218-080	26°16'14.40"S	48°51'23"O
Joinville/Unidade Bloco D	Rua João Colin, 2728, Bairro Sangaçu, município de Joinville, SC. CEP 89.204-002	26°16'30,30"S	48°50'59"O
Joinville/Unidade Bloco E e estacionamento	Rua Dr. João Colin, 2700, Bairro Santo Antônio, município de Joinville, SC. CEP:89.218-035	26°16'35,11"S	48°51'1,68"O
Joinville/Unidade Bloco E e estacionamento	Rua Dr. João Colin, s/n (em frente ao nº 2700), Bairro Santo Antônio, município de Joinville, SC. CEP: 89.204-002	26°16'35,23"S	48°50'58,15"O

Fonte: CRFP/GR

### 4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Com relação às concessões de uso de espaço, nos locais em que não há medidores individuais de água e energia elétrica, a Prefeitura Universitária da UFSC realiza cálculo estimativo das despesas, que são cobradas juntamente com as contraprestações. No Centro de Cultura e Eventos as despesas de condomínio também foram calculadas pela Prefeitura Universitária (cálculo estimativo).

Salientamos que os recursos visam atender à PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) para aplicação em assistência estudantil.

No ano de 2017 foram assinados os novos contratos para as concessões, com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em Florianópolis, Com isso, a previsão de arrecadação para o ano de 2017 que estava prevista em torno de R\$ 3.500.000,00 resultou no valor recebido de R\$4.482.328,28 (Quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) muito embora este cálculo contemple pagamentos que estavam atrasados e foram cobrados retroativamente.



**Quadro 123 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas**

Processo	Contrato	Forma de seleção do cessionário	Objeto / Área concedida (m²)	Cessionária	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor cobrado mensalmente (sem contar gastos com água e energia elétrica)*
23080.0023030/2011-16	042/2012	Dispensa de licitação	Área de 410,16 m², a qual será utilizada exclusivamente com o fim específico para atividades de secretaria administrativa da Associação Atlética dos Servidores da UFSC e Academia de Ginástica.	AASSUFSC (Associação Atlética dos Servidores da UFSC)	16/03/2012	15/03/2022	R\$ 2.290,64**
23080.045820/2013-14	013/2014	Dispensa de licitação nº 217/2013	Área de 52,00m² localizada no Centro de Ciências Jurídicas	FUNJAB-FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	31/01/2014	30/01/2018	R\$ 1.879,18
23080.003138/2016-99	134/2017	Dispensa de licitação nº 122/2017	Cessão de área física de 1.350,75m² da UFSC para prestação de serviços de bancários.	Banco do Brasil	01/08/2017	31/07/2018	R\$ 51.535,53
23080.027523/1996-81	075/1997	Dispensa de licitação	Edifício com área total de 827,50 m²	Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (FEPESE)	30/04/1997	29/04/2027	R\$ 6.768,35
23080. 006976/2004-81	403/2004	Concorrência nº 024/2004	Lanchonete - área de 47,19 m² no Centro de Cultura e Eventos	SL SUCOS LTDA - ME (Mini Kalzone)	31/08/2004	30/08/2019	R\$ 2.121,27
23080.018805/2003-13	225/2004	Concorrência nº 042/2003	Lanchonete - área de 36,87m² no Centro de Cultura e Eventos	Ana Lucia Jakubiak Albuquerque	05/03/2004	05/03/2019	R\$ 1.710,73
23080.073897/2013-76	087/2014	Concorrência nº 001/2014	Lanchonete Cceven (quiosque) - 15,00 m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	14/07/2014	13/07/2018	R\$ 1.240,01
23080.041015/2012-22	025/2013	Concorrência nº 012/2012	Lanchonete da Ilha Anhatomirim - 40,32m²	Santins Ltda ME	01/04/2013	31/03/2018	R\$ 1.364,91

23080.062124/2016-15	009/2017	Pregão nº 312/2016	Lanchonete do Campus de Curitiba – 64,04m²	Martarello & Cia Ltda - ME	05/03/2017	04/03/2018	R\$ 1.265,91
23080.068323/2014-67	049/2015	Concorrência nº 002/2015	Lanchonete do Campus de Joinville - 26,16m²	Santos Lanchonete e Restaurante Ltda ME	01/06/2015	07/12/2017	R\$ 2.619,72
23080.011020/2013-91	042/2014	Tomada de preços nº 006/2013	Lanchonete do Centro de Ciências da Educação (CED) - 111,67m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	17/03/2014	16/03/2018	R\$ 14.721,07
23080.028516/2016-47	006/2017	Pregão nº 332/2016	Lanchonete do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) - 105,22m²	Angelis Aurea de Souza - ME	05/03/2012	04/03/2018	R\$ 21.483,03
23080.000147/2013-85	164/2013	Concorrência nº 002/2013	Lanchonete do Espaço Físico Integrado (EFI)-187,17m²	Angelis Aurea de Souza - ME	18/09/2013	17/09/2018	R\$ 9.259,03
23080.004961/2012-98	368/2012	Concorrência nº 002/2012	Lanchonete interna do Hospital Universitário- 23,49m²	THIAGO ANDRE SETUBAL LANCHONETE ME	01/08/2012	21/09/2017	R\$ 10.912,96
23080.048004/2015-16	036/2016	Concorrência nº 013/2015	Lanchonete do pátio externo do Hospital Universitário- 33m²	LANCHONETE SETUBAL LTDA ME	06/04/2016	05/04/2018	R\$13.709,12
23080.00994/2015-10	040/2016	Concorrência nº 010/2015	Lanchonete do Centro de Desportos (CDS) – 23,58m²	MARCOS GARCIA RESTAURAN-TE LTDA ME	11/04/2016	10/04/2018	R\$1.258,35
23080.044493/2015-37	049/2016	Concorrência nº 008/2015	Lanchonete do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)-51,37m²	Class Gourmet LTDA - ME	03/05/2016	02/05/2018	R\$10.976,41
23080.065188/2015-89	128/2016	Concorrência nº 01/2016	Lanchonete do Centro de Ciências da Saúde (CCS) – 55m²	GR de Lima Pizutti - ME	10/06/2016	09/12/2017	R\$ 24.641,74
23080.026097/2003-94	408/2003	Dispensa de licitação nº 045/2003	Livraria - Área de 579,45 m² no Centro de Cultura e Eventos da UFSC	Livraria da FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de SC	08/12/2003	08/12/2023	R\$ 1.607,56
23080.002309/2013-10	036/2014	Concorrência nº 004/2013	Máquina de Café da Biblioteca Universitária - 01m²	Black Coffee Ltda - ME	01/04/2014	31/03/2018	R\$ 121,47
23080.002309/2013-10	037/2014	Concorrência nº 004/2013	Máquina de Café do Centro Sócio Econômico - 01m²	Black Coffee Ltda - ME	01/04/2014	31/03/2018	R\$ 109,80

23080.012515/2013-38	177/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia da Biblioteca Universitária- 25,87m²	AJPLOT INFORMATICA LTDA (Ferropint)	04/11/2013	03/03/2017	R\$ 3.538,22
23080.076825/2016-23	009/2017	Pregão nº 009/2017	Reprografia da Biblioteca Universitária- 25,87m²	Ramon Rangel Silveira - ME	08/03/2017	07/03/2018	R\$ 1.124,18
23080.015998/2016-75	160/2016	Concorrência nº05/2016	Máquina de Café - Depto. Química – CFM – 1m²	Black Coffee Máquinas e Insumos LTDA-ME	15/08/2016	14/08/2017	R\$130,00
23080.078154/2013-92	203/2014	Concorrência nº 004/2014	Reprografia do Centro de Ciências Agrárias (CCA) -13,72m²	Ramom Rangel Silveira - ME	02/02/2015	01/02/2018	R\$ 646,80
23080.012515/2013-38	171/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia do Centro de Comunicação e Expressão (CCE)-22,68m²	Ramon Rangel Silveira - ME	25/10/2013	24/10/2018	R\$ 3.683,23
23080.012515/2013-38	172/2013	Tomada de preços nº 004/2013	Reprografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)-17,70m²	Ramon Rangel Silveira - ME	25/10/2013	24/10/2018	R\$ 2.457,17
23080.003153/2014-75	156/2014	Concorrência nº 003/2014	Reprografia do Centro Sócio Econômico (CSE)- 14,00m²	Copy Star Cópias LTCA - EPP	13/10/2014	13/12/2017	R\$ 5.732,86
23080.049098/2015-41	030/2016	Concorrência nº 009/2015	Reprografia do Centro Tecnológico (CTC)- 23,00m²	Ramon Rangel Silveira - ME	04/04/2016	03/04/2017	R\$ 3.342,68
23080.048007/2015-50	033/2016	Concorrência nº 012/2015	Reprografia do Hospital Universitário – 11,58m²	Ramon Rangel Silveira - ME	04/04/2016	31/08/2017	R\$ 440,38
23080.030645/2015-14	028/2016	Concorrência nº006/2015	Restaurante Universitário do Centro de Ciências Agrárias (CCA) – 409,18m²	Pedro Joel Muniz - EPP	28/03/2016	27/03/2018	R\$ 31.967,28
23080.062080/2014-53	022/2016	Concorrência nº 001/2015	Restaurante dos servidores- 362,32m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	11/04/2016	10/04/2018	R\$ 32.624,78
23080.020648/2016-21	275/2016	Pregão nº 250/2016	Lanchonete em food truck do Centro Socioeconômico (CSE) – 65,87m²	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	28/11/2016	28/11/2018	R\$15.390,78
23080.003714/2016-06	137/2016	Concorrência nº 02/2016	Consultório odontológico – 65,89m²	Araujo, Scaini, Sperry & Zapelini Odontólogos Associados Ltda-ME	21/06/2016	20/06/2018	R\$ 1.948,01

23080.073235/2015-68	037/2016	Dispensa 120/2016	Área localizada no Centro de Cultura e Eventos (loja destinada ao comércio de produtos elaborados por portadores de necessidades especiais) – 10m <sup>2</sup>	Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência Mental (COEPAD)	07/04/2016	06/04/2018	Confecção anual de 1.000 embalagens (canudos para diplomas) e 10 camisetas
23080.044631/2016-69	015/2017	Dispensa 005/2017	Cessão de área física de 1.483,24m <sup>2</sup> da UFSC para prestação de serviços de bancários.	Caixa Econômica Federal	03/02/2017	02/02/2018	R\$43.321,32
23080.059554/2016-41	034/2017	Pregão nº 375/2016	Reprografia do Centro de Ciências da Saúde (CCS)- 18,15m <sup>2</sup>	Ramon Rangel Silveira - ME	24/02/2017	23/02/2018	R\$830,33
23080.001218/2017-91	048/2017	Pregão nº 047/2017	Restaurante CCEven – 103,03m <sup>2</sup>	MURILO DE SOUSA LANCHONETE LTDA ME	09/03/2017	08/03/2018	R\$7.160,42
23080.022017/2016-46	057/2017	Inexigibilidade	Área localizada no Centro de Cultura e Eventos – 10,80m <sup>2</sup>	Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU)	29/03/2017	28/03/2018	R\$12,17 (Cobrança apenas da taxa de condomínio)
23080.27350/2002-46	243/2003	Concorrência nº 007/2003	Agência Bancária CCEven – 148,39m <sup>2</sup>	Banco Santander Meridional	24/04/2003	23/04/2018	R\$651,76 (Cobrança apenas da taxa de condomínio)
23080.077876/2016-72	101/2017	Pregão nº 16/2017	Máquina de Snacks da Biblioteca Universitária - 2m <sup>2</sup>	Gran Coffee Ltda	05/06/2017	04/06/2018	R\$233,67
23080018807/2017-16	124/2017	Pregão nº 197/2017	Reprografia Curitibaanos – 11,52m <sup>2</sup>	Facilita Serviços Gerais Ltda - ME	21/07/2017	20/07/2018	R\$267,07
23080.070675/2016-44	108/2017	Dispensa 184/2017	Lanchonete em food truck do Centro Blumenau – 65m <sup>2</sup>	Alessandra Andreia Machado	01/08/2017	11/10/2017	R\$1.300,00
23080.022009/84-14	351/1999		Edifício com área total de 3.250,00 m <sup>2</sup> + 151,00 m <sup>2</sup> (casa de máquinas)	Fundação CERTI	02/01/1999	01/01/2024	Fundação cede à UFSC área de 215m <sup>2</sup>

Fonte: PROAD/UFSC

\* Obs: nas concessões localizadas no Centro de Cultura e Eventos foi incluído no valor mensal a taxa de condomínio.

#### 4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

**Quadro 124 - Informações sobre os imóveis locados de terceiros**

Processo	Contrato	Modalidade de licitação	Objeto / Área locada (m <sup>2</sup> )	Locadora	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor pago mensalmente (sem contar gastos com água e energia elétrica)
23080.042164/2011-28	202/2011	Dispensa 107/2011	Imóvel situado na Rua João Vogelsanger, nº 200, bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, com área total construída de 1.277,70m <sup>2</sup> em um terreno de 4.809,21m <sup>2</sup> para funcionamento dos cursos do Centro de Engenharia de Mobilidade da UFSC.	Oliva Imóveis LTDA	10/11/2011	09/11/2017	R\$ 17.759,65
23080.071461/2013-42	198/2013	Dispensa 305/2013	Imóvel situado na Rua Pomerode, nº 710, bairro Salto do Norte, Blumenau/SC para o funcionamento do Campus Blumenau, com área edificada de 2.310 m <sup>2</sup> em um terreno de 1.630,11m <sup>2</sup> .	RT Imobiliária LTDA.	19/12/2013	18/12/2018	R\$ 34.473,01
23080.03996/2015-52	054/2015	Dispensa 535/2015	Locação de imóvel situado no endereço Rua João Pessoa, nº 2.750, bairro Velha, no Município de Blumenau.	RT Imobiliária LTDA.	15/06/2015	14/06/2020	R\$ 100.000,00
23080.072776/2015-79	027/2016	Dispensa 113/2016	locação de imóvel situado no endereço Rua Dr. João Colin, nº 2.728, bairro Saguazu, no Município de Joinville/SC, objeto da matrícula nº 139.099, do 1º Registro de Imóveis Joinville.	PCPA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	17/03/2016	16/03/2018	R\$29.900,00
23080.016478/2016-80	007/2017	Dispensa 01/2017	locação de imóvel localizado na Rua Presidente Prudente de Moraes, nº 406, bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, com área de 3.300 m <sup>2</sup> , para funcionamento dos cursos do Centro de Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	LABRAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	01/01/2017	02/01/2020	R\$ 124.994,69

23080.002336/2017-16	094/2017	Dispensa 145/2017	Locação de imóvel para instalação de laboratórios de informática do Campus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina.	SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE	01/06/2017	14/06/2020	R\$ 6.731,36
23080.009847/2017-69	135/2017	Dispensa 261/2017	Cessão de uso do espaço físico dos laboratórios do SENAI/Blumenau para as aulas práticas dos cursos de engenharia do Campus Blumenau	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/DR/SC	07/08/2017	06/08/2018	R\$ 3.395,83
23080.069813/2016-42	198/2017	Dispensa 329/2017	Locação atípica e outras avenças (área total do imóvel: 44.003 m <sup>2</sup> ) - Imóvel Joinville - PERINI	COINVALORES CORRETORA DE CAMBIO LTDA	14/08/2017	13/08/2018	R\$ 412.000,00

Fonte: PROAD/UFSC

\*Embora o Contrato de aluguel com a Labram tenha vencido no final de 2015, a Universidade continuou no imóvel através de reconhecimento de dívida.

### **Análise Crítica:**

Considerando o crescimento da comunidade universitária e a aplicação dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, existe também a necessidade de ampliação física da Universidade para abrigar o contingente de alunos e servidores que cresce a cada ano.

Diante das fortes restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, a Universidade fica impossibilitada de iniciar novas construções ou comprar imóveis já construídos, para esta finalidade, tendo, como única alternativa, buscar espaços para locação.

Além disso, existe a dificuldade de encontrar imóveis já construídos que atendam as necessidades de uma instituição de ensino e por este motivo no ano de 2017 foi firmado o primeiro contrato na modalidade Build-to-Suit, que vem atender aos anseios da Administração Pública.

Todos os prédios locados atualmente atendem às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de abrigar todo aparato administrativo.

Em geral, as manutenções são feitas pela UFSC. As obras e benfeitorias ficam a cargo dos proprietários do imóvel, ficando a Universidade apenas com os pequenos reparos e reformas.

#### 4.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

Completando, em 2017, 57 anos de criação, a UFSC se constituiu ao longo desse período na maior e principal Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina.

Estruturada em cinco campi: Florianópolis (sede), Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville, que abrigam 119 cursos de graduação, 137 cursos de pós-graduação stricto sensu, Colégio da Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Conta com a colaboração de aproximadamente 2.600 docentes e 3.200 servidores técnico-administrativos em educação que atendem 1.170 alunos de educação básica (infantil, fundamental e médio), 30.000 alunos de graduação e 14.000 alunos de pós-graduação.

Por contas de tamanha complexidade e pela dinâmica particular de suas atividades, a suficiência e adequabilidade de sua infraestrutura física estão longe de serem plenamente alcançadas.

O que não implica, necessariamente, em que haja insuficiência ou inadequação.

Com frequência, cursos, laboratórios, núcleos, setores e unidades são criados e, ao longo de um dado período e consolidam-se. Os processos, assim, iniciam-se sem que, necessariamente, estejam postas todas as condições. Tal fato cria, por óbvio, um relativo vácuo, que acaba por ser superado mês a mês, ano a ano.

Destaque merece o contrato assinado para abrigar o Campus de Joinville que ocupa atualmente cinco prédios com várias localizações e passará a ocupar um único espaço de 13 mil metros quadrados,

Com relação às obras, atualmente há 13 obras/reformas em execução ou em fase de conclusão e mais 02 obras/reformas aguardando a assinatura do contrato e/ou a emissão da OS (totalizando R\$ 92.404.875,08 em contratos).

As principais obras/reformas em execução: Blocos E, F, G e Subestação do CCB (13.080,70 m<sup>2</sup>), Bloco CBS-02 do Campus Curitibanos (9.257,91 m<sup>2</sup>), Reforma das Quadras Externas e Urbanização do Complexo Esportivo do CDS (9.600,00 m<sup>2</sup>), Etapa II do Prédio da Engenharia de Superfície da EMC do CTC (4.034,40 m<sup>2</sup>), Construção de uma Rota Acessível entre a BU e o RU (3.248,94 m<sup>2</sup>), Ampliação dos Blocos A e B e Bloco de Ligação da ECV do CTC (2.516,91 m<sup>2</sup>), Conclusão do Bloco Administrativo do CSE (2.169,98 m<sup>2</sup>), Implantação de Rede de Esgoto e Instalação de ETE no Campus Curitibanos (42.000,00 m<sup>2</sup>), Conclusão do Biotério Central (1.260,00 m<sup>2</sup>), Reforma dos Telhados e Calhas nos Edifícios CTC-02, CSE-02 e CCS-03 (724,00 m<sup>2</sup>), Reforma da Área de Vivência do CEDUP para Instalação do LACIPA no Campus Curitibanos (270,00 m<sup>2</sup>) e Construção do Novo Acesso do Colégio de Aplicação do CED (185,00 m<sup>2</sup>).

As principais obras/reformas aguardando a assinatura do contrato e/ou a emissão da OS são: Estrutura em Concreto Pré-Moldado do Prédio CTS-03 no Campus Araranguá (6.400,00 m<sup>2</sup>) e Reforma do 2º Pavimento do Bloco T da ECV do CTC (566,60 m<sup>2</sup>).

As principais obras/reformas concluídas no 1º semestre/2017 são: Bloco D do CCE (4.611,69 m<sup>2</sup>), Infraestrutura Elétrica, Telecom e CFTV da Fazenda Experimental da Ressacada do CCA (1.356.446,91 m<sup>2</sup>) e Galpão da Fitotecnia da Fazenda Experimental da Ressacada do CCA (1.273,28 m<sup>2</sup>); VI – Principais obras/reformas concluídas no 2º semestre/2017: Blocos E, F e Anexo E do CFH (6.003,25 m<sup>2</sup>), Ampliação do Bloco A da EQA do CTC (2.486,77 m<sup>2</sup>) e Restauração de Esquadrias dos Edifícios das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (670,00 m<sup>2</sup>).

A divulgação das informações atualizadas sobre as obras/reformas: dados das obras (área, valor, datas, etc.), contatos da equipe de fiscalização, acompanhamento da evolução das obras (% executado), descrição dos principais serviços executados com registro fotográfico e formulário para sugestões e/ou críticas podem ser encontradas em [www.dfo.seoma.ufsc.br](http://www.dfo.seoma.ufsc.br).

É o caso, por exemplo, de edifícios em construção; projetos em elaboração, obras a serem concluídas, ou, como nas unidades do interior do estado, espaços alugados. De todo

modo, a Instituição não para. Cresce, se amplia, se abre a novas ofertas e está em constante movimento.

Por fim, dependente dos fluxos orçamentário e financeiro do Governo Federal, o planejamento nem sempre pode ser alcançado. A distância entre o projetado e o efetivado cria intervalos que demoram a ser preenchidos.

### 4.3 Gestão da tecnologia da informação

#### 4.3.1 Principais sistemas de informações

##### 4.3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da UFSC, visa orientar o processo de alinhamento organizacional e tecnológico com a gestão estratégica, a fim de prover o suporte, nas mais diversas formas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma eficiente e organizada, sempre buscando o amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é o documento e instrumento de planejamento que diz respeito a filosofia de trabalho, à missão, às diretrizes, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que a UFSC desenvolve e/ou pretende desenvolver.

O contexto estratégico da área de TIC é delimitado pela legislação, pelas diretrizes governamentais estabelecidas na iniciativa de Governo Eletrônico (e-GOV), no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) e nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), além da Instrução Normativa nº 04/2008, da SLTI/MP, pela aderência aos direcionamentos estratégicos da UFSC, expressos no PDI, recomendações e decisões dos Órgãos de Controle, melhores práticas e padrões de governança para a área de TI e estágio atual da área de TIC.

Este Plano Estratégico de TIC procura o alinhamento com a perspectiva da instituição na busca pela melhoria de seus processos estratégicos, atividades táticas e operacionais, bem como no uso da tecnologia de informação e comunicação como forma de aumentar os benefícios aos gestores das unidades, aos técnicos, aos docentes e aos discentes da instituição. O público-alvo do PDTI são todos os usuários (diretos e indiretos) dos serviços e soluções de TIC da UFSC.

As diversas áreas que contribuem para o cumprimento da missão da UFSC no ensino, na pesquisa, extensão, cultura e gestão, necessitam de uma infraestrutura de TIC avançada, resiliente, ágil, segura e sustentável para que a UFSC possa cumprir sua missão. Este Plano Estratégico estabelece as bases para a oferta de um portfólio de serviços, soluções e sistemas de TIC através de uma Arquitetura Corporativa de alta capacidade, proporcionando soluções tecnológicas confiáveis e eficazes necessárias para o cumprimento da missão da UFSC.

#### Quadro 125 - Metas e Objetivos Estratégicos

S	Objetivo	Metas
1	Aumentar a satisfação dos usuários	Otimizar o processo de atendimento a solicitações, reduzindo o tempo e aumentando a eficiência.
		Publicar e manter atualizado o portal e catálogo de serviços.
		Estabelecer e cumprir acordos de nível de serviço para os serviços.
		Consolidar o processo para divulgação e treinamento referentes aos serviços.
		Tornar autosserviço (ativação e configuração pelos próprios usuários) o maior número de serviços .
2	Melhorar a experiência dos usuários	Compatibilizar os serviços com o maior número de dispositivos de acesso ( <i>tablets</i> , computadores, <i>notebooks</i> , <i>smartphones</i> ).



		<p>Padronizar o acesso aos sistemas através da autenticação centralizada.</p> <p>Definir políticas e normas de uso para os serviços.</p> <p>Monitorar e garantir a alta disponibilidade dos serviços.</p> <p>Ampliar a convergência dos serviços sobre a tecnologia IP (VoIP, Vídeo, Vigilância, etc.).</p> <p>Garantir a privacidade dos dados armazenados em meio digital (criptografia, autorização, etc.).</p> <p>Centralizar na SeTIC os recursos computacionais compartilháveis, provendo-os de forma otimizada a toda a instituição e reduzindo custos.</p> <p>Implantar soluções que suportem a missão da instituição e de suas diversas áreas de negócio.</p> <p>Garantir a disponibilidade de software adequado às necessidades da instituição</p> <p>Buscar o atendimento ao eMAG nos serviços e sistemas.</p>
3	Prover uma infraestrutura de TIC avançada, resiliente, ágil, segura e sustentável	<p>Adequar a estrutura física, capacidade de armazenamento e processamento do centro de dados às demandas da instituição.</p> <p>Promover a gestão da segurança da informação em conformidade com as normas NBR ISO/IEC 27001:2006 e NBR ISO/IEC 27002:2005.</p> <p>Garantir a redundância e alta disponibilidade na infraestrutura dos Centros de Dados.</p> <p>Prover rede de dados com alta disponibilidade e velocidade, em modelo cabeado e sem fio.</p> <p>Prover uma rede IP única e convergente com suporte a dados, voz, vídeo e colaboração, suportando tecnologias atuais (IPv6).</p> <p>Prover conexões WAN com redundância e capacidade adequada entre os campi.</p>
4	Aperfeiçoar a força de trabalho de TIC	<p>Dimensionar e alocar o quadro de pessoal de TIC adequadamente, atendendo às demandas atuais e ações previstas no PDTI.</p> <p>Alinhar as competências da força de trabalho para alcançar as metas e objetivos estratégicos.</p> <p>Estabelecer um programa de capacitação para promover a formação continuada, desenvolvendo competências e proatividade.</p>
5	Melhorar a gestão e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação	<p>Recomendar soluções de TIC para suportar os serviços corporativos, através do levantamento das demandas.</p> <p>Estudar, desenvolver e disponibilizar soluções inovadoras à instituição.</p> <p>Aperfeiçoar o portfólio de recursos de TIC da UFSC (ativos, projetos e investimentos) através de processos de Governança eficazes.</p> <p>Definir previsão orçamentária para garantir a manutenção da infraestrutura e novos investimentos.</p> <p>Melhorar o acompanhamento e gestão de serviços terceirizados de TIC.</p> <p>Buscar uma maior adequação às recomendações de <i>TI Verde</i> (eficiência energética, configuração, adequação ao uso, aquisição/descarte, etc.).</p> <p>Implantação de boas práticas e recomendações em TIC (COBIT, ITIL, etc.).</p> <p>Promover reestruturações necessárias na SeTIC para comportar as novas demandas e atribuições.</p>
6	Melhorar a análise, colaboração e compartilhamento de informações	<p>Prover e incentivar o uso de serviços que facilitem o compartilhamento de informações oportunas e relevantes.</p> <p>Facilitar o acesso aos dados públicos dos sistemas institucionais, atendendo à Lei de Acesso à Informação - LAI.</p> <p>Aumentar a integração dos sistemas corporativos.</p> <p>Implantação de capacidades e facilidades analíticas (novos sistemas/serviços) para extração e geração de informação com valor estratégico e educacional.</p>
7	Melhorar a experiência dos estudantes	Melhorar os serviços e aplicativos disponibilizados aos estudantes desde o ensino básico, passando pelo vestibular, graduação, pós-

		graduação e ex-alunos, presenciais ou a distância. Prover instruções e facilidade no acesso e uso dos serviços e sistemas disponibilizados. Fornecer os recursos de TIC essenciais aos diversos segmentos para permitir aplicar as melhores práticas para interação e comunicação com os alunos e ex-alunos.
8	Promover o uso de tecnologias de apoio ao ensino e à aprendizagem	Estudar, disponibilizar e promover o uso de tecnologias que apoiem a inovação no ensino. Facilitar a exploração, o desenvolvimento e a adoção de novas ferramentas e tecnologias de ensino.
9	Melhorar o suporte de TIC para apoio a pesquisa	Disponibilizar aos pesquisadores de todas as áreas infraestrutura, serviços e suporte dos serviços de TIC providos. Desenvolver e melhorar os sistemas e serviços para pesquisadores, especialmente aqueles voltados à gestão e controle de projetos. Promover a computação de alto desempenho contemplando as exigências associadas a grandes volumes de dados ( <i>big data</i> ).
10	Aumentar a informatização dos processos da instituição	Identificar e informatizar processos que ainda dependem de papel. Fornecer ferramentas e apoio tecnológico no mapeamento e informatização dos processos da instituição.

Fonte: SETIC/UFSC

Para descrever as atividades do Comitê Gestor de TI (COTIC), informa-se que o COTIC é o órgão responsável pelo planejamento e avaliação das políticas e diretrizes de TIC da UFSC. Vinculado ao Gabinete da Reitoria (GR), foi instituído pela portaria N.º 879/GR/2010, de 29 de junho de 2010 e suas atribuições, revisadas pela portaria N.º 2049/2012/GR, de 21 de dezembro de 2012, são:

- I - Propor e implementar as políticas e diretrizes de TIC da UFSC;
- II - Estabelecer normas de utilização e acesso aos recursos de TIC da UFSC;
- III - Promover e estimular o desenvolvimento da TIC internamente à Universidade;
- IV - Estabelecer normas de segurança e conduta ética em TIC na Universidade;
- V - Coordenar a elaboração/revisão do PDTI da UFSC.

Os principais sistemas de informação da UPC estão listados abaixo:

#### Sistema: **Plataforma Solar**

##### Descrição/Objetivos:

Esse sistema foi objeto de licitação e as informações da contratação encontram-se no processo 23080.18357/2012-49, sendo a empresa Softplan vencedora da licitação.

No ano de 2015 o corpo técnico da SeTIC assumiu a manutenção e desenvolvimento de novas demandas referentes ao sistema.

O sistema solar é composto, em sua essência, por 4 módulos principais, sendo eles:

- SPA – Sistema de controle de processos administrativos
- SCL – Sistema de Compras e licitações
- ALX – Sistema de almoxarifado
- SIP – Sistema Integrado de Patrimônio

##### Principais Funcionalidades:

Tramitação de processos administrativos

Gerenciamento dos processos de compras e licitações

Gerenciamento de almoxarifado

Gerenciamento dos bens e patrimônios da UFSC

Integração entre os módulos do Solar, sistemas estruturantes e InfraSIGs

Responsável da área de negócio:

As diversas Pró reitorias, Secretarias e diretorias orientam os trabalhos que devem ser realizados quanto a manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades. Sempre procura-se balizar e validar o desenvolvimento das atividades com a legislação vigente.

Vale citar dentre os principais responsáveis pela área de negócio a Pró reitoria de Administração e a Secretaria de Planejamento, estando envolvidas as diversas diretorias que as compõem.

Criticidade para a unidade:

A criticidade do sistema é Alta, uma vez que existe uma relação forte entre todos os módulos. Qualquer instabilidade no sistema, afeta diretamente centenas de usuários, pois já incorporaram o Solar em suas rotinas e processos de trabalho.

Sistema: **SARF**

Descrição/Objetivos:

O Sistema de Administração de Recursos Orçamentários e Financeiros - SARF, é um InfraSIG que auxilia no gerenciamento de procedimentos administrativos relacionados aos recursos financeiros e orçamentários da UFSC.

O desenvolvimento desse sistema foi feito utilizando-se a linguagem Centura, sendo portanto um cliente desktop para Windows. Como existem algumas limitações no uso dessa tecnologia, o sistema foi disponibilizado no Terminal de Aplicações Corporativas da UFSC, ficando sua manutenção quase que exclusivamente de forma centralizada em um único repositório, não necessitando mais que o usuário faça o download de uma nova versão a cada atualização.

Principais Funcionalidades

O sistema é responsável por organizar as solicitações e liberações de empenho, gerenciamento de cotas das diversas unidades acadêmicas e administrativas, auxiliar no gerenciamento final do pagamento de diversas bolsas de estágio, além de fornecer diversos relatórios para a gestão.

Responsável da área de negócio

Os principais responsáveis pela área de negócio estão subordinados a Secretaria de Planejamento e Orçamento- SEPLAN, sendo eles, o Departamento de Gestão Orçamentária – DGO e o Departamento de Contabilidade e Fiananças – DCF.

Criticidade para a unidade

Apesar de o SARF ser um InfraSIG, e toda a gestão orçamentária acontecer no nível do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, esse é um sistema de criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **SIEF**

Objetivos:

O Sistema Integrado de Espaço Físico começou a ser utilizado com maior eficácia a pouco tempo, sendo responsável por fazer a gestão dos espaços físicos disponíveis nos diversos campi UFSC, incluindo laboratórios, salas de aula, salas administrativas e auditórios.

A principal ideia desse sistema é centralizar em um único local a gestão e controle de todos os espaços disponíveis na UFSC.

Principais Funcionalidades

O sistema permite gerenciar os espaços físicos e fornecer informações sobre os espaços que existem na UFSC.

O sistema está integrado aos sistemas acadêmicos para gerenciar as salas de aula, bem como ao módulo SIP do Solar, que auxilia no gerenciamento do controle dos patrimônios da UFSC.

Permite fazer o controle de agendamento dos espaços físicos, permitindo que os gestores tenham maior controle sobre o uso dos espaços e dando maior transparência para os usuários que precisam utilizar os locais para realização de atividades.

Criticidade para a unidade

Por ser o único responsável pelo gerenciamento dos espaços físicos, ele tem uma criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **ADRH**

Objetivos:

O Sistema de Administração de Recursos Humanos é um InfraSIG que visa complementar algumas funcionalidades que não constam no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Ele tem por objetivo auxiliar nas diversas atividades relacionadas a Pró Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PRODEGESP.

Principais Funcionalidades:

Ele apresenta em sua essência um cadastro pessoal com diversas informações sobre o servidor, sendo que a partir desse ponto ele consegue auxiliar no controle e gestão das ocorrências funcionais, aposentadorias e afastamentos, férias, cálculos de progressão, avaliação de desempenho e um gerenciador de relatórios.

Responsável da área de negócio :

O principal responsável pela área de negócio é a Pró Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PRODEGESP.

Criticidade para a unidade:

Apesar de ser um InfraSIG, ele tem a criticidade alta para a UFSC, pois a área de negócio responsável trabalha diretamente com esse sistema para balizar e registrar suas atividades.

Sistema: **CAGR**

Objetivos:

O sistema para Controle Acadêmico de Graduação é utilizado para fazer o controle e gestão dos cursos de graduação da UFSC. É uma ferramenta que auxilia a Pró Reitoria de Graduação a fazer uma gestão eficiente dos cursos e acompanhamento dos alunos durante toda a graduação.

Principais Funcionalidades:

O CAGR permite fazer a gestão de alunos, turmas e disciplinas, permitindo que as secretarias dos cursos façam o controle dos diversos aspectos relacionados aos alunos de graduação.

Responsável da área de negócio:

O sistema é destinado para a Pró Reitoria de Graduação, sendo ela a responsável pelas regras de negócio definidas e executadas dentro do sistema

Criticidade para a unidade:

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **CAPG**

Objetivos:

O sistema para Controle Acadêmico de Pós Graduação é utilizado para fazer o controle e gestão dos programas de pós graduação da UFSC. É uma ferramenta que auxilia a Pró Reitoria de Pós Graduação a fazer uma gestão eficiente dos programas e acompanhamento dos alunos durante a pós graduação.

Principais Funcionalidades:

Responsável da área de negócio:

O sistema é destinado para a Pró Reitoria de Pós Graduação - PROPG, sendo ela a responsável pelas regras de negócio definidas e executadas dentro do sistema

Criticidade para a unidade:

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Sistema: **SIGPEX**

Objetivos:

O Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão – SIGPEX, foi desenvolvido com o intuito de substituir os Formulários NOTES de Pesquisa e Formulários NOTES de Extensão, sendo uma ferramenta fundamental para a gerência das ações de pesquisa e extensão dentro da Universidade.

Principais Funcionalidades:

Registro e acompanhamento de todas as fases de um projeto de pesquisa ou extensão, permitindo acompanhar todas as etapas do projeto bem como seus participantes.

Responsável da área de negócio:

Os principais responsáveis pela área de negócio são a Pró Reitoria de Pesquisa – PROPESQ e a Pró Reitoria de Extensão – PROEX.

Criticidade para a unidade:

É um sistema que apresenta criticidade Alta para a UFSC.

Vale ressaltar que todos os sistemas estão sob manutenção e responsabilidade do corpo técnico da SeTIC/UFSC, não existindo nenhuma empresa prestando consultoria, executando manutenções corretivas ou implementando novas funcionalidades nos sistemas informatizados aos quais a SeTIC presta suporte.

A contratação de empresas terceirizadas para suporte e/ou manutenção, acontece em partes mais sensíveis e críticas da infraestrutura necessária para dar suporte aos sistemas de informação. Isso acontece como resposta ao risco de continuação e manutenção da infraestrutura necessária para prestar suporte aos sistemas de informação.

Outro ponto que visa dar continuidade aos sistemas de informação, é a realização de backups periódicos de todo o arcabouço e artefatos que envolvem o ciclo de vida de um sistema, que vão desde o servidor de aplicação aos dados armazenados no SGBD.

Como os principais sistemas informatizados já fazem parte do processo de trabalho das diversas áreas e setores da UFSC, o risco de descontinuação de uso do sistema por parte da área de negócio é pequeno, pois grande parte da lógica de negócio e do processo está relacionado ao uso de sistemas de informação que deem suporte a execução das tarefas. Fato esse, acontece, pois os sistemas de informação foram desenvolvidos, em sua maioria, com o apoio da principal área de negócio, ficando todo o processo adaptado ao sistema.

Capacitação do pessoal de TI:

#### **Quadro 126 – Cursos de capacitação do pessoal de TI**

Cursos realizados	Quantidade Pessoal
Acordo ortográfico e revisão gramatical	3
Procedimentos administrativos disciplinares	1
Desenvolvimento de software web em java	6
Páginas@ufsc e galerias de fotos (gallery2)	1
Gestão integrada e participativa de resíduos sólidos na ufsc	1
Gestão de riscos	1
Iniciação ao ambiente institucional - ufsc	8

Avaliação de desempenho como processo formativo constitutivo da gestão	3
Segurança em instalações e serviços com eletricidade - nr 10 básico	1
Relações interpessoais no ambiente de trabalho	1
Excel para o ambiente de trabalho - versão 2010	2
Política de ações afirmativas da ufsc: aspectos gerais sobre o processo de validação de renda	1
Gestão de processos (bpm) - teoria e prática	1
Educação ambiental no âmbito organizacional	3
Plataforma solar: spa, alx e scl	1
Elaboração de apresentações com powerpoint e conhecendo o prezi	1
Desenvolvimento ASE 16	20

Fonte: SETIC/UFSC

O quadro de pessoal de TI na UFSC é representado a seguir:

### Quadro 127 - Quadro total de pessoal de TI na UFSC

Quadro total de pessoal de TI na UFSC				
Cargo	SeTIC	Outras Unidades UFSC	Outros Órgãos	Total
Analista de TI	45	3		48
Técnico de TI	16	28		44
Assistente de TI		2		2
Técnico em Telefonia	1			1
Assistente em Administração	3			3
Auxiliar em Administração	4			4
Administrador	1		1	2
Estagiários	8			8
Totais	78	33	1	112

Fonte: SETIC/UFSC

A implantação e consolidação do atendimento via OTRS utilizando como base os conceitos do ITIL V3 foram de suma importância para consolidar a maior parte dos atendimentos em um único canal de atendimento, para isso a equipe foi orientada a como proceder um atendimento em primeiro nível N1, utilizando a estrutura e suporte dos analistas e técnicos de TI N2 e em casos extremos passa o atendimento e resolução dos problemas para os analistas N3

Isso facilitou o desenvolvimento dos trabalhos, pois a estrutura utilizada foi feita de modo a não onerar o trabalho do analista de TI, que por diversas vezes tinha a necessidade de ser interrompido durante a execução das atividades;

Nesse interim, foi implantado o Portal de Atendimento Institucional (PAI), para que o atendimento de primeiro nível, em alguns casos, passe a ficar com os responsáveis pela área de negócio dos sistemas de informação.

Foi realizada a atualização do parque tecnológico, sendo feitas as aquisições de:

- Projetores multimídia – R\$ 233.725,00
- Microcomputador pessoal notebook – R\$ 511.500,00
- Microcomputador – R\$ 1.010.880,00
- Switch – R\$ 327.100,00
- Software de backup - R\$ 129.000,00

A principal dependência tecnológica na área de sistemas de informação era com a empresa Softplan. O contrato com a empresa foi finalizado. O Sistema Solar, com seus 4 módulos principais, foi absorvido pela equipe da SeTIC. Essa absorção só foi possível pois entraram novos analistas que, com o devido treinamento, conseguiram absorver a tarefa de manutenção/desenvolvimento de novas funcionalidade dentro do sistema.

Em meados de julho de 2015, o CD com as fontes já estava em posse da SeTIC, sendo que as primeiras atualizações, para o ambiente de produção, foram do módulo SPA, em maio de 2016. Na sequência, em julho de 2016, foram feitos diversos ajustes no SIP, ALX e SPD, e em outubro de 2016 a primeira versão do SCL.

Outro ponto crucial para mitigar a dependência de empresas terceirizadas é o fortalecimento da equipe de carreira de TI, tentando, sempre que possível, concentrar a maior parte dos servidores lotados na SeTIC, órgão máximo em TIC dentro da instituição.

#### **4.3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

O plano estratégico de TI está alinhado às diretrizes estratégicas da EBSEH, tendo como foco principal a implantação do Sistema de Informação AGHU o que gerou a reestruturação de todos os requisitos não funcionais para a implantação.

Por não possuir um Comitê Gestor de TI, foi criado o núcleo de gestão do AGHU que apoia a implantação e participa das decisões estratégicas no que diz respeito a Sistemas de Informação.

A responsabilidade técnica sobre os Principais Sistemas de Informação (Legado) fica a cargo da TI do HU, tendo em vista que o desenvolvimento, implantação e apoio são exercidos pela área.

Destacamos como principais sistemas de informação do Hospital Universitário o atual sistema de Administração Hospitalar (Legado), que abrange quase todas as áreas assistenciais e grande parte da Área Administrativa e o AGHU, que se encontra em fase inicial, atendendo as Áreas Administrativas do Ambulatório. O AGHU está sob responsabilidade da EBSEH.

A equipe de TI é composta por servidores RJU (02 Técnicos em Tecnologia da Informação, 01 Assistente em Administração), 07 estagiários em Tecnologia da Informação e terceirizados (05 Técnicos em Tecnologia da Informação, 05 Apoio ao Usuário, 04 Desenvolvedores de Software, 02 Analistas de Suporte). O Quantitativo está baseado na demanda do trabalho, podendo em alguns momentos aumentar ou diminuir a força de trabalho.

O processo de gerenciamento dos serviços é organizado por meio de sistema de gestão de demandas (GLPI) que abrange as áreas de: Gerência, Suporte, Apoio, Desenvolvimento e Manutenção técnica e para a área de suporte destacam-se as atividades de redes, infraestrutura, banco de dados, sistemas operacionais e ativos.

Para a área de infraestrutura aconteceram mudanças significativas como:

- Implantação de Firewall com redundância;
- Sistemas para gerenciamento de contas de usuários e políticas de usuários;
- Instalação de novo Antivírus.

Na área de desenvolvimento foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Integração do AGHU com os sistemas legados;

- Implantação do sistema de movimentação de prontuários;
- Melhorias no Sistema de Faturamento;
- Melhorias no Sistema de Fila de Espera de Cirurgia;
- Desenvolvimento do Sistema Gerenciador de Visitas;
- Desenvolvimento de uma Intranet;
- Desenvolvimento do novo Sistema de Fila de espera de consultas;
- Desenvolvimento de um sistema para gerenciar escalas de trabalho;
- Atualização da Versão do PHP do portal do H.U e atualização do software do portal;
- Melhorias no sistema de compra de materiais de enfermagem;
- Manutenção do sistema legado.

Todas as soluções implantadas são de total responsabilidade dos servidores RJU. A definição de Metodologias, linguagens de programação e outras técnicas aplicadas são de amplo conhecimento das comunidades mundiais de TI e não estão amarradas ao conhecimento dos terceirizados. Sendo assim, garantimos a continuidade dos serviços caso haja trocas de mão de obra.

#### **4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

Com presença de mais 50 mil pessoas, entre alunos e servidores, a UFSC exerce pressão no seu entorno com impactos ambientais, sociais e econômicos que não podem ser ignorados. Somente o Campus Trindade possui 15% de sua área composta por Áreas de Preservação Permanente – APPs. Consome em energia o equivalente a 14 mil residências, ao custo de 18 milhões de reais ao ano. Consome em água o equivalente a 22 mil residências, ao custo de 7 milhões de reais ao ano. Produz 140 toneladas anuais de resíduos convencionais, além de resíduos químicos, infectantes, volumosos, de poda e capina de áreas verdes, e de construção civil. As compras, contratações e obras executadas pela UFSC respondem a 50 milhões anuais de impacto no mercado.

Os desafios ambientais a serem vencidos pela Universidade são fruto das diversas legislações e políticas relacionadas à temática da sustentabilidade, como a Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, entre outras coisas, demanda a elaboração de planos para o manejo adequado dos resíduos sólidos para geradores como a UFSC, a IN 10/2012 do MPOG, de caráter obrigatório, que institui o Plano de Logística Sustentável, e o ranking mundial de sustentabilidade das universidades chamado Green Metric World University Ranking, na qual a UFSC ocupa 462ª posição, 12ª entre as universidades brasileiras.

A Universidade Federal de Santa Catarina tem como um de seus objetivos tornar a sustentabilidade um de seus valores fundamentais, disseminando essa ideia em todas as suas esferas. O intuito é que todas as ações realizadas no âmbito universitário tenham o olhar da sustentabilidade, formando cidadãos, sejam eles servidores docentes, técnicos administrativos e/ou comunidade acadêmica que promovam e atuem a partir dessa premissa. No longo prazo, a meta é tornar a Universidade Federal de Santa Catarina referência nacional em sustentabilidade e em gestão ambiental no contexto das instituições de ensino superior públicas brasileiras.

Como norteadores para a implementação dessas ações, a UFSC utiliza-se das normativas e orientações governamentais advindas do Programa Esplanada Sustentável, em especial, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e o Decreto 7.746/2012 que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS), além de outras legislações vigentes.

Para auxiliar nesse processo, já existe na Universidade, desde 2014, a Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), atualmente integrada ao Gabinete da Reitoria. A CGA é composta por uma equipe interdisciplinar com profissionais das áreas de biologia,



administração, direito, arquitetura, economia e engenharia sanitária e ambiental e concentra os esforços para fomentar a sustentabilidade na Universidade, sendo responsável pela coordenação do PLS; implantação da A3P, definição e divulgação das diretrizes ambientais, campanhas educativas e apoio a projetos institucionais, pesquisa e extensão ligados à temática. Atualmente estão ligados à CGA os seguintes projetos: “Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH”, “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC” e “Realização de eventos e campanhas educativas na UFSC relacionados à temática da sustentabilidade como mecanismo de atendimento as legislações relacionadas (Lei 9745, de 25 de abril de 1991; o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012; Portaria nº 23 do MPOG, de 12 de fevereiro de 2015)”.

Nesse contexto, com o intuito de reforçar as ações voltadas à sustentabilidade na Universidade, em 2017 foram dadas continuidade às ações da Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC, estrutura colegiada, consultiva e de assessoramento da Administração Superior da UFSC que tem entre suas funções promover a sustentabilidade na Universidade e revisar o Plano de Logística Sustentável. Atualmente essa Comissão está trabalhando na criação da Política Ambiental da UFSC.

Em paralelo, o programa institucional UFSC Sustentável vem passando por melhorias e ampliação, criado com o objetivo de integrar, reunir e divulgar as ações de sustentabilidade da UFSC ligadas à gestão, ensino, pesquisa e extensão. O programa conta com a plataforma: [ufscsustentavel.ufsc.br](http://ufscsustentavel.ufsc.br). Para envolver mais a comunidade acadêmica foi criada uma página para o UFSC Sustentável no Facebook. Nela são divulgados periodicamente projetos, eventos, curiosidades e dicas relacionadas à sustentabilidade, atualmente a página possui 2259 seguidores.

A UFSC aderiu em 2014 à A3P e recebeu do Ministério do Meio Ambiente o Selo Verde e atualmente a UFSC está buscando conseguir o selo prata por meio do preenchimento RESSOA, porém temos tido dificuldade pelo sistema não estar preparado para a complexidade dos dados de uma universidade do porte da UFSC.

Em 2017, diversas atividades foram realizadas visando desenvolver a consciência ambiental em servidores, alunos e comunidade, entre elas: eventos, cursos e campanhas educativas. Entre os principais eventos realizados em 2017 com a temática e organizados ou apoiados pela Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFSC estão: IV Seminário de Gestão Pública Sustentável, II Planeta. Doc. Conferência, Semana do Meio Ambiente UFSC 2017 e a Semana Campus Lixo Zero 2017. Quanto às capacitações, foi disponibilizado aos servidores o curso de “Educação Ambiental no Âmbito Organizacional” com objetivo de tornar os servidores mais conscientes sobre o seu papel em termos de sustentabilidade em suas atividades laborais e no seu dia a dia. Ainda, com o objetivo de atingir de forma mais efetiva toda a comunidade acadêmica, na Sepex (Semana de Pesquisa e Extensão da UFSC) foi instalado o stand do “UFSC Sustentável” com o objetivo de expor os projetos relacionados à sustentabilidade que estavam sendo desenvolvidos em âmbito institucional pela UFSC, além de trazer exemplos práticos visando à consciência ambiental dos participantes do evento.

No âmbito da Educação Ambiental foram realizadas uma série de campanhas, como: “Reduzir o consumo é transformar o mundo”, focada na redução do consumo de energia elétrica, de materiais de expediente e copos plásticos. No âmbito da saúde foi realizada a campanha de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.

A UFSC vem atuando em várias frentes visando tornar a Universidade mais sustentável e o “Plano de Logística Sustentável 2017” finalizado e publicado em agosto de 2017 é o documento norteador para as próximas ações a serem realizadas. O referido plano foi elaborado pela Comissão Permanente de Sustentabilidade por meio de um processo participativo que envolveu diversos setores e ouviu a comunidade acadêmica através de consulta pública. Possui 57 metas e 435 ações divididas entre os eixos temáticos. O PLS está disponível na íntegra em [www.pls.ufsc.br](http://www.pls.ufsc.br) e atualmente os esforços estão concentrados na sua divulgação, por meio do Plano de Permeabilidade, e o seu monitoramento. Em

2017, o PLS foi apresentado em 28 reuniões de departamentos de ensino e divulgado por meio de reportagens.

Com relação aos resíduos, a UFSC possui três profissionais, dois engenheiros sanitaristas e um químico, que atuam na sua gestão e adequação a legislação atual.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) é um importante instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). O PGRS consiste em um diagnóstico detalhado do gerenciamento de resíduos na universidade e, a partir desse, propõe programas, metas e ações para a adequação às normativas legais e técnicas vigentes, principalmente em atendimento à Lei nº 12.305/2010, ao Plano Nacional de Resíduos e ao Decreto Federal nº 5940/2006, que institui a Coleta Seletiva Solidária.

O PGRS da UFSC foi elaborado sob a coordenação da Eng. Sanitarista e Ambiental da PU/PROAD, com apoio da equipe técnica da CGA/SEOMA e de estagiários. Em 28 de outubro de 2015, o PGRS foi apresentado à comunidade acadêmica (disponível no link <http://gestaoderesiduos.ufsc.br/apresentacao-dia-2810/>) e atualmente encontra-se em fase final de revisão. Quando publicado será um instrumento norteador para que sejam alcançadas efetividade, eficácia e eficiência na gestão e gerenciamento de resíduos na instituição, inclusive na implantação da coleta seletiva solidária (CSS).

Quanto ao cumprimento do Decreto nº 5940/2006, em fevereiro de 2016 foi constituída a Comissão de Coleta Seletiva Solidária da UFSC, formada por catorze membros, incluindo um representante da associação de catadores de Santa Catarina. A comissão elaborou um plano de implementação da coleta seletiva solidária, que teve início de sua execução em junho de 2017 com o lançamento da coleta seletiva na UFSC com os resíduos sendo recolhidos pela cooperativa dos catadores. Ainda estão previstas ações para institucionalizar a coleta seletiva, criar normativas, e elaborar estratégias de comunicação e educação ambiental, além de oficializar o contrato com a associação dos catadores. Atualmente, aproximadamente 7% dos resíduos que podem ser reciclados estão sendo destinados às cooperativas de catadores. Existem ações sendo planejadas para aumentar esse montante.

Para encontrar solução para os resíduos orgânicos, foi criada em 2017 a “Comissão de Valorização dos Resíduos Orgânicos” que vem trabalhando para selecionar e analisar as alternativas viáveis para a destinação adequada dos orgânicos

Ainda com o objetivo de conscientizar os servidores sobre a questão dos resíduos e orientar quanto sua destinação adequada, foi realizado em 2017 o Curso “Instrumentos de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UFSC” e uma forte campanha de divulgação da implantação da coleta seletiva, realizada em conjunto com a Agecom, com a incursões de vídeos, cartazes, passagem da equipe de resíduos, CGA e voluntários nas salas de aulas e setores administrativos, além da veiculação da imagem em três minidoors nas entradas da Universidade .

Quanto às compras e contratações sustentáveis e ao atendimento do Decreto 7.746/2012, os trabalhos do Projeto Institucional “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC” continuaram em 2017.

O Manual de Compras Sustentáveis da UFSC, lançado em 2015, sugere os critérios de sustentabilidade que podem ser exigidos para os materiais permanentes e de consumo, e demonstra as etapas a serem cumpridas para a realização de uma licitação sustentável. O referido material, em 2017, foi divulgado novamente nos setores da Universidade e introduzido nas capacitações de compras realizadas com os servidores. Todo esse trabalho vem trazendo resultados. Em 2013, apenas 49,5% das licitações realizadas de materiais de consumo e permanentes possuíam algum critério de sustentabilidade, saltando para 85,5% em 2015 e 97,81% em 2016. Os dados de 2017 ainda estão sendo apurados. Contudo, infelizmente o número médio de critérios baixou de 2015 para 2016, de 3,91 para 1,97 critério por licitação.

Para a elaboração do Manual de Contratações Sustentáveis foi realizado um levantamento das contratações mais relevantes e um estudo dos possíveis critérios sustentáveis a serem incluídos. O manual está em fase de finalização e será publicado em 2018.

Foi realizada também a primeira compra compartilhada entre as universidades e institutos públicos de Santa Catarina de um produto sustentável em que a UFSC participou, no caso os copos biodegradáveis que podem substituir os de plástico. Apesar da campanha para a redução do uso de copos descartáveis, não é possível a sua total erradicação, há situações, como locais que atendem público externo, em que o uso de copo descartável ainda é aconselhável, mas nesse caso propõe-se a utilização de um produto biodegradável em prazo mais curto, como os copos de amido de milho.

Reforça-se que desde 2012 a UFSC vem seguindo, dentro das suas limitações, as recomendações de sustentabilidade das Instruções Normativas do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Com relação ao Plano de Logística Sustentável, em 2013, atendendo ao Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS), constituída em 23 de janeiro de 2013, elaborou o referido plano. A UFSC foi a primeira universidade federal do país a concluir esse plano.

Para dar continuidade aos trabalhos, em 02 de março de 2015, foi constituída a Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC, através da Portaria 322/2015/GR, que tem entre suas atribuições atuar como CGPLS, realizando o monitoramento e revisão do PLS da Universidade. A Comissão Permanente de Sustentabilidade da UFSC realiza reuniões mensais e é composta por vinte representantes de diversos setores da universidade, além de uma representação estudantil.

A comissão realizou 32 reuniões, consultou os setores responsáveis, realizou consulta pública e como resultado teve a publicação do Plano em agosto de 2017, com 57 metas, 435 ações e responsáveis e indicadores divididos em sete eixos.

Após a revisão do PLS, começou o processo de divulgação do Plano por meio da implementação do Plano de Permeabilidade. Os servidores da CGA/UFSC estão passando em todos os departamentos para divulgá-lo, já foi apresentado em 28 reuniões de colegiado ou de departamento, e a Agecom também está auxiliando. A nova versão está disponibilizada na página: <http://pls.ufsc.br/>.

Além disso, a CGA é responsável em avaliar periodicamente o andamento das ações, buscando identificar dificuldades, além de solicitar os resultados parciais e divulgá-los, conforme Art. 13º, da IN nº10/SLTI/MPOG/2012.

As ações descritas, neste relatório, evidenciam que a sustentabilidade vem sendo priorizada na Universidade. Foi criada a Coordenadoria de Gestão Ambiental, houve apoio financeiro a Projetos Institucionais, estagiários foram cedidos para resolver as questões emergenciais e a infraestrutura de trabalho foi ampliada. Além disso, a CGA passou a estar vinculada ao Gabinete, o que demonstra preocupação da gestão com a temática e respeito a sua interdisciplinaridade. Percebeu-se também um aumento da quantidade de grupos de pesquisa e extensão que estudam as questões da sustentabilidade internamente. Ademais, o ambiente externo também está favorável para essa temática, pois a legislação vigente brasileira respalda e cobra ações com relação à sustentabilidade.

No ano de 2018, a Universidade Federal de Santa Catarina continua com os esforços para ampliar a sustentabilidade dentro das ações realizadas. O Programa UFSC Sustentável, a Comissão Permanente de Sustentabilidade e a Coordenadoria de Gestão Ambiental tem atuado de forma a resolver as questões emergenciais, sanar os passivos ambientais e planejar concomitantemente as ações futuras de forma a criar fluxos e normatizar os processos, visando maior eficiência e sustentabilidade.

No entanto, os desafios são grandes e ainda existem passivos a serem sanados. Apesar dos avanços realizados, a solução desses passivos, depende tempo, recursos

financeiros e esforços que poderiam estar sendo empregados para a realização de ações planejadas. Embora tenha-se ampliado o número de servidores que estão trabalhando com a temática, o quantitativo ainda não é suficiente para as demandas apresentadas.

A falta de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade que reforce a economia dos recursos e a preservação da natureza, a carência de dados históricos de água, resíduos, energia dificultam dimensionamentos, diagnósticos e previsões. A falta de servidores também representa alguns dos entraves encontrados.

Diante da consciência de que os esforços devem ser contínuos e institucionalizados, ações têm sido direcionadas para garantir a continuidade dos projetos e das ações ambientais de forma que os avanços obtidos não sejam suprimidos e que as práticas de sustentabilidade da UFSC estejam integradas e em constante atualização e aprimoramento.

## **5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **5.1 Canais de acesso do cidadão**

#### **5.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC da UFSC existe desde 2012 conforme determina a Lei de Acesso à Informação. Se destina ao atendimento do cidadão que solicita informações de natureza pública e tem como objetivos principais:

- atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- conceder o acesso imediato à informação disponível;
- informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

#### **Balanco de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2017 e 31/12/2017**

- Número Total de Pedidos de Acesso à Informação: 266
- Número Total de Pedidos Respondidos: 266
- Número Total de Pedidos em Tramitação: 000
- Número Total de Pedidos em Recurso de 1ª Instância: 74
- Número Total de Pedidos em Recurso de 2ª Instância: 40
- Número Total de Pedidos em Recurso à CGU: 34
- Número Total de Pedidos em Recurso à CRMI: 4
- Número Total de Registros de Reclamação: 13
- Relatório de Pesquisa de Satisfação do Usuário do E-SIC:
  - .Total de Usuários Respondentes: 105
  - .Registraram que resposta “atendeu plenamente”: 58
  - .Registraram que resposta “atendeu parcialmente”: 17
  - .Registraram que resposta “não atendeu”: 30

#### **5.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

No sítio eletrônico do HU/UFSC ([www.hu.ufsc.br](http://www.hu.ufsc.br)) o usuário tem acesso aos ramais internos do hospital para acesso direto, e ainda à Ouvidoria da UFSC com as devidas instruções visando agilizar a comunicação do usuário.

O hospital não possui ouvidoria própria, mas disponibiliza para os usuários e trabalhadores um canal de comunicação por meio de formulário próprio denominado “Reclamações/Sugestões/Elogios” disponível na secretaria da Direção Geral – andar térreo. A tramitação deste formulário visa solução de problemas simples, e envio de sugestões sempre discutidas de forma colegiada.

O email da Direção é disponibilizado também no sítio eletrônico para utilização dos usuários, como mais uma opção de comunicação.

Embora tenha sido desenvolvido um sistema interno de gerenciamento das listas de cirurgia, visando maior transparência na informação, o Gestor Estadual centralizou esta demanda, e hoje as listas do HU encontram-se sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC) através da Regulação Estadual.

### **5.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

### **5.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina**

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina para dar visibilidade e transparência à gestão do serviço público que realiza. Informa aos cidadãos quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

O documento foi elaborado pelos integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Portaria nº 461/2013/GR. O referido documento foi publicado em 2014. O trabalho da comissão orienta-se pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – do Ministério do Planejamento. O Programa foi construído a partir de modelos nacionais e internacionais de avaliação da gestão voltada às demandas sociais, e tem a sua origem no Programa de Qualidade do Serviço Público. Publicada no Site <http://cartadeservicos.ufsc.br/>.

### **5.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago**

A Carta de Serviços ao Cidadão foi revisada ao longo de 2016 e está publicada no sítio eletrônico do HU conforme preconizado, contendo todas as informações detalhadas ao usuário. Havia o planejamento de modificação da Carta já atendendo à nova estrutura organizacional e de serviços proposta após o período de transição da gestão. Entretanto, em virtude da demora deste processo, ficou definido que ainda no início de 2018 será publicada uma versão que atenda à estrutura mista vivenciada no hospital.

Ainda são mantidas no sítio eletrônico do HU algumas informações para acesso direto, como as “Orientações para exames” e “Resultados de Exames” o que permite ao usuário acessar seus resultados dos exames sem precisar vir ao HU. As orientações para visitantes e acompanhantes também se encontram disponíveis e atualizadas para acesso.

Havia a perspectiva de modificação do sítio eletrônico do HU que não se concretizou em 2017, portanto as informações ali contidas vem sendo atualizadas.

### **5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

A Ouvidoria da UFSC foi instituída em 28 de maio de 1996, por meio da Portaria 671/GR/1996 e tem como principal objetivo constituir-se um canal oficial para recebimento de críticas, reclamações, denúncias, sugestões e elogios da comunidade interna (docentes, discentes e STAE) bem como da comunidade em geral que utiliza os serviços prestados pela Universidade.

A Ouvidoria está à disposição da comunidade através de atendimento via telefone e pessoalmente das 08:00 as 12:00 e das 14:00 às 18:00 e virtualmente, através de site ([www.ouvidoria.ufsc.br](http://www.ouvidoria.ufsc.br)) e e-mail ([falecom@ouvidoria.ufsc.br](mailto:falecom@ouvidoria.ufsc.br)).

Dentre as demandas encaminhadas à Ouvidoria, no ano de 2017, estão assuntos relacionados com as atividades da instituição. Assuntos como, segurança do campus, problemas de estrutura de todos os campi, programas sociais para acadêmicos, desentendimentos entre acadêmicos e docentes, desentendimentos de acadêmicos entre si, problemas no atendimento, e/ou, não atendimento do HU, relatos de atendimentos ruins ou não atendimento por parte de servidores de diversos lugares da UFSC. Assim como também elogios, críticas e sugestões.

Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria geram “documento numerado”, intitulado demanda, que são encaminhadas às unidades envolvidas e estabelece-se um prazo para resposta. O prazo não deve ultrapassar 30 dias conforme legislação (Lei 12.527/2011). Frequentemente é realizada uma revisão em nossos arquivos para identificar

demandas não respondidas, memorandos são encaminhados solicitando atenção para que suas respostas nos sejam devolvidas.

Periodicamente a Ouvidoria confecciona um relatório qualitativo das demandas encaminhadas e respondidas no período, e encaminha ao Chefe de Gabinete para conhecimento do Magnífico Reitor.

A Ouvidoria acolhe diariamente uma quantidade significativa de pessoas em busca de informações, orientações ou solicitações que, sempre que possível, são resolvidas de imediato pelos servidores da Ouvidoria, sem que sejam elaboradas demandas numeradas, haja vista a agilidade do atendimento. Esses atendimentos não são quantificados, e não se apresentam nos relatórios.

As demandas recebidas na Ouvidoria da UFSC, em 2017, se apresentam na seguinte tabela:

#### **Quadro 128 – Demandas recebidas na Ouvidoria em 2017**

<b>Tipo de Demanda</b>	<b>Número</b>	<b>Percentual</b>
<b>Denúncias</b>	57	7,88
<b>Reclamações</b>	550	76,07
<b>Solicitações</b>	79	10,93
<b>Sugestões</b>	22	3,04
<b>Elogios</b>	12	1,66
<b>Informações</b>	1	0,14
<b>Não categorizadas</b>	2	0,28
<b>TOTAL</b>	<b>723</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GR/UFSC

#### **5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Carta de Serviços ao Cidadão são os mecanismos de transparência de informações da Universidade, e podem ser acessados, respectivamente, nos sites:

- [www.acessoinformacao.gov.br](http://www.acessoinformacao.gov.br)
- <http://cartadeservicos.ufsc.br/>

#### **5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

Com este relatório, apresentaremos um panorama das atividades e principais dados referentes ao trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), realizados durante o ano de 2017.

Cabe mencionar que, em 2012, foi criado o Núcleo de Acessibilidade da UFSC, através da Portaria nº 1752/2012/GR de 31 de outubro de 2012. Este Núcleo, em 09 de agosto de 2013, passou a ser a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE, de acordo com a Portaria nº 1536/2013/GR.

Em 11 de maio de 2016, com a criação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), pela Portaria nº 970/2016/GR, a CAE passou a integrar a referida Secretaria, e embora as mudanças sejam recentes e, por conseguinte, ainda estejamos em processo de construção dos pilares que ancorarão o trabalho a ser desenvolvido, o setor já tem viabilizado muitas propostas. Dentre essas, destacamos a elaboração e a busca de meios para efetivar ações referentes à inclusão e à acessibilidade dos estudantes com deficiência matriculados na UFSC.

#### Manutenção do Mapeamento dos estudantes com deficiência

O mapeamento, referente aos estudantes, vem sendo atualizado de maneira constante, uma vez que há mudanças nesse número, bem como na necessidade de acompanhamento realizado por essa Coordenadoria. O levantamento é feito com base nas seguintes fontes de obtenção de dados:

- COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular): dados provenientes do pedido de condição especial durante a realização do vestibular de ingresso.

- CAGR (Sistema de Controle Acadêmico da Graduação): o sistema disponibiliza uma lista com os estudantes com deficiência identificados como “via vestibular” ou “não confirmados”. É enviado e-mail para cada estudante da lista a fim de confirmar as informações.

- CURSOS: É encaminhado solicitação para que cada curso envie uma relação dos estudantes com deficiência regularmente matriculados na graduação e pós-graduação.

#### Acompanhamento de estudantes com deficiência dos cursos de graduação e pós-graduação

A CAE acompanha a trajetória acadêmica de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. O acompanhamento se dá por meio de diferentes estratégias, buscando atender às demandas apresentadas pelos estudantes e professores, a fim de dar ferramentas e suporte para a eliminação das barreiras de acesso ao ensino.

Em 2017 a CAE havia mapeado 170 estudantes autodeclarados pessoas com deficiência, matriculados nos cursos de graduação da UFSC.

#### **Quadro 129 – Estudantes autodeclarados portadores de deficiências**

DEFICIÊNCIA FÍSICA	40
DEFICIÊNCIA VISUAL - BAIXA VISÃO	33
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	8
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	52
SURDEZ	27
SURDOCEGUEIRA	3
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	1
DEFICIÊNCIA VISUAL - CEGUEIRA	6

Fonte: CAGR/UFSC

#### Assessoramento aos cursos de graduação e pós-graduação, por meio de reuniões sistemáticas.

Desde o início da atuação da CAE, o principal objetivo é desenvolver um trabalho junto às coordenações de curso, proporcionando-lhes subsídios necessários para que possam promover ações efetivas no âmbito da acessibilidade institucional. Desse modo, viabilizando condições para que os cursos tenham autonomia na resolução de situações e necessidades apresentadas pelos estudantes com deficiência.

O assessoramento aos cursos, de graduação e pós-graduação, ocorre sistematicamente por meio de reuniões a cada início e término do semestre letivo. Além disso, ao longo do semestre poderão ser realizados assessoramentos por solicitação da CAE ou do próprio curso, de acordo com demandas específicas. A reunião de assessoramento acontece com a participação do coordenador do curso e dos professores das disciplinas cursadas no referido semestre pelo estudante. Todas as reuniões possuem registro de seus encaminhamentos e dos principais pontos discutidos, ficando arquivados na CAE.



A reunião com a Coordenação de curso é o segundo momento depois que o estudante chega à CAE. Essas reuniões têm por objetivo esclarecer a proposta da Coordenadoria, apresentar as estratégias que o estudante trouxe na entrevista de acolhimento e verificar as possibilidades de aplicação dessas, pela coordenação do curso, bem como conhecer a realidade do curso.

### Ações junto aos estudantes com deficiência

A chegada do estudante até a CAE geralmente ocorre por meio de um primeiro contato via e-mail, ou pessoalmente. Nesse momento, é agendada/realizada uma reunião utilizando um formulário estruturado, no qual o estudante apresenta suas demandas relacionadas à acessibilidade. A partir dessa entrevista inicial, vão sendo definidas as ações necessárias para a promoção da acessibilidade.

Durante todo o ano de 2017 a CAE contou com o apoio de bolsistas de extensão e bolsistas de estágio não-obrigatório para o desenvolvimento dessas ações. Todas as atividades de estágio e de extensão tiveram supervisão semanal. As estagiárias, estudantes de fonoaudiologia, pedagogia e antropologia, foram supervisionadas pela Fonoaudióloga da CAE, Vivian Ferreira Dias e pela pedagoga Patrícia Muccini. E os estagiários, estudantes de Psicologia e arquivologia, recebem supervisão local com a Pedagoga Bianca Costa Silva de Souza e com a psicóloga Fernanda Denise Satler.

Os bolsistas elaboram relatórios das atividades desenvolvidas em cada semana, que são discutidos durante as supervisões. As ações para promoção da acessibilidade são elaboradas de acordo com as demandas dos estudantes com deficiência que utilizam o serviço de transcrição, descrição, locomoção e/ou acompanhamento, desenvolvidos pelos bolsistas de acessibilidade da CAE.

### Bolsa de Extensão e Estágio Curricular Obrigatório

A CAE promove campo de estágio aos estudantes da UFSC, abrangendo várias áreas de formação, assim como atividades de extensão. Neste ano, a CAE contou com 2 (dois) bolsistas de extensão que desenvolveram atividades de apoio à promoção da acessibilidade institucional, sendo dos cursos de jornalismo e antropologia, que atuam no apoio ao planejamento, construção e estruturação da comunicação visual da CAE, contribuindo com a dinâmica interna do setor.

Além dos bolsistas de atividades internas da CAE, o setor contou com o apoio de 15 estagiários de promoção de acessibilidade que atuaram diretamente com os estudantes com deficiências dos mais diversos cursos de graduação, no apoio às atividades acadêmicas.

Para darmos a dimensão de nossas ações e, por conseguinte, do alcance de nossa atuação, apresentaremos dados numéricos acerca do trabalho desenvolvido pelo setor.

### **Quadro 130 – Dados do trabalho desenvolvido na CAE**

Reunião acompanhamento/estudantes	42
Reunião acolhimento/estudantes	18
Reunião assessoramento/cursos	34
Reunião equipe CAE	21
Reunião estudos CAE	02
Reunião intersetorial	35
Reunião SAAD	09
Reunião com educação básica	11
Entrevista/seleção de estágio/bolsa	13
Capacitação	04
Supervisão estagiários/bolsistas	63
Participação em comissões	24
Participação em eventos acadêmicos	07
Projeto de extensão	04

Participação EMAPCD	09
Participação GT	02
Assessoramento em pesquisas	10
Articulação interinstitucional	05
Atendimento demandas espontâneas	04
Visitas institucionais	04
Coletivo "Por uma UFSC Inclusiva"	02
Evento 21 de setembro	01

Fonte: SAAD/UFSC

**Reunião acompanhamento/estudantes:** As reuniões de acompanhamento aos estudantes com deficiência ocorrem de acordo com a procura dos estudantes com deficiência, nas quais são verificadas novas necessidades por recursos de acessibilidade, considerando as especificidades das disciplinas que serão cursadas no semestre, além da identificação de possíveis mudanças na condição de deficiência. é feito uma avaliação dos recursos de acessibilidade utilizados no decorrer do semestre, e identificados os facilitadores e dificultadores encontrados para a promoção de acessibilidade.

**Reunião acolhimento/estudantes:** As reuniões de acolhimento aos estudantes com deficiência ocorrem após realização de matrícula até o início do semestre letivo de seu ingresso. A CAE faz contato por email e/ou telefone com o estudante para agendamento da reunião de acolhimento. Nesta reunião são esclarecidos os objetivos da CAE e os suportes ofertados para sua condição específica de deficiência (os quais poderá usufruir ao longo de sua trajetória acadêmica). O acolhimento também acontece com estudantes sem deficiência, que apresentam dificuldades de aprendizagem, e procuram o setor para solicitar auxílio, bem como, representantes dos CAs interessados em se aproximar e acolher os calouros com deficiência.

**Reunião de assessoramento/ cursos:** As reuniões de assessoramento aos cursos geralmente são feitas “in locu” e são voltadas aos coordenadores e docentes do curso. Nesses momentos são esclarecidas as características de cada estudante com deficiência, e passadas as orientações acerca das condições de acessibilidade necessárias, bem como, as contribuições dos professores nesse processo.

**Reunião equipe CAE:** São realizadas reuniões frequentes, nas quais as informações são repassadas e as condutas estratégicas delineadas em conjunto, com o intuito de construir o conhecimento e os pilares que sustentam a atuação de um setor (especialmente no momento de implantação e consolidação do trabalho) que são realizados no coletivo.

**Reunião de estudos CAE:** São reuniões realizadas regularmente, nas quais os casos dos estudantes com deficiência acompanhados pela CAE são repassados e debatidos, com o objetivo de compreender e aprofundar o conhecimento acerca da situação educacional vivenciada pelos estudantes, bem como esboçadas estratégias em conjunto, no sentido de planejar ações que contribuam com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com deficiência.

**Reunião intersetorial:** São reuniões realizadas entre os diversos setores da UFSC, com o objetivo de tratar de assuntos relacionados a acessibilidade das pessoas com deficiência, oferecer orientações no que diz respeito ao acesso e permanência dos estudantes com deficiência no âmbito acadêmico, apoiar os diferentes setores da universidade para a melhoria da participação de pessoas com deficiência, etc. possibilitar a aproximação da CAE com os diferentes setores que atuam com acessibilidade como a Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes LIBRAS/Português, AAI, entre outros; setores vinculados a atividades-meio como a SETIC, a Diretoria-Geral de Comunicação, Imprensa, Pró-Reitorias, etc..

**Reunião SAAD:** São reuniões que acontecem entre a CAE e os demais setores da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, como por exemplo Coordenadoria de Relações Étnico Raciais, Coordenadoria de Ações de Equidade, Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero, Coordenadoria de Inclusão

Digital, bem como, reuniões com a Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades Francis Solange Vieira Tourinho e o Diretor Administrativo Marcelo Henrique Romano Tragtenberg. Incluem também, o planejamento estratégico, as avaliações do estágio probatório dos servidores, entre outras coisas.

**Reunião com Educação Básica:** As reuniões de assessoramento à educação básica (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil) têm o intuito de contribuir com a consolidação da acessibilidade educacional em todos os níveis de ensino da UFSC.

**Entrevista/seleção de estágio/bolsa:** Refere-se aos processos seletivos e/ou entrevistas realizadas com vistas ao preenchimento de vagas de estágio/bolsa para atuar diretamente junto aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC, na promoção da acessibilidade educacional e acesso ao conhecimento, ou para desenvolver atividades no âmbito da CAE, auxiliando no trabalho interno, etc.

**Capacitação:** Outro pilar de nossa atuação é a capacitação, no âmbito da UFSC, de professores, técnicos, estagiários/bolsistas e demais envolvidos. Por entendermos que a Instituição deve ser inclusiva, os saberes precisam ser compartilhados, de modo que todos os “atores” do processo de aprendizagem do estudante com deficiência estejam aptos a oferecer ao último o melhor suporte possível.

**Supervisão estagiários/bolsistas:** Todos os estagiários e bolsistas de promoção de acessibilidade educacional que atuam diretamente com os estudantes com deficiência (seja na função de leitor, transcritor, acompanhante, ou quaisquer outras), são supervisionados semanalmente por profissionais da área. Nas supervisões são aprofundadas questões teóricas e práticas vinculadas à atuação. Além disso, são feitos os repasses e escolhidas as melhores condutas estratégicas para cada situação.

**Participação em comissões:** Refere-se a participação de membros da equipe técnica da CAE em comissões, como comissões do Colégio de Aplicação, comissões para análise de documentos de concurso público, comissões relacionadas ao vestibular, comissões dos processos de validação das modalidades de cotas, entre outras.

**Participação em Eventos Acadêmicos:** Corresponde a participação dos membros da equipe técnica da CAE em eventos que tenham por objetivo trabalhar a questão da deficiência e acessibilidade, com vistas a apresentação de trabalhos de modo a propiciar a visibilidade de nossas ações institucionais, oferecer oportunidades para a atualização de conhecimentos, etc.

**Projeto de extensão:** A CAE está vinculada a uma série de projetos, seja com departamentos atrelados à UFSC, como com instituições externas, bastante reconhecidas na área da acessibilidade.

**Participação EMAPCD:** Trata-se da representatividade da CAE na Equipe Multiprofissional de Acompanhamento aos servidores com deficiência da UFSC, por meio de servidores do setor, devidamente designados para esta atuação.

**Participação GT:** Corresponde a participação de servidores da CAE em grupos de trabalho, que tenham por objetivo e foco temas relacionados a acessibilidade/deficiência, e também assuntos concernentes as demais áreas da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades.

**Assessoramento em pesquisas:** Ao longo da nossa atuação, na esfera da UFSC, temos nos tornado um setor de referência no âmbito da Acessibilidade Educacional, desse modo, assessoramos pesquisas, fornecemos dados, ou seja, apoiamos investigações na própria UFSC e em outras instituições.

**Articulação interinstitucional (outras instituições e universidades):** As articulações interinstitucionais vão desde consultas e visitas técnicas, até apoio em capacitações com temas afeitos à acessibilidade. Essa prática fomenta a troca de informações entre instituições diversas, bem como é uma forma de consolidar as ações da CAE. Neste item incluem-se as visitas de outras instituições, visitas de avaliação por parte do MEC, consultas nossas ao MEC e a outros núcleos de acessibilidade ou outras

instituições, consultas recebidas de outros núcleos de acessibilidade ou outras instituições. O intuito é troca de informações, consultas, socialização da metodologia e proposta de trabalho, compartilhar estratégias.

**Atendimento demandas espontâneas:** Assessoramento presencial de demandas espontâneas relacionadas a acessibilidade dos estudantes com deficiência da UFSC, que acontecem eventualmente sem agendamento prévio.

**Visitas institucionais:** As visitas Institucionais acontecem com o objetivo de apresentar o trabalho da CAE, bem como, conhecer o trabalho de outras instituições que desenvolvem atividades relacionadas as pessoas com deficiência, a fim de estabelecer ou fortalecer parcerias. Essas visitas também englobam as visitas realizadas a UFSC Araraguá, UFSC Blumenau, UFSC Curitibanos e UFSC Joinville.

**Coletivo “Por uma UFSC Inclusiva”:** São reuniões, encontros ou eventos com os representantes do coletivo de pessoas com deficiência, com o intuito de discutir e planejar ações que promovam a acessibilidade dos estudantes com deficiência da UFSC.

**Evento 21 de setembro:** São reuniões e atividades preparatórias do evento, que tem por objetivo pensar, planejar e organizar as comemorações do dia nacional de luta da pessoa com deficiência, assim como a data propriamente dita.

## **6. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

### **6.1 Desempenho financeiro do exercício**

É importante entender que a UFSC, como autarquia federal vinculada ao MEC, não tem autonomia sobre os fluxos financeiros, nem mesmo sobre a receita própria. O ciclo financeiro ocorre da seguinte maneira, a partir do empenho o bem é entregue ou o serviço é executado, estando tudo certo o gestor atesta e a operação é liquidada. A partir desse ponto tem-se o pagamento ao fornecedor. A partir das notas liquidadas, o MEC libera os recursos financeiros para o pagamento. A Universidade Federal de Santa Catarina encerrou o ano de 2017 da mesma maneira como ocorreu em 2016, ou seja, com todas as suas contas pagas. Apesar das grandes dificuldades sofridas no ano de 2015 com a crise econômica e a falta de repasse de recursos financeiros que gerou uma diferença entre o total de liquidado e pago na ordem de R\$ 12.645.707,42. Para manter em dia as contas do ano de 2017 somente foi possível em função do trabalho de sensibilização e de articulação dos Gestores da UFSC junto ao Ministério da Educação, junto a Bancada Federal Catarinense e, inclusive, junto aos próprios fornecedores. O resultado deste trabalho foi recompensado no final do ano de 2017 com a quitação de todas suas dívidas e regularização do processo de liquidação e pagamento dos fornecedores. Esses dados demonstram que a UFSC conseguiu honrar com suas obrigações mesmo diante das restrições orçamentárias impostas pela crise econômica. Iniciar o ano de 2018 com resultados financeiros e orçamentários positivos diminuem as incertezas do efeito da crise e indicam um próximo ano ainda melhor. A situação orçamentária e financeira que se apresenta no final de 2017 é totalmente diferente da que foi apresentada no final de 2015, pois a UFSC conseguiu honrar todos seus compromissos orçamentários do exercício de 2017.

Para contextualizar o desempenho orçamentário, é importante considerar que a UFSC, assim como as demais Universidades Federais, sofreu contingenciamento em seu orçamento em 2017. Desse modo, ao final do ano, o orçamento (LOA + Decretos) totalizava R\$ 1.487.867.364,00. Destes, R\$ 163.961.767,00 tratavam-se de recursos do Tesouro para despesas discricionárias (excluindo pessoal, encargos, recursos próprios, benefícios, precatórios e pensões indenizatórias). O limite de empenho autorizado foi de R\$ 157.824.901,40, configurando-se uma redução de R\$ 6.136.865,60 nos recursos do Tesouro para as ações da UFSC.

A portaria Nº 39, de 16 de outubro de 2017 autorizou crédito suplementar no valor total de R\$ 4.340.000,00, valor este referente ao superávit de recursos próprios apurado no balanço financeiro do exercício de 2016. No entanto a liberação do limite de empenho do referido crédito não se concretizou. Neste sentido, podemos afirmar que o contingenciamento total imposto à UFSC em 2017 resultou no valor de R\$ 10.476.865,60, montante este, muito superior ao contingenciado em 2016 que atingiu a quantia de R\$ 2.195.874,00. Este contingenciamento ocorrido no exercício de 2017, provocou grandes alterações no planejamento de novas obras. Os recursos de capital foram direcionados principalmente para a continuidade das obras em andamento e em processo de licitação, e para a criação de estruturas imprescindíveis à continuidade dos cursos em andamento.

A aquisição de equipamentos e materiais permanentes para ensino e infraestrutura foi reduzida ao mínimo possível, desde que não inviabilizasse as atividades. Os recursos para custeio mostraram-se insuficientes para a manutenção dos serviços nos valores já contratados e, ainda mais, para as ampliações planejadas, gerando a necessidade de redução dessas atividades.

Foi preciso manter também as despesas com infraestrutura física, manutenção de serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados relativos a instituições federais de ensino superior;

contratação por Tempo Determinado, Benefícios Assistenciais, Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis com Pessoal Civil Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, Obrigações Patrimoniais Diárias, Auxílio Financeiro a Estudantes, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Terceiros de Pessoa Física, Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Obrigações Tributárias e Contributivas, Indenizações e Restituições, Obrigações Tributárias e Contribuições; e realização de Obras e Instalações, Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

## **6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior**

Com relação às medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos da UFSC, a maior parte das atividades da Universidade, em 2017, foi executada com os recursos orçamentários e financeiros oriundos do orçamento do MEC, aprovado através da LOA 2017. Há ainda, as receitas próprias advindas do recolhimento de taxas, multas e aluguéis, entre outras. Além destes, há os recursos descentralizados para a execução de projetos em áreas específicas de conhecimento. Tais instrumentos e fontes encontram-se descritos no próximo item.

### **6.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão**

Além do seu orçamento, a Universidade recebe a descentralização de recursos de outros entes para a execução, através de instrumentos como os termos de descentralização, convênios e/ou contratos, resultado do exercício da política de captação de recursos para o ensino, pesquisa e extensão. O resumo desses recursos pode ser visto no quadro abaixo:

**Quadro 131 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos**

RECEBIDOS	UO	UG	GESTAO	NOME	2017	2016	2015	2014
Convenio/Descentralização	14108	070015	00001	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO	16.551,73			
Convenio/Descentralização	20201	373001	37201	DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA	1.839.555,10			
Convenio/Descentralização	20204	243001	24208	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI	1.306.099,88	1.202.399,42	1.154.824,50	1.149.794,13
Convenio/Descentralização	22101	130101	00001	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS -MAPA		9.897.529,60	700.000,00	234.556,46
Convenio/Descentralização	24101	240102	00001	COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS-MCT	618.645,00	158.372,00	578.468,26	1.842.300,00
Convenio/Descentralização	24901	240901	00001	FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO				0
Convenio/Descentralização	26101	150014	00001	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORCAMENTO SPO -MEC	16.403.719,35	2.014.058,62	42.000,00	118.409,22
Convenio/Descentralização	26104	152005	00001	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ			2.867.150,07	
Convenio/Descentralização	26231	153037	15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		261,92	4.328,51	408,28
Convenio/Descentralização	26234	153046	15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO		2.953,19		1.219,02
Convenio/Descentralização	26236	153056	15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		1.200,00	683,79	
Convenio/Descentralização	26241	153079	15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA				5.254,80
Convenio/Descentralização	26243	153103	15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE		14.646,40	14.101,02	164.672,88
Convenio/Descentralização	26244	153114	15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	29.073,66	7.345,65	9.471,70	2.545,01
Convenio/Descentralização	26245	153115	15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		2.889,99	2.264,19	6.190,40
Convenio/Descentralização	26247	153164	15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA				733,68
Convenio/Descentralização	26251	154419	26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS				
Convenio/Descentralização	26255	153036	15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI			512,80	
Convenio/Descentralização	26258	153019	15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA		1.999,92		466,22
Convenio/Descentralização	26260	153028	15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS				799,23
Convenio/Descentralização	26262	153031	15250	UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	720,00			3.060,00
Convenio/Descentralização	26263	153032	15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3.731,52			
Convenio/Descentralização	26266	154359	26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	1.643,93	4.216,94	2.901,24	360,44
Convenio/Descentralização	26269	154034	15255	UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ			4.574,43	
Convenio/Descentralização	26271	152435	15257	DECANATO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - FUB				
Convenio/Descentralização	26272	154041	15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO				2.111,00

Convenio/Descentralização	26273	154042	15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	1.508,91	4.752,56	2.283,71	
Convenio/Descentralização	26275	154044	15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE		2.188,18		
Convenio/Descentralização	26276	154045	15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO			3.813,10	
Convenio/Descentralização	26277	154046	15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO				
Convenio/Descentralização	26278	154047	15264	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.646,28			
Convenio/Descentralização	26284	154032	15270	FUND.UNIV.FED.DE.CIENC.DA SAUDE DE P.ALEGRE	19.618,99		3.671,47	
Convenio/Descentralização	26290	153978	26290	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS		398.708,50	324.557,44	913.015,97
Convenio/Descentralização	26291	154003	15279	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	4.516.129,72	5.689.948,60	7.296.169,03	11.914.508,73
Convenio/Descentralização	26298	153173	15253	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	2.007.456,04	783.875,47	3.906.926,27	4.435.642,59
Convenio/Descentralização	26419	158141	26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS			2.192,22	
Convenio/Descentralização	26422	158125	26422	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE				24.300,84
Convenio/Descentralização	26434	158139	26434	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE			1.538,46	
Convenio/Descentralização	26438	158516	26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	140.567,31	97.200,00	72.900,00	800,00
Convenio/Descentralização	26440	158517	26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	3.500,00	4.900,00	2.100,00	12.800,00
Convenio/Descentralização	26441	158515	26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA				1.153,80
Convenio/Descentralização	26443	155007	26443	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES	11.480.221,74			
Convenio/Descentralização	30107	200229	00001	ACADEMIA NACIONAL DA POLICIA RODOV. FEDERAL	600.000,00	300.000,00		
Convenio/Descentralização	30907	200333	00001	DEPARTAMENTO PENITENCIARIO NACIONAL- Fundo Penitenc.Nacional				686.804,00
Convenio/Descentralização	30911	200331	00001	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - Fundo Nac. De Segurança Pública		103.000,00	103.100,00	130.000,00
Convenio/Descentralização	30912	200246	00001	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS				8.400.718,00
Convenio/Descentralização	36901	257001	00001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE - Ministério da Saúde	116.989.250,91	40.171.589,76	16.704.032,70	43.845.687,28
Convenio/Descentralização	39101	390002	00001	SUBSECRETARIA DE PLANEJ.E ORÇAM.SETORIAL - Min. Dos Transportes	8.944.226,00	120.075,85	1.681.066,15	840.533,07
Convenio/Descentralização	39207	275075	27211	VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	428.545,00	1.000.000,00		
Convenio/Descentralização	39250	393001	39250	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	2.912.696,04	5.327.012,62	5.825.674,50	10.155.288,72
Convenio/Descentralização	39252	393003	39252	DEPART. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE	24.994.634,24	12.381.806,97	12.340.376,68	10.598.790,00
Convenio/Descentralização	39902	110591	68101	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	8.083.910,00			
Convenio/Descentralização	41101	410002	00001	COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS/MC			314.453,97	4.149.712,44
Convenio/Descentralização	42101	420002	00001	COORD. GERAL DE ORCAM. FINAN. E CONTABILIDADE - Ministério da Comunicações			1.075.170,00	



Convenio/Descentralização	42201	344001	34201	FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA			2.550,00	
Convenio/Descentralização	42204	403101	40401	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL			60.000,00	
Convenio/Descentralização	42902	340002	00001	COORD.GERAL ORCAM. FINAN. E CONTAB./FNC			239.934,00	
Convenio/Descentralização	44101	440002	00001	SUBSECRET.DE PLANEJAM.,ORCAM.E ADMINIST.SPOA -Ministério do Meio Ambiente		254.767,46		702.122,38
Convenio/Descentralização	44902	447001	00001	SETORIAL DO FUNDO NACIONAL DE MUD CLIMA				
Convenio/Descentralização	49101	490002	00001	SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRACAO - Ministério do Desenv. Agrário		2.304.905,06	1.303.304,94	
Convenio/Descentralização	49201	373001	37201	DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA		3.723.715,79	1.954.743,11	9.273.006,62
Convenio/Descentralização	51101	180077	00001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - DPGE - Ministério do Esporte	28.154,12	335.737,05		467.631,22
Convenio/Descentralização	52101	110407	00001	DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Defesa			120.000,00	
Convenio/Descentralização	52111	110407	00001	DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Defesa		1.006,88		
Convenio/Descentralização	53101	530002	00001	MI/SE/DGE/ORCAMENTO E FINANÇAS - Ministério da Integ. Nacional	1.229.335,30	678.400,00		
Convenio/Descentralização	54101	540001	00001	COORD.-GERAL DE PLANEJ.ORCAM.E FINANC.- CGPOF - Ministério do Turismo				
Convenio/Descentralização	55101	550002	00001	SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/MDS - MDS e Combate a Fome	318.993,18	300.000,00	575.479,71	149.399,20
Convenio/Descentralização	56101	560003	00001	SECRETARIA EXECUTIVA - MINIST.DAS CIDADES		6.142,32	1.005.751,30	30.000,00
Convenio/Descentralização	56902	560015	00001	FUNDO NACIONAL DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL			2.278.553,00	
Convenio/Descentralização	58101	110008	00001	SECRETARIA EXECUTIVA-MPA				135.000,00
Convenio/Descentralização	62901	110591	00001	FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL		10.147.483,00		9.974.202,00
Convenio/Descentralização	65101	200021	00001	SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES				229.488,80
Convenio/Descentralização	67101	238012	00001	SECRETARIA DE POLIT. DE PROM.DA IGUALD.RACIAL				573.700,00
Convenio/Descentralização	68101	110680	00001	SECRETARIA DE PORTOS/PR		12.212.825,00	7.583.864,00	3.300.700,00
Convenio/Descentralização	68201	682010	68201	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS		349.280,00	682.680,00	643.749,40
<b>TOTAL</b>					202.920.133,95	110.007.194,72	70.848.166,27	125.121.635,83

Fonte: SEPLAN/UFSC

A UFSC dispõe, ainda, de outros recursos para a execução de suas atividades, que são as receitas próprias arrecadadas, já descritas no item 2.3.6.

## **6.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados**

Os recursos captados através dos termos de execução descentralizada são aplicados conforme os seus respectivos planos de trabalho, respeitando as áreas de conhecimento às quais os termos se referem.

Já a alocação das receitas próprias se dá conforme a natureza da captação. Por exemplo, as taxas arrecadadas derivadas de projetos de pesquisa e de extensão são alocadas internamente respeitando as respectivas Resoluções Internas, de Pesquisa e de Extensão, e geridas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão na parte que lhes cabe e pelas Unidades Universitárias, respeitando a sua destinação para atividades de pesquisa e extensão.

Os aluguéis recebidos pelos espaços físicos locados são destinados internamente para o custeio de atividades voltadas para a Assistência Estudantil, e são geridos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Já os recursos provenientes da arrecadação da venda de passes do Restaurante Universitário ajudam a custear o funcionamento do mesmo. Da mesma forma ocorre com as multas recolhidas na Biblioteca Universitária. Da mesma forma, os recursos provenientes de concursos destinam-se a custear os próprios processos de concursos, tais como o caso do vestibular.

## **6.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

### **Bens Móveis**

As rotinas de controle relativas a bens móveis na UFSC estão em processo de aprimoramento. Essas melhorias estão em linha com o enfoque patrimonial da contabilidade pública surgido em 2008, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, em resposta à convergência aos padrões internacionais de contabilidade governamental.

Esse novo enfoque para a contabilidade, que é bastante positivo, principalmente no que diz respeito ao aumento da transparência, trouxe também vários desafios. A contabilidade governamental tinha, até então, um enfoque predominantemente orçamentário. Rotinas como depreciação, amortização e exaustão, reconhecimento de passivos independentemente da execução orçamentária, provisões trabalhistas e outras não eram comuns na administração pública.

Implementar essas rotinas, portanto, exige não só criar um novo sistema ou procedimento, mas conciliar e corrigir saldos contábeis incorretos ou imprecisos, ou mesmo registrar saldos que até então nunca foram alvos de contabilização na administração pública como um todo. Essa dificuldade não é exclusiva da UFSC, mas de todas as instituições, como reconhece a própria Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

No caso da UFSC, além dos desafios comuns a outros órgãos, trata-se de uma instituição de grande porte, que possui muitos bens, e que teve transposição de dados de um sistema informatizado para outro em 2010. Além disso, os saldos contábeis relativos a bens móveis precisam ser revistos, conciliados e, se necessário, corrigidos, tarefa complexa quando esses saldos são decorrentes de quase 58 anos de história.

## **Depreciação e conciliação dos saldos contábeis de bens móveis**

A necessidade de conciliação dos saldos relativos a bens móveis e de sua devida depreciação já vem sendo alvo de menção nos últimos relatórios de gestão e também foi apontado na Declaração do Contador desde 2014. Desde então, trabalhamos no diagnóstico desses e de outros saldos a serem conciliados, mas nos concentramos principalmente em resolver o problema da depreciação. Paralelamente, no entanto, estudamos mecanismos para iniciar a conciliação, sendo que não havia, no sistema informatizado utilizado na UFSC, um Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB corretamente parametrizado.

A partir dos esforços para implementar a depreciação, conseguimos também viabilizar solução tecnológica para conceber o RMB, nos moldes exigidos pela STN, incluindo-se a classificação contábil do plano de contas vigente a partir de 2015. Esse feito, assim como a depreciação, só foi concretizado no final de 2015 e início de 2016, enquanto o sistema ainda estava disponível para lançamentos, o que significa que a depreciação foi lançada, mas a conciliação dos saldos dos bens se iniciaria a partir de janeiro de 2016.

A estratégia, assim, seria implementar a conciliação das movimentações de bens relativas ao exercício de 2016, inicialmente, para posterior e gradativamente conciliar também os exercícios anteriores. Vale ressaltar que a completa conciliação dos saldos se dará ao longo dos próximos anos, haja vista que será necessário retroagir e verificar os lançamentos de bens que foram incorporados, movimentados ou alienados ao longo de toda a história da instituição.

Contudo, nos primeiros três meses de 2016, foram identificadas algumas inconsistências no sistema, que só foram detectadas a partir do início da rotina de conciliação. Elas se mostraram complexas de solucionar necessitando inclusive de intervenção do sistema informatizado. Vale destacar que o sistema informatizado, em seu código fonte, estava em avaliação por uma equipe da SETIC, por conta do encerramento do contrato da empresa fornecedora. Eventuais alterações do sistema somente seriam possíveis após a validação deste código.

Somado a isso, houve, em 2016, a mudança de gestão da UFSC sem que houvesse no DGP, o devido processo de transição, dificultando assim, a equipe que assumiu dar sequência a atividade, considerando que a própria equipe anterior estava tendo dificuldades em corrigir os problemas detectados. Outro fator é que a equipe que assumiu se envolveu com um processo de inventário bastante complexo, como um dos grandes desafios do Departamento de Gestão Patrimonial.

Portanto, a conciliação dos bens móveis foi iniciada, mas não foi finalizada em função das dificuldades apontadas, porém os trabalhos continuam. Em 2017 foi formada uma comissão para implementação de relatórios adequados para depreciação e conciliação (RMB), que teve como resultado um documento apontando os formatos dos relatórios que por consequência demandaram diversas alterações no sistema de patrimônio, que até o final do exercício não haviam sido concluídas.

## **Bens Imóveis**

As rotinas de controle relativas a bens imóveis na UFSC estão em processo de aprimoramento. No caso da UFSC, além dos desafios comuns a outros órgãos, trata-se de uma instituição de grande porte, que possui muitos bens. Treze imóveis já foram cadastrados no SPIUnet, com base no IPCA-E, tal como sugerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, além de outro imóvel incorporado pelo preço de aquisição.

Destaca-se que não se trata de reavaliação, tal como definida na Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, uma vez que a reavaliação não é admitida por este normativo de forma indistinta, mas somente nos casos previstos no inciso II do art. 4º, em conjunto com o art. 6º, da mesma portaria.

### **Conciliação dos saldos contábeis de bens imóveis**

Como tem sido relatado pela CRFP nos últimos Relatórios de Gestão, existe uma força-tarefa encarregada da regularização fundiária para que, como resultado, sejam registrados todos os bens, construídos ou adquiridos pela UFSC, no SPIUnet.

A conciliação dos saldos contábeis, portanto, limitou-se aos bens já registrados no SPIUnet, suas atualizações e inclusões. Todas as movimentações registradas no SPIUnet por profissional da UFSC, habilitado ao uso deste sistema, geram lançamentos contábeis que afetam os saldos das contas do grupo “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet” no Siafi. Esses lançamentos precisam ser ratificados por contador lotado no DCF, que deve conferir a documentação que dá suporte aos lançamentos.

Com base nessa ratificação e também a partir de relatório de bens cadastrados no SPIUnet, informamos que os saldos dos dois sistemas, de bens registrados no SPIUnet e de saldos do grupo de “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, estão conciliados.

### **Depreciação de bens imóveis**

Segundo a Portaria Conjunta SPU-STN nº 703/2014, a depreciação relativa a bens imóveis da União será apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet, o que significa que não compete à UFSC realizar tal procedimento. Verificamos que os lançamentos de depreciação realizados no sistema, no entanto, não foram feitos automaticamente, mas de forma manual. Acreditamos que a SPU está buscando automatizar o sistema. De qualquer forma, a depreciação dos bens imóveis está sendo contabilizada.

### **Ativos Intangíveis**

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª ed., são considerados Ativos Intangíveis “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade”. São exemplos de Ativos Intangíveis os softwares, os direitos de exploração, as licenças, as marcas e patentes, entre outros.

### **Conciliação dos saldos ativos intangíveis**

A conciliação dos Ativos Intangíveis é uma obrigação prevista na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, mas o prazo para a implantação do procedimento é até 31 de dezembro de 2018, com a obrigatoriedade de registro contábil a partir de 1º de janeiro de 2019.

Entretanto, pretendemos avançar nessa rotina ainda em 2018, como resultado do esforço que já vínhamos empreendendo no aprimoramento dos controles relativos a bens móveis.

## **Amortização**

O procedimento de amortização é, segundo o MCASP, 6ª ed., “a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive Ativos Intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado”.

Os Ativos Intangíveis são classificados em aqueles com vida útil definida e os com vida útil indefinida. Segundo o MCASP, portanto, apenas os Ativos Intangíveis com vida definida serão objeto de amortização. Ou seja, somente os softwares com licença limitada por contrato, por exemplo, serão alvo de amortização, enquanto que aqueles para os quais a UFSC detêm a propriedade da licença por prazo indeterminado não serão incluídos nessa rotina.

O prazo para a implantação da rotina de amortização e início da contabilização são os mesmos definidos para o controle e conciliação dos ativos intangíveis, como definido na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, mas pretendemos nos engajar para implementar essa rotina já no decorrer de 2018, paralelamente ao controle da depreciação.

## **Passivo Patrimonial**

De acordo com o MCASP, 6ª ed., passivos representam “obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços”. Essas obrigações resultam, geralmente, como consequência de contratos, formais ou tácitos, ou de requisitos estatutários.

Ainda segundo o MCASP, há que observar que os passivos não se limitam ao que prevê o art. 58 da Lei nº 4.320/64, que os atos emanados por autoridade competente criam para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de condição (formalizado por empenho), mas abarca todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária. No setor público existem, portanto, dois tipos de passivo, o financeiro e o patrimonial, sendo aquele representado pela execução do orçamento e este pelos passivos decorrentes de obrigação contratual que não estejam suportados pela execução orçamentária.

O reconhecimento de passivo patrimonial está em linha com as exigências dos normativos contábeis vigentes, assim como as provisões trabalhistas (férias, 13º salário etc.), que já vinham sendo contabilizadas desde quando a norma assim exigiu. Existem outros passivos, no entanto, que também precisam ser evidenciados, tal como provisões decorrentes de demandas judiciais trabalhistas e cíveis, quando for provável que a decisão judicial será em desfavor da instituição, ou contingências registradas em conta de controle, quando a ocorrência de um passivo depender da ocorrência ou não de uma condição, ou seja, quando foi incerto se haverá decisão judicial favorável ou desfavorável.

## **Ativo Patrimonial**

Além dos passivos, existe também a obrigatoriedade do reconhecimento de ativos por competência, ou seja, resultantes ou não da execução orçamentária. Historicamente, a contabilidade governamental priorizou o controle contábil das receitas orçamentárias, o que se convencionou chamar de “regime de caixa”. Como prevê o art. 35, inciso I, da Lei nº 4.320/64, “pertencem ao exercício financeiro[...] as receitas nele arrecadadas”.

Essa interpretação, no entanto, vale apenas para fins de controle do orçamento. Do ponto de vista contábil, e em respeito ao enfoque patrimonial, as receitas devem ser registradas mesmo que não tenha havido a arrecadação.

Desta forma, as receitas provenientes de contratos de concessão de espaço físico, de cessão de servidores para outras instituições e outras receitas decorrentes de contratos devem ser reconhecidas por competência, isto é, devem ser contabilizadas, independente de terem sido recebidas ou não. Além disso, em não havendo o recebimento no prazo determinado em contrato, tais créditos devem ser encaminhados para a inscrição em Dívida Ativa, com a correspondente transferência do ativo circulante para o ativo não circulante.

Complementarmente, deve-se proceder ao registro de provisão em face de eventuais não recebimentos de receitas provenientes desses contratos. Essa provisão precisa ter como base metodologia capaz de refletir o histórico de inadimplência, geralmente obtido a partir do controle de contas a receber da própria instituição.

Esta obrigatoriedade está prevista nas normas vigentes de contabilidade governamental, em especial na Portaria STN nº 548/2015, anexo PIPCP, que estabelece os prazos para essa e outras rotinas. A UFSC está envidando esforços para viabilizar o atendimento integral desta exigência.

#### **6.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

A UFSC não possui sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas. As principais despesas (limpeza, portaria, segurança, energia, água, bolsas, aluguéis, manutenção, etc.) são alocadas diretamente à Administração Central, não havendo distribuição às Unidades. Despesas com diárias, passagens e serviços de terceiros são distribuídas às Unidades. Alguns recursos com destinação definida pelo Governo Federal são gerenciados pelas Unidades correspondentes (Colégio de Aplicação, NDI, PRAE), as quais analisam a utilização eficiente dos mesmos. O Departamento de Gestão Orçamentária da SEPLAN operacionaliza este processo de distribuição orçamentária.

A UFSC vem realizando um esforço para que mais despesas, iniciando com as de telefonia e impressão, sejam distribuídas às Unidades, tornando-as custos controláveis pelos Diretores. Ressalta-se que, para que um sistema de custos torne-se efetivo apoio ao processo de gestão, a identificação das unidades responsáveis pelos custos é fundamental.

As Universidades possuem estruturas complexas e a multiplicidade da execução de suas despesas torna a parametrização de um sistema de custos peculiar. De acordo com informação obtida no FORPLAD/ANDIFES, o SIC está em fase de testes para as Universidades Federais através de implantação de piloto em algumas Universidades.

Em observância à PORTARIA Nº 716, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011, e considerando o seu Art. 2º, que estabelece a competência do Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu inciso “VI – Disponibilizar, em meios eletrônicos, instruções, procedimentos, metodologias de cálculo, recomendações técnicas e outros instrumentos que auxiliem o desempenho das atividades nos órgãos setoriais”, a UFSC aguarda ainda os resultados da implantação do piloto já mencionado, e/ou instrução normativa por parte do STN com orientações para o caso específico das IFES. Por este motivo, não possuímos até o momento um plano de implantação do uso do SIC na UFSC.

## **6.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

As Demonstrações Contábeis e as notas explicativas encontram-se disponíveis no sítio institucional <http://dcf.proplan.ufsc.br/demonstracoes/>.

## **7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

#### **7.1.1 Formas para o efetivo acompanhamento das deliberações do tribunal**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) dispõe de uma Coordenadoria de Controle e Acompanhamento, vinculada à unidade de Auditoria Interna (AUDIN), responsável pelo registro e acompanhamento das demandas advindas dos Órgãos de Controle Externo (TCU) e Interno (CGU).

A CCA/AUDIN não possui sistemas informatizados para acompanhamento das demandas de órgãos de controle, o que facilitaria sobremaneira o acompanhamento.

No caso das demandas do TCU em Acórdãos, os gestores estão cientes de que as diligências, quando recebidas em qualquer unidade da UFSC, devem ser imediatamente comunicadas à Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da AUDIN para registro, controle de prazos e emissão de relatórios por solicitação ou para compor o Relatório de Gestão.

A exceção são os acórdãos relacionados ao julgamento de atos de concessão de aposentadoria/pensão e admissão de pessoal, que são diligenciados pelo TCU diretamente à área de pessoal da UFSC, em que o controle de prazos é feito diretamente na unidade de pessoal, com posterior encaminhamento para a unidade de Auditoria Interna para ciência e inclusão das informações no Relatório de Gestão.

A Coordenadoria de Controle e Acompanhamento não possui programa específico para registro e acompanhamento das demandas, porém já apresentou esta necessidade à unidade de tecnologia da informação.

#### **7.1.2 Deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício**

Nos acórdãos encaminhados à UFSC em 2017, o TCU apresentou determinações referentes à área de pessoal. Dentre as determinações apontadas, todas aquelas relativas à exclusão do percentual de 3,17% dos seus pagamentos foram totalmente atendidas. Outras determinações, relativas à exclusão de horas-extras e demais assuntos pertinentes à área de pessoal, se mantêm em processo de resolução.

#### **7.1.3 Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores**

##### **Quadro 132 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento em acórdãos de exercícios anteriores**

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.243/2007-9	1.185/2007 – 2ª Câmara (Representação)	8.1	1660/2007- TCU/SECEX-SC	11/06/2007
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas				



Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 22/5/20007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) representação(ões), considerá-la(s) procedente(s), fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>8.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que informe em tópico próprio constante do Relatório de Gestão de suas contas anuais, a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando o andamento em cada ano e a situação das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor (data: 18/01/2018):</p> <p><b>PRODEGESP:</b></p> <p>Foram instaurados 1.773 processos administrativos de reposição ao erário dos pagamentos indevidos do percentual de 26,05% (URP) com base na Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, que estabelece os procedimentos a serem adotados, pelos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, para a reposição de valores ao Erário. Os servidores foram devidamente notificados garantindo-lhes os princípios do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>Foram concedidos todos os prazos legais para a defesa dos servidores. Os servidores apresentaram suas defesas, as quais foram devidamente analisadas, pela Procuradoria Federal junto a UFSC. Os processos de reposição ao erário foram sustados em atendimento a decisão judicial – processo nº 5028187-53.2016.4.04.7200, que determinou que: “a UFSC se abstenha de efetuar descontos nos proventos dos substituídos a título de URP, no período entre julho de 2001 e dezembro de 2007, até ulterior deliberação do juízo”.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara (Contas 2008)	1.5.1.2.1	429/2011- TCU/SECEX-SC	02/06/2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
<p>UFSC – Pró-Reitoria de Administração</p> <p>UFSC – Gabinete do Reitor</p> <p>UFSC – Conselho de Curadores</p>				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.5.1. Determinar a UFSC que:</p> <p>[...]</p> <p>1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:</p> <p>1.5.1.2.1. sobre o atendimento, no âmbito das suas competências, das determinações emanadas pelo Acórdão TCU nº 2.731/2008 - Plenário, objeto de auditoria feita pelo TCU (Processo nº 017.177/2008-2), avaliando, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com suas fundações de apoio;</p> <p>[...]</p>				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação da PROAD em 28/11/2017:

De acordo com o Superintendente de Projetos da PROPESQ, informamos que em 29 de setembro deste ano foi instituído um grupo de trabalho para revisar proposta de resolução normativa que regulamenta as relações entre a UFSC e suas fundações de apoio, composto por um membro da Pró-Reitoria de Pesquisa, um representante da Procuradoria Federal na UFSC, um do Centro Tecnológico, uma representante do setor jurídico de uma fundação de apoio e um do setor de Contratos Fundacionais da UFSC.

O grupo começou a trabalhar imediatamente à sua nomeação e vem se reunindo semanalmente para análise e discussão da proposta existente, estudando e comparando item a item à legislação vigente sobre o assunto, de forma a simplificar o que for possível aos usuários, visando facilitar a sua compreensão do documento, obedecendo estritamente a lei.

Havíamos em outro momento informado que o prazo para conclusão dos trabalhos seria de 45 dias após a publicação da Portaria no Boletim Oficial da Universidade. Porém, dada a minuciosa análise e proposição de nova minuta, destacamos o pedido de prorrogação de tal portaria para até o final de fevereiro de 2018, para conclusão dos trabalhos da equipe.

Informação do Conselho de Curadores e GR em 19/01/2018:

Conforme informado anteriormente existe um processo em tramitação que trata de Minuta de Resolução Normativa sobre as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e suas Fundações de Apoio (processo nº 23080.035294/2013-76), cujo objetivo é atualizar a Resolução Normativa nº 13/CUn, de 27 de setembro de 2011, haja vista mudanças substanciais ocorridas na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que teve várias alterações de 2013 a 2017. Para isso foi constituído um Grupo de Trabalho na Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) que, de posse de uma minuta prévia, requereu manifestação específica do órgão jurídico a respeito de alguns pontos. Com as devidas alterações, propostas pelo órgão jurídico, houve a tramitação para consulta em várias instâncias envolvidas para manifestação. No que se refere ao Conselho de Curadores, foi apreciado o conteúdo da minuta em sessão do dia 15 de abril de 2015. Ainda, como resultado da consulta às instâncias envolvidas, novas versões foram propostas. O processo esteve em pauta na sessão do Conselho Universitário, e foi pedido vistas por um de seus membros, que manifestou-se em 03 de agosto de 2016, propondo a observação de alguns ordenamentos jurídicos vigentes não contemplados no texto. Nesse momento o processo encontra-se pendente de finalização, com a constituição de novo grupo de trabalho pra avaliação do conteúdo. Por fim, temos a salientar que a pauta de discussões no Conselho Universitário foi interrompida, momentaneamente com a mudança de gestão da UFSC, que ocorreu em maio de 2016 e, recentemente, com a tragédia ocorrida com o Reitor. Mas, tão logo seja possível, o tema voltará a ser discutido.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.458/2011-7  Monitorado pelo Processo 015.966/2013-5 – Acórdão 2.365/2013 - Plenário	2.589/2012 – Plenário (Contas 2010)	9.4	753/2012- TCU/SECEX-SC	10/10/2012

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR  
UFSC – Departamento de Gestão Patrimonial / PROAD

Descrição da determinação/recomendação

Teor do Acórdão 2589/2012 – Plenário, item 9.4:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

9.4. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência da decisão, apresente ao Tribunal de Contas da União, os inventários atualizados dos bens móveis e imóveis;

Teor do Acórdão nº 2.365/2013-Plenário:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento com objetivo de verificar o cumprimento da determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário, dirigida à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. fixar a data de 31/5/2014 como prazo final para que a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC cumpra a determinação contida no item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário;

[...]

Teor do Acórdão 952/2015 – Plenário, item 1.7:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e **ordenar o arquivamento do(s) processo(s) a seguir relacionado(s), por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:**

[...]

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. acatar as justificativas apresentadas pelo Pró-Reitor de Administração para afastar, neste momento, a responsabilidade dos gestores envolvidos pelo não cumprimento integral das determinações exaradas pelo Plenário deste Tribunal (Acórdãos 2.589/2012, item 9.4, e 2.365/2013, item 9.1);

1.7.2. **determinar à Controladoria-Geral da União que, no exame das próximas contas anuais da Universidade Federal de Santa Catarina, informe sobre as providências adotadas em cumprimento às determinações mencionadas na alínea “a”;**

1.7.3. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina e à Controladoria Geral da União.

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):

As etapas Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo foram finalizadas com o percentual de conclusão de, respectivamente, 94,77% e 99,62%. Os trabalhos de escritório estão concentrados na produção de notas explicativas e na edição para publicação do inventário em abril de 2018.

Informação do Gestor (DGP – janeiro/2017):

PROAD (DGP): Sintetizando as ações adotadas a partir dos acórdãos do TCU, pode-se dizer que em 2014 retomou-se o inventário dos bens móveis na UFSC. Com poucas informações iniciais, foi necessário começar os trabalhos sem um conhecimento baseado em inventários anteriores, tornando a tarefa mais difícil. Naquele ano, foi inventariado 35% do acervo de bens móveis da UFSC.

Em 2015, deu-se continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior. Com base no inventário de 2014, sendo possível estudar e implantarmos algumas melhorias. Nesta senda, ainda poucas informações se

tinha para nortear a execução desta demanda, face a carência de maiores informações em relação a ano anteriores, mesmo assim,

foi possível detectarmos focos de trabalho iniciados, tendo como destaque o desenvolvimento da cultura organizacional no âmbito da UFSC, tendo como foco, a gestão patrimonial descentralizada. A responsabilidade, o controle, zelo e cuidado sobre os bens públicos passou a ser incorporado no cotidiano dos servidores que atuam na Universidade. No ano de 2015, já incorremos em um aumento estimado do percentual inventariado, algo próximo a 45%; o que no contexto geral, visualizamos que cenário ficou muito similar a realidade do exercício anterior, já que práticas muitas foram as demandas e poucos os servidores disponíveis no Departamento para avançarmos nesta tarefa, de suma relevância, mas, que jamais havia sido realizada, exigindo muita prudência, organização e estudo do “como fazer” todos estes procedimentos em consonância com as normas e buscando minimizarmos ao máximo, qualquer margem de erros.

Com a mudança de gestão em maio de 2016, os trabalhos foram retomados para a realização do inventário desse ano. Como pontos positivos para o ciclo 2016, teve-se a experiência obtida nos inventários de 2014 e 2015 e a intensificação na divulgação do inventário de 2016, por meio de cartazes, site, e-mails e reuniões setoriais. Também o material de instrução foi aprimorado, de modo que os manuais elaborados apresentavam uma redação mais simplificada e usual para o fácil entendimento de todos, além de vídeos tutoriais que foram desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento desta prática.

Já em relação aos sistemas adotados para lançamento e registro das informações inventariadas, propomos à Superintendência de Tecnologia (SETIC), doze melhorias, as quais focam no aprimoramento dos trabalhos para o ano de 2016.

O DGP, além destas práticas, inovações e ações desenvolvidas, intensificou ainda, um trabalho no sentido de garantir uma atuação eficiente dos agentes patrimoniais setoriais no âmbito de cada gestão local, zelando pela preservação dos bens públicos e ainda, resguardando a responsabilidade cabível e aplicável a estes, assim como, aos agentes patrimoniais nato (Gestor máximo de cada Centros/Pró Reitorias/Secretarias e outras unidades, consonante assim, com os preceitos constantes da Portaria Normativa nº 7/GR/2007.

No tocante ao ciclo patrimonial atenuante ao ano de 2016, já se vislumbra um avanço nos trabalhos realizados no âmbito do DGP, onde superficialmente tem-se a ideia de que estamos alcançando o percentual aproximado de 48% dos bens patrimonizados, o que ainda não temos precisão, devido ao andamento dos trabalhos no presente momento, considerando que segundo o cronograma elaborado para os trabalhos deste ciclo 2016, o relatório geral e demais documentos gerados ao longo da execução estão previsto para apresentação em 31 de janeiro de 2017, e já tendo como meta, anteciparmos os trabalhos em relação ao ciclo de 2017, para o mês de 2017.

Acreditamos que gradualmente estamos conseguindo progredir no tocante a esta demanda, mesmo diante de tantas limitações, tais como falta de um histórico para os ciclos iniciais, carência de sistema (aprimoramentos), continuo desenvolvimento das ações de sensibilização no tocante a responsabilidade de todos em relação aos bens patrimoniais desta Instituição, quadro reduzido de servidores, elementos que se associam as rotinas diárias de trabalho, onde os servidores lotados neste DGP, atuam paralelamente nestas duas frentes, ou seja, executando as atividades diárias e seguindo no aprimoramento e execução dos ciclos de registro patrimonial.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
028.458/2011-7	2.589/2012 – Plenário (Contas 2010)	9.5	753/2012-TCU/SECEX-SC	10/10/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
UFSC – Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente				
Descrição da determinação/recomendação				
[...]				
9.5. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado de Santa Catarina, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que informem nas próximas contas da entidade, as providências adotadas e os resultados alcançados em				

relação às recomendações da CGU constante dos Relatórios de Auditoria de Gestão nº 201108926 (UFSC) e nº 201108948 (Hospital Universitário);

Recomendações pendentes: ID's 37623 (UFSC), 39906 (HU), 63721 (UFSC) e 63785 (HU)

*ID 37623 – “Implementar levantamento completo com diagnóstico da reais necessidades de cada imóvel da Instituição quanto à execução de serviços de reforma e manutenção predial, estabelecendo uma estrutura gerencial que dê atendimento eficaz às demandas por obras, reformas e manutenção predial na UFSC; ”*

*ID 39906 – “Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns ”*

*ID 63721 – “Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, incluindo aqueles referentes às condições de manutenção dos imóveis.”*

*ID 63785 – “Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.”*

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 26/12/2017):

##### **ID 37623 (UFSC-SEOMA):**

Devido ao grande volume de edificações e a peculiaridade de cada uma, é necessário a implementação de um banco de dados para gerenciamento e implementação de um plano de manutenção para as edificações da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em conjunto com o Departamento de Engenharia Civil, esta sendo feito um estudo piloto para implantação de um programa de gerenciamento, no estudo será utilizado o programa ARCHBUS. Este estudo será implementado no Bloco A do Centro de Comunicação e Expressão. A ideia geral do estudo é fazer um levantamento de todos os ambientes considerando as características dos mesmos, e a partir deste levantamento registrar todos os serviços de manutenção que serão executados em cada ambiente. E fazer o acompanhamento da frequência e do tipo de manutenções realizadas para elaboração de um plano de manutenções preventivas e corretivas. Se a experiência der certo, a ideia é ir incorporando mais edificações dentro deste programa, até que se tenha toda a área construída da UFSC dentro do projeto, e aí, poderemos ter um banco de dados de cada edificação, facilitando a criação de um Plano de Manutenção.

##### **ID 39906 (HU):**

Até o mês de agosto de 2017, o projeto para construção de um novo abrigo externo para armazenamento de resíduo reciclável comum no HU/UFSC estava sendo elaborado pela COPLAN/DPAE da UFSC (Coordenadoria de Planejamento do Espaço Físico/Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia) e dependendo de liberação de novo acesso pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Tal acesso foi liberado em março de 2017, porém apenas para caminhões de resíduos (Anexo 1 já inserido no sistema monitor da CGU). Nova solicitação foi feita pelo COPLAN/DPAE solicitando revisão do processo e liberação do acesso para serviço em geral, permitindo utilização de outros veículos (Anexo 2 já inserido no sistema monitor da CGU). O acesso, conforme solicitado foi liberado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Processo 059772/2014, N° do Parecer DVS-0220/2017). Após liberação a COPLAN/DPAE elaborou Parecer Técnico com informações para a previsão de novo acesso técnico ao Hospital Universitário, porém, em 10/08/2017, encaminhou o processo à Direção do HU para continuidade dos trâmites, por entender que a partir da adesão do HU à EBSERH, a equipe do HU passa a ser responsável pela elaboração e execução do projeto (Anexo 3 já inserido no sistema monitor da CGU). No momento, a Gestão de Resíduos do HU está em negociação com a COPLAN/DPAE a fim de que o setor finalize o Projeto permitindo que o HU busque os recursos necessários para execução da obra.

##### **Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):**

As informações contidas no inventário de bens imóveis contribuirão na identificação e organização dos

processos envolvidos na gestão dos mesmos. Desta forma, durante 2018, serão definidas e formalizadas as rotinas internas de gestão de bens imóveis, com as atribuições e o fluxo de informações, para que os registros e informações mantenham-se atualizados.

**ID 63785 (Memo 19/2018/DA-HU):**

O Hospital criou um processo administrativo de nº 23080.046050/2017-42, que se encontra na Procuradoria Federal junto à UFSC, desde 08 de novembro de 2017, para análise e emissão de Parecer Jurídico. Consta no referido processo um Termo de Referência para chamamento público de cooperativas de catadores para recolhimento de material reciclável do HU, conforme Decreto nº 5940 de 25 de outubro de 2006. Assim que o processo retornar concluiremos o processo licitatório. Elaboramos o Manual com orientações para segregação adequada de resíduo reciclável no setores, que foi encaminhado para o e-mail dos servidores. Também incluiremos esse manual no site do hospital e iniciaremos as capacitações in loco assim que o processo licitatório estiver concluído.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
004.988/2015-9 (Monitoramento do item 9.2 do ac. 2.900/2012 – proc. 019.177/2011-9)	60/2017 – Plenário (auditoria de acumulação de cargos)	1.6.1	0034/2017-TCU/SECEX-SC	15/02/2017

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Corregedoria Geral  
 UFSC – Gabinete do Reitor  
 UFSC – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Descrição da determinação/recomendação

[...]

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 243, 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

- a) Considerar parcialmente atendidas as determinações contidas no item 9.2 do Acórdão 2.900/2012-TCU-Plenário;
- b) Fazer as determinações específicas nos itens 1.6 e 1.7; e
- c) Arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

**PROCESSO TC-004.988/2015-9 (Monitoramento)**

1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

1.6.1. *Conclua em definitivo, no exercício de 2017, os processos ainda pendentes destinados a verificar a acumulação indevida de cargos públicos, relativos aos seguintes servidores: [...]*

1.6.2. *inclua em item específico nas contas do exercício de 2017, ou na primeira prestação de contas a que a instituição for obrigado a prestá-las, as medidas adotadas em relação aos casos mencionados no subitem 1.6.1.*

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (Corregedoria - data: 18/01/2018):

Encaminhamos a relação e informação da Corregedoria sobre a situação de todos os processos listados na alínea “b.1)” do item 29 do TC 004.988/2015-9, bem como as informações sobre a situação de cada processo encontrado na SEAI.

SIAPE	Processo (23080)	Informações Corregedoria	Localização atual
1160242	042450/2013-55	Após análise do Corregedor e juntada de novos documentos, elaborou-se Portaria n. 13/2018/CORG/GR que revogou a anterior e designou nova Comissão	Corregedoria
1160220	042455/2013-88	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi	SEAI

		julgado	
1159478	042448/2013-86	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1160278	043228/2013-70	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria
1442034	043233/2013-82	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria
1159996	043225/2013-36	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria
1185760	044785/2013-16	Após análise do Corregedor e juntada de novos documentos, aguarda-se designação de nova Comissão ou arquivamento	Corregedoria
1421224	043234/2013-27	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1186665	044793/2013-54	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria
1160650	044809/2013-29	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1160207	044810/2013-06	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1362340	044816/2013-21	O processo encontra-se extraviado, conforme informação constante do SPA. Diante da notícia de possível extravio do processo, instaurou-se o Processo nº 23080.012648/2016-57, o qual foi encaminhado à Corregedoria-Geral da UFSC com a informação sobre o possível extravio dos autos do Processo nº 23080.044816/2013-12 e para as providências cabíveis. Designou-se Comissão de Sindicância pela Portaria 212/2017/CORG, que encontra-se em instrução.	Corregedoria
1160378	044789/2013-96	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1159039	044815/2013-86	<b>Síntese da decisão:</b> Processo administrativo disciplinar instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pelo servidor SIAPE 1159039, motorista na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e analista técnico em gestão e promoção de saúde, competência motorista, na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90. O Julgamento nº 29/2016/GR, de 6 de julho de 2016, acolheu o relatório da comissão de processo administrativo disciplinar que concluiu pela demissão do servidor em função da acumulação de dois cargos públicos incompatíveis, infringindo o art. 37, XVI, da Constituição Federal, combinado com o art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90. Dessa forma, julgou-se que o servidor cometeu o ilícito administrativo de acumulação ilícita de cargos públicos devido ao exercício do cargo de motorista, o qual não está amparado pelas exceções do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, e decidiu-se pela aplicação da penalidade de demissão prevista nos arts. 132, VII, e 133, § 6º, da Lei nº 8.112/90. Em 25 de julho de 2016, por meio de seus advogados, o servidor interpôs recurso administrativo à decisão anterior e, posteriormente, dia interpôs pedido de reconsideração ao Magnífico Reitor, que manteve sua decisão e encaminhou o recurso para apreciação pelo Conselho Universitário, em consonância ao exposto no art. 20 do Regimento Geral da UFSC. O Conselho Universitário da UFSC, em 27 de setembro de 2016, por ampla maioria, através da Resolução nº 54/2016/CUn, decidiu pela manutenção da penalidade de demissão imposta anteriormente. Após notificação do servidor da decisão do Conselho Universitário, este interpôs embargos de declaração, solicitando o arquivamento do processo por considerar compatível a acumulação de cargos exercida pelo recorrente, o que foi mais uma vez indeferido. Diante disso, o requerente interpôs novo recurso administrativo, solicitando seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação para apreciação, com fundamento no art. 20, VIII, do Regimento	CAPE/DAP

		<p>Geral da UFSC.</p> <p>Tendo em vista a omissão no Regimento Geral da UFSC quanto a qual autoridade compete o juízo de admissibilidade no presente caso, para se evitar discussões acerca de amplo direito de defesa em vias judiciais, o recurso foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, em 9 de novembro de 2016, através do Ofício nº 84/2016/SEAI, para apreciação e julgamento.</p> <p>Em resposta, o Presidente da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação encaminhou o Ofício nº 404/2016/CES/SAO/CNE/CNE-MEC, de 28 de novembro de 2016, comunicando que aquele órgão não era instância recursal de decisão proferida por instituições de ensino superior e, uma vez que o presente caso já havia sido submetido à análise do Conselho Universitário da UFSC, havia se esgotado, dessa forma, a via recursal máxima, operando-se o trânsito em julgado da decisão final exarada no processo.</p> <p>Sendo assim, aplicou-se a pena de demissão ao servidor, através da Portaria nº 42/2017/GR, publicada no Diário Oficial da União em 4 de janeiro de 2017.</p>	
1160609	044791/2013-65	O processo encontra-se na Procuradoria Federal junto à UFSC, após ser encaminhado pela SEAI em 03/11/2017. A Comissão já entregou seu Relatório Final e foi encaminhado para julgamento ao Gabinete da Reitoria em 12/07/2017.	Procuradoria Federal junto à UFSC
1160627	044800/2013-18	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1157047	042472/2013-15	Arquivado na Corregedoria	SEAI
1159849	042468/2013-57	Arquivado na Corregedoria, pois o servidor pediu exoneração de um dos cargos	Corregedoria
2510893	042469/2013-00	Arquivado na Corregedoria por perda de objeto	Corregedoria
1157310	042457/2013-77	<p>Processo julgado em 20/09/2016 através do Julgamento nº 15/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor.</p> <p>Arquivado junto à Corregedoria-Geral da UFSC.</p> <p><b>Síntese da decisão:</b></p> <p>Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos, com infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, pela servidora matrícula 1157310, ocupante do cargo de bibliotecária-documentalista na UFSC, com carga horária de 40 horas semanais, no qual já se encontrava aposentada, e do cargo de analista técnico em gestão e promoção de saúde, competência bibliotecário, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.</p> <p>Julgou-se que a servidora cometeu o ilícito administrativo de acumulação ilícita de cargos públicos, com infração ao artigo 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, devido a acumular os cargos de bibliotecária na UFSC e no Estado de Santa Catarina, acumulação esta que não está amparada pelas exceções do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.</p> <p>Assim sendo, considerando que a servidora já se encontrava aposentada, decidiu-se pela aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria, prevista nos artigo 133, § 6º, da Lei nº 8.112/90, tendo a decisão sido publicada no Diário Oficial da União nº 187 em 28/09/2016, através da Portaria nº 2188/2016/GR.</p>	Corregedoria
1157391	042462/2013-80	Encontra-se no Gabinete da Reitoria/SEAI para análise/julgamento. Foi encaminhado em 07/11/2017	SEAI



1782506	043312/2013-93	<p>Processo apensado ao Processo nº 23080.062284/2014-94, sendo este tendo sido julgado em 13/10/2016, através do Julgamento nº 30/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 19/10/2016. O processo se encontra atualmente na Coordenadoria de Pagamento de Pessoal para apuração dos valores recebidos irregularmente pela servidora.</p> <p><b>Síntese da decisão:</b> O Processo Administrativo Disciplinar nº 23080.062284/2014-94 foi instaurado para apurar supostas faltas injustificadas e possível abandono de cargo da servidora SIAPE 1782506. A referida servidora, notificada de sua acumulação de cargos, apurada no Processo nº 23080.044815/2013-86 (apenso aos autos), teria solicitado sua exoneração em setembro de 2014, mas comprovava, nos autos, um pedido apenas em 11 de dezembro de 2014. Entretanto, após o suposto pedido de exoneração em setembro de 2014, a servidora não teria mais comparecido ao trabalho, o que motivou a abertura do processo. Julgou-se pela exoneração da servidora, conforme solicitado pela servidora, pedido este constante no Processo nº 23080.073234/2014-32, e pelo arquivamento dos Processos nº 23080.062284/2014-94 e apenso nº 23080.043312/2013-93, não constituindo mais óbice para o atendimento do pedido de exoneração da servidora, devendo somente ser apurados eventuais valores recebidos irregularmente.</p>	CCP/DAP/P RODEGESP
1160394	043835/2013-30	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
1451251	043841/2013-97	O processo encontra-se no GR/SEAI, e, conforme consulta pelo SPA, já foi julgado pelo julgamento nº 51/2017	SEAI
1626376	043806/2013-78	Após análise do Corregedor e juntada de novos documentos, aguarda-se designação de nova Comissão ou arquivamento	Corregedoria
1422539	043803/2013-34	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI
2160118	043826/2013-49	O Conselho Universitário da UFSC decidiu por unanimidade, conforme consta dos autos do Processo nº 23080.043826/2013-49, por meio do Parecer nº 24/2016/CUn, aprovado pela Resolução nº 16/2016/CUn, de 31 de maio de 2016, absolver a servidora SIAPE 20160118 da acusação de acumulação ilícita de cargo, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, emanado em processo de mesma natureza, de que a presunção de ineficiência definida apenas pelo número de horas não era razoável, haja vista que comissões que atuaram no processo da servidora consideraram a atuação da servidora como assídua, eficiente e não deletéria à própria saúde, tendo esta sido inclusive elogiada por sua chefia imediata, considerando também não ter havido má-fé da servidora em nenhum momento.	Corregedoria
1360063	043819/2013-47	<p>Processo julgado em 17/11/2016 através do Julgamento nº 40/2016/SEAI, homologado pelo Magnífico Reitor em 21/11/2016.</p> <p><b>Síntese da decisão:</b> Processo instaurado para apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pela servidora SIAPE 1360063, por suposta infração ao art. 118, § 1º, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que ocupa cargo da UFSC, com carga horária de 40 horas semanais, e na Prefeitura Municipal de Florianópolis, com 30 horas semanais, superando a limitação de 60 horas semanais prevista no Parecer AGU GQ-145. Verificou-se que a servidora se exonerou do cargo de enfermeira da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conforme Portaria nº 03868/14 do Secretário Municipal da Administração, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis em 8 de dezembro de 2014. Tendo em vista a perda de objeto uma vez que a servidora solicitou sua exoneração antes de qualquer processo disciplinar, tendo optado por um dos cargos em período legalmente previsto, configurando sua boa-fé, julgou-se pelo arquivamento dos autos.</p>	SEAI
1358405	043808/2013-67	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI,	SEAI

		encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado		
1160032	043829/2013-82	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI	
1160602	043311/2013-49	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI	
1281208	043313/2013-38	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI	
1160291	043314/2013-82	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI	
2160191	043316/2013-71	A SEAI informa, conforme Despacho n. 153/2017/SEAI, encaminhado ao DDP e arquivado no setor, que o processo já foi julgado	SEAI	
1185782	042454/2013-33	Arquivado na Corregedoria por perda de objeto	Corregedoria	
1442034	043233/2013-82	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria	
1160248	044796/2013-98	Arquivado na Corregedoria	Corregedoria	
1160228	044811/2013-06	Processo se encontra na SEAI. Proferido julgamento nº 54/2016/SEAI	SEAI	
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.1	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Pesquisa				
Descrição da determinação/recomendação				
[...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que: 1.7.1. implemente, para cada um dos indicadores acompanhados pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), metas institucionais que reflitam a produção das pesquisas no âmbito geral da universidade, informando as medidas adotadas nas próximas contas a serem apresentadas; [...]				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor (data: 12/01/2018 Memo 07/2018/PROPESQ):</p> <p>Alguns indicadores frequentemente relacionados à produção científica e tecnológica adotados pelas universidades brasileiras, além dos órgãos de fomento oficiais, são apresentados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produções bibliográficas</li> <li>• Produções artísticas e culturais</li> <li>• Produções técnicas</li> <li>• Patentes depositadas</li> <li>• Projetos de pesquisas</li> <li>• Orientações de Mestrado e Doutorado concluídas</li> <li>• Orientações de Mestrado e Doutorado em andamento</li> <li>• Bolsas de pesquisa (iniciação científica, produtividade)</li> <li>• Cooperação internacional</li> </ul> <p>É desejável que estes indicadores, e suas variáveis, tenham desempenho positivo e é isso que vem ocorrendo na UFSC nos últimos anos, resguardadas as variações estatísticas (ver Relatórios de</p>				

Atividades anuais (<http://propesq.ufsc.br/home/relatorios-gestao/> e Tabelas 1 e 2). Ressalta-se que há uma defasagem temporal para alguns dos índices na medida, por exemplo, em que um artigo aceito em um ano pode ser publicado somente no ano seguinte.

Essas séries históricas orientam a instituição na priorização das ações, lembrando que a grande parcela dos recursos utilizados na pesquisa nas Instituições federais de Ensino, a UFSC inclusive, não vem do seu orçamento, mas é captado em diversas fontes, públicas e privadas, nacionais ou internacionais.

No Brasil, mais de 90% da pesquisa é feita nas Universidades, em seus laboratórios e programas de pós-graduação. Para conseguir os maiores conceitos, os programas esforçam-se em melhorar a qualidade e, até certo ponto, a quantidade da ciência que produzem.

A produção científica e tecnológica constitui-se em um dos principais referenciais de desempenho que, de alguma maneira, agregam os indicadores citados sob a forma de avaliações de programas de pós-graduação feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (tabela 1) e de rankings universitários (tabela 2).

**Tabela 1. Conceitos dos programas de pós-graduação UFSC**

Conceitos	Períodos			
	2004-2006	2007-2009	2010-2012(13)	2013-2017
3	12	7	21	7
4	21	23	30	13
5	19	19	18	23
6	4	7	14	17
7	1	3	3	7
Total cursos	57	59	86	67

Fonte: [www.progp.ufsc.br](http://www.progp.ufsc.br) e [www.capes.br](http://www.capes.br)

Em complemento à tabela 1, a UFSC passou de 86 para 67 programas de pós-graduação. A diminuição no número de cursos deve-se encerramento e/ou ao descredenciamento de alguns programas. Na avaliação anterior (trienal), alguns programas receberam notas para o mestrado diferentes das atribuídas ao doutorado o que pode ter interferido no número apresentado. Considerando a diminuição no número de programas com conceito 3 e o aumento de programas com conceito 5, percebe-se uma melhora na qualidade dos programas. Ressalta-se ainda que normalmente os programas de pós-graduação iniciam suas atividades com conceito 3.

O “impulso” necessário para alcançar metas está sempre presente nos Programas de Pós-Graduação e isto reflete-se diretamente na atividade de pesquisa e vice-versa. Podem-se fixar metas de formação de pessoal (x Doutores por ano, por exemplo) mas fixar que, em decorrência dessa formação, y artigos de alto fator de impacto ou z patentes devem ser obtidas é muito difícil. O que queremos dizer com isso é que o aumento da atividade de pesquisa (com mais recursos, com mais formação de pessoal, com mais parcerias público-público e público-privado, etc.) é que levará à melhoria dos indicadores. A fixação de metas em indicadores de qualidade poderá levar à números irrealistas. Tais metas não preveem, por exemplo, o corte de recursos orçamentários, a disponibilidade de recursos não orçamentários, o perfil dos ingressantes nos programas de pós-graduação, etc..

**Tabela 2. Ranking universidades brasileiras**

Ano	Posição Geral	Nota Geral	Posição Pesquisa	Nota Pesquisa	Nota max pesquisa
2012	9°	77,95	9°	51,47	55
2013	7°	91,70	8°	37,40	40
2014	7°	91,79	10°	38,61	42
2015	7°	92,04	9°	38,84	42
2016	8°	92,13	10°	38,61	42
2017	6°	93,16	8°	39,25	40

Fonte: <http://ruf.folha.uol.com.br>

Com relação à tabela 2, além de haver uma estabilidade relativa de posição, pode-se afirmar que houve uma melhoria dos resultados absolutos, sobretudo nos 3 últimos anos. Estes resultados demonstram que

as atividades de pesquisa desenvolvidas na UFSC são reconhecidas por organismos externos e que têm uma tendência de desempenho positiva.

A Pró-Reitoria de Pesquisa acompanha de perto estes indicadores para perceber tendências positivas ou negativas e, ao mesmo tempo, oferecer ferramentas e facilidades institucionais que aumentem o impacto dos resultados da produção intelectual da UFSC em setores sociais e econômicos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que provê os recursos para manter a estrutura da Universidade;

Nesta lógica, foi implementado e disponibilizado para os gestores e pesquisadores programas, ferramentas e procedimentos visando agilidade de tramitação e provimento de dados mais confiáveis para promoção de políticas institucionais. O objetivo destas ações é aumento qualitativo (e também quantitativo) da produção intelectual individual e coletivo, via Departamentos, Centros de Ensino e Pró-Reitoria.

O primeiro sistema é o aprimoramento da ferramenta para registro de projetos de pesquisa (<https://sigpex.sistemas.ufsc.br>) que permite a obtenção e cruzamento de dezenas de informações. Este sistema permite que o pesquisador, ao fazer seus relatórios anuais, possa rapidamente apontar na sua produção/formação de pessoal quais itens relacionam-se a cada projeto.

A segunda ferramenta é um extrator de dados do Lattes dos pesquisadores da UFSC (<http://ipu.homologacao.ufsc.br/>) que permite ver em tempo real, vários indicadores como os acima mencionados, da instituição como um todo e de cada pesquisador individual, tornando-se um instrumento importante de gestão e avaliação.

Os dois sistemas permitem análise dos principais indicadores, e podem ser acessados via IDUFSC. Se o TCU e/ou CGU tiverem interesse em acessar os sistemas, basta entrar em contato com a PROPESQ para forneceremos senhas de acesso.

A terceira ação é o programa “Tramita fácil”, que visa à melhoria contínua na tramitação administrativa dos projetos de pesquisa na UFSC. Este programa foi implantado em maio de 2016 (<http://tramitafacilufscbr.paginas.ufsc.br/recepcao-tramita-facil/>).

A quarta ação, mais ampla, diz respeito à Política de incentivo à pesquisa e cooperação científica, com a criação do fundo de apoio às atividades de pesquisa, em 2016, a manutenção do número de bolsas de iniciação científica (mesmo com cortes do orçamento da UFSC em 2016), o apoio à participação em eventos e na publicação de artigos, ampliação da divulgação das competências científicas da instituição e maior aproximação do setor produtivo, entre outros.

O estabelecimento de metas objetivas para indicadores tem sido discutido nacionalmente, mas não há consenso em como isto pode ser conduzido. Na área da pesquisa e da inovação, uma única produção pode ser mais significativa em impactos humano, social e econômico do que várias produções que em pouco avançam o conhecimento. O que isto quer dizer é que o sistema de ciência, tecnologia e inovação (CTI) do Brasil e do mundo tem valorizado muito mais a qualidade do que quantidade. Ou seja, o estabelecimento somente de metas quantitativas não necessariamente significa melhorias na performance da instituição. Entretanto, apesar das limitações já explicitadas, a partir dos programas, ferramentas, procedimentos e planejamento da PROPESQ, desde 2016, busca-se acompanhar as ações na área da pesquisa na UFSC através dos elementos apresentados na tabela 3.

Finalmente, O investimento em ciência e tecnologia em termos de impacto para a sociedade pode também ser avaliado pela empregabilidade e posição dos egressos, pelo reconhecimento de laboratórios por programas nacionais como INCT, Embrapii, Inmetro; pela participação da instituição em parques tecnológicos e incubadoras de empresas, pela criação de empresas com a contribuição da instituição, pelo credenciamento ou descredenciamento de professores em programas de pós, diante do planejamento adotado pelo programa; pela Progressão funcional de professores, etc..

Tabela 3. Sistema de acompanhamento de ações de pesquisa na UFSC - Propesq

Objetivo Institucional	Meta Institucional	Projeto	Indicador de alcance	Status do Projeto	
Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área de pesquisa	Ampliar as parcerias de pesquisa entre a Universidade e os diversos grupos sociais, como aqueles do movimento social e do setor empresarial, com atenção às pesquisas que envolvam proteção de resultados	<b>Resolver entraves que dificultam ou impedem contratação de projetos de P&amp;D com entidades externas</b>	% contratação em relação ao nº de oportunidades avaliadas no ano	Atividade contínua	
Fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade.	Promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais, interinstitucionais e interinstitucionais, com especial atenção àquelas vinculadas a grupos de pesquisa consolidados	<b>Tramita Fácil: Racionalidade e celeridade na contratação de projetos</b>	Portaria publicada Nº de projetos tramitados no ano	Em andamento	
		<b>Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIIT)</b>	Nº bolsas concedidas pelo CNPQ no ano Nº bolsas concedidas pela UFSC no ano Nº pesquisadores com bolsa de Produtividade (PQ) no ano Nº pesquisadores com bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) no ano	Atividade contínua	
		<b>Certificação de grupos de pesquisa no CNPQ</b>	Nº de grupos certificados no ano	Atividade contínua	
		<b>Revisão da Resolução de Pesquisa nº 47/Cun/2014.</b>	Resolução atualizada e publicada	Em andamento	
		<b>Criar e regulamentar o Comitê de Planejamento da Infraestrutura de Pesquisa (CoPIP)</b>	Resolução publicada Membros nomeados Nº de convênios CT-INFRA ativos no ano % de obras do CT-INFRA acabadas		
		<b>Consolidar e aperfeiçoar os instrumentos de avaliação das atividades de pesquisa</b>	<b>Aprimorar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX)</b>		Nº de projetos cadastrados no ano Valor captado em projetos de pesquisa no ano
		<b>Aprimorar o Sistema de acompanhamento e avaliação de pesquisa (IPU)</b>	Nº de orientações ao ano Nº de patentes ao ano Nº de prêmios ao ano Nº de produções artísticas e culturais, bibliográficas e técnicas ao ano Nº de pós-graduandos ao ano Nº de projetos ao ano	Em andamento	
	Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa.	Reforçar a estrutura de apoio administrativo e técnico especializado a projetos de pesquisa institucionais	<b>Elaborando Propostas Competitivas de Projetos</b>	Criação e divulgação de tutorial de submissão de propostas competitivas	Em andamento
			<b>Escritório de Projetos e Apoio ao Pesquisador</b>	Criação e divulgação de dados institucionais no site Nº de cartas de anuência emitidas no ano	Atividade contínua
			<b>Série Projeto de Sucesso (Encorajar jovens a seguir a carreira de pesquisador a partir do exemplo de coordenadores de projetos bem sucedidos)</b>	Nº de palestras realizadas no ano Nº de participantes das palestras	Não iniciada
<b>Série Conversa de Cientista (Encorajar jovens a seguir a carreira de pesquisador a partir do exemplo de grandes nomes da ciência)</b>			Nº de palestras realizadas no ano Nº de participantes das palestras	Não iniciada	
<b>Portal de Ofertas e Demandas Externas de P&amp;E&amp;I (PODE UFSC)</b>			Portal implementado Nº de ofertas anunciadas no ano Nº de demandas anunciadas no ano Portaria de regulamentação e credenciamento de laboratórios multiusuários publicada Nº de laboratórios credenciados	Em andamento	
<b>Modelo de Laboratório Multiusuário e Regulamentação</b>			Número de trabalhos apresentados no SIC, por edição Número de atividades realizadas na SEPEX, por edição	Atividade contínua	
Promover a integração da pesquisa com o ensino e a extensão		<b>Organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia na UFSC (SNCT/UFSC)</b>	Implementação do portal Nº de acessos ao portal no ano Nº de oportunidades publicadas no ano	Atividade contínua	
Estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias com comprometimento social		<b>Portal de Oportunidades de Pesquisa (POP)</b>	Elaboração do plano	Concluído	
Estimular pesquisas comprometidas com a sociedade, voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais, tecnologias limpas e economia solidária		<b>Plano de Ocupação no Sapiens Parque</b>	Índice de aproveitamento do espaço		

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.1	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
UFSC – Departamento de Gestão Patrimonial / PROAD				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...]				
1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:				
[...]				
1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:				
1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de				

rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:  
 1.7.2.1.1. elaboração e manutenção de cadastro ou sistema de controle integrado para a gestão patrimonial;  
 [...]

**Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas**

Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):  
 Com a finalização do inventário de bens imóveis, os estudos para o desenvolvimento do banco de dados georreferenciado, para a gestão dos imóveis da UFSC, poderão ser iniciados em 2018. Assim como, as análises dos dados coletados e as complementações necessárias.

Informação do Gestor (DGP – em janeiro/2017):  
 A formalização de normativos e manuais que orientem os servidores na gestão patrimonial da Universidade está sendo considerada. Conforme posicionamento da direção do DGP, a ideia é desenvolver um plano de trabalho contendo ações, metas, prazos e responsáveis para solução das pendências apontadas nos trabalhos de auditoria. Nesse sentido, ao final de 2016 um cronograma (abaixo transcrito) foi proposto, em atendimento à recomendação do item 1.1.1.3 2 (ID 159961 do sistema Monitor da CGU) do relatório 201504911, aplicável à manifestação deste item 1.7.2.1.1.

Em razão da mudança de gestão ocorrida em maio de 2016, sugere-se um novo cronograma para o desenvolvimento dos manuais:

**Plano de Ação:**

- Março/2017: Levantamento dos processos a serem descritos nos manuais e definição dos manuais a serem confeccionados.
- Responsável: DGP por meio de seus setores internos.
- Abril a Julho/2017: Elaboração das minutas dos manuais.
- Responsável: DGP.
- Agosto/2017: Apresentação das minutas à PROAD.
- Responsáveis: DGP, PROAD.
- Setembro e Outubro/2017: Período para correções e adaptações propostas pela PROAD.
- Responsável: DGP.
- Novembro/2017: Período para revisões e correções textuais.
- Responsáveis: GR.
- Dezembro/2017: Apresentação dos manuais à PROAD para aprovação e demais encaminhamentos.
- Responsáveis: DGP, PROAD.
- Janeiro/2018: Divulgação dos manuais à comunidade universitária.

Prazo para atendimento: Janeiro de 2018

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.2	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015

**Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação**

UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR

**Descrição da determinação/recomendação**

[...]  
 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:  
 [...]  
 1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:  
 1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de

rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas: 1.7.2.1.2. elaboração e manutenção de indicadores para a identificação de fragilidades, bem como para o acompanhamento dos processos envolvidos na gestão dos bens imóveis; [...]				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018): As informações contidas no inventário de bens imóveis contribuirão na identificação e organização dos processos envolvidos na gestão dos mesmos. Desta forma, durante 2018, serão definidas e formalizadas as rotinas internas de gestão de bens imóveis, com as atribuições e o fluxo de informações, para que os registros e informações mantenham-se atualizados.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.3	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que: [...] 1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a: 1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas: 1.7.2.1.3. avaliação de mercado dos imóveis para fins de atualização contábil (as avaliações estão sendo obtidas pelo "Valor Venal" determinado pela Prefeitura de Florianópolis); [...]				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018): O banco de dados, utilizado nos processos de avaliação, foi inicialmente estruturado em planilhas eletrônicas com apoio de software de geoprocessamento. Também foram definidos os métodos avaliativos, porém, devido ao volume e a grande variedade de tipologias dos imóveis o mesmo está sendo ajustado.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.4	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC - Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura / SEOMA				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que: [...] 1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:				

<p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.4. diagnóstico do estado dos prédios, o qual serviria de base à programação anual de manutenção e reforma dos imóveis (essa programação tem sido feita com base em histórico de manutenções em anos anteriores);</p> <p>[...]</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>Informação do Gestor (SEOMA - data: 02/03/2018):</p> <p>Devido ao grande volume de edificações e a peculiaridade de cada uma, é necessário a implementação de um banco de dados para gerenciamento e implementação de um plano de manutenção para as edificações da Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>Em conjunto com o Departamento de Engenharia Civil, esta sendo feito um estudo piloto para implantação de um programa de gerenciamento, no estudo será utilizado o programa ARCHBUS. Este estudo será implementado no Bloco A do Centro de Comunicação e Expressão. A ideia geral do estudo é fazer um levantamento de todos os ambientes considerando as características dos mesmos, e a partir deste levantamento registrar todos os serviços de manutenção que serão executados em cada ambiente. E fazer o acompanhamento da frequência e do tipo de manutenções realizadas para elaboração de um plano de manutenções preventivas e corretivas. Se a experiência der certo, a ideia é ir incorporando mais edificações dentro deste programa, até que se tenha toda a área construída da UFSC dentro do projeto, e aí, poderemos ter um banco de dados de cada edificação, facilitando a criação de um Plano de Manutenção.</p> <p>Atualmente, o DMPI, que é o órgão responsável direto pela manutenção da estrutura física da UFSC, trabalha com contratos de empresas prestadoras de serviços para manutenção, como nos casos da parte elétrica, parte hidráulica e climatização, e com serviços contratados através de Atas de Registro de Preços. Todos estes serviços atendem a manutenção corretiva, mas, em vários deles, já se consegue programar a manutenção preventiva.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.1.5	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
<p>UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR</p> <p>UFSC – Direção Geral do GR</p>				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>1.7.2.1. formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades a seguir indicadas:</p> <p>1.7.2.1.5. avaliação de riscos na gestão dos bens imobiliários próprios ou locados de terceiros;</p> <p>[...]</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>Informação do Gestor (CRFP e Diretor-Geral do GR - data: 09/03/2018):</p> <p>A comissão instituída pela Portaria nº 2758/2016/GR elaborou a proposta de política de gestão de riscos na UFSC.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência



019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.2	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.2. realização de registro e atualização no SPIUnet dos imóveis com áreas desatualizadas, registrando as devidas benfeitorias;</p> <p>[...]</p> <p>Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 001 – ID 91882)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):</p> <p>Com a elaboração do inventário de bens imóveis, a maioria dos dados necessários a realização dos registros no SPIUNet foi coletada.</p> <p>As atualizações/inclusões dos registros dos imóveis no SPIUNet serão iniciadas após a publicação do inventário de bens imóveis em abril de 2018. A Secretaria do Patrimônio da União – SPU será consultada, principalmente, quanto a forma de parcelar cada terreno entre as edificações existentes e as futuras. O método avaliativo, que está sendo ajustado em função do volume e a grande variedade de tipologias dos imóveis, também deverá ser certificado pela SPU.</p> <p>Durante a realização dos registros no SPIUNet, visando a manutenção dos mesmos, os fluxos de informações entre os órgãos também serão definidos, pois esta Coordenadoria necessita receber informações como: o início/término dos processos das construções e dos processos de locação de terceiros.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.3	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.3. realização de registro no SPIUnet dos imóveis locados de terceiros;</p> <p>[...]</p>				

Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 002 – ID 91883)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):</p> <p>Com a elaboração do inventário de bens imóveis, a maioria dos dados necessários a realização dos registros no SPIUNet foi coletada.</p> <p>As atualizações/inclusões dos registros dos imóveis no SPIUNet serão iniciadas após a publicação do inventário de bens imóveis em abril de 2018. A Secretaria do Patrimônio da União – SPU será consultada, principalmente, quanto a forma de parcelar cada terreno entre as edificações existentes e as futuras. O método avaliativo, que está sendo ajustado em função do volume e a grande variedade de tipologias dos imóveis, também deverá ser certificado pela SPU.</p> <p>Durante a realização dos registros no SPIUNet, visando a manutenção dos mesmos, os fluxos de informações entre os órgãos também serão definidos, pois esta Coordenadoria necessita receber informações como: o início/término dos processos das construções e dos processos de locação de terceiros.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.7.2.4	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Patrimonial / GR				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2. informe no próximo relatório de gestão as providências adotadas com vistas a:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.2.4. realização de registro no SPIUNet dos imóveis de modo que cada construção tenha um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado;</p> <p>[...]</p>				
Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 013 - Rec. 003 – ID 91884)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor (CRFP - data: 09/03/2018):</p> <p>Com a elaboração do inventário de bens imóveis, a maioria dos dados necessários a realização dos registros no SPIUNet foi coletada.</p> <p>As atualizações/inclusões dos registros dos imóveis no SPIUNet serão iniciadas após a publicação do inventário de bens imóveis em abril de 2018. A Secretaria do Patrimônio da União – SPU será consultada, principalmente, quanto a forma de parcelar cada terreno entre as edificações existentes e as futuras. O método avaliativo, que está sendo ajustado em função do volume e a grande variedade de tipologias dos imóveis, também deverá ser certificado pela SPU.</p> <p>Durante a realização dos registros no SPIUNet, visando a manutenção dos mesmos, os fluxos de informações entre os órgãos também serão definidos, pois esta Coordenadoria necessita receber informações como: o início/término dos processos das construções e dos processos de locação de terceiros.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª	1.7.3.	1117/2015-	25/11/2015

	Câmara (Contas 2013)		TCU/SECEX-SC	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:</p> <p>[...]</p> <p>1.7.3. faça constar no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) relativo ao próximo exercício ações de controle e de monitoramento da implementação das recomendações anteriores da Auditoria Interna, com foco na gestão patrimonial da entidade, fazendo constar os resultados alcançados nas próximas contas a serem apresentadas;</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AUDIN: A Auditoria Interna incluiu no PAINT de 2015 ação de monitoramento da implementação das recomendações oriundas dos relatórios de auditoria da AUDIN. Esta ação foi executada e o resultado relativo à gestão patrimonial foi utilizado em auditorias da CGU-R/SC (Ordens de Serviço 201504911 e 201504913).</p> <p>No PAINT 2016 também foi incluída ação de monitoramento (Auditoria 007/2016) com previsão no seu escopo de ação na área de gestão patrimonial. Ao final do exercício de 2016 os trabalhos ainda não haviam sido finalizados.</p> <p>Ao final do exercício de 2017, os seguintes trabalhos incluídos no escopo da Auditoria 007/2016 com foco na gestão patrimonial ainda encontravam-se sob análise da equipe de auditoria da AUDIN:</p> <p>- Auditoria 0022013 – Concessão de Espaço Físico;</p> <p>- Auditoria 0042013 – Gestão de Patrimônio Imobiliário;</p> <p>- Auditoria 0042014 – Bens Móveis e Imóveis.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.8	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Administração UFSC – Gabinete do Reitor				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.8. reiterar à Universidade Federal de Santa Catarina as determinações constantes dos itens 1.5.1, 1.5.3 e 1.5.4 do Acórdão 2.519/2010-2ª Câmara, informando nas próximas contas as providências adotadas, alertando à unidade jurisdicionada que o descumprimento reiterado de determinação do Tribunal enseja a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p>[...]</p> <p style="margin-left: 40px;">Ac. 2.519/2010-2ª Câmara, itens 1.5.1, 1.5.3 e 1.5.4:</p> <p style="margin-left: 40px;">1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que:</p> <p style="margin-left: 80px;">1.5.1. Regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente a Lei 6.120/1974 e o Decreto 99.509/1990, mediante a cobrança, por todo o período de vigência do referido contrato, do aluguel mensal devido com base em laudo de</p>				

avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados;

[...]

1.5.3. observe os arts. 64, 67, 86, incisos I e II, e 95 do Decreto-lei 9.760/46, bem como a Portaria/SPU 205/2002, para a fixação do aluguel mensal a ser cobrado pela cessão de área para a Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC;

1.5.4. apure os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se em critérios legais, e adote as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos;

**Recomendações da CGU pendentes, ligadas à AASUFSC:**

**ID 78779:** *Apurar o possível descumprimento do Termo de Concessão de Uso por parte da AASUFSC e, conforme o resultado, adotar providências para retomada da área pela UFSC.*

**ID 164328:** *Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a fim de atestar a ocorrência ou não do pagamento integral do débito relativo ao período entre julho de 2011 e março de 2012 (interregno em que já não vigorava mais o Contrato 269/2001 e ainda não havia sido firmado o Contrato 42/2012), cujo total do débito foi estimado em março de 2012 na importância de R\$ 17.109,68. Em caso de não ter sido promovido pela AASUFSC referido pagamento, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.*

**ID 164329:** *Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a título de contraprestação pela concessão de uso de espaço físico (Contrato 42/2012). Em caso de existirem pagamentos não quitados dessa natureza, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.*

**ID 164330:** *Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a título de ressarcimento de despesas de consumo de água e energia elétrica referente não só à área específica objeto da concessão (410,16 m<sup>2</sup>), mas também das áreas consideradas de uso comum (campo de futebol, cancha de bocha, salão de recreação, estacionamento, dentre outras). Em caso de existirem pagamentos não quitados dessa natureza, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.*

**Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas**

Manifestação do Gestor no Relatório de Gestão 2016:

Em resposta à solicitação, encaminhamos à Procuradoria Federal junto à UFSC o processo digital nº 23080.078883/2016-91 para que fossem fornecidas informações atualizadas acerca da Ação Ordinária nº 5001490-29.2015.4.04.7200 / SC. Em resposta, o Procurador-Chefe em exercício, Dr. Genésio Nollí Filho, através do documento Informações nº 00001/2017/PFUFSC/PGF/AGU, de 6 de janeiro de 2017 (anexo), nos informa que, tendo sido interposta Apelação ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, visando a reforma do julgado e almejando-se total procedência dos pedidos da UFSC, a decisão sobre o tema ainda não foi tomada.

Manifestação do Gestor em Fev/2017, submetida à CGU, em atendimento às Recomendações da CGU ID's 78779, 164328 164329 e 164330:

Informamos que, através do documento Informações nº 00002/2017/PFUFSC/PGF/AGU, de 13 de janeiro de 2017, a Dra. Alessandra Sgreccia Rezende, Procuradora Federal, manifesta seu entendimento em atenção ao requerimento feito pela PROAD feito às fls. 136 do processo físico 23080.023030/2011-16, onde é solicitado que sejam tomadas pela Procuradoria Federal junto à UFSC as medidas necessárias para ajuizamento de ação contra a AASUFSC e a imediata retomada de posse daquela associação, tendo em vista as diversas irregularidades apontadas no cumprimento do Termo de Concessão de Uso pela AASUFSC, como possíveis débitos, uso inadequado de espaços pertencentes à UFSC. A Procuradora concorda que já foram esgotadas todas as medidas administrativas para a retomada dos imóveis ocupados pela Associação e que a única alternativa seria a judicialização, a fim de cobrar os valores devidos e retomar os imóveis pertencentes à Universidade. Para tanto, indica da necessidade de elaboração de novo laudo de avaliação da área ocupada; necessidade de apuração de responsabilidades administrativas, por possíveis infrações no decorrer do contrato que tenha culminado nas irregularidades apontadas. Tendo em vista que, em documento datado de 25 de maio de 2016, a AASUFSC afirma estar em dia com os pagamentos à UFSC, a Procuradoria orienta que tomemos algumas medidas antes que seja realizado o encaminhamento pela PF/UFSC para medidas judiciais cabíveis. Sendo assim, informamos que, neste momento, a PROAD, através de seu Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC/PROAD)

está providenciando atendimento ao primeiro tópico (recomendação) feita pela PF/UFSC: 1) Averiguação se de fato os pagamentos foram efetivados, conforme informado pela AASUFSC. Informamos também quais seriam os encaminhamentos seguintes na visão da PF/UFSC: 2) Remessa dos processos ao Gabinete do Reitor para que possa ser providenciado novo laudo de avaliação dos imóveis/espacos ocupados pela AASUFSC; averiguação de possibilidade de abertura de sindicância investigativa; 3) Devolução dos autos à PF/UFSC para que através do Núcleo de Contencioso a fim de que sejam adotadas as medidas judiciais cabíveis com relação à cobrança dos débitos e retomada dos imóveis de posse da AASUFSC.

Informação da AUDIN (09/03/2018):

Em, Novembro/2017 a A AUDIN solicitou a PROAD informação atualizada quanto à situação da Ação Ordinária nº 5001490-29.2015.4.04.7200 / SC. Em fevereiro/2018 A PROAD solicitou à AUDIN que demandas que abordarem questionamentos no âmbito da Procuradoria Federal junto à UFSC fossem direcionadas ao Gabinete do Reitor, considerando que a PROAD não exerce um papel hierárquico a PF-UFSC.

Em 09/02/2018 a Auditoria interna solicitou ao GR a atualização de informações a respeito do andamento da ação Ordinária nº 5001490-29.2015.4.04.7200/SC. Na mesma data, o Diretor-Geral do GR encaminhou a solicitação (via mensagem eletrônica) à Procuradoria Federal junto à UFSC. Até o fechamento deste relatório, as informações ainda não tinham sido disponibilizadas.

Em consulta processual no sítio da Justiça Federal – TRF4, realizada em 09/03/2018, a AUDIN identificou que a última movimentação ocorreu em 19/02/2016, com a informação: “1. Distribuição/Atribuição Ordinária por sorteio eletrônico”, tendo como apelantes a UFSC e a AASUFSC.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.1	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC – Gabinete do Reitor				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.9.1. avalie a conveniência e oportunidade de implementar processo de seleção para as funções e cargos de natureza gerencial, com base no princípio da impessoalidade, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência, exigindo, para os cargos eletivos, o cumprimento de capacitação na área gerencial;</p> <p>[...]</p>				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
<p>Tendo em vista que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a alta Administração da UFSC é composta pelo Reitor e sua equipe de pró-reitores e secretários, cargos estes de confiança do Reitor;</li> <li>- que os diretores das unidades acadêmicas (centros de ensino), chefes de departamento e coordenadores de curso são eleitos pelos pares;</li> <li>- que as demais funções gerenciais são funções gratificadas e, portanto, de escolha dos gestores;</li> <li>- que não há no quadro da UFSC cargos de gestor;</li> <li>- que a UFSC está implantando uma Escola de Gestores com acesso a todos os seus servidores;</li> </ul> <p>Estimamos que não é conveniente a implantação de processo de seleção.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.3	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.3. fazer constar previsão da necessidade de capacitação contínua dos auditores internos, e a respectiva política, nos normativos a serem criados referentes à atuação da auditoria na entidade;</p> <p>[...]</p> <p>Informação da CGU: Recomendação redirecionada para a recomendação do Relatório 201407315 (Constatação 007 - Rec. 001) = Desenvolver projeto de regulamento próprio para as atividades da Auditoria Interna a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário da UFSC (ID 67881 – “reiterada prorrogada” segundo posição da CGU no Relatório 201502634 de junho/2015 - atualização do PPP da UFSC)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
AUDIN: Em análise do Plano de Providências, encaminhada em fev/2017, a CGU considerou a recomendação atendida. A AUDIN comunicou a CGU, por meio do preenchimento de dados no sistema “Monitor” daquela Controladoria, informando que “O Regimento da Auditoria Interna foi aprovado mediante Resolução Normativa nº 94/Cun/2017, de 4 de abril de 2017.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.4	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.4. desenvolver projeto de regulamento próprio para as atividades da Auditoria Interna a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário da UFSC;</p> <p>[...]</p> <p>Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 007 - Rec. 001 – ID 67881)</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
AUDIN O Regimento da Auditoria Interna foi aprovado por meio da Resolução Normativa nº 94/CUn/2017, de 4 de abril de 2017, disponível no seguinte link: “ <a href="http://audin.ufsc.br/files/2014/08/RN94_Regimento_Auditoria-Resolucao-que-aprova-o-Regimento2.pdf">http://audin.ufsc.br/files/2014/08/RN94_Regimento_Auditoria-Resolucao-que-aprova-o-Regimento2.pdf</a> ”				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.5	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:</p> <p>[...]</p> <p>1.9.2.5. prever a existência de rotinas de avaliação e gestão de riscos em regulamento próprio do funcionamento da Auditoria Interna;</p> <p>[...]</p> <p style="text-align: center;">Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 009 - Rec. 001 – ID 67883):</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AUDIN:</p> <p>- O Regimento Interno da Auditoria Interna, aprovado por meio da Resolução Normativa nº 94/CUn/2017 de 4 de abril de 2017, prevê no § 2º do Artigo 25 (Capítulo VIII – Dos Trabalhos de Auditoria):</p> <p>“Art. 25 Os trabalhos de auditoria serão realizados de acordo com as ações previstas no PAINT, que contemplará as ações de auditoria a serem executadas no exercício seguinte.</p> <p>[...]</p> <p>§ 2º A ações de auditoria constantes do PAINT serão selecionadas preferencialmente com amparo no resultado da avaliação de riscos e nos critérios da materialidade, relevância e criticidade.”</p> <p>- O manual de Auditoria Interna, publicado no link <a href="http://audin.ufsc.br/files/2017/05/Manual-Audin_UFSC-REV.2-IN-03-2017-1.pdf">http://audin.ufsc.br/files/2017/05/Manual-Audin_UFSC-REV.2-IN-03-2017-1.pdf</a>, foi elaborado no exercício de 2017 e prevê os seguintes itens específicos quanto a avaliação de riscos:</p> <p>2.3. Gerenciamento de riscos:</p> <p>O processo de gerenciamento dos riscos é responsabilidade da alta administração e deve alcançar toda a organização, contemplando a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos a que a UFSC está exposta.</p> <p>Compete à AUDIN avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria do processo de gerenciamento de riscos da UFSC, observando se, nesse processo:</p> <p>a) riscos significativos são identificados e avaliados;</p> <p>b) respostas aos riscos são estabelecidas de forma compatível com o apetite a risco da UFSC; e</p> <p>c) informações sobre riscos relevantes são coletadas e comunicadas de forma oportuna, permitindo que os responsáveis cumpram com as suas obrigações.</p> <p>A AUDIN deve avaliar, em especial, as exposições da UFSC a riscos relacionados à governança, às atividades operacionais e aos sistemas de informação. Nessa avaliação, deve ser analisado se há comprometimento:</p> <p>a) do alcance dos objetivos estratégicos;</p> <p>b) da confiabilidade e da integridade das informações;</p> <p>c) da eficácia e da eficiência das operações e programas;</p> <p>d) da salvaguarda de ativos; e</p> <p>e) da conformidade dos processos e estruturas com leis, normas e regulamentos internos e externos.</p> <p>O auditor interno deve buscar identificar potenciais riscos de fraude e verificar se a organização possui controles para tratamento desses riscos.</p> <p>A AUDIN poderá prestar serviços de consultoria com o propósito de auxiliar a UFSC na identificação de</p>				

metodologias de gestão de riscos e de controles, todavia, os auditores internos não podem participar efetivamente do gerenciamento dos riscos, cuja responsabilidade é exclusiva da UFSC.

A AUDIN deverá promover, de modo contínuo, ações de sensibilização, capacitação e orientação da alta administração e dos gestores em relação ao gerenciamento de riscos.

#### 4.6. Riscos de Auditoria:

A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Nesse sentido, devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos:

- a) a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos da Auditoria Interna, a serem aplicados, considerando o volume ou a complexidade das transações e das operações;
- b) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.9.2.6	1117/2015-TCU/SECEX-SC	25/11/2015
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC – Auditoria Interna				
UFSC – Gabinete do Reitor				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...]				
1.9. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina que:				
[...]				
1.9.2. adote as seguintes medidas com vistas a fortalecer a atuação de seu órgão de Controle Interno:				
[...]				
1.9.2.6. elaborar estudo sobre a avaliação e gestão de riscos dentro da UFSC.				
[...]				
Recomendação do Relatório 201407315/CGU (Constatação 009 - Rec. 002 – ID 67884)				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do gestor em 09/02/2017 (GR e AUDIN):				
Em consequência dessa deliberação, foi elaborada a ação por meio da Portaria nº 983/2017/GR, de 26 de abril de 2017, de instituir o Grupo de Trabalho com o objetivo de organizar proposta de trabalho para implantação de gestão de riscos na UFSC com prazo de 12 meses para concluir seus trabalhos a contar de sua publicação.				
Em resposta à proposta de trabalho para implantação da gestão na UFSC, reuniram-se aos 5 (cinco) dias do mês de julho de 2017, na Reitoria, os membros designados da Portaria nº 983/2017/GR e o Diretor Geral do Gabinete do Reitor, cuja presidência coube a um servidor da AUDIN. Tal agenda resultou na entrega da minuta de portaria, com os estudos e proposições de encaminhamentos para proposta referente à implantação da Política de Gestão de Riscos para UFSC, em atendimento ao artigo 4º da Portaria nº 983/2017/GR.				
Os estudos resultaram na ação inicial da Reitoria de criar o Comitê Permanente de Governança, Riscos e Controles da Universidade Federal de Santa, Portaria nº 1939/2017/GR, de 15 de agosto de 2017. Ainda, no tocante a continuidade das ações, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas estabeleceu o programa de capacitação destinado a linha de desenvolvimento da gestão, com foco no desenvolvimento gerencial. Nessa seara, destinou o curso Gestão de Riscos, para incentivar e apoiar a disseminar o uso de práticas inovadoras ao gestores. O Curso Gestão de Riscos proporcionou aos participantes aprendizado acerca das práticas de Gestão de Riscos de acordo com a IN conjunta MP/CGU Nº 001/2016, e sua realização deu-se no período entre 02/10/2017 à 20/10/2017 resultando em carga horária em torno de 20 horas.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação	Data da ciência



			expedida	
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.10.1	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Secretaria de Planejamento e Orçamento				
Descrição da determinação/recomendação				
[...]				
1.10. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas ao saneamento e a adoção de providências que previnam ocorrências semelhantes em próximas prestações de contas:				
[...]				
1.10.1. inclusão indevida de responsáveis não arroláveis no Rol de Responsáveis, a exemplo de membros dos Conselhos Universitário e de Curadores, contrariamente ao que dispõe o art. 10, caput, da IN TCU 63/2010.				
[...]				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Informação do Gestor (data: 02/02/2018): SEPLAN: via resposta ao Mem Circ 12/AUDIN/UFSC/2017: Informamos que para os relatórios de gestão subsequentes a nominata do Rol dos Responsáveis será emitida em conformidade com as normas vigentes do TCU. Inclusive, no Relatório de Gestão de 2016 está correção já foi efetuada.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
019.289/2014-6	7.099/2015 – 1ª Câmara (Contas 2013)	1.10.2	1117/2015- TCU/SECEX-SC	25/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas UFSC – Pró-Reitoria de Graduação				
Descrição da determinação/recomendação				
[...]				
1.10. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas ao saneamento e á adoção de providências que previnam ocorrências semelhantes em próximas prestações de contas:				
[...]				
1.10.2. não realização de concurso público para provimento de vaga de professor afastado definitivamente dos quadros, a exemplo das situações identificadas no item 2.1, alínea “e”, do Relatório de Auditoria de Gestão 201407315 da CGU, contrariamente ao disposto no § 3º, art. 9º, do Decreto 94.664/1987.				
[...]				
<p><b>Relatório 201407315, item 2.1, alínea “e”:</b></p> <p><i>2.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão</i></p> <p><i>A fim de avaliar os mecanismos de controles internos que assegurem o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão dos docentes, com vistas à consecução dos objetivos básicos da UFSC, foram realizados levantamentos de informações (reuniões) e análises documentais no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e no Centro de Ciências da Saúde (CCS), especificamente em relação aos cursos em Letras e de</i></p>				

Medicina, respectivamente.

A partir da análise documental e das reuniões realizadas, tornou-se possível analisar cada um dos tópicos citados a seguir:

[...]

e) Sistemática de contratação de professores substitutos, percentuais de contratados, prazos e fundamentação legal das contratações: cada departamento de ensino submete a demanda de contratação de professor substituto diretamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a qual verifica se há a devida justificativa e o necessário amparo legal.

Relativamente à observância do limite legal de 20% do total de docentes efetivos na contratação de professores substitutos (Lei n.º 8.745/93, art 2º, parágrafo 2º), não foi identificada extrapolação do mesmo, uma vez que na UFSC, em 31/12/2013, esta relação era de 15%.

Ainda de acordo com as informações prestadas pelo CCE e pelo CCS, referentes, respectivamente, aos Cursos em Letras e Curso de Medicina, havia, em 31/12/2013, 26 professores substitutos com contrato em vigor. Consultando a situação desses 26 professores substitutos no SIAPE, não foram identificados casos em que tenha sido ultrapassado o prazo de 2 anos de permanência.

Visando também a verificar se no âmbito da UFSC as contratações de professores substitutos observam o art.9º, parágrafo 2º, do Decreto nº 94.664/1987, foram selecionados, aleatoriamente, 07 professores substitutos de um total de 26, que, segundo os dirigentes do CCE e do CCS, compunham os quadros de pessoal dos Cursos em Letras e de Medicina.

Da análise, verificou-se que houve três casos selecionados em que os professores que serviram de justificativa para a contratação de substituto se aposentaram em 2004 e 2005, o que, em princípio, estaria ensejando descumprimento do §3º, Art. 9º, do Decreto 94.664/1987, haja vista que as vagas de tais afastamentos definitivos (aposentadorias) não estariam sendo preenchidas com a contratação de professores efetivos/concursados. A respeito do assunto, a UFSC foi questionada, tendo os gestores se manifestado no sentido de que tais aposentadorias não constam do banco de equivalentes da UFSC, e que, portanto, não poderiam servir de referência para contratação de professor efetivo.

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 16/01/2018):

PROGRAD, via Memorando n. 31/2018/PROGRAD:

A situação já se encontra regularizada pela UFSC, sendo que não há mais professores substitutos ou mantidos pela Instituição em justificativas decorrentes de vacâncias anteriores a 2007.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.3 do Ac. 2.498/2011 -TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

#### Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Conselho de Curadores

#### Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.3 – à comprovação de despesas de contratos e convênios por meio de pagamentos feitos às fundações de apoio (item 2.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915)

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 29/01/2018):

Conselho de Curadores: A respeito do convênio firmado entre o DNIT e a UFSC, denominado “cooperação técnica e científica visando a implementação do projeto de identificação de sistemas de pesagem em movimento”, no valor de R\$ 4.366.789,00, informamos que a prestação de contas foi apresentada ao DNIT em parcelas, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da UFSC (conforme documentação disponível no setor de Auditoria Interna), no valor de R\$ 4.362.761,75 e um saldo devolvido de R\$ 4.027,25. Para a execução deste objeto foram firmados dois contratos com a FAPEU: o contrato nº 0671/2007 e o contrato nº 0472/2007 (processo 23080.028329/2007-72). A prestação de contas apresentada pela fundação à UFSC ainda está fase de aprovação pelo Conselho de Curadores, mas na pauta para análise.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.9 do Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

#### Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC – Pró-Reitoria de Administração

#### Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens ....., 1.6.1.9,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.9 – evitar o fracionamento de despesas em contratações por dispensa de licitação devido a falhas de planejamento das necessidades mensais, anuais e globais; a instituição de rotinas padronizadas de planejamento das necessidades de materiais e serviços diversos, para cumprimento por parte dos setores requerentes da UFSC, de modo que as necessidades possam ser agrupadas e licitadas periódica e centralizadamente pela PROINFRA, mantendo-se sempre a modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, com vistas a diminuir efetivamente o volume de despesas com aquisições fracionadas por meio de dispensa de licitação; a inclusão entre as rotinas a serem padronizadas e cumpridas por todos os setores

requerentes, a de apresentação, por parte de cada requerente, da estimativa de suas necessidades por período trimestral, semestral e anual, por meio dos dados de consumo de períodos anteriores da totalidade de materiais e serviços, bem como, também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de forma a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais; a análise do conjunto das dispensas realizadas; e a identificação dos serviços e materiais que poderiam ser viabilizados através de contratos de manutenção e de fornecimento, parcelado ou conforme demanda (item 4.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 01/02/2018):

No que concerne ao trabalho realizado pelo Departamento de Compras, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, informamos que:

As dispensas e inexigibilidades de licitação para aquisição de materiais são realizadas de maneira centralizada pelo Departamento de Compras, o qual realiza a análise, tanto da conformidade do processo quanto do mérito da aquisição, considerando, entre outros, necessidade e oportunidade, de maneira criteriosa e abstendo-se de autorizar aquisições que possam ser realizadas por meio de licitação ou outros meios mais apropriados.

No que diz respeito ao planejamento, desde o ano de 2013 foi instituído o "Calendário de Compras", no qual são definidos períodos no decorrer do ano para envio de pedidos para licitação conforme o tipo de material, propiciando o melhor gerenciamento e incentivando as Unidades para que organizem as suas demandas conforme os períodos definidos. Pedidos só são aceitos fora das datas previstas em casos de exceção justificada. Da mesma forma, vem sendo feito um trabalho de consolidação e agrupamento das demandas que chegam ao DCOM, sendo que este trabalho está em fase de implantação, e dependendo principalmente de ajustes no sistema informatizado utilizado para tramitação dos pedidos para que seja integralmente implementado, considerando o grande volume de compras da UFSC. Estes ajustes já foram demandados e estão em estudo por parte da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Quanto ao repasse das informações aos setores requerentes, além da ampla divulgação dos procedimentos a serem adotados, por meio do Manual de Compras do DCOM (tendo tido a sua primeira edição em 2013, segunda em 2016, e previsão de lançamento da terceira edição para março de 2018), orientações constantes no sítio do DCOM e memorandos circulares, o referido Departamento é responsável, desde o ano de 2014, por realizar um curso de compras direcionado aos servidores que realizam atividades correlatas, sendo que, em 2017, foram capacitadas 4 turmas totalizando cerca de 100 pessoas, incluindo servidores de todos os campi e também dos programas de pós-graduação.

De modo a ilustrar o avanço das ações tomadas pelo Departamento de Compras no sentido de evitar, quando possível, as dispensas de licitação, segue um histórico do valor total de dispensas realizadas anualmente pela UFSC com base no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/1993:

2012 – R\$ 736.087,91

2013 – R\$ 353.244,54

2014 – R\$ 316.015,99

2015 – R\$ 287.545,75

2016 – R\$ 248.845,50

2017 – R\$ 231.962,92

Neste sentido, as principais ações em curso para aprimorar o planejamento e a execução das compras da UFSC são o avanço no agrupamento e consolidação dos pedidos recebidos dos diversos setores requerentes e a melhoria dos sistemas informatizados da Universidade, além da capacitação dos servidores envolvidos.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.10 do Ac. 2.498/2011)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

		-TCU-2ªC)		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p style="padding-left: 40px;">Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p style="padding-left: 40px;">1.6.1.10 – ao estabelecimento de rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC (item 4.1.1.2, do RA/CGU-SC nº 243.915)</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor extraída do Relatório de Gestão 2016:</p> <p>Desde 2012 o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia DPAE conta com a Assessoria de Orçamento de Obras (AOO) que tem como objetivo principal elaborar os orçamentos de referência para a contratação de Projetos e licitações de Obras para todos os Campi da UFSC. O principal objetivo da criação da assessoria foi melhorar a qualidade dos orçamentos realizados, adequando às normativas vigentes e buscando a economicidade nas contratações realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>A partir de 2013 da criação do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura o número de dispensas de licitações para contratação de serviços de engenharia foi drasticamente reduzido, em virtude da utilização de atas de registro de preços que abrange praticamente todos os serviços de manutenção predial.</p> <p>Nos casos onde é necessário a contratação de serviços por dispensa, os técnicos da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente fazem o levantamento dos serviços para posterior encaminhamento para pesquisa de preços com as empresas da região. Na maioria dos casos os preços de mercado somente são solicitados para itens não previstos no SINAPI.</p> <p>Informação da AUDIN/UFSC: Em consulta ao sistema Monitor da CGU, verificou-se que não existem pendências para esta recomendação.</p> <p>Informação do Gestor (SEOMA – data: 02/03/2018):</p> <p>Hoje, todas as obras e serviços de engenharia realizados pela Secretaria de Obras e seus departamentos (DFO, DMPI e PU) são precedidos de um levantamento dos serviços necessários e o orçamento para a realização dos mesmos. Mesmo em casos de dispensa de licitação, que são raros, é feito um orçamento prévio por parte da UFSC, para repassar às empresas que farão a cotação dos serviços a serem realizados. E todas as empresas têm que apresentar o orçamento com todos os itens constantes no orçamento realizado pela UFSC. Com isto, se evita que cada empresa tenha um entendimento diferente dos serviços a serem realizados.</p>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª	9.8.2	535/2016-	26/7/2016

	Câmara (Contas 2011)	(1.6.1.13 do Ac. 2.498/2011 -TCU-2ªC)	TCU/SECEX-SC	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>[...]</p> <p>9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:</p> <p>[...]</p> <p>9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;</p> <p style="padding-left: 40px;">Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p style="padding-left: 40px;">1.6.1.13 – à verificação, previamente à contratação, da adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI, bem como os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29, em relação aos preços dos produtos/materiais utilizados e constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para, se for o caso, apurar responsabilidades e a eventual devolução de valores, com relação aos processos de dispensas de licitações nºs. 11.219 e 11.232/2009 (item 4.1.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915)</p> <p>[...]</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informação do Gestor extraída do Relatório de Gestão 2016:</p> <p><u>Recomendação 01 e 02 (Relatório 243915, item 4.1.3.1):</u></p> <p>Desde 2012 o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia DPAE conta com a Assessoria de Orçamento de Obras (AOO) que tem como objetivo principal elaborar os orçamentos de referência para a contratação de Projetos e licitações de Obras para todos os Campi da UFSC. O principal objetivo da criação da assessoria foi melhorar a qualidade dos orçamentos realizados, adequando às normativas vigentes e buscando a economicidade nas contratações realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p>A partir de 2013 da criação do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura o número de dispensas de licitações para contratação de serviços de engenharia foi drasticamente reduzido, em virtude da utilização de atas de registro de preços que abrange praticamente todos os serviços de manutenção predial.</p> <p>Nos casos onde é necessário a contratação de serviços por dispensa, os técnicos da Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente fazem o levantamento dos serviços para posterior encaminhamento para pesquisa de preços com as empresas da região. Na maioria dos casos os preços de mercado somente são solicitados para itens não previstos no SINAPI.</p> <p><u>Recomendação 03 (Relatório 243915, item 4.1.3.1):</u></p> <p>Os processos mencionados referem-se a serviços realizados no ano de 2009. Desta forma, agora, depois de sete anos, fica muito difícil precisar os serviços realmente realizados. Naquela época, estes processos de dispensa de licitação, após a definição dos serviços necessários, iniciava com a visita ao local dos serviços com as empresas participantes do processo. No local, eram mostrados todos os serviços necessários a todas as empresas participantes e respondidas todas as dúvidas. No caso dos dois processos citados pela equipe de auditoria não conseguimos agora, ter certeza de todos os serviços realizados. Alguns serviços que não constam no orçamento podem ter sido realizados. O que era considerado era o orçamento global para o total dos serviços.</p>				

Visualizamos os processos citados e verificamos que neles não havia um orçamento prévio elaborado pela administração. Dessa forma, os orçamentos eram apresentados pelas empresas participantes do processo. Como já citado anteriormente, nestes casos, não temos como precisar tudo o que foi executado.

Atualmente, para todo e qualquer serviço necessário de manutenção inicia com o levantamento de todos os serviços necessários e um orçamento prévio por parte da administração, não dando margem a qualquer dúvida.

Informação da AUDIN/UFSC: Em consulta ao sistema Monitor da CGU, verificou-se que não existem pendências para estas recomendações.

Informação do Gestor (SEOMA – data: 02/03/2018):

Atualmente, para a realização de serviços de pequena monta na UFSC, que eventualmente possam ser contratados com processo de dispensa de licitação, o primeiro passo é um técnico da UFSC verificar os serviços, fazer um levantamento de quantitativos de todos os serviços e elaborar um orçamento com preços do SINAPI, ou na falta deles, com preços de mercado. Após isto, este orçamento é encaminhado para as empresas fazerem a sua cotação de preços e apresentarem o seu orçamento à UFSC. Como hoje, por lei, o orçamento apresentado pela contratante é o valor máximo permitido, todos os orçamentos dos concorrentes devem ser menores do que o da UFSC.

Os processos mencionados referem-se a serviços realizados no ano de 2009. Desta forma, agora, depois de oito anos, fica muito difícil precisar os serviços realmente realizados. Naquela época, nestes processos de dispensa de licitação, após a definição dos serviços necessários, iniciava com a visita ao local dos serviços com as empresas participantes do processo. No local, eram mostrados todos os serviços necessários a todas às empresas participantes e respondidas todas as dúvidas. A partir desta visita, as empresas apresentavam o seu orçamento para a realização dos serviços. As empresas sabiam todos os serviços que precisavam ser realizados, mas nem sempre, todos eles apareciam descritos no orçamento escrito. O valor que a empresa apresentava era um valor global para a realização de todos os serviços, sem estar muito preocupada se os itens que compunham o orçamento estavam cotados corretamente. No caso dos dois processos citados pela equipe de auditoria não conseguimos agora, ter certeza de todos os serviços realizados. Alguns serviços que não constam no orçamento podem ter sido realizados. O que era considerado era o orçamento global para o total dos serviços.

Visualizamos os processos citados e verificamos que neles não havia um orçamento prévio elaborado pela administração. Dessa forma, os orçamentos eram apresentados pelas empresas participantes do processo. Como já citado anteriormente, nestes casos, não temos como precisar tudo o que foi executado. Atualmente, para todo e qualquer serviço necessário de manutenção inicia com o levantamento de todos os serviços necessários e um orçamento prévio por parte da administração, não dando margem a qualquer dúvida.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.2 (1.6.1.17 do Ac. 2.498/2011 -TCU-2ªC)	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFSC: Pró-Reitoria de Administração				
UFSC: Conselho de Curadores				
Descrição da determinação/recomendação				
9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:				
[...]				
9.8.2 descumprimento de determinações exaradas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2.498/2011-TCU-2ª Câmara, de 26/04/2011 (itens 1.6.1.3,.....), cuja reincidência pode acarretar a aplicação de multa, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992;				

Ac. 2.498/2011-TCU-2ªC – item 1.6.1 – Determinar Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina – CGU/SC , bem como à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.17 – a orientação às fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública, bem como para que executem despesas vinculadas ao objeto contratado; a oficialização às fundações de apoio contratadas a respeito da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos sejam atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido ou que acompanhe a prestação do serviço; a manutenção de controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas, e instaurando, se for o caso, o respectivo processo de tomada de contas especial; a previsão, ou proibição expressa, de acordo com o caso, de pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos, ou, no caso de previsão, o estabelecimento do montante e as regras que permitam que este pagamento seja liquidado; a especificação, nos convênios firmados pela UFSC, dos gastos elegíveis no âmbito do projeto, bem como o detalhamento suficiente do objeto e do Plano de Trabalho dos contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas; a abstenção de aprovação de despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho (itens 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.3.1.1, 4.3.2.1 e 4.3.2.2, do RA/CGU-SC nº 243.915).

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 29/01/2018):

Conselho de Curadores: As ações do Conselho de Curadores a esse respeito estão ligadas ao controle finalístico, com a proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Curadores para criação de Comissão Específica para análise das prestações de contas dos convênios e contratos, isso ainda para 2018. Paralelo a isso, estão sendo encaminhados outros procedimentos visando orientação às fundações de apoio, com propostas de resoluções normativas a respeito.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.3	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016

#### Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

#### Descrição da determinação/recomendação

[...]

9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:

[...]

9.8.3. exigência de amostras para todos os participantes de determinados itens licitados nos Pregões Eletrônicos 33/2010 e 389/2010, em desacordo com o art. 30 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência vigente, a exemplo do Acórdão 491/2015-TCU-Plenário;

[...]

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Informação do Gestor (data: 04/12/2017):

HU:



O material é recebido com conferência quantitativa, e após, é realizada a conferência qualitativa por um servidor do almoxarifado (para os itens no geral) - conferindo a marca e referência do produto (quando é informada). Para os itens de Informática e Engenharia Clínica são chamadas pessoas da área técnica para a conferência qualitativa, por tratarem-se de materiais mais específicos e com risco de erro maior.

Nos casos de materiais muito específicos, onde apenas um pequeno detalhe pode fazer a diferença, há casos que a má qualidade só é percebida no momento da sua utilização. Nestes casos, o produto é recolhido e devolvido à empresa, que é notificada e que fica sujeita as punições previstas na legislação vigente.

1) As amostras estão sendo exigidas apenas para as empresas classificadas em primeiro lugar em 100% dos processos licitatórios;

2) O prazo para o envio de amostras foi alterado de 3 para 5 dias úteis, condizente com a realização de Pregão Eletrônico de abrangência nacional.

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.4	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...]				
9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:				
[...]				
9.8.4. ausência de fundamentação legal para exigências no edital do pregão Eletrônico 154/2011, contrariando o art. 27 da Lei 8.666/1993, caracterizando-se como fatores restritivos à competitividade do certame;				
[...]				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do Gestor (data: 04/12/2017):				
HU:				
Os editais do HU para contratações de serviços restringem-se as exigências da legislação e seguem os parâmetros definidos pela IN02/2008 do MPOG.				
Sempre que há disponibilidade orçamentária os servidores são incentivados a realizarem capacitações técnicas.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.5	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
[...]				
9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes:				

[...] 9.8.5. restrição á competitividade em razão de exigência indevida de capacidade técnica no Pregão Eletrônico 55/2011, contrariando os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei 8.666/1993; [...]				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do Gestor (data: 04/12/2017): HU: Os editais do HU para contratações de serviços restringem-se as exigências da legislação e seguem os parâmetros definidos pela IN02/2008 do MPOG.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
043.737/2012-9	8.352/2016 – 2ª Câmara (Contas 2011)	9.8.6	535/2016-TCU/SECEX-SC	26/7/2016
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação</b>				
UFSC - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
<b>Descrição da determinação/recomendação</b>				
Informação da AUDIN: Em 11/8/2016 a AUDIN providenciou o encaminhamento aos gestores das contas de 2011, para ciência, de cópia Ofício de Notificação 0535/2016-TCU/SECEX-SC, e em 15/8/2016 encaminhou o mesmo documento aos gestores atuais, para adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes, conforme item 9.8 do Acórdão 8.352/2016-TCU-2ª Câmara. [...] 9.8. dar ciência à UFSC e ao HU/UFSC, relativamente aos assuntos que o envolverem sobre as seguintes falhas identificadas nas presentes contas, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes: [...] 9.8.6. diversas impropriedades na aquisição de aparelhos de amplificação sonora individual – AASI, mediante inexigibilidade de licitação, junto a empresas selecionadas por meio de prévio credenciamento, contrariando os arts. 2º e 25 da Lei 8.666/1993; [...]				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Informação do Gestor (data: 04/12/2017): HU: O HU possuía processo licitatório para adquirir os aparelhos de amplificação sonora individual, mas atualmente, por não estar mais credenciada pelo SUS para realizar os procedimentos de fonoaudiologia, não adquirimos mais esse objeto.				

Fonte: AUDIN/UFSC

## 7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

### 7.2.1 Formas para o efetivo acompanhamento das recomendações do órgão de controle interno

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) dispõe de uma Coordenadoria de Controle e Acompanhamento – CCA, vinculada à unidade de Auditoria Interna (AUDIN), responsável pelo registro e acompanhamento das demandas advindas dos Órgãos de Controle Externo (TCU) e Interno (CGU).

A CCA/AUDIN não possui sistemas informatizados para acompanhamento das demandas de órgãos de controle, o que facilitaria sobremaneira o acompanhamento.

No caso das demandas da CGU em relatórios, solicitações de auditoria, notas técnicas, diligências de atualização do Plano de Providências Permanente - PPP, a AUDIN comunica as unidades responsáveis por cada assunto tratado, solicitando informações e documentos visando o atendimento das demandas da CGU.

A AUDIN registra em seus controles os pedidos e recomendações, que são acompanhados quanto aos prazos para resposta, solicitando a manifestação dos responsáveis, e disponibilizando as informações apresentadas pelos gestores à CGU, após uma minuciosa análise dos dados a serem repassados.

O repasse das informações à CGU segue critérios definidos pela CGU para cada diligência. Normalmente as informações são repassadas anexas a ofício assinado pelo Magnífico Reitor, cuja minuta é redigida pela Coordenadoria de Controle e Acompanhamento. Com o intuito de agilizar algumas demandas, em certas ocasiões a CGU solicita o encaminhamento das informações/documentos via mensagem eletrônica, com isso, a AUDIN procede o encaminhamento e posteriormente científica os gestores responsáveis, incluído o Magnífico Reitor.

No caso específico da atualização do PPP, para 2017 a CGU está tratando junto com a AUDIN/UFSC a mudança das rotinas de envio das informações, que devem ser inseridas diretamente no sistema MonitorWeb.

### 7.2.2 Plano de Providências Permanente da CGU (atualização em 2017)

Em 17/02/2017, a CGU apresentou à UFSC nova atualização do Plano de Providências Permanente (PPP), por mensagem eletrônica. O total de recomendações pendentes, segundo relato da CGU, somava 102. Na ocasião, a CGU considerou 37 recomendações atendidas, e 7 canceladas.

Em 10/03/2017 a AUDIN encaminhou novas manifestações à CGU, e cientificou os gestores sobre a última análise da CGU.

De agosto/2017 a dezembro/2017 a AUDIN realizou novas inserções de informações no sistema “Monitor” da CGU. Alguns gestores estão pendentes de encaminhamentos de informações à AUDIN, o que deve ocorrer no início de 2018.

Abaixo segue a lista das 121 recomendações pendentes de atendimento, em processo de atualização no sistema “Monitor” pela AUDIN ou de análise pela CGU. (posição extraída do sistema em 20/12/2017):

#### Quadro 133 - Análise da CGU na atualização do PPP – encaminhada à UFSC em 01/11/2016

Dados da Recomendação			Prazos		
ID	Categorias	Texto	Data Limite para atendimento	Data da última Manifestação do Gestor	Pendência
9820	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Com o auxílio jurídico da Procuradoria Federal junto à UFSC, dê prosseguimento às medidas administrativas já iniciadas em busca de repor o erário dos valores pagos acima do teto constitucional remuneratório, na importância inicialmente apurada de R\$ 988.957,21, atentando para as punições administrativas previstas no art. 18, § 1º, da Resolução Normativa nº 13/CUn, de 27/09/2011, e para o fato de que os	29/12/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU

		ressarcimentos devam se dar mediante quitação de Guia de Recolhimento da União.			
37623	Recomendações Estruturantes	Implementar levantamento completo com diagnóstico da reais necessidades de cada imóvel da Instituição quanto à execução de serviços de reforma e manutenção predial, estabelecendo uma estrutura gerencial que dê atendimento eficaz às demandas por obras, reformas e manutenção predial na UFSC;	05/08/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
39906	Recomendações Estruturantes	- Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.	04/12/2018	19/12/2017	Em análise pela CGU
41626	Recomendações Estruturantes	Implantar mecanismos de controles internos dos registros de ponto eletrônico dos servidores, a fim de que seja detectado o real cumprimento de jornada de trabalho para todas as atividades presenciais exercidas na Instituição e, conseqüentemente, que coíbam e evitem jornadas de trabalho inferior à do cargo efetivo, bem como pagamentos de vencimentos e de APH indevidos.	29/11/2017	22/08/2017	Para providências do Gestor
46711	Recomendações Estruturantes	Verificar quais são os itens adquiridos com maior volume ou regularidade pela Unidade e identificar, conforme a natureza desses itens (materiais, serviços, obras), que requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG podem ser consideradas nas aquisições.	28/01/2018	19/12/2017	Em análise pela CGU
46712	Recomendações Estruturantes	Identificados os itens referidos na Recomendação 1, realizar pesquisa para identificar se existe número razoável de fornecedores que atendem aos requisitos, ainda que parcialmente, da referida IN.	28/01/2018	19/12/2017	Em análise pela CGU
57719	Recomendações Estruturantes	Promova a divulgação, em sua página na internet, das informações sobre sua relação com as fundações de apoio, em especial no que se refere aos dados sobre os projetos em andamento, incluindo a indicação das remunerações pagas e dos respectivos beneficiários, de acordo com os termos estabelecidos pelo Decreto nº 7.423/2010.	07/05/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
63721	Outras recomendações em geral.	Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, incluindo aqueles referentes às condições de manutenção dos imóveis.	29/12/2017	23/08/2017	Para providências do Gestor
63785	Outras recomendações em geral.	Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.	29/11/2017	22/08/2017	Para providências do Gestor
67887	Recomendações Estruturantes	Indicar e regulamentar o setor da administração da UFSC que ficará responsável pelas atividades de correição.	07/05/2017	19/12/2017	Em análise pela CGU
72905	Outras recomendações em geral.	Não celebrar novos contratos com as fundações de apoio que estejam inadimplentes com a obrigação de prestar contas.	06/07/2017	28/11/2017	Em análise pela CGU
78513	Recomendações Estruturantes	Estabelecer mecanismos efetivos de controle (manuais e informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de Fundações de Apoio e de terceiros; e	05/08/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
78522	Recomendações Estruturantes	Cobrar a devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC), mediante monitoramento do	07/05/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor

		atendimento aos Ofícios n.º 013/PROINFRA/2009, encaminhado ao Diretor Executivo da FAPEU, e n.º 014/PROINFRA/2009, encaminhado à Diretoria da FEESC;			
78523	Recomendações Estruturantes	Providenciar a cobrança da devolução diretamente para a conta do tesouro nacional, dos valores já pagos relativos à taxa de administração nos contratos firmados em 2008 identificados na presente auditoria: 036/2008, 206/2008, 170/2008 e 217/2008 (FEPESE); 185/2008, 186/2008 e 284/2008 (FEESC); e 252/2008, 039/2008 e 164/2008 (FAPEU).	07/05/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
78554	Recomendações Estruturantes	Executar e concluir, conforme Memo n.º 070/PROINFRA/2009, de 22/04/2009, o levantamento de contratos firmados com fundações de apoio em 2007, 2008 e anos anteriores em relação a conter ou não previsão de taxa de administração, emitindo relatório dos trabalhos executados detalhando a relação completa dos fatos identificados em tais contratos.	07/05/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
78557	Recomendações Estruturantes	Determinar a devolução, pelas fundações e responsáveis por tais cursos, dos valores irregulares e não comprovados referentes aos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7 e 1.8 (relacionados ao Curso de Especialização em Implantodontia - Res. 082/CPG/2003), 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 (Especialização em Administração e Marketing em Saúde - Res. 100/CPG/2003), 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 (Especialização em Endodontia - Res. 075/CPG/2003), e 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5 (Mestrado em Psicologia - Convênio n.º 199/2002) da constatação 5.2.3.2 do Relatório de Avaliação de Gestão da UFSC n.º 189.712, totalizando cerca de R\$ 623.946,47, referentes a tais pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados; e	07/06/2017	28/11/2017	Em análise pela CGU
78565	Recomendações Estruturantes	- Elaborar modelos-padrão de formulários de fiscalização a serem preenchidos pelos fiscais de contrato de serviços ou de fornecimento, contendo campos destacados para a anotação dos itens verificados, tais como quantitativo, especificações de qualidade, prazo, etc, bem como para registro do escopo da ação fiscalizatória, informando se o trabalho foi realizado sobre uma amostra ou sobre o universo do contrato, dos problemas ocorridos durante a ação, das observações e das providências eventualmente tomadas;	06/06/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
78779	Recomendações Estruturantes	Apurar o possível descumprimento do Termo de Concessão de Uso por parte da AASUFSC e, conforme o resultado, adotar providências para retomada da área pela UFSC.	08/05/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
91885	Outras recomendações em geral.	Atualizar as informações do site da UFSC, tornando-as compatíveis com os normativos internos e dando transparência ao exercício das atividades de correição da Unidade	08/05/2017	19/12/2017	Em análise pela CGU
91887	Outras recomendações em geral.	Registrar no CGU-PAD todos os processos disciplinares instaurados na UFSC conforme determinação constante do art. 4º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU.	06/08/2017	19/12/2017	Em análise pela CGU
92621	Outras recomendações em geral.	PROVIDENCIAR CORREÇÃO EM PAGAMENTOS DO SIAPE DE MODO A NÃO MAIS OCORRER DUPLICIDADE NA DEVOLUÇÃO DO PSS DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO COMISSONADA, O QUE PODE SER REALIZADO POR MEIO DO	08/04/2017	27/11/2017	Em análise pela CGU

		CANCELAMENTO DA RUBRICA 01113 PARA TODOS OS SERVIDORES QUE RECEBEM ABONO DE PERMANÊNCIA.			
140725	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Ajuizar ação a fim de reaver o valor pago à empresa Intelissistemas Sistemas de Automação Ltda. (CNPJ 04.129.689/0001-00) referente aos produtos, serviços e/ou solução que não atendem aos objetivos pretendidos pelo Pregão Eletrônico nº 366/2009.	07/06/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
141023	Apuração de Responsabilidade - Func. Público	Apurar e/ou adotar providências para as potenciais irregularidades relacionadas a acúmulo de cargos irregularmente (cargos não acumuláveis e/ou cargos que juntos excedem o limite de 60 horas semanais) e/ou descumprimento do inciso X do artigo 117 da Lei 8.112/90 (participação em empresa privada), envolvendo 157 servidores da UFSC/HU, os quais possuem as seguintes matrículas SIAPE (.....)	08/05/2017	28/11/2017	Em análise pela CGU
141029	Outras recomendações em geral.	Recomenda-se à UFSC que a exija da FAPEU a comprovação da regularidade dos valores porventura repassados à FEPESE, a título de locação de imóvel, sob risco de devolução dos valores não comprovados.	08/05/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
141030	Outras recomendações em geral.	Fazer constar nas prestações de contas dos projetos, extratos bancários detalhados, que evidenciem que os recolhimentos relativos ao cumprimento do artigo 6º da Lei 8.958/1994 foram realizados por meio de débitos, na conta específica de cada projeto, correspondentes às guias de recolhimentos da união – GRUs, conforme valores previamente definidos em cada projeto, sob pena de não aprovação das respectivas prestações de contas.	08/05/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
141069	Recomendações Estruturantes	Implementar mecanismos preventivos que possibilitem verificar a adequação do Plano de Trabalho, procedendo às devidas correções, caso necessário (Relativo aos projetos executados em parceria com fundações de apoio).	07/06/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
141070	Apuração de Responsabilidade - Func. Público	Proceder à Tomada de Contas Especial para apuração do dano com vistas ao devido ressarcimento ao erário (IN 01/97, art. 38), bem como, instaurar procedimentos para responsabilização dos agentes envolvidos. (referente às constatações relatadas na NOTA TÉCNICA Nº 351 2012 /DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 15 de fevereiro de 2012).	03/09/2017	04/03/2016	Para providências do Gestor
141071	Recomendações Estruturantes	Proceder à regular liquidação das despesas, como requisito fundamental para seu pagamento, conforme dispõe os artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64, bem como atentar para o disposto no artigo 74, II da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507 (Relativo aos projetos executados em parceria com fundações de apoio).	05/06/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
141109	Outras recomendações em geral.	Recomenda-se à UFSC que exija da FAPEU a comprovação da vinculação, às atividades/metabol previstas no Termo de Cooperação 373/2010, de todas as despesas relativas aos pagamentos realizados às empresas Metropolitana Viagens e Turismo Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.587.693/0001-62 (valor total pago de R\$ 294.310,32) e Attitude Turismo Ltda. ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.357.672/0001-59 (valor total pago de R\$ 46.120,00), sob pena de devolução dos recursos relativos às despesas cuja vinculação não reste comprovada.	07/06/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159960	Outras recomendações em	Providenciar a formalização da estrutura e competências das Unidades do DGP por	06/08/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor

	geral.	meio da aprovação de um Regimento Interno da PROAD atualizado.			
159961	Outras recomendações em geral.	Criar um Plano de Trabalho, com prazos, metas e responsáveis definidos, contemplando a previsão de elaboração de manuais relacionados às atividades desenvolvidas pela DGP.	07/07/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159962	Recomendações Estruturantes	Quando da conclusão dos inventários, elaborar Plano de Trabalho, contendo metas, prazos e responsáveis, identificando as ações necessárias para o equacionamento dos problemas ocorridos.	08/05/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159967	Outras recomendações em geral.	O DGP deve relacionar todas as modificações necessárias no SIP para que o sistema venha a atender efetivamente às necessidades da UFSC.	07/07/2017	24/11/2017	Em análise pela CGU
159968	Outras recomendações em geral.	A SeTIC deve elaborar um Plano de Trabalho, com base na relação a ser elaborada pelo DGP, estabelecendo um cronograma de implementação das alterações necessárias com responsáveis definidos e metas e prazos a serem cumpridos.	11/06/2017		Para providências do Gestor
159969	Recomendações Estruturantes	Sistematizar, institucionalmente, a condução dos processos de leilão.	06/08/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159970	Recomendações Estruturantes	Tornar obrigatório, via sistema, o preenchimento do Projeto no SIP quando se tratar do tombamento de bens de terceiros.	08/05/2017	24/11/2017	Em análise pela CGU
159971	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	Estabelecer, normativamente, a responsabilidade dos pesquisadores, quando do recebimento de recursos por projetos celebrados com agências de fomento, em encaminhar à PROPESQ os termos assinados, de modo que a UFSC possa tomar conhecimento da totalidade de projetos em andamento, os quais, caso envolvam a aquisição de bens, devem ser remetidos também ao DGP.	08/05/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
159972	Outras recomendações em geral.	Normatizar, no DGP, os procedimentos relacionados a bens adquiridos mediante projetos de pesquisa.	08/05/2017	24/11/2017	Em análise pela CGU
159974	Recomendações Estruturantes	Estabelecer controle, no âmbito do DGP, quanto à previsão de aquisição de bens oriundos de projetos de modo a que seja possível o planejamento das atividades.	14/05/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
159975	Outras recomendações em geral.	Contemplar, na alteração normativa em realização na Portaria n.º 007/GR/2007, o recebimento de bens oriundos de projetos pelos pesquisadores e as suas responsabilidades em decorrência do procedimento adotado.	06/08/2017	24/11/2017	Em análise pela CGU
159976	Recomendações Estruturantes	Estabelecer, em base normativa, o tombamento dos bens como condição prévia à aprovação das prestações de contas dos projetos.	06/08/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
159977	Recomendações Estruturantes	Estabelecer procedimentos estruturados compreendendo os requisitos legais, operacionais e de controle relativos aos processos de aquisições de bens e serviços de soluções de informática considerando as normas da SLTI e a legislação afeta, especialmente quanto a requisitos de orçamentação.	05/06/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159978	Recomendações Estruturantes	Implementar normativos internos disciplinando os procedimentos técnicos e operacionais a serem observados nos processos de contratação de bens e serviços de solução de informática, observando-se as normas estabelecidas pela SLTI e a legislação legal correlata.	05/06/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
159982	Outras recomendações em geral.	Efetuar capacitação do pessoal técnico e administrativo responsáveis das áreas de contratação e gestão de contratos administrativos quanto aos normativos legais afetos as estas áreas, especialmente nas	11/06/2017		Para providências do Gestor

		aquisições de serviços de TI.			
159984	Outras recomendações em geral.	Efetuar normatização interna contemplando etapa de gestão, acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos, disciplinando as responsabilidades e exigências a serem observadas pelos gestores e fiscais de contratos no âmbito da UFSC, bem como instituir modelos de relatórios de fiscalização a serem obrigatoriamente elaborados pelos gestores responsáveis por contratos.	08/05/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
159996	Recomendações Estruturantes	Utilizar como referência, em suas estimativas de preço para concessão de uso, além do valor médio do m² dos imóveis no seu entorno, a relação preço/área efetivamente pactuada após a realização de licitações de concessão de uso de espaço físico da UFSC cuja finalidade tenha sido especificamente de exploração comercial.	09/07/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
160006	Apuração de Responsabilidade - Func. Público	Na hipótese de conclusão pela existência de prejuízo financeiro, promover a cobrança administrativa do valor correspondente junto à ECT e apurar as responsabilidades pela imposição de referido dano financeiro ao erário.	09/06/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
160015	Recomendações Estruturantes	Formalizar plano de ação com metas, prazos e responsáveis bem definidos que contemple todas as etapas necessárias para o indispensável registro fidedigno da totalidade dos imóveis da UFSC no Spiunet, considerando, em especial, a necessidade de: i) registro e atualização dos imóveis com áreas desatualizadas, e de inclusão das benfeitorias realizadas; ii) registro dos imóveis locados de terceiros; iii) que cada construção tenha um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado.	19/10/2017	23/08/2017	Para providências do Gestor
160016	Outras recomendações em geral.	Especificamente quanto aos imóveis recentemente adquiridos pela UFSC, como é o caso do Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), promover de imediato o necessário registro no Spiunet.	29/11/2017	23/08/2017	Para providências do Gestor
160017	Recomendações Estruturantes	Formalizar plano de ação com metas, responsáveis e prazos bem definidos que contemple todas as etapas necessárias para a conclusão do processo de inventário de bens imóveis.	29/11/2017	23/08/2017	Para providências do Gestor
163087	Recomendações Estruturantes	Implantar mecanismos de controle com vistas a garantir de ora em diante o cumprimento integral e tempestivo do artigo 4ºA da Lei 8.958/1994 pelas fundações de apoio.	09/06/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
163088	Outras recomendações em geral.	Estabelecer, em conjunto com as fundações de apoio, o padrão de busca e de apresentação dos dados nas páginas das entidades, relativos aos projetos realizados com fundamento na Lei 8.958/1994, de maneira que os dados sejam facilmente localizados pelos interessados na consulta.	08/08/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
163089	Outras recomendações em geral.	Em relação à manifestação do Conselho Universitário sobre o cumprimento do artigo 4ºA da Lei 8.958/1994 pela fundação de apoio, quando de seu pedido de reconhecimentos (previsão contida no artigo 2º, parágrafo único, da citada lei), criar mecanismos que municiem o referido órgão superior da Universidade de informações suficientes e fidedignas para sua manifestação.	10/06/2017	21/11/2017	Em análise pela CGU
163090	Recomendações Estruturantes	Definir uma sistemática de gestão, controle e monitoramento da execução dos projetos realizados com o apoio das fundações, em nível do órgão colegiado superior	09/08/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU



		responsável.			
163091	Outras recomendações em geral.	Adotar procedimento visando à utilização pelo órgão colegiado superior responsável dos relatórios dos fiscais, para subsídio da gestão, controle e fiscalização dos projetos executados com o apoio das fundações.	10/07/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
163092	Outras recomendações em geral.	Adotar medidas visando à melhoria da atuação dos fiscais designados para acompanhamento e fiscalização dos projetos executados com o apoio das fundações, de forma a garantir que esses profissionais emitam relatórios periódicos sobre a regularidade da aplicação dos recursos no que se refere às contratações realizadas, aos pagamentos efetuados e a compatibilidade das despesas com o objeto pactuado; sobre a evolução da execução física e financeira dos projetos; e sobre o cumprimento das metas e atingimento dos resultados esperados.	10/07/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
163098	Outras recomendações em geral.	Adotar rotina de verificação do cumprimento do artigo 11, §3º, do Decreto 7.423/2010, no que se refere a elaboração de relatório final, pela Universidade, que contemple aspectos técnicos, relativos às atividades desenvolvidas e ao atingimento dos resultados esperados; e financeiros, que aborde a regularidade da aplicação dos recursos.	10/07/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
163099	Outras recomendações em geral.	Adotar medidas visando à utilização dos relatórios finais dos projetos para subsidiar a emissão de opinião acerca do atingimento dos objetivos e metas propostos, por ocasião da análise das prestações de contas dos projetos. Fazer constar essa opinião nos pareceres de análise das prestações de contas.	14/08/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
163103	Recomendações Estruturantes	Normatizar o relacionamento entre a UFSC e as Fundações de Apoio de forma a se adequar às disposições previstas no artigo 4º da Lei nº 8.958/1994.	10/07/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
163104	Recomendações Estruturantes	Normatizar o relacionamento entre a UFSC e as Fundações de Apoio de forma a se adequar às disposições previstas no artigo 6º do Decreto nº 7.423/2010.	14/06/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
163106	Outras recomendações em geral.	Avaliar se foram cumpridos os objetivos e metas propostos nos planos de trabalho relativos aos contratos fundacionais 90/2013, 492/2012 e 244/2013. Formalizar a avaliação e juntar aos respectivos processos para fins de emissão de opinião sobre a regularidade da prestação de contas. Com base nessa avaliação verificar a necessidade de se rever a opinião por ventura já emitida acerca das prestações de contas apresentadas para os projetos em questão.	12/08/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
163110	Recomendações Estruturantes	Efetuar amplo disciplinamento de todos os programas e ações de assistência estudantil vigentes no âmbito da UFSC, por meio de normas legalmente aprovadas pelas instâncias superiores da Instituição e que definam os critérios de seleção, forma de acesso, responsabilidades das áreas envolvidas, divulgação e publicidade de todos os atos relacionados às concessões de benefícios, em obediência aos princípios da legalidade, publicidade e impessoalidade estabelecidos pela Constituição.	13/06/2017	28/11/2017	Em análise pela CGU
163111	Recomendações Estruturantes	Promover a implementação de manuais e fluxos dos processos referentes as seleções de beneficiários das ações de assistência estudantil, definindo procedimentos que garantam a devida formalização, registro, publicidade e transparência dos atos praticados no âmbito dessas seleções.	13/06/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU

163112	Recomendações Estruturantes	Adotar providências para a divulgação permanente no sítio da PRAE na internet, da lista atualizada de beneficiários de cada programa/auxílio concedido para fins de controle social e cumprimento da Lei de Acesso a Informação - LAI.	13/06/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
163120	Recomendações Estruturantes	Estabelecer metas e definir indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFSC, conforme preconiza o Decreto nº 7.234/2010;	13/07/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
163121	Recomendações Estruturantes	Realizar estudos aprofundados sobre a demanda discente pelas áreas atendidas pelo PNAES, visando buscar maiores subsídios para a realização das ações desenvolvidas no âmbito do Programa.	13/07/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
164310	Recomendações Estruturantes	Promover os ajustes internos necessários para tornar útil à gestão da UFSC o processo de apuração dos indicadores de desempenho, estabelecendo, ainda, minimamente, o seguinte: metas individualizadas para os indicadores; correção monetária do resultado dos indicadores, quando aplicável; a necessidade de se requerer a comprovação de fidedignidade dos dados fornecidos como insumo para apuração.	30/12/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
164311	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Promover a imediata cobrança da contraprestação financeira e demais despesas previstas (condomínio, água, energia elétrica, etc) em decorrência da ocupação de espaços físicos da UFSC (Contratos nº 225/2004, 344/2004, 403/2004, 153/2008, 243/2003, 011/2010, 062/2011, 012/2010, 172/2013, 177/2013, 086/1996, 391/2012).	30/12/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164314	Outras recomendações em geral.	Por meio da realização do devido processo licitatório, promover imediata regularização do uso dos espaços atualmente ocupados pelas seguintes empresas/entidades: Araújo, Scaini, Sperry & Zapelini Odontólogos Associados Ltda. - Gabinete Odontológico; Dante Ramildo da Silva EPP - Restaurante ASSUFSC; Thiago André Setubal Lanchonete ME - Lanchonete CCS; Carlos Orlando Zuppo ME - Restaurante do Centro de Eventos; Caixa Econômica Federal; e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164318	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Promover imediata cobrança administrativa de contraprestações e demais despesas não pagas pelas concessionárias em decorrência da ocupação de espaços físicos da UFSC (Contratos nº 225/2004, 344/2004, 42/2014 e 156/2014), aplicando-se os encargos com multa e juros contratualmente estabelecidos e, nos casos necessários, ajuizando a respectiva ação de cobrança.	12/08/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164320	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Promover cobrança imediata do valor correspondente à diferença decorrente da não aplicação adequada de índice de reajuste anual previsto em contrato sobre o valor da contraprestação pelo uso do espaço físico da UFSC, apurada, inicialmente, na importância de R\$ 273.088,26.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164322	Outras recomendações em geral.	Corrigir, observados os termos estabelecidos no Contrato 75/1997, o valor atual da contraprestação pela concessão de uso de espaço físico da UFSC.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164323	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Promover a cobrança imediata do valor de desconto indevidamente concedido, na importância de R\$ 14.553,00, pela falta de previsão contratual nesse sentido (Contrato 156/2014).	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164326	Outras recomendações em geral.	Estabelecer procedimentos de controle específicos para que seja fiscalizada a execução física e financeira dos Contratos de Concessão de Uso.	15/05/2017	29/11/2017	Em análise pela CGU

164327	Outras recomendações em geral.	Promover imediata apuração sobre os critérios efetivamente utilizados pela AASUFSC para o uso das áreas de uso comum previstas no Contrato 42/2012 (campo de futebol, da cancha de bocha, do salão de recreação e do estacionamento). Em caso de uso inadequado e/ou eventual exploração comercial de tais áreas, interromper, por parte da AASUFSC, a utilização das áreas de uso comum, nos termos do parágrafo 4º, da Cláusula Segunda do Contrato 42/2012.	15/05/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
164328	Outras recomendações em geral.	Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a fim de atestar a ocorrência ou não do pagamento integral do débito relativo ao período entre julho de 2011 e março de 2012 (interregno em que já não vigorava mais o Contrato 269/2001 e ainda não havia sido firmado o Contrato 42/2012), cujo total do débito foi estimado em março de 2012 na importância de R\$ 17.109,68. Em caso de não ter sido promovido pela AASUFSC referido pagamento, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.	15/05/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164329	Outras recomendações em geral.	Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a título de contraprestação pela concessão de uso de espaço físico (Contrato 42/2012). Em caso de existirem pagamentos não quitados dessa natureza, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.	15/05/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164330	Outras recomendações em geral.	Efetuar levantamento criterioso (conciliação) sobre os valores pagos pela AASUFSC a título de ressarcimento de despesas de consumo de água e energia elétrica referente não só à área específica objeto da concessão (410,16 m²), mas também das áreas consideradas de uso comum (campo de futebol, cancha de bocha, salão de recreação, estacionamento, dentre outras). Em caso de existirem pagamentos não quitados dessa natureza, realizar a devida cobrança administrativa e/ou judicial.	14/06/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164332	Outras recomendações em geral.	Regularizar os casos de utilização indevida de espaço físico da UFSC apontados nos Relatórios AUDIN nº 02/2013 e 04/2013, em especial em relação à área ocupada pelos seguintes grupos/entidades: Fundação CERTI; CEI Flor do Campus; SINTUFSC; Grupo Escoteiro Desterro; Livros e Livros no CFH; APUFSC; Araújo, S S & Zapelini Odontólogos Ltda.; Feiras e ambulantes; Lavadores de carros; Instituto Arco Íris; e SINTRACINE.	16/05/2017	31/12/2016	Para providências do Gestor
164334	Recomendações Estruturantes	Tendo em vista o contrato de gestão especial já firmado com a EBSERH, efetuar a substituição dos terceirizados irregulares, conforme estabelecido em seu Plano de Desligamento dos Vínculos Precários (até janeiro de 2017).	29/11/2017	01/09/2017	Para providências do Gestor
164335	Recomendações Estruturantes	Revisar as rotinas internas para fins de dar o devido registro no sistema SISAC imediatamente após a vigência dos atos de pessoal, conforme determina o art. 6º da IN/TCU n.º 55/2007.	16/05/2017	27/11/2017	Em análise pela CGU
164336	Recomendações Estruturantes	Revisar as rotinas internas para fins de dar o devido encaminhamento dos registros SISAC ao Controle Interno, juntamente com os documentos que se fizerem necessários, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência do respectivo ato de pessoal, conforme estabelecido no art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.	16/05/2017	27/11/2017	Em análise pela CGU

164337	Recomendações Estruturantes	Concluir a implementação da ferramenta de Acumulação de Cargos no sistema interno da UFSC, mantendo-o com informações atualizadas, mediante recadastramento, ao mínimo, anual de todos os servidores da UFSC.	16/05/2017	27/11/2017	Em análise pela CGU
164338	Outras recomendações em geral.	Prestar, no Sistema de Trilhas de Auditoria/CGU, as justificativas respectivas às ocorrências que se encontram nas situações 'justificativas pendentes' e 'justificativas em andamento', anexando (no respectivo Sistema) a documentação que entender pertinente, e encaminhá-las ao Controle Interno para análise e manifestação.	13/10/2017	27/11/2017	Em análise pela CGU
164339	Recomendações Estruturantes	Implantar o registro centralizado das informações dos projetos executados pelas fundações de apoio, em uma base de dados centralizada, quer seja em um sistema, quer seja em uma área da estrutura organizacional da Universidade, que permita consulta gerencial detalhada a informações dos projetos, contendo minimamente, conforme preconiza o artigo 12, §2º, do Decreto 7.423/2010 as seguintes informações sobre os projetos: sua fundamentação normativa; sistemática de elaboração e de aprovação; acompanhamento de metas e avaliação; planos de trabalho; dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores; valores das remunerações pagas e seus beneficiários.	15/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164340	Recomendações Estruturantes	Realizar ampla divulgação dos dados dos projetos executados pelas fundações de apoio, tanto em seu boletim oficial interno, quanto em sua página na internet, contemplando minimamente as seguintes informações dos projetos, em cumprimento ao artigo 12, §2º, do Decreto 7.423/2010: sua fundamentação normativa; sistemática de elaboração e de aprovação; acompanhamento de metas e avaliação; planos de trabalho; dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores; valores das remunerações pagas e seus beneficiários.	05/06/2017	15/12/2017	Em análise pela CGU
164341	Outras recomendações em geral.	Efetuar a normatização interna para que seja realizado, durante a fase de elaboração do projeto, levantamento dos recursos (bens e serviços) da Universidade que serão utilizados na execução do mesmo, bem como para que seja incluído o ressarcimento pela utilização desses recursos no orçamento do projeto, conforme disposto no art. 9º, § 2º do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.	15/06/2017	28/11/2017	Em análise pela CGU
164342	Outras recomendações em geral.	Com o objetivo de perseguir a adimplência, por parte das fundações de apoio, da obrigação de apresentar prestação de contas, normatizar uma rotina de levantamento e cobrança (contínuos ou periódicos) dos projetos com prestações de contas atrasadas, de forma a obter a regularização da situação.	13/06/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
164345	Recomendações Estruturantes	Definir, no âmbito de normatização do Conselho Universitário, as responsabilidades e atribuições relativas à análise das prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio, bem como pelo gerenciamento do cumprimento, pelas fundações, da obrigação de prestar contas.	13/07/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU
164346	Outras recomendações em geral.	Elaborar um plano de ação para saneamento do estoque de prestações de contas pendentes de análise, no que se refere aos projetos executados com o apoio das fundações cujas prestações de contas já foram apresentadas.	14/05/2017	13/12/2017	Em análise pela CGU

164347	Outras recomendações em geral.	Normalizar responsabilidades, atribuições e rotinas relativas à análise da adequabilidade do valor das despesas administrativas apresentadas pelas fundações de apoio no orçamento dos projetos, condicionando a autorização da realização do projeto à existência de análise que conclua pela adequabilidade do valor apresentado.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164348	Outras recomendações em geral.	Em relação ao Contrato 233/2013, requisitar à fundação de apoio que comprove todas despesas administrativas incorridas na gestão do projeto, incluindo os gastos com material de consumo, mas não se restringindo aos mesmos. O montante recebido pela fundação a título de ressarcimento das despesas administrativas e que não seja comprovado deve ser devolvido ao concedente dos recursos.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164349	Outras recomendações em geral.	Normalizar a obrigação das fundações de apoio de prestar contas das despesas administrativas de fato incorridas na gestão do projeto.	13/06/2017	22/11/2017	Em análise pela CGU
164350	Recomendações Estruturantes	Atender às recomendações da Auditoria Interna contidas no Relatório nº 04/2014 ou manifestar-se e combinar prazos na impossibilidade de solução em curto prazo.	13/07/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164351	Outras recomendações em geral.	Elaborar um Plano de Ação para o equacionamento das pendências do SIP estabelecendo responsáveis, prazos e metas a serem cumpridos.	13/07/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164352	Outras recomendações em geral.	Apresentar, nos Relatórios de Gestão futuros, o andamento dos Planos de Ação relacionados às recomendações 1 e 2, até que estejam cumpridos.	14/05/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
164353	Outras recomendações em geral.	Elaborar um Plano de Ação, definindo metas, prazos e responsáveis, voltado à solução das disparidades contábeis, em consonância com o Plano de Ação para o equacionamento das pendências do SIP.	13/07/2017	23/11/2017	Em análise pela CGU
172420	Outras recomendações em geral.	Elaborar normativo que regulamente e oriente a atuação da Ouvidoria de acordo com as Instruções da Ouvidoria-Geral da União.	18/02/2018	01/12/2017	Em análise pela CGU
172421	Outras recomendações em geral.	Desenvolver sistemática de trabalho compreendendo: a elaboração de relatórios gerenciais pela Ouvidoria acerca das principais demandas da comunidade universitária, com periodicidade definida, e a realização de reuniões entre os gestores e a Ouvidoria para a apresentação e discussão do relatório produzido.	18/02/2018	01/12/2017	Em análise pela CGU
172422	Recomendações Estruturantes	Estabelecer uma política de planejamento estratégico.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172423	Recomendações Estruturantes	Elaborar o Planejamento Estratégico institucional ordenando a alocação dos recursos e definindo prioridades entre as atividades finalísticas da instituição, estabelecendo, ainda, metas e indicadores a serem cumpridos.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172424	Recomendações Estruturantes	Após elaborar o Planejamento Estratégico, ajustar seu Plano de Desenvolvimento Institucional, estabelecendo metas e indicadores a serem cumpridos.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172425	Recomendações Estruturantes	Desenvolver seus Planos Anuais em consonância com as diretrizes de seu Plano de Desenvolvimento Institucional correlacionando os documentos e definindo indicadores e metas a serem cumpridos, desenvolvendo os projetos a serem realizados a partir do Plano Anual, e não o contrário.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172426	Recomendações Estruturantes	Estabelecer procedimento estruturado de monitoramento, avaliação e divulgação à sociedade de resultados do planejamento existente compreendendo, inclusive, a	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU

		participação de órgão colegiado.			
172427	Outras recomendações em geral.	Definir valores de referência e indicadores que permitam a aferição dos Objetivos Estratégicos e Metas constantes do PDI 2015-2019, bem como dos Planos Anuais, os quais devem estar correlacionados ao PDI.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172428	Recomendações Estruturantes	Normatizar os seguintes elementos relacionados ao planejamento estratégico: descritor do processo como um todo; competências, responsabilidades, produtos e prazos; peças formais de planejamento estratégico, tático e operacional; descritor dos indicadores e documentos e/ou instrumentos de aferição; e documento de aferição das metas anuais.	18/02/2019	19/12/2017	Em análise pela CGU
172430	Recomendações Estruturantes	Aprimorar o checklist utilizado para verificação das peças contratuais das dispensas de licitação prevendo a verificação da existência de estudo prévio que justifique o objeto contratado, a documentação de qualificação fiscal e os documentos exigidos pela Lei n.º 8.958/1994.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172431	Recomendações Estruturantes	Tornar obrigatória a inserção do checklist de verificação do processo de dispensa assinado no respectivo processo.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172432	Recomendações Estruturantes	Instituir, em todos os processos que envolvam a contratação de fundações para a execução de projetos, documento de análise técnica e financeira dos projetos propostos, contemplando, inclusive posicionamento quanto ao atendimento do Plano de Trabalho às disposições do Decreto n.º 7.423/2010.	18/02/2019		Para providências do Gestor
172433	Recomendações p/ reposição de valores/bens	Encaminhar à CGU demonstrativo dos pagamentos realizados no âmbito dos Contratos n.º 227/2016 e n.º 255/2016, evidenciando as despesas apontadas como indevidas, e, ainda, apresentando as providências adotadas para o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.	18/02/2019		Para providências do Gestor
172434	Recomendações Estruturantes	Estabelecer procedimento estruturado e padronizado pra fins de evidenciação e análise do atendimento dos requisitos do Decreto nº 1.590/95 para fins das situações de flexibilização de jornada de trabalho, apresentando, ao mínimo, setores ou áreas, os usuários dos serviços prestados, o horário de atendimento aos usuários, a justificativa para o atendimento ininterrupto por doze horas ou para os serviços noturnos, e a relação de servidores e/ou funções que cumprirão a jornada reduzida.	18/02/2018	04/12/2017	Em análise pela CGU
172435	Recomendações Estruturantes	Revisar todas as situações de autorização de redução de jornada concedidas, mediante a elaboração de estudo que verifique o efetivo cumprimento dos requisitos do art. 3º do Decreto 1.590/95, especialmente no que tange à necessidade de atendimento ao público / usuário de forma ininterrupta por períodos iguais ou superiores a doze horas ou ainda em horário noturno.	18/02/2018	04/12/2017	Em análise pela CGU
172436	Recomendações Estruturantes	Aprimorar o "checklist" utilizado para verificação das peças contratuais dos pregões eletrônicos, prevendo a verificação da existência de estudo prévio que justifique o objeto contratado, a juntada de documentos mencionados no edital a serem considerados na elaboração de propostas, a necessidade de justificativa quando da alteração de objeto, a adequação do orçamento estimativo, que deve se encontrar assinado e devidamente respaldado por evidências, e a consulta sobre a existência de penalidades.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172437	Recomendações Estruturantes	Tornar obrigatória a inserção do "checklist" de verificação do processo licitatório	18/02/2018		Para providências do Gestor

		assinado no respectivo processo.			
172438	Outras recomendações em geral.	Revogar as concessões existentes nos casos em que os requisitos do art. 3º do Decreto nº 1.590/95 não estejam sendo atendidos.	18/02/2018	04/12/2017	Em análise pela CGU
172439	Outras recomendações em geral.	Aditivar os Contratos n.º 227/2016 e n.º 255/2016 retirando dos respectivos Planos de Trabalho as despesas indevidas.	18/02/2018		Em análise pela CGU
172440	Outras recomendações em geral.	Que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) monitore adequadamente o andamento de contratos relacionados ao provimento de serviços de seu interesse, de forma a planejar/antecipar as soluções de continuidade, bem como priorizar a realização de licitações.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172441	Outras recomendações em geral.	Que a PRAE/UFSC, auxiliada pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD/UFSC), defina precisamente o objeto e o orçamento relativos ao Contrato n.º 34/2016, a fim de possibilitar a aferição da composição de custos, haja vista as premissas contidas no inciso IX do artigo 6º e 7º da Lei n.º 8.666/1993.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172442	Recomendações Estruturantes	Planejar, de maneira documentada, a estruturação e o funcionamento administrativo e operacional da segurança da Universidade, de modo a, doravante, dispor de documentos que expliquem as escolhas dos recursos de segurança adotados num determinado contrato, assim como as necessidades de implantação ou de supressão de determinados itens.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172443	Outras recomendações em geral.	Registrar adequadamente as variações patrimoniais em sua contabilidade, representadas pelas aquisições de itens de segurança, os quais fazem parte do ativo permanente, de forma a cumprir o preconizado na Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº 8, de 21 de dezembro de 1990.	18/02/2018		Para providências do Gestor
172444	Recomendações Estruturantes	Verificar, previamente à efetivação das contratações e aquisições, se inexistente servidor público da ativa da UFSC vinculado à entidade a ser contratada.	18/02/2018		Para providências do Gestor

Fonte: AUDIN/UFSC

### 7.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No ano de 2017, não foi instaurado nenhum processo de Tomada de Contas Especial na Universidade Federal de Santa Catarina nem levantados indícios de suposto dano ao erário.

### 7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC cumpre com o disposto, e que, em caso de restrições financeiras, são analisados rigorosamente as obrigações financeiras que possam interferir consideravelmente na prestação do serviço público, priorizando-se àqueles de maior impacto social.

### **7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento**

Não há conteúdo a declarar.

### **7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

Com exceção da publicidade legal, os demais tipos de publicidade e propaganda (folder, cartazes, calendário, PDI etc) são produzidos na Imprensa Universitária. A Universidade Federal de Santa Catarina não investe em publicidade nos meios de comunicação tradicionais (jornais, revistas, TV ou rádio, por exemplo).



### 7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Destaca-se que a UFSC atende integralmente ao disposto no decreto supracitado, pois todos os cursos de Licenciatura presenciais e a distância, bem como o curso de Fonoaudiologia, possuem em seus currículos a disciplina LIBRAS enquanto obrigatória.

#### Quadro 134 - Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Fonoaudiologia – Bacharelado	122343	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 1ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://fonoaudiologia.ufsc.br/">http://fonoaudiologia.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Ciências Biológicas – Licenciatura diurno	14218	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/">http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Ciências Biológicas – Licenciatura noturno	1116025	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/">http://cienciasbiologicas.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Ciências Sociais - Licenciatura	14221	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://cienciasociais.ufsc.br/">http://cienciasociais.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>

			no currículo – 9ª fase	
Educação do Campo - Licenciatura	122346	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://licenciatura.educampo.ufsc.br/">http://licenciatura.educampo.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Educação Física - Licenciatura	14224	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://portalcds.ufsc.br/ensino-2/licenciatura-em-e-f/">http://portalcds.ufsc.br/ensino-2/licenciatura-em-e-f/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Filosofia - Licenciatura	14228	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://filosofia.ufsc.br/">http://filosofia.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Física - Licenciatura	42696	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://fisica.grad.ufsc.br/">http://fisica.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Geografia - Licenciatura	14230	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 6ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://geografia.ufsc.br/">http://geografia.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
História - Licenciatura	14231	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://historia.grad.ufsc.br/">http://historia.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>

			no currículo – 6ª fase	
Letras – Alemão - Licenciatura	51917	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/alemao/">http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/alemao/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Espanhol - Licenciatura	51937	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/espanhol/">http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/espanhol/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Francês - Licenciatura	51938	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/frances/">http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/frances/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Inglês - Licenciatura	51941	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/ingles/">http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/ingles/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Italiano - Licenciatura	51943	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/italiano">http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos/italiano</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Libras – Licenciatura	122350	Florianópolis	Disciplinas ofertadas enquanto obrigatórias	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://letraslibras.grad.ufsc.br/">http://letraslibras.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>

			no currículo – todas as fases	
Letras – Língua Portuguesa – Licenciatura	51945	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://letrasportugues.grad.ufsc.br/">http://letrasportugues.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Licenciatura Intercultural Indígena	1156456	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 2ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://licenciaturaindigena.ufsc.br/">http://licenciaturaindigena.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Matemática – Licenciatura	14233	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://mtm.grad.ufsc.br/">http://mtm.grad.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Matemática – Licenciatura	1270371	Blumenau	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 5ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://matematica.blumenau.ufsc.br/">http://matematica.blumenau.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Pedagogia – Licenciatura	14237	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://pedagogia.ufsc.br/">http://pedagogia.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Psicologia – Licenciatura	14238	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://psicologia.ufsc.br/">http://psicologia.ufsc.br/</a> e no site do DAE

			obrigatória no currículo – 9ª fase	<a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Química – Licenciatura	116536	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://quimica.ufsc.br/">http://quimica.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Química – Licenciatura	1270372	Blumenau	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 2ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://quimica.blumenau.ufsc.br/">http://quimica.blumenau.ufsc.br/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Ciências Biológicas – Licenciatura – EaD	113459	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/biologia/">https://ead.ufsc.br/biologia/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Filosofia – Licenciatura – EaD	113457	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/filosofia/">https://ead.ufsc.br/filosofia/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Física – Licenciatura – EaD	99482	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 7ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/fisica/">https://ead.ufsc.br/fisica/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Espanhol – Licenciatura – EaD	113461	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/espanhol/">https://ead.ufsc.br/espanhol/</a> e no site do DAE

			obrigatória no currículo – 9ª fase	<a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Inglês – Licenciatura – EaD	123212	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 8ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/ingles/">https://ead.ufsc.br/ingles/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Libras – Licenciatura – EaD	99454	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – todas as fases	Na secretaria do curso e na página: <a href="http://libras.ufsc.br/libras-distancia/">http://libras.ufsc.br/libras-distancia/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Letras – Português – EaD	113463	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/portugues/">https://ead.ufsc.br/portugues/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>
Matemática – Licenciatura – EaD	99460	Florianópolis	Disciplina ofertada enquanto obrigatória no currículo – 9ª fase	Na secretaria do curso e na página: <a href="https://ead.ufsc.br/matematica/">https://ead.ufsc.br/matematica/</a> e no site do DAE <a href="http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#">http://cagr.sistemas.ufsc.br/arvore.xhtml;jsessionid=019FF47E859B97EABACBD0EF06106D9C?treeid=30#</a>

Fonte: PROGRAD/UFSC

## **8. ANEXOS E APÊNDICES**

**I. Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina:** disponível em <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/>

**II. Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina:** disponível em <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc/>

**III. Lei de criação da Universidade Federal de Santa Catarina:** disponível em <http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2014/09/Credenciamento-Lei-n%C2%BA-3.849-de-18-de-dezembro-de-19601.pdf>

## 9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

### 9.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
RUA DESEMBARGADOR VITOR LIMA, Nº 222 – REITORIA 2 – 8º ANDAR – 801 – TRINDADE  
CEP: 88.040-400 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE: (48) 3721-4242  
E-MAIL: [proad@contato.ufsc.br](mailto:proad@contato.ufsc.br)

#### DECLARAÇÃO

Eu, Jair Napoleão Filho, CPF nº 342.374.379-49, Pró-Reitor de Administração, exercido na Pró-Reitoria de Administração, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Seguem abaixo as justificativas para a não utilização do SICONV na Universidade.

A obrigação da utilização do SICONV surgiu por meio do Decreto nº 7.641/2011 (Art. 18-B):

Art. 18-B. A partir de 16 de janeiro de 2012, todos os órgãos e entidades que realizem transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria, ainda não interligadas ao SICONV, deverão utilizar esse sistema. (Incluído pelo Decreto nº 7.641, de 2011).

Atualmente o SICONV não está adequado a atender os projetos de Inovação e Desenvolvimento, Ensino, Pesquisa e Extensão, próprios da UFSC. A maior parte dos projetos de ensino, pesquisa e extensão executados pela UFSC são realizados através de contratos com as suas Fundações de Apoio. Nesse tipo de contrato, a Fundação fica responsável pela execução da parte administrativa e a UFSC fica como responsável pela execução da parte técnica do projeto.

Os contratos firmados com as Fundações de Apoio vêm amparados pelas Leis 8.958/94 e 10.973/14 e Decretos 7.423/10, 8.240/14 e 8.241/14.

Não se pode deixar de considerar a Lei 8.958/94, que trata da relação entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, especialmente no que diz respeito ao seu art. 1º, *in verbis*:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Sendo assim, conforme se verifica na legislação citada acima, há uma legislação específica para convênios e, conseqüentemente, para o SICONV e outra legislação para os contratos firmados com Fundações de Apoio às IFES.

Assinado digitalmente por JAIR NAPOLEÃO FILHO.  
Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 015494/2018 e o código 666JFM99.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

RUA DESEMBARGADOR VITOR LIMA, Nº 222 – REITORIA 2 – 8º ANDAR - 801 - TRINDADE  
CEP: 88.040-400 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE: (48) 3721-4242  
E-MAIL: proad@contato.ufsc.br

Além das particularidades dos projetos de pesquisa, ensino e extensão típicos das IFES, há que se destacar que os Convênios ECTI's estão dispensados da utilização do SICONV conforme Art. 1º do Decreto nº 8.240/2014:

§ 1º Aos convênios referidos no caput não se aplica o Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, os Capítulos III, IV e V do Decreto no 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública. [Grifo nosso]

Também está dispensado de tramitar no SICONV os projetos regulados pela Lei de Inovação, nº 10.973/2004, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País.

Florianópolis, 1º de fevereiro de 2018.

JAIR NAPOLEÃO FILHO  
CPF nº 342.374.379-49  
Pró-Reitor de Administração

Assinado digitalmente por JAIR NAPOLEAO FILHO.  
Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 015494/2018 e o código 66QIFM99.

## 9.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

### DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo que, na presente data, não constam processos administrativos de admissão de servidores efetivos para cadastro no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, referente ao ano de 2017. Ressalto, como exceção, que consta 1 (um) processo de admissão de servidor efetivo pendente para finalização, tendo em vista necessidade de ajuste no código de vaga, erro originado pelo MEC em sua portaria de distribuição.

Ainda, em relação à contratação de professores substitutos, declaro que constam contratos para cadastro no SISAC, referentes ao ano de 2017, sendo 23 (vinte e três) processos de admissão referentes à contratação de professores substitutos e visitantes pendentes para finalização. Esta pendência deve-se pelo fato de 21 (vinte e uma) das contratações terem sido efetivadas ao final de 2017 e 2 (duas) não terem sido registradas no SISAC por equívoco.

Ademais, a UFSC possui 106 atos de admissão (efetivos, substitutos, temporários e visitantes) para concretização no sistema SISAC, todos anteriores a 2017. Dentre estes atos, há diligências/solicitações de auditoria em andamento e atos que desapareceram do sistema e necessitam de recadastro.

Sobre as concessões, declaro que todos os atos de concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, no exercício de 2016, estão devidamente registrados no SISAC, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2018.



CARLA CRISTINA DUTRA BURIGO

CPF 521.109.319-49

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

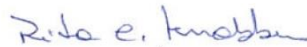
### 9.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas

#### DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que os servidores designados para ocupar função gratificada ou cargo de direção da Universidade Federal de Santa Catarina, no exercício de 2006, obrigados pela Lei 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a este Departamento de Administração de Pessoal, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Declaro, ainda, que os servidores nomeados em cargos públicos, habilitados em concurso público, a partir de 2010, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoas.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2018.



RITA DE CÁSSIA KNABBEN

CPF 298.612.689-87

Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

## 9.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
PRÉDIO REITORIA II  
RUA DESEMBARGADOR VITOR LIMA, Nº 222, SALA 702 - TRINDADE  
CEP: 88040-400 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE: (48) 3721-4225/4204 - E-MAIL: seplan@contato.ufsc.br

### **Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento-SIOP**

Por instrução do Ministério da Educação, a UFSC utiliza somente o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Por isso, apresenta-se a declaração de integridade dos registros das informações no SIMEC e não no SIOP.

### **DECLARAÇÃO**

Declaramos aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações cuja coleta e atualização sejam responsabilidade desta unidade prestadora de contas para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Planejamento Orçamentário do SIMEC estão devidamente atualizadas, conforme as orientações do Ministério da Educação.

Florianópolis, 13 de março de 2018.

  
Prof. Vladimir Arthur Fey  
Secretário de Planejamento e Orçamento  
CPF nº 580.019.649-49

## 9.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial



### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

#### CONFORMIDADE CONTÁBIL

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UFSC, que consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), foi realizada, mensalmente no exercício de 2017, seguindo o calendário disponibilizado através da transação CONFECMES. É realizada em duas etapas, sendo a primeira, de UG (Unidade Gestora), entre o sexto e o sétimo dia útil do mês, e de Órgão, entre o oitavo e o nono dia útil do mês.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, temos duas UG's distintas, sendo a 153163 – UFSC e a 150232 – Hospital Universitário – UFSC. Cada UG possui pessoal capacitado para a realização de suas conformidades, seja contábil, quanto de gestão, uma vez que, conforme definição da própria macrofunção, a Unidade Gestora Executora é a UG responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, responsável pela geração de registros contábeis no Siafi, ou seja, se esta é independente na execução, deverá realizar suas conformidades também.

Para a realização desta, foi seguida a Macrofunção 020315 – CONFORMIDADE CONTÁBIL, além de atender ao previsto no item 11 da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade, em função do disposto no item 2.1.2, onde são analisadas, pelo Contador Responsável, através das transações CONCONTIR, CONINCONS, CONINDBAL, BALANSINT, CONBALANUG, CONOR, CONORC, BALANCETE, entre outras, de todas as movimentações, sejam elas realizadas através de lançamentos e demais execuções, pelos servidores lotados na Coordenadoria Contábil, ou mesmo outras movimentações realizadas pelos diversos setores do Órgão, respeitando os princípios e normas contábeis vigentes e obedecendo o princípio da Segregação de Função. Desta forma, o registro da Conformidade ocorreu conforme segue:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

1 – Conformidade Contábil – UFSC

Mês	Conformidade de Órgão	Conformidade de UG	
		153163	150232
Janeiro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Fevereiro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Março	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Abril	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Maiο	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Junho	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Julho	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Agosto	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Setembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Outubro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Novembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade
Dezembro	Com restrição	Com restrição	Sem Conformidade

Fonte: SIAFI 2017

2 – Quantidade de restrições por UG e por Órgão

Mês	Conformidade de UG		Conformidade de Órgão	
	153163	150232	153163	150232
Janeiro	16	Sem Conformidade	18	7
Fevereiro	16	Sem Conformidade	18	7
Março	16	Sem Conformidade	18	7
Abril	16	Sem Conformidade	18	7
Maiο	16	Sem Conformidade	18	6
Junho	15	Sem Conformidade	18	6
Julho	15	Sem Conformidade	18	6
Agosto	15	Sem Conformidade	18	6
Setembro	15	Sem Conformidade	18	6
Outubro	15	Sem Conformidade	18	12
Novembro	15	Sem Conformidade	18	12
Dezembro	15	Sem Conformidade	18	13

Fonte: SIAFI 2017

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN. Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código OZE/070L.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

3 – Restrições registradas e Justificativas para permanência

Dentre todas as ocorrências registradas no decorrer do ano, as que permaneceram ao final do exercício, bem como a justificativa para a permanência das mesmas são:

3.1 – 153163 – UIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SEQ	RESTRIÇÃO		GRUPO
	CÓD	DESCRIÇÃO	
1	300	FALTA DE CONCILIAÇÃO BANCARIA	111
	Justificativa:	A conciliação da conta bancária com a contabilidade registrada no Siafi não está sendo realizada até o momento.	
2	301	FALTA REMESSA MAPA GERENCIAL DIVIDA ATIVA	112
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
3	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112
	Justificativa:	Atraso na remessa do RMA e falta de remessa do RMB, conforme item 1.1.2 - Ativo Não Circulante das Notas Explicativas. Apesar de diversas tentativas de se ter o RMB correto, para o registro da depreciação, desde o exercício 2015, o problema persiste, não sendo solucionado até o momento.	
4	602	FALTA REG.CONT.DEB-CRED LANCADOS PELO BANCO	211
	Justificativa:	A conciliação da conta bancária com a contabilidade registrada no Siafi não está sendo realizada até o momento, não sendo possível a verificação deste item.	
5	603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
	Justificativa:	Não foi encaminhado o relatório de Almoxarifado de Mercadorias para Doação.	
6	604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	211
	Justificativa:	Não é realizado o controle de Créditos a receber, principalmente no que diz respeito a Aluguéis, não sendo possível a contabilização dos mesmos. Está sendo buscado, junto ao setor competente, uma forma de emissão de fatura (ou outra forma), a fim de se ter este controle e o registro contábil.	
7	609	SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	211
	Justificativa:	Não foi encaminhado o relatório de Almoxarifado de Mercadorias para Doação.	
8	618	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA LP	212
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
9	619	FALTA ATUALIZ. DIREITO X RECEITA DIVIDA ATIVA	211
	Justificativa:	Pela falta de informações a respeito de Créditos a receber, e do Mapa Gerencial de Dívida Ativa, este item fica impossível de se controlar.	
10	620	FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - CP	211

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN .  
 Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código OZE/070L.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
11	622	FALTA ATUALIZ. DIVIDA ATIVA	240
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
12	623	FALTA ATUALIZ. JURPS E MULTAS DIVIDA ATIVA	240
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
13	624	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA CP	211
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
14	634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
	Justificativa:	Não temos nem mesmo um RMB confiável. A avaliação somente será possível após esta etapa ser concluída.	
15	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212
	Justificativa:	Pela inexistência de um RMB oficial, e apenas os registros contábeis, para conferência, não há como confrontá-los.	
16	642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212
	Justificativa:	A falta de um RMB confiável impede que seja realizado o registro da depreciação dos demais itens, que não estão no SPIUnet.	
17	643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	212
	Justificativa:	A falta de um RMB confiável impede que seja realizado o registro da depreciação dos demais itens, que não estão no SPIUnet.	
18	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	221
	Justificativa:	Saldo de R\$ 47.265,29 referente a lançamento de ajuste realizado, em virtude de uma tentativa de acerto, por parte da STN, em fevereiro/2016, de saldos alongados na conta 2.1.8.8.1.04.02 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDAS, cujo valor teve origem entre os exercícios de 2003 a 2009 permanecendo até então. Este saldo consta na contabilidade da UG 153163. Estamos aguardando, ainda, um posicionamento da nossa Setorial Contábil, no MEC, para a correção do mesmo.	

FONTE: SIAFI 2017

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN. Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código OZE7070L.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

3.2 – 150232 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC

SEQ	RESTRIÇÃO		GRUPO
	CÓD	DESCRIÇÃO	
1	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	112
	Justificativa:	RMA foi identificado como não emitido, pela falta de baixas de estoques. RMB segue a mesma carência de informações da UG 153163.	
2	602	FALTA REG.CONT.DEB-CRED LANCADOS PELO BANCO	211
	Justificativa:	A conciliação da conta bancária com a contabilidade registrada no Siafi não está sendo realizada até o momento, não sendo possível a verificação deste item.	
3	603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	211
	Justificativa:	Baixas de estoques não estão sendo registradas, conforme item 1.1.1.3 - Estoques, das Notas Explicativas, apesar das cobranças para que a UG providencie.	
4	619	FALTA ATUALIZ. DIREITO X RECEITA DIVIDA ATIVA	211
	Justificativa:	Pela falta de informações a respeito de Créditos a receber, e do Mapa Gerencial de Dívida Ativa, este item fica impossível de se controlar.	
5	620	FALTA ATUALIZ. PROVISAO DIVIDA ATIVA - CP	211
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
6	622	FALTA ATUALIZ. DIVIDA ATIVA	240
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
7	623	FALTA ATUALIZ. JURPS E MULTAS DIVIDA ATIVA	240
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
8	624	FALTA ATUALIZ. INFORMACOES - DIVIDA ATIVA CP	211
	Justificativa:	Não há a emissão e encaminhamento de Mapa Gerencial de Dívida Ativa, pelo setor responsável, para controle e contabilização até o momento.	
9	634	FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	212
	Justificativa:	Não temos nem mesmo um RMB confiável. A avaliação somente será possível após esta etapa ser concluída.	
10	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	212
	Justificativa:	Pela inexistência de um RMB oficial, e apenas os registros contábeis, para conferência, não há como confrontá-los.	
11	642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	212
	Justificativa:	A falta de um RMB confiável impede que seja realizado o registro da depreciação dos demais itens, que não estão no SPIUnet.	
12	643	FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	212
	Justificativa:	A falta de um RMB confiável impede que seja realizado o registro da depreciação dos demais itens, que não estão no SPIUnet.	

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN. Verifique a autenticidade em <http://validacao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código OZE7070L.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

13	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS. CIRCULANTE	221
	Justificativa:	Solicitado por meio de Memorandos e Solicitações Digitais, via SPA, que a UG que providencie a regularização de contas com saldo indevido por período longo, sem retorno.	
14	736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	299
	Justificativa:	UG não tem registrado Conformidade Contábil. Foi solicitado que a mesma providencie a regularização desta inconformidade, uma vez que é uma Unidade Gestora responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, responsável pela geração de registros contábeis no Siafi.	

FONTE: SIAFI 2017

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2018

\_\_\_\_\_  
DIEGO SACCHET BARIN  
Coordenador Contábil/DCF/Seplan

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN.  
Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código OZE/070L.

## 9.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

26246 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

De acordo com análise realizada nos demonstrativos Balancete e Auditores Contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017 do órgão 26246 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Órgão: 26246
<b>Ressalvas:</b>	
a) BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO (Equação 0019): Saldo de R\$ 63.351,12, sendo que R\$ 25.053,19 referem-se a lançamento realizado pela UG 090019 – JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SC, no mês de julho de 2016, pela doação de diversos bens; e de R\$ 38.297,63, que refere-se a lançamento realizado pela UG 320004 – COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL, no mês de junho/2017, pela doação, por parte do Ministério de Minas e Energia, de ativos dos equipamentos/sistemas fotovoltaicos do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM, vinculados ao Programa Luz para Todos.	
b) PREVIDENCIA SOCIAL, ENCARGOS E RETENÇÕES, IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS RETIDOS, TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS RETIDOS A RECOLHER (Equações 0106, 0109 e 0110): Saldo de R\$ 212,71, na conta de “INSS a recolher” (Equação 0106), refere-se a retenção de pagamento realizado no dia 29/12/2017. Saldo de R\$ 32.536,68, referente a diversos pagamentos realizados no mês de dezembro/2017, na conta de “Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro” (Equação 0109). Saldo de R\$ 1.228,11, na conta de “ISS a recolher” (Equação 0110), referente a retenção de pagamentos realizados nos dias 20/12/2017 ( R\$	

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN .  
Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código 30NV9TRJ.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

1.134,16) e 29/12/2017 (R\$ 93,95).

- c) PASSIVO LIQUIDADO X DDR (Equação 0280): O saldo de R\$ 47.265,29 refere-se a um lançamento de ajuste realizado, em virtude de uma tentativa de acerto, por parte da STN, em fevereiro/2016, de saldos alongados na conta 2.1.8.8.1.04.02 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDAS, cujo valor teve origem entre os exercícios de 2003 a 2009 e permanecem até então. Este saldo consta na contabilidade da UG 153163. Tal lançamento ocasionou, ainda, as equações 298 e 696, que foram regularizadas no decorrer do exercício de 2016.
- d) SUPERÁVIT FINANCEIRO X DDR (Equação 0287): Saldo irrisório de R\$ 50,00 referente a solicitação, em setembro/2016, de devolução de valor de taxa de inscrição de concurso público, a ser realizado. Foi realizado um lançamento, equivocado, no intuito de acertar a Equação 0105 - DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO, que acabou gerando esta outra equação, com restrição
- e) Passivo Financeiro Extra X DDR Extra (Equação 0297): A origem desta equação é a mesma da Equação 0280, comentada anteriormente, no item "c".
- f) BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR (Equação 0520): O valor de R\$ 813.635,03 refere-se a lançamentos realizados no exercício de 2013, na UG 150232 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC, e não regularizados até o momento.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2018

\_\_\_\_\_  
DIEGO SACCHET BARIN  
CRC/RS - 70.033/O-6

Assinado digitalmente por DIEGO SACCHET BARIN.  
Verifique a autenticidade em <http://validacao.egestao.ufsc.br> informando o processo 004697/2018 e o código 30NV91RUJ.

## 10. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

### 10.1 Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE

#### Quadro 135 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FEPESE

Identificação da Fundação de apoio									
Nome:		Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas							
CNPJ:		83.566.299/0001-73							
Página na Internet:		<a href="http://www.fepese.org.br">www.fepese.org.br</a>							
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais									
Projeto			Instrumento Celebrado						
Sequencial	Código Interno da FEPESE	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
						Início	Fim	Bruto	Repassado
1	056/2015	Extensão	161/2015	Contrato	O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço pela Fundação para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão.	19/11/2015	01/02/2018	R\$ 21.380.000,00	R\$ 20.340.000,00
2	017/2015	Pesquisa	257/2014	Contrato	Apresentar ao DNIT um conjunto de ações, produtos e principais atividades pertinentes ao desenvolvimento de estudos e pesquisas para elaboração de metodologias, ferramentas e diretrizes para fortalecimento das ações de planejamento do DNIT.	19/02/2015	30/03/2018	R\$ 10.200.900,00	R\$ 6.856.152,44
3	007/2015	Extensão	243/2014	Contrato	Termo de execução descentralizada para o "desenvolvimento de metodologia para fiscalização de bens arrendados; elaboração e implementação de sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte	26/01/2015	14/02/2017	R\$ 7.280.552,00	R\$ 5.009.181,54

					ferroviário de cargas prestado pelas concessionárias verticais; e definição de regras para cessão da capacidade de tráfego das concessionárias verticais e horizontais" a ser celebrado entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT.				
4	017/2014	Pesquisa	241/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa: "COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DE ARCABOUÇO REGULATÓRIO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.	18/03/2014	25/04/2017	R\$ 6.072.250,00	R\$ 6.072.250,00
5	061/2013	Extensão	170/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: "O saber para conquistar um lugar - Cursos de capacitação e palestras para os servidores do Ministério da Saúde", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE.	10/10/2013	30/09/2018	R\$ 4.586.389,70	R\$ 4.586.389,70
6	001/2017	Pesquisa	287/2016	Contrato	Levantamento, Análise e Comparação das Normativas de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas e de Passageiros Dos Países Que Mantêm Acordo Com O Brasil", conforme o Plano de Trabalho (Anexo), financiado pelo Agência	05/01/2017	02/01/2018	R\$ 3.696.300,00	R\$ 2.002.162,50

					Nacional de Transportes terrestres - ANTT.				
7	027/2016	Extensão	277/2016	Contrato	Apoio à ANTT no desenvolvimento de estudos de demanda, estudos operacionais, estimativas de cálculo de receitas operacionais, dimensionamento de material rodante e estimativas de custos operacionais para os trechos ferroviários integrantes da segunda etapa do Programa de Instrumentos em Logísticas - PIL II, bem como subsidiar os estudos de renovação de outorga das atuais concessões ferroviárias de carga	05/10/2016	31/12/2018	R\$ 2.919.350,00	R\$ 2.694.784,62
8	016/2016	Extensão	198/2016	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “APOIO TÉCNICO PARA DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E IMPLANTAÇÃO, COM CRIAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES, DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VIA – AUV PARA A FERROVIA NORTE-SUL”, financiado por VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., conforme o Plano de Trabalho (Anexo I).	21/09/2016	19/07/2017	R\$ 1.428.545,00	R\$ 1.309.860,00
9	069/2013	Ensino	216/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: “Curso de Graduação em Ciências Contábeis – A distância - 7º e 8º Semestre”, conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$ 949.901,90	R\$ 949.901,90
10	028/2014	Pesquisa	056/2014	Contrato	O objeto do presente contrato é a	06/05/2014	23/03/2018	R\$	R\$

					prestação de serviços técnicos especializados, em caráter não exclusivo para: (i) implantar e operar o NAGI - ABIMAQ; (ii) implementar uma operação piloto com uma rede de parceiros; e (iii) capacitar os colaboradores das empresas para a geração de inovação tecnológica, nos termos do CONVITE ABIMAQ/NAGI N° 06 e seus anexos, no âmbito do Convênio FINEP N°01.12.0332.00, para a execução do Projeto intitulado "Estruturação do núcleo de apoio à gestão da inovação e operação piloto de implantação em empresas do setor de Máquinas e Equipamentos.			916.730,00	916.730,00
11	068/2013	Ensino	215/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Contábeis – A distância - 5º e 6º Semestre", conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$ 682.490,00	R\$ 682.490,00
12	010/2015	Extensão	149/2015	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto.	09/11/2015	31/03/2018	R\$ 723.450,00	R\$ 611.012,50
13	031/2016	Ensino	228/2016	Contrato	Tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: "NOVA OFERTA (3ª TURMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE E ENSINO A DISTÂNCIA, NO ÂMBITO DO SISTEMA UAB"	25/10/2016	11/10/2018	R\$ 387.030,17	R\$ 387.030,17



14	071/2013	Ensino	218/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Econômicas – A distância - 7º e 8º Semestre" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$ 245.010,00	R\$ 245.010,00
15	015/2016	Extensão	247/2016	Contrato	O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para o provimento das vagas oferecidas nas especialidades discriminadas no Edital n.º 01/COREME/2016, oferecidas pelo Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina - HU/UFSC.	05/10/2016	31/12/2017	R\$ 232.200,00	R\$ 232.200,00
16	026/2014	Ensino	045/2014	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "Nova Oferta (3ª Turma de Graduação em Administração Pública – PNAP, na modalidade e ensino a distância, no âmbito do Sistema UAB)" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	23/04/2014	30/06/2017	R\$ 229.727,50	R\$ 229.727,50
17	070/2013	Ensino	217/2013	Contrato	O presente instrumento contratual tem por objeto a prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Ensino: "Curso de Graduação em Ciências Econômicas – A distância - 5º e 6º Semestre" conforme o Plano de Trabalho (Anexo I), financiado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	13/11/2013	30/07/2017	R\$ 214.320,50	R\$ 214.320,50
18	049/2012	Extensão	430/2012	Contrato	O contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio pela FEPESE para	25/09/2012	31/08/2017	R\$ 173.854,58	R\$ 168.696,08

					realizar a gestão financeira e a execução do Processo Seletivo para o Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago, com as atividades de: planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados do processo seletivo, conforme edital, integrante do presente instrumento				
19	010/2016	Extensão	236/2016	Contrato	Desenvolver a integração e a musicalidade da comunidade universitária, através da implementação de uma agenda de eventos musicais no período compreendido entre 30 de abril a 30 de dezembro de 2016.	30/04/2016	28/02/2017	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00
<b>Totais</b>								<b>R\$ 62.331.501,35</b>	<b>R\$ 53.520.399,45</b>

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

## Recursos da UPC – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - FEPESE

### Quadro 136 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos - FEPESE

Recursos da UPC envolvidos nos projetos							
Instrumento Celebrado			Recursos da UPC à disposição da Fundação				
Nº	Código Interno da FEPESE	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
			Valor	Ti po	Valor	Quanti dade	Valor
1	056/2015	Contrato	R\$ 21.380.000,00	-	R\$ -	85	R\$ 1.739.340,00
2	017/2015	Contrato	R\$10.200.900,00	-	R\$ -	38	R\$ 652.728,36
3	007/2015	Contrato	R\$7.280.552,00	-	R\$ -	35	R\$ 164.854,57
4	017/2014	Contrato	R\$ 6.072.250,00	-	R\$ -	24	R\$ 108.318,40
5	061/2013	Contrato	R\$ 4.586.389,70	-	R\$ -	89	R\$ 1.695.240,51
6	001/2017	Contrato	R\$ 3.696.300,00	-	R\$ -	12	R\$ 120.406,30
7	027/2016	Contrato	R\$ 2.919.350,00	-	R\$ -	2	R\$ 41.775,00
8	016/2016	Contrato	R\$1.428.545,00	-	R\$ -	13	R\$ 133.081,99
9	069/2013	Contrato	R\$ 949.901,90	-	R\$ -	40	R\$ 439.084,53
10	028/2014	Contrato	R\$916.730,00	-	R\$ -	21	R\$ 494.025,00
11	068/2013	Contrato	R\$ 682.490,00	-	R\$ -	36	R\$ 349.084,20
12	010/2015	Contrato	R\$ 723.450,00	-	R\$ -	6	R\$ 21.165,00
13	031/2016	Contrato	R\$ 387.030,17	-	R\$ -	32	R\$ 111.180,01
14	071/2013	Contrato	R\$ 245.010,00	-	R\$ -	16	R\$ 55.605,80
15	015/2016	Contrato	R\$ 232.200,00	-	R\$ -	102	R\$ 96.250,00
16	026/2014	Contrato	R\$ 229.727,50	-	R\$ -	23	R\$ 78.325,00
17	070/2013	Contrato	R\$ 214.320,50	-	R\$ -	5	R\$ 48.341,26
18	049/2012	Contrato	R\$ 173.854,58	-	R\$ -	0	R\$ -
19	010/2016	Contrato	R\$ 12.500,00	-	R\$ -	3	R\$ 10.900,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

## 10.2 Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB

### Quadro 137 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FUNJAB

FUNDAÇÃO DE APOIO								
FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX								
CNPJ: 83.472.860/0001-55								
Página na internet: <a href="http://www.funjab.ufsc.br">www.funjab.ufsc.br</a>								
Informações dos projetos e instrumentos contratuais								
Projeto		Contrato						
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Extensão	197/2015	Contrato	prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “CAPACITAÇÃO EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER”	19/05/2016	02/02/2018	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00
2	Extensão	254/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão: “SEGUNDA FASE DE ATUALIZAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PNAP) NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)”	17/11/2016	19/01/2018	R\$ 1.255.585,64	R\$ 502.233,56

3	Extensão	284/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de extensão: “REFORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DO CURSO DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL & INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO - MÓDULO II: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA MODALIDADE EAD - 5ª EDIÇÃO”	30/12/2016	28/02/2018	R\$ 890.544,00	R\$ -
4	Desenvolvimento Institucional	044/2015	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto Institucional: “PROGRAMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO HIDROLÓGICO CAMPUS UFSC EM JOIVILLE”	15/05/2015	30/11/2019	R\$ 599.920,00	R\$ 599.920,00
5	Pesquisa	129/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa: “MAIS CIÊNCIA E REALIZAÇÃO DE EVENTOS JURÍDICOS E CRIAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL”	29/08/2014	31/05/2017	R\$ 465.200,00	R\$ 458.700,00
6	Ensino	128/2014	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: “CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA”	29/08/2014	31/08/2017	R\$ 354.024,20	R\$ 230.000,00
7	Pesquisa	269/2016	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto “CÁTEDRA JEAN MONNET DE INTEGRAÇÃO REGIONAL”	21/12/2016	31/03/2017	R\$ 35.150,00	R\$ 35.150,00
8	Extensão	140/2017	Contrato	Prestação de serviço pela FUNDAÇÃO para apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Extensão “Capacitação para liderança em Gerenciamento de Desempenho no TRE-ES”	28/08/2017	16/02/2018	R\$ 16.551,73	R\$ 16.551,73
						<b>Total</b>	R\$ 6.116.975,57	R\$ 4.342.555,29

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

**Recursos da UPC - Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB**

**Quadro 138 - Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos - FUNJAB**

Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos						
Instrumento Celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
197/2015	Contrato	R\$ 2.500.000,00			23	R\$ 902.143,92
254/2016	Contrato	R\$ 1.255.585,64			3	R\$228.240,00
284/2016	Contrato	R\$890.544,00			25	R\$ 232.250,00
044/2015	Contrato	R\$599.920,00			32	R\$ 344.800,00
129/2014	Contrato	R\$465.200,00			0	R\$ -
128/2014	Contrato	R\$354.024,20			27	R\$ 72.600,00
269/2016	Contrato	R\$ 35.150,00			1	R\$ 30.369,60
140/2017	Contrato	R\$ 16.551,73			1	R\$ 12.400,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

### 10.3 Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina – FEESC

#### Quadro 139 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FEESC

Identificação da fundação de apoio								
Nome:		Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC						
CNPJ:		82.895.327/0001-33						
Página na <i>Internet</i> :		<a href="http://www.feesc.org.br/">http://www.feesc.org.br/</a>						
Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	N°	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Extensão	503/2012	Contrato	Projeto e-SUS Atenção Básica - Educação Permanente para os Profissionais e Estudantes do Sistema Único de Saúde (SUS) na Atenção Básica	21/01/2012	30/07/2017	10.000.000,00	10.000.000,00
2	Extensão	138/2015	Contrato	Tecnologia e Arquitetura da Informação para Construção e Operacionalização da Plataforma da Universidade do Trabalhador	01/12/2015	30/09/2016	7.983.020,00	0,00
3	Extensão	232/2014	Contrato	Capacitação sobre expansão e consolidação da estratégia da saúde família - PROESF	23/12/2014	17/03/2017	7.500.000,00	7.500.000,00

4	Pesquisa	574/2012	Contrato	Cooperação técnica para Elaboração de estudos do setor portuário e desenvolvimento de ferramentas para planejamento e apoio à tomada de decisão.	02/04/2013	15/09/2016	6.972.940,00	6.972.940,00
5	Pesquisa	239/2013	Contrato	Elaboração de Estudos para Implantação de 16 áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPs.	07/05/2014	02/02/2016	5.533.350,00	5.533.350,00
6	Pesquisa	514/2012	Contrato	Cooperação técnica para elaboração de estudos e projetos a apoio à SEP/PR na implantação do sistema VTMS - Vessel Traffic Management Information System (Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações) em portos públicos brasileiros.	15/01/2013	17/11/2016	5.000.000,00	5.000.000,00
7	Pesquisa	117/2014	Contrato	Modelo de Referência para Sistematização de Conteúdos para Formação de Gestores Públicos na Área da Educação.	27/03/2014	26/03/2016	2.425.000,00	2.425.000,00



8	Pesquisa	245/2013	Contrato	Continuidade da Implantação e Expansão do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telesaúde - STT/2013.	16/12/2013	31/03/2016	2.208.000,00	2.208.000,00
9	Extensão	931/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Blumenau, Brusque, Botuvera, Rodeio, Tímbó, Itajaí, Camboriú e Balneário Camboriú do Estado de Santa Catarina. LOTE2	12/12/2013	11/12/2018	2.051.787,84	1.447.057,22
10	Extensão	229/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Luis Alves, Gaspar, Ihota, Navegantes, Nova Trento, Antônio Carlos, Palhoça e Itapema do Estado de Santa Catarina. LOTE 1	12/12/2013	11/12/2018	2.051.787,84	1.675.807,72

11	Extensão	230/2013	Contrato	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Alfredo Wagner, Taió, Ituporanga, Rio Fortuna, José Boiteux, Presidente Getúlio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza do Estado de Santa Catarina - LOTE 3	12/12/2013	11/12/2018	1.979.388,58	1.729.205,55
12	Extensão	494/2018	Contrato	Curso sobre Saúde Mental na Infância e Adolescência no Âmbito da Rede de Atenção Psicossocial	29/11/2012	30/07/2016	1.500.000,00	1.500.000,00
13	Pesquisa	254/2014	Contrato	Execução Descentralizada para o Aprimoramento do Marco Regulatório e Fiscalizatório do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas e Passageiros	10/03/2015	15/06/2016	1.311.240,00	1.311.240,00
14	Extensão	495/2012	Contrato	Atenção às Situações de Crise em Saúde Mental	29/11/2012	24/04/2016	1.300.000,00	1.300.000,00

15	Pesquisa	450/2009	Contrato	Regular as condições e responsabilidades dos partícipes para com a realização do programa intitulado PRH 09 - - Formação de recursos humanos em engenharias mecânica e química em ênfase em petróleo e gás (MECPETRO), termo de cooperação técnica UFSC e ANP	29/12/2009	28/02/2018	1.259.579,48	1.085.387,11
16	Pesquisa	229/2014	Contrato	Desenvolvimento de ônibus elétricos para transporte público por energia solar fotovoltaica	29/12/2014	21/09/2019	1.000.000,00	1.000.000,00
17	Pesquisa	445/2019	Contrato	Programa PRH nº 34 - Formação de Engenheiros na Áreas de Automação, Controle e Instrumentação para a indústria de Petróleo e Gás	29/12/2009	31/10/2018	768.262,28	657.024,84
18	Ensino	031/2014	Contrato	Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação	18/03/2014	31/03/2017	692.483,77	692.483,77

19	Desenvolvimento Institucional	219/2013	Contrato	Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior	04/12/2013	29/12/2017	897.080,00	897.080,00
20	Pesquisa	018/2015	Contrato	Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima	16/03/2015	15/03/2018	584.454,54	584.454,54
21	Desenvolvimento Institucional	034/2014	Contrato	Estruturação de modelos conceituais e operacionais da agência de inovação da UFSC e integração destes com o programa de incubação de empresas e com o parque tecnológico	27/03/2014	26/03/2017	454.956,96	454.956,94
22	Ensino	030/2014	Contrato	Implantação de uma Turma de Pós- Graduação "Stricto Sensu", em nível de Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental	17/03/2014	31/03/2017	304.000,00	304.000,00
23	Pesquisa	569/2012	Contrato	Estudo de Medidores de Temperatura com Sensores à Fibra Óptica	11/12/2012	09/03/2016	252.900,00	252.900,00

24	Extensão	352/2012	Contrato	Curso à Distância sobre Etiquetagem da Eficiência Energética de Edificações	03/07/2016	02/07/2017	169.273,75	135.599,64
25	Pesquisa	207/2013	Contrato	Primeira etapa do inventário do patrimônio moderno em Santa Catarina	13/11/2013	29/05/2016	19.840,00	19.840,00
26	Extensão	153/2015	Contrato	XI Workshop sobre gestão e reúso de água na indústria	11/11/2015	31/03/2016	15.000,00	15.000,00
27	Ensino	120/2016	Contrato	Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em nível de Especialização, denominado Curso de especialização nas Abordagens de Big-Data, Cloud, Modelagem e Predição em Sistemas Computacionais	30/05/2016	30/04/2017	202.601,07	202.601,07
28	Extensão	188/2015	Contrato	Formação de Agentes Executores do Programa Minha Casa minha Vida - Entidades e Rural	07/03/2016	30/12/2017	2.278.553,00	2.278.553,00
29	Extensão	271/2016	Contrato	2º Curso EAD de Aperfeiçoamento em Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde	21/12/2016	04/04/2018	706.000,00	706.000,00
30	Extensão	282/2016	Contrato	Alinhamento da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal - PRF ao Modelo de	20/12/2016	31/10/2019	2.373.075,74	900.000,00

				Universidade Corporativa em Rede, Capacitando-a a Institucionalizar uma Cultura de Aprendizagem em Rede.				
31	Extensão	183/2015	Contrato	Alinhamento da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) à Gestão do Conhecimento e Governança Pública do MAPA.	21/01/2016	31/12/2016	8.401.030,00	5.820.856,36
32	Extensão	304/2016	Contrato	Ampliação do modelo de universidade Corporativa em Rede para realização de Programa de Capacitação Aberta para as Cooperativas Brasileiras, prioritariamente das regiões Norte e Nordeste	30/12/2016	31/12/2017	1.936.222,35	0
33	Extensão	190/2015	Contrato	E-SUS Atenção Básica - Etapa 03	02/02/2016	01/03/2018	3.200.000,00	3.200.000,00
34	Extensão	226/2016	Contrato	Fomento às Práticas e ao Bem-estar de Equídeos -NEBEq (Núcleo de Equinocultura e Bem Estar de Equinos)	04/11/2016	31/12/2018	162.000,00	162.000,00
35	Extensão	222/2016	Contrato	Meninas Digitais - UFSC	04/11/2016	15/12/2018	69.760,00	69.760,00
36	Extensão	199/2016	Contrato	Promovendo a inclusão digital em	29/09/2016	01/07/2018	177.513,23	177.513,12

				escolas de Educação Básica da rede pública a partir da Integração de Tecnologias Inovadoras de baixo custo no ensino de Ciências Naturais e Exatas				
37	Extensão	186/2015	Contrato	SISMOB - Etapa 02	03/05/2016	27/02/2018	6.000.000,00	4.660.000,00
38	Extensão	219/2016	Contrato	Tecnologias Sociais para Aproveitamento da Matéria Orgânica de Resíduos Sólidos Urbanos no Aglomerado Urbano de Florianópolis: Unidade Experimental de Demonstração	20/10/2016	31/03/2019	242.875,00	242.875,00
39	Extensão	278/2016	Contrato	XII Workshop sobre Gestão e Reúso de Água na Indústria.	29/12/2016	27/02/2017	20.000,00	20.000,00
40	Pesquisa	246/2016	Contrato	Consórcio Brasil-Noruega de Otimização de Produção	07/11/2016	31/12/2018	290.717,41	150.320,00
41	Pesquisa	018/2016	Contrato	Desenvolvimento de Tecnologias de Informática em Saúde denominado Desenvolvimento, Implantação e Tratamento de Soluções Técnicas em Telemedicina e Telesaúde - STT -	05/01/2016	31/03/2018	2.400.000,00	2.200.000,00

				SES 2016				
42	Pesquisa	143/2016	Contrato	VISIR+ Educational Modules for Electric and Electronic Circuits Theory and Practice following a Enquiry-based Teaching and Learning methodology supported by VISIR	07/07/2016	01/07/2018	279.161,00	226.075,00
43	Pesquisa	201/2016	Contrato	Projeto de computador de Baixo custo para estudantes da UFSC	05/10/16	04/10/2017	10.000,00	0
44	Extensão	72/2017	Contrato	Apoio às Equipes de Competição da UFSC vinculado ao edital nº 01/2016/PROEX	15/05/2017	15/02/2018	40.000,00	40.000,00
45	Extensão	112/2017	Contrato	Trajetória Escolar, Desigualdades e Diversidade	07/04/2017	31/12/2018	748.037,00	748.037,00
46	Extensão	243/2017	Contrato	Etiquete - Curso à Distância sobre Etiquetagem da Eficiência Energética de Edificações	10/06/2017	15/03/2018	59.984,01	
47	Extensão	260/2017	Contrato	Portal de Formação Continuada do Ministério da Educação	11/09/2017	31/07/2019	3.579.591,60	3.579.591,60
48	Extensão	284/2017	Contrato	Desenvolvimento de um modelo de gestão pedagógica e design	14/12/2017	31/12/2019	911.777,80	



				de interface.					
49	Pesquisa	102/2017	Contrato	Pesquisas Científicas Oceanográficas a Bordo do Veleiro de expedição Científica Oceânica - ECO UFSC 60	06/12/2017	30/04/2018	163.495,00	163.495,00	
50	Pesquisa	303/2017	Contrato	Ação ETR-BR: Cooperação Brasil - Alemanha em Terras Raras - Projeto REGINA	21/12/2017	31/08/2018	400.000,00		
51	Pesquisa	295/2017	Contrato	Ampliação e aprimoramento da metodologia para acompanhamento e avaliação de cursos PRONATEC/Bolsas-Formação	22/12/2017	01/12/2018	1.499.904,00		
<b>Totais</b>								<b>100.386.643,25</b>	<b>80.249.004,48</b>

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

**Recursos da UPC – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina– FEESC**

**Quadro 140 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos - FEESC**

Recursos da UPC envolvidos nos projetos						
Instrumento celebrado		Recursos da UPC à disposição da fundação				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
503/2012	Contrato	10.000.000,00			831	5.392.441,82
138/2015	Contrato	7.983.020,00			0	0
232/2014	Contrato	7.500.000,00			144	885.675,00
574/2012	Contrato	6.972.940,00			50	518.394,16
239/2013	Contrato	5.533.350,00			13	268.925,00
514/2012	Contrato	5.000.000,00			17	190.775,00
117/2014	Contrato	2.425.000,00			22	318.900,00
245/2013	Contrato	2.208.000,00			28	424.370,00
931/2013	Contrato	2.051.787,84			25	1.077.800,00
229/2013	Contrato	2.051.787,84			29	927.300,00
230/2013	Contrato	1.979.388,58			19	986.500,00
494/2018	Contrato	1.500.000,00			27	617.652,33
254/2014	Contrato	1.311.240,00			7	81.175,00
495/2012	Contrato	1.300.000,00			32	583.000,00
450/2009	Contrato	1.259.579,48			13	293.074,80
229/2014	Contrato	1.000.000,00			0	0,00
445/2019	Contrato	768.262,28			3	67.601,10
031/2014	Contrato	692.483,77			13	168.770,00
219/2013	Contrato	897.080,00			39	200.298,00
018/2015	Contrato	584.454,54			37	273.560,00
034/2014	Contrato	454.956,96			0	0,00
030/2014	Contrato	304.000,00			16	244.000,00
569/2012	Contrato	252.900,00			7	122.800,00
352/2012	Contrato	169.273,75			18	100.795,40
207/2013	Contrato	19.840,00			0	0,00
153/2015	Contrato	15.000,00			0	0,00
120/2016	Contrato	202.601,07			12	158.749,95
188/2015	Contrato	2.278.553,00			23	154.777,28
271/2016	Contrato	706.000,00			31	311.425,00
282/2016	Contrato	2.373.075,74			10	297.800,00
183/2015	Contrato	8.401.030,00			33	991.800,00
304/2016	Contrato	1.936.222,35			0	0,00
190/2015	Contrato	3.200.000,00			90	503.210,00
226/2016	Contrato	162.000,00			2	6.400,00
222/2016	Contrato	69.760,00			0	0,00
199/2016	Contrato	177.513,12			0	0,00
186/2015	Contrato	6.000.000,00			78	721.650,00

219/2016	Contrato	242.875,00			0	0,00
278/2016	Contrato	20.000,00			0	0,00
246/2016	Contrato	290.717,41			4	30.100,00
018/2016	Contrato	2.400.000,00			24	330.290,00
143/2016	Contrato	279.161,00			2	24.174,00
201/2016	Contrato	10.000,00			0	0,00
72/2017	Contrato	40.000,00			0	0,00
112/2017	Contrato	748.037,00			5	28.900,00
243/2017	Contrato	59.984,01			0	0,00
260/2017	Contrato	3.579.591,60			1	2.500,00
284/2017	Contrato	911.777,80			0	0,00
102/2017	Contrato	163.495,00			0	0,00
303/2017	Contrato	400.000,00			0	0,00
295/2017	Contrato	1.499.904,00			0	0,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

## 10.4 Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU

### Quadro 141 - Informações dos projetos e instrumentos contratuais - FAPEU

Fundação de Apoio								
Nome: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU					CNPJ: 83.476.911/0001-17			
Projeto		Página na internet <a href="http://www.fapeu.com.br/index4.php?id_conteudo=3">http://www.fapeu.com.br/index4.php?id_conteudo=3</a>						
Sequencial	Tipo	Nº	TIPO	Objeto	Vigência		Valor	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
1	Institucional	29/2011	Contrato	Viabilização de recursos humanos, materiais e serviços da área de saúde e áreas de apoio, visando a assistência à saúde e consequentemente o ensino e pesquisa, combinando a melhoria da qualidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais	22/03/2011	21/03/2017	58.732.451,79	51.402.261,35
2	Extensão	171/2011	Contrato	Execução do Projeto Qualificação de profissionais de Enfermagem e de Agentes de Saúde para a atenção rede integrada do SUS: Saúde Mental, Materno Infantil, Urgência e Emergência e Doenças não transmissíveis, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/09/2011	07/01/2018	7.500.000,00	7.500.000,00
3	Extensão	226/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão: "Curso de Prevenção do Uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias - 6ª e 7ª edições".	06/12/2013	30/11/2018	16.201.926,00	16.201.926,00
4	Ensino	54/2014	Contrato	Execução do projeto Institucional "Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE)".	05/04/2014	31/12/2017	1.455.349,93	964.406,13
5	Extensão	173/2014	Contrato	Execução do Projeto de Extensão "Escola da Terra em Santa Catarina".	09/10/2014	31/10/2017	616.500,00	646.500,00

7	Pesquisa	256/2013	Contrato	Execução do projeto de pesquisa: "Vigilância da resistência aos antimicrobianos das estirpes de Neisseria gonorrhoeae circulantes no Brasil"	15/05/2014	26/04/2018	1.040.000,00	1.040.000,00
8	Extensão	140/2014	Contrato	Execução do projeto:"Pró-Letramento - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa -Curso de Formação 2014".	12/09/2014	30/04/2018	3.556.998,00	3.022.548,00
10	Pesquisa	180/2014	Contrato	Execução do projeto de pesquisa:"Genotipagem do HIV-1 in house (RENAGENO in house) em Pacientes sob Falha Terapêutica e resistentes à Terapia Antirretroviral - TARV".	16/10/2014	24/08/2017	3.600.000,00	3.600.000,00
11	Extensão	116/2014	Contrato	Execução da atividade de Extensão intitulada:"Manutenção das Atividades do Comitê Gestor de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública".	11/08/2014	31/12/2018	129.136,21	99.041,40
12	Pesquisa	235/2013	Contrato	Execução do Projeto de Pesquisa:"Desenvolvimento e Implantação de novas tecnologias de produção de microalgas e de espécies nativas de moluscos bivalves no Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC",	20/02/2014	31/12/2017	527.895,76	527.895,76
13	Extensão	237/2014	Contrato	Execução do projeto de Extensão "Estratégia de implantação do e-SUS AB".	04/12/2014	31/12/2017	501.000,00	501.000,00
14	Ensino	232/2013	Contrato	Execução do projeto"Centro de Especialidades Odontológicas - Brasil Sorridente".	02/12/2013	31/08/2018	1.272.645,46	948.199,25
15	Extensão	247/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão "Apoio a Formação de Turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo"	20/02/2014	30/08/2017	2.016.000,00	1.851.854,16
16	Extensão	500/2012	Contrato	Projeto de extensão Curso sobre saúde mental e trabalho em rede: demandas ao consumo de álcool e outras drogas. ( OBS: Subst. do coord, conf. ofício 16/2013 - período de (1) um ano)	22/01/2013	31/12/2017	7.200.000,00	7.200.000,00

17	Pesquisa	258/2013	Contrato	Execução do projeto de Pesquisa: " Projeto Telessaúde V para o Fortalecimento e Qualificação da Atenção Básica: Núcleo Santa Catarina".	26/02/2014	31/12/2017	3.638.950,00	3.638.950,00
18	Extensão	172/2014	Contrato	Execução da Atividade de Extensão Intitulada "Implantação da Ação Saberes Indígenas na Escola, junto a escolas Guarani, Kaigang e Xokleng/Laklãnõ em Santa Catarina".	06/10/2014	31/08/2018	788.400,00	788.400,00
19	Extensão	234/2013	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: "Projeto de Extensão do Sistema de Informações Integradas sobre Desastres (S2ID)".	12/02/2014	27/02/2017	1.001.750,00	1.001.750,00
20	Extensão	512/2012	Contrato	Projeto de extensão "Estudos Especializados e Planos Estratégicos com Foco na Cadeia Produtiva, como Suportena Confecção de Projeto Técnico, Acompanhamento à Implementação e Monitoramento de Empreendimentos Agroindustriais em Assentamentos	08/01/2013	20/01/2017	21.565.677,83	21.261.985,52
21	Extensão	204/2013	Contrato	Projeto de Extensão: "Projeto análise de Mercado: Produção, Beneficiamento e Comercialização de Alimentos Agroecológicos para o Mercado Institucional da Região Sul do Brasil: RS-SC-PR".	25/11/2013	10/05/2017	6.824.551,21	6.623.323,39
22	Extensão	255/2013	Contrato	Execução do projeto de extensão:"Aperfeiçoamento do Sistema único de Saúde".	19/03/2014	30/04/2017	2.047.974,62	2.047.974,62
23	Extensão	222/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão "Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)".	22/10/2014	30/04/2018	1.557.556,63	1.343.872,09
24	Extensão	231/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão: "De olho na Terra - Região Sul".	03/12/2014	20/05/2017	3.399.712,44	3.399.712,44
25	Extensão	226/2014	Contrato	Execução da Atividade de Extensão Intitulada:"Formação Básica em Auriculoterapia na Atenção Primária à Saúde".	03/12/2014	31/12/2017	2.501.064,00	2.501.064,00

26	Extensão	260/2013	Contrato	Execução do projeto de Extensão: "Cursos de Educação a Distância em Atenção Domiciliar".	14/10/2014	31/12/2018	2.000.000,00	2.000.000,00
27	Extensão	234/2014	Contrato	Execução do projeto de Extensão:"Aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa Nacional /Telessaúde Brasil Redes".	03/12/2014	26/03/2018	688.000,00	688.000,00
28	Extensão	197/2014	Contrato	Execução do projeto de extensão:"Capacitação sobre expansão e consolidação da estratégia da saúde da família -PROESF".	11/11/2014	17/03/2017	7.000.000,00	7.000.000,00
29	Ensino	151/2014	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Educação, Pobreza e Desigualdade Social".	02/09/2014	31/12/2017	806.400,00	806.400,00
30	Pesquisa	202/2014	Contrato	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa:"Pesquisa do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social."	17/11/2014	31/12/2017	50.000,00	50.000,00
31	Ensino	216/2014	Contrato	Execução do : "Curso de Especialização em Gestão Escolar".	12/11/2014	30/04/2017	320.437,00	320.437,00
32	Pesquisa	238/2014	Contrato	Execução do projeto de pesquisa:"Tecnologia para a produção de peixes e ornamentais marinhos no LAPOM/UFSC".	04/12/2014	01/01/2017	135.000,00	135.000,00
33	Pesquisa	460/2012	Contrato	Execução da atividade de pesquisa intitulada "Estudos, pesq. e prog. de capacitação para des. e consolidação de métodos e processos p/ suporte à gestão de competências da CGPERT vinculadas às áreas de segurança viária e operações rodoviárias".	31/08/2012	02/11/2018	57.170.050,00	52.523.481,70
34	Pesquisa	243/2013	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República-SAC/PR no Planejamento do Setor aeroportuário Brasileiro". -	12/02/2014	06/03/2018	35.792.800,00	35.211.416,50

35	Ensino	164/2014	Contrato	Projeto Intitulado:"Oferta e acompanhamento dos cursos: Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB da UFSC no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil".	11/09/2014	30/08/2018	8.358.786,31	5.486.108,96
36	Extensão	39/2015	Contrato	Atividade de Extensão Intitulada:"Contribuição do Design Universal no Contexto da Realbilitação Física: Estratégias para o Sistema Único de Saúde."	14/04/2015	31/12/2018	300.000,00	300.000,00
38	Extensão	109/2015	Contrato	Projeto de Extensão;"Aperfeiçoamneto do Sistema único de Saúde (SUS) - Implantação de politicas de atenção - Nacional capacitação em atenção à Saúde do Homem".	19/08/2015	30/12/2018	2.000.000,00	2.000.000,00
39	Extensão	110/2015	Contrato	Projeto de extensão:"Formação de médicos para o SUS - Programa mais Médicos".	20/08/2015	31/07/2018	1.518.191,39	1.518.191,39
40	Extensão	111/2015	Contrato	Projeto de extensão:"Agricultura Legal: Conservação da floresta e dos recursos hídricos na agricultura familiar do planalto Catarinense".	20/08/2015	31/12/2017	101.065,00	101.065,00
41	Ensino	115/2015	Contrato	Curso de Pós-Graduação lato sensu, em nível de Especialização, em Tecnologia da Informação e comunicação aplicadas a segurança Pública e Direitos Humanos.	04/09/2015	31/05/2017	206.100,00	206.100,00
42	Extensão	122/2015	Contrato	Execução do projeto de extensão:"Suporte à SEP/PR nas ações de planejamento de setor portuário nacional e na implantação de projeto de inteligência logística portuária".	14/09/2015	08/06/2019	29.872.640,00	25.836.678,00
43	Ensino	135/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado:"Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica II".	18/11/2015	30/08/2020	3.020.000,00	1.255.423,57
44	Extensão	137/2015	Contrato	Execução do Projeto de Extensão Intitulado:"Elaboração do Material digital do Pacto da Alfabetização".	09/11/2015	31/12/2017	1.200.000,00	1.200.000,00
45	Extensão	142/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado: Programa Extensionista de Cultura, Artes e Educação Infantil".	17/11/2015	10/01/2019	1.315.104,00	1.315.104,00



46	Pesquisa	143/2015	Contrato	Fortalecimento e ampliação das ações do LCA/UFSC na produção de biomassa e bioprodutos a partir de microalgas: melhoria da infra. de P, D & I e apoio ao proj. da Rede Microalgas para a prod. de biodiesel.	21/12/2015	31/08/2018	473.468,26	473.468,26
47	Pesquisa	155/2015	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado Territórios do Axé: Religiões de Matriz Africana da Grande Florianópolis.	13/11/2015	01/09/2017	60.000,00	60.000,00
48	Extensão	159/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado" Ações contínuas do programa de avaliação externa da qualidade da rede monitoramento e diagnóstico da infecção pelo HIV, Sífilis e Hepatites virais".	16/12/2015	23/12/2017	2.000.000,00	2.000.000,00
49	Extensão	160/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado:" Desenvolvimento e produção de materiais instrucionais para prevenção, assistência, diagnostico, tratamento e controle de DST, AIDS e Hepatites Virais".	14/12/2016	30/03/2018	2.000.000,00	2.000.000,00
50	Extensão	179/2015	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado " Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food " -	15/01/2016	31/10/2018	3.509.210,00	2.558.184,80
51	Extensão	185/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Qualificação do cuidado em rede às pessoas em situação de crise e urgência em saúde mental ".	18/12/2015	23/09/2018	5.000.000,00	1.616.000,00
52	Extensão	187/2015	Contrato	Projeto de extensão intitulado " Telessaúde VI para manutenção do programa nacional telessaúde Brasil redes: núcleo Santa Catarina".	06/01/2016	19/02/2018	3.808.800,00	3.047.040,00
53	Extensão	191/2015	Contrato	e-SUS Atenção Básica Etapa 03	21/12/2015	01/03/2018	13.500.000,00	13.500.000,00
54	Extensão	192/2015	Contrato	Projeto intitulado " Avaliação de Tecnologias de Próteses de Quadril.	21/12/2015	19/02/2018	1.760.000,00	1.760.000,00
55	Extensão	193/2015	Contrato	Projeto intitulado " Avaliação de Tecnologias de Próteses de Quadril.	29/12/2015	27/02/2018	516.000,00	516.000,00

56	Ensino	196/2015	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do " Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica - 2015/2018".	30/12/2015	07/12/2018	5.000.000,00	5.000.000,00
57	Pesquisa	142/2016	Contrato	Execução do Projeto de Pesquisa intitulado "Fatores de Risco no Prognóstico de próteses totais removíveis suportadas por implantes extra-curtos em mandíbulas severamente reabsorvidas -Ensaio Clínico Randomizado".	06/06/2016	04/02/2019	341.624,81	341.624,81
58	Extensão	153/2016	Contrato	Apoio administrativo e financeiro para execução do projeto de extensão : Editora da UFSC.	26/07/2016	28/02/2018	1.201.816,08	440.524,30
60	Pesquisa	165/2016	Contrato	Projeto de pesquisa intitulado " Estratégia de engenharia de tecido ósseo utilizando células-tronco mesenquimais e arcabouços de PLGA+HA+BTCP e Sinvastatina - estudo ex vivo".	18/08/2016	28/02/2019	159.972,89	159.972,89
61	Ensino	200/2016	Contrato	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Mestrado Profissionalizante em Agroecossistemas".	26/09/2016	11/05/2018	483.822,89	448.600,83
62	Extensão	213/2016	Contrato	Projeto de Extensão: " Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Santa Catarina".	22/09/2016	01/06/2018	192.639,24	89.810,87
63	Institucional	223/2016	Contrato	Concurso vestibular 2017.	25/10/2016	31/12/2017	2.204.356,88	2.204.356,88
64	Extensão	224/2016	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE/SC).	25/10/2016	06/11/2017	698.772,23	698.772,23
65	Ensino	225/2016	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Mestrado Profissional em Letras.	25/10/2016	28/02/2019	100.000,00	50.000,00
66	Institucional	238/2016	Contrato	Projeto de Desenvolvimento Institucional : "Estudo Preliminar para o ENEM em Libras".	08/11/2016	15/01/2017	199.832,46	199.832,46

67	Extensão	239/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão“ Programa PIBID Diversidade-CAPES/MEC para os cursos de Educação do Campo e Educação Intercultural Indígena".	13/02/2017	31/07/2017	219.282,40	93.770,00
68	Pesquisa	248/2016	Contrato	Projeto de pesquisa: "Ações de monitoramento de qualidade de insumos para a Aquicultura-operacionalização do Labnutri - 2ª etapa".	03/11/2016	31/01/2017	365.941,87	365.941,87
69	Extensão	249/2016	Contrato	Projeto de Extensão Intitulado : "Desenvolvimento tecnológico e produção de formas jovens de moluscos".	31/10/2016	14/07/2019	2.460.000,00	1.400.755,50
70	Extensão	253/2016	Contrato	Projeto de extensão: "Ambulatório de Doenças Raras". (CONTRATO NÃO ASSINADO )	08/11/2016	27/09/2019	100.000,00	0,00
71	Institucional	255/2016	Contrato	Projeto de desenvolvimento institucional intitulado "Fazenda Experimental Yakult".	25/11/2016	31/07/2021	2.760.322,91	146.752,86
72	Pesquisa	264/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa intitulado " Manutenção e atualização do Centro Brasileiro de Eficiência Energética em Edificações - CB3E ( FASE 1)".	18/11/2016	30/04/2017	138.372,00	138.372,00
73	Extensão	272/2016	Contrato	Projeto de Extensão : "Projeto de ampliação do S2ID para funções de gerenciamento pelos estados e integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)".	28/11/2016	31/03/2018	678.400,00	678.400,00
74	Ensino	273/2016	Contrato	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Aperfeiçoamento em Atenção Domiciliar.	29/11/2016	31/03/2018	700.000,00	700.000,00
75	Ensino	274/2016	Contrato	Programa de Mestrado Profissional em informática em Saúde.	29/11/2016	31/12/2018	500.000,00	500.000,00
76	Extensão	276/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão: "Desenvolvimento da versão digital dos materiais do PNAIC".	29/11/2016	31/18/2018	842.802,00	842.802,00
77	Extensão	277/2016	Contrato	Apoio administrativo ao projeto de extensão Capacitação de gestores e pesquisadores públicos atuantes na gestão costeira -	30/11/2016	30/04/2018	254.767,46	254.767,46

78	Extensão	280/2016	Contrato	Projeto de Extensão: Vigilância sistemática da resistência aos Antimicrobianos das Cepas de Neisseria Gonorrhoeae Circulantes no Brasil.	01/12/2016	12/02/2018	500.000,00	500.000,00
79	Extensão	281/2016	Contrato	Projeto de extensão: Avaliação externa da qualidade dentro do programa AEQ da rede de diagnóstico com testes rápidos e monitoramento da infecção pelo HIV , Sífilis e Hepatites virais.	01/12/2016	12/02/2018	500.000,00	500.000,00
80	Extensão	285/2016	Contrato	Apoio administrativo para execução do Projeto de Extensão intitulado: Programa Esporte para a Vida ". CONTRATO NÃO ASSINADO	02/12/2016	31/12/2018	16.213.048,00	0,00
81	Pesquisa	286/2016	Contrato	Apoio administrativo ao projeto de pesquisa "Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de pequeno porte - Serpens II e Floripa - SAT". - CONTRATO NÃO ASSINADO	02/12/2016	31/12/2017	2.470.000,00	0,00
82	Pesquisa	301/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Desenvolvimento da Infra-estrutura do Parque Tecnológico do LEBm/HU-UFSC - Equipamentos Laboratoriais" CONTRATO NÃO ASSINADO	29/12/2016	14/11/2018	3.500.000,00	0,00
83	Extensão	303/2016	Contrato	Execução do Projeto de Extensão " Escola de Extensão".	01/12/2016	15/11/2019	360.000,00	70.000,00
84	Pesquisa	306/2016	Contrato	Projeto de Pesquisa Intitulado "Desenvolvimento da Infra-estrutura do Parque Tecnológico do LEBm/HU. - UFSC"	29/12/2016	12/12/2019	7.250.000,00	0,00
85	Extensão	010/2017	Contrato	Projeto de extensão "Modernização de controle de acesso dos Restaurantes Universitários da UFSC	17/01/2017	01/11/2017	513.755,50	400.000,00
86	Extensão	049/2017	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Cursos extracurriculares"	24/02/2017	01/06/2019	5.119.000,00	1.863.806,24
87	Institucional	063/2017	Contrato	Projeto institucional para apoio na realização do concurso vestibular UFSC 2018 para os cursos à distância	28/03/2017	31/12/2017	251.442,26	251.442,26
88	Pesquisa	075/2017	Contrato	Projeto de Pesquisa "Promovendo a independência da demência - PRIDE	27/04/2017	31/12/2018	535.914,50	535.914,50

89	Extensão	091/2017	Contrato	Projeto de extensão "Exames de proficiência em língua estrangeira"	16/05/2017	26/09/2019	910.296,30	351.677,72
90	Extensão	123/2017	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Esportes e atividades físicas à comunidade"	06/07/2017	21/12/2020	1.040.000,00	192.218,69
91	Extensão	138/2017	Contrato	Projeto de extensão "Aprimoramento da articulação interfederativa da gestão compartilhada do SUS"	22/08/2017	11/07/2019	52.436.363,00	8.739.393,00
92	Extensão	204/2017	Contrato	Projeto de extensão "Produções Cênicas e Audiovisuais"	11/11/2017	30/04/2019	140.000,00	50.000,00
93	Pesquisa	205/2017	Contrato	Projeto de Pesquisa intitulado "Estudos, pesquisas, ferramentas e programa de capacitação para prover suporte à gestão de competências da CGPERT vinculadas às áreas de segurança viária, infrações e operações rodoviárias."	05/09/2017	05/09/2020	64.629.325,83	8.401.812,36
94	Extensão	235/2017	Contrato	Projeto intitulado "Avaliação externa da qualidade no programa AEQ da rede de diagnóstico monitoramento nacional"	28/09/2017	01/08/2018	1.500.000,00	750.000,00
95	Institucional	251/2017	Contrato	Projeto institucional para apoio na realização do concurso vestibular da UFSC 2018	19/10/2017	31/12/2018	2.063.838,00	2.063.838,00
96	Extensão	267/2017	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Análise e elaboração do plano de prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos para as infecções de transmissão sexual"	21/09/2017	16/06/2018	2.000.000,00	1.000.000,00
97	Institucional	282/2017	Contrato	Projeto institucional "Curso de licenciatura intercultural indígena do Sul da Mata Atlântica"	19/12/2017	31/07/2018	R\$ 200.000,00	0,00
98	Extensão	283/2017	Contrato	Projeto de extensão "Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC) - 2017-2018"	21/12/2017	31/07/2018	R\$ 502.800,00	0,00
99	Extensão	304/2017	Contrato	Projeto de extensão intitulado "Observatório da Reforma Agrária"	29/12/2017	31/03/2019	R\$ 21.292.810,32	0,00

100	Extensão	305/2017	Contrato	Projeto de extensão "Projeto S2ID - Desenvolvimento do módulo de prevenção, ferramentas gerenciais e ampliação das funcionalidades do módulo d"	27/12/2017	18/09/2018	R\$ 1.059.335,30	0,00
101	Extensão	306/2017	Contrato	Projeto de extensão "Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde/ Implementação do Programa Mais Médico - Nacional"	29/12/2017	02/06/2020	1.398.000,00	0,00
						<b>Total</b>	<b>538.146.246,97</b>	<b>319.421.820,25</b>

Fonte: DPC/PROAD/UFSC

**Recursos da UPC – Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU**

**Quadro 142 - Recursos Pertencentes às UPC Envolvidos nos Projetos - FAPEU**

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
29/2011	Contrato	58.732.451,79			1	R\$ 1.533.667,71
171/2011	Contrato	7.500.000,00			36	R\$ 2.109.464,58
226/2013	Contrato	16.201.926,00			3	R\$ 4.241.162,23
54/2014	Contrato	1.455.349,93			1	R\$ 426.104,73
173/2014	Contrato	616.500,00			1	R\$ 0,00
256/2013	Contrato	1.040.000,00			1	R\$ 225.536,73
140/2014	Contrato	3.556.998,00			4	R\$ 69.677,33
180/2014	Contrato	3.600.000,00			1	R\$ 36.103,33
116/2014	Contrato	129.136,21			1	R\$ 15.968,60
235/2013	Contrato	527.895,76			1	R\$ 75.800,00
237/2014	Contrato	501.000,00			1	R\$ 121.560,00
232/2013	Contrato	1.272.645,46			2	R\$ 217.564,28
247/2013	Contrato	2.016.000,00			1	R\$ 0,00
500/2012	Contrato	7.200.000,00			22	R\$ 1.619.343,75
258/2013	Contrato	3.638.950,00			1	R\$ 1.820.435,00
172/2014	Contrato	788.400,00			1	R\$ 0,00
234/2013	Contrato	1.001.750,00			1	R\$ 365.335,00
512/2012	Contrato	21.565.677,83			1	R\$ 0,00
204/2013	Contrato	6.824.551,21			1	R\$ 0,00
255/2013	Contrato	2.047.974,62			2	R\$ 412.348,64
222/2014	Contrato	1.557.556,63			1	R\$ 516.176,67
231/2014	Contrato	3.399.712,44			1	R\$ 3.300,00
226/2014	Contrato	2.501.064,00			6	R\$ 878.976,51
260/2013	Contrato	2.000.000,00			2	R\$ 344.340,10
234/2014	Contrato	688.000,00			1	R\$ 0,00
197/2014	Contrato	7.000.000,00			1	R\$ 404.893,18
151/2014	Contrato	806.400,00			3	R\$ 380.155,00
202/2014	Contrato	50.000,00			1	R\$ 48.750,00
216/2014	Contrato	320.437,00			1	R\$ 178.390,00
238/2014	Contrato	135.000,00			1	R\$ 0,00
460/2012	Contrato	57.170.050,00			18	R\$ 2.622.099,95
243/2013	Contrato	35.792.800,00			7	R\$ 2.154.635,42
164/2014	Contrato	8.358.786,31			5	R\$ 0,00
39/2015	Contrato	300.000,00			1	R\$ 0,00
109/2015	Contrato	2.000.000,00			5	R\$ 800,00
110/2015	Contrato	1.518.191,39			3	R\$ 0,00
111/2015	Contrato	101.065,00			12	R\$ 1.164.203,55
115/2015	Contrato	206.100,00			14	R\$ 0,00
122/2015	Contrato	29.872.640,00			1	R\$ 465.200,00
135/2015	Contrato	3.020.000,00			5	R\$ 501.100,00
137/2015	Contrato	1.200.000,00			3	R\$ 0,00
142/2015	Contrato	1.315.104,00			3	R\$ 172.925,00
143/2015	Contrato	473.468,26			1	R\$ 1.701.255,06
155/2015	Contrato	60.000,00			1	R\$ 42.380,00
159/2015	Contrato	2.000.000,00			2	R\$ 779.246,25

160/2015	Contrato	2.000.000,00			2	R\$ 176.396,67
179/2015	Contrato	3.509.210,00			1	R\$ 0,00
185/2015	Contrato	5.000.000,00			6	R\$ 19.200,00
187/2015	Contrato	3.808.800,00			3	R\$ 105.400,00
191/2015	Contrato	13.500.000,00			2	R\$ 527.300,00
192/2015	Contrato	1.760.000,00			5	R\$ 310.669,99
193/2015	Contrato	516.000,00			1	R\$ 426.120,00
196/2015	Contrato	5.000.000,00			10	R\$ 184.508,60
142/2016	Contrato	341.624,81			5	R\$ 901.979,96
153/2016	Contrato	1.201.816,08			4	R\$ 518.899,96
165/2016	Contrato	159.972,89			2	R\$ 0,00
200/2016	Contrato	483.822,89			9	R\$ 1.122.089,35
213/2016	Contrato	192.639,24			2	R\$ 57.576,45
223/2016	Contrato	2.204.356,88			18	R\$ 76.463,55
224/2016	Contrato	698.772,23			6	R\$ 29.440,00
225/2016	Contrato	100.000,00			10	R\$ 50.001,21
238/2016	Contrato	199.832,46			10	R\$ 48.500,00
239/2016	Contrato	219.282,40			11	R\$ 341.650,00
248/2016	Contrato	365.941,87			6	R\$ 0,00
249/2016	Contrato	2.460.000,00			10	R\$ 0,00
253/2016	Contrato	100.000,00			4	R\$ 120.189,96
255/2016	Contrato	2.760.322,91			4	R\$ 0,00
264/2016	Contrato	138.372,00			2	R\$ 0,00
272/2016	Contrato	678.400,00			1	R\$ 112.685,31
273/2016	Contrato	700.000,00			6	R\$ 24.133,27
274/2016	Contrato	500.000,00			2	R\$ 0,00
276/2016	Contrato	842.802,00			1	R\$ 81.462,50
277/2016	Contrato	254.767,46			1	R\$ 327.500,00
280/2016	Contrato	500.000,00			3	R\$ 103.220,00
281/2016	Contrato	500.000,00			2	R\$ 36.666,67
285/2016	Contrato	16.213.048,00			8	R\$ 26.464,00
286/2016	Contrato	2.470.000,00			8	R\$ 15.800,00
301/2016	Contrato	3.500.000,00			4	R\$ 16.800,00
303/2016	Contrato	360.000,00			3	R\$ 0,00
306/2016	Contrato	7.250.000,00			4	R\$ 0,00
010/2017	Contrato	513.755,50			25	R\$ 114.300,00
049/2017	Contrato	5.119.000,00			187	R\$ 1.077.836,87
063/2017	Contrato	251.442,26			3	R\$ 6.260,41
075/2017	Contrato	535.914,50			18	R\$ 105.534,00
091/2017	Contrato	910.296,30			30	R\$ 232.610,67
123/2017	Contrato	1.040.000,00			0	R\$ 0,00
138/2017	Contrato	52.436.363,00			21	R\$ 311.006,62
204/2017	Contrato	140.000,00			0	R\$ 0,00
205/2017	Contrato	64.629.325,83			38	R\$ 106.554,99
235/2017	Contrato	1.500.000,00			0	R\$ 0,00
251/2017	Contrato	2.063.838,00			15	R\$ 39.150,00
267/2017	Contrato	2.000.000,00			0	R\$ 0,00
282/2017	Contrato	R\$ 200.000,00			0	R\$ 0,00
283/2017	Contrato	R\$ 502.800,00			0	R\$ 0,00
304/2017	Contrato	R\$ 21.292.810,32			0	R\$ 0,00
305/2017	Contrato	R\$ 1.059.335,30			0	R\$ 0,00
306/2017	Contrato	1.398.000,00			0	R\$ 0,00

Fonte: DPC/PROAD/UFSC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO 2017**

**Gestão 2017**

**Reitor**

Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo (até 02/10/17)  
Prof. Ubaldo César Balthazar

**Vice-Reitora**

Prof.a Alacoque Lorenzini Erdmann

**Elaboração**

**Secretaria de Planejamento e Orçamento**

Prof. Vladimir Arthur Fey

**Departamento de Planejamento e Gestão da Informação**

Caroline Renata Delle Finati  
Manuela Coelho Perez  
Monique Regina Bayestorff Duarte de Sousa  
Renato Magri  
Sergio Roberto Pinto da Luz

Fone:

+55 (48) 3721-4201

Endereço Eletrônico:

dpgi@ufsc.br

Página Eletrônica:

<http://dpgi.seplan.ufsc.br>

Campus Universitário João David Ferreira Lima - Trindade  
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil  
CEP: 88040-900



Conhecimento produzindo cidadania